UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

LUIZ HENRIQUE BRAÚNA LOPES DE SOUZA

“BORA GRAVAR?!”:

Análise crítica das tendências do trabalho sexual por, entre e para homens em plataformas digitais.

Recife/PE
2024

LUIZ HENRIQUE BRAÚNA LOPES DE SOUZA

“BORA GRAVAR?!”:

Análise crítica das tendências do trabalho sexual por, entre e para homens em plataformas digitais.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof.ª. Dr.ª. Mônica Rodrigues Costa

Recife/PE

2024

Catalogação na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S729b Souza, Luiz Henrique Braúna Lopes de
"Bora gravar?!" : análise crítica das tendências do trabalho sexual por, entre e para homens em plataformas digitais / Luiz Henrique Braúna Lopes de Souza. - 2024.
243 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.ª Dra. Mônica Rodrigues Costa.
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2024.
Inclui referências e apêndices.

1. Capitalismo de plataforma. 2. Mercado erótico. 3. Trabalho sexual. I. Costa, Mônica Rodrigues (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2024 – 075)

LUIZ HENRIQUE BRAÚNA LOPES DE SOUZA

“BORA GRAVAR?!”:

Análise crítica das tendências do trabalho sexual por, entre e para homens em plataformas digitais.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social. **Área de concentração:** Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovado em: 25/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Mônica Rodrigues Costa (Orientadora e Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

_____

Profª. Drª. Flávia da Silva Clemente (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

_____

Profª. Drª. Lorena Rúbia Pereira Caminhas (Examinador Externo)
Universidade de São Paulo - USP

_____

Prof. Dr. Rafael Dias Toitio (Examinador Externo)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN

_____

Profª. Drª. Silvana Mara de Morais dos Santos (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Recife/PE

2024

Para Naídia Maria Lopes, a estrela da minha vida, minha avó e mainha, e toda a minha família.

Para todas as pessoas LGBTQIAPN+, negras/os, jovens e da periferia, para que saibam que a educação transforma vidas.

Para todos os trabalhadores sexuais que se aventuram nas plataformas digitais e que reivindicam o reconhecimento social da dignidade dessa atividade laboral.

AGRADECIMENTOS

À Deus, aos Deuses e Deusas e aos meus ancestrais por guiarem os meus caminhos e pensamentos.

À toda minha família, em especial à minha avó Naídia Maria Lopes, minha mãe Joselita Maria Braúna, minha tia Joelma Braúna, meu tio Tiago Lopes, meus irmãos Lukas Braúna e Matteo Lopes, meus primos Carla Braúna, Carlos Henrique e Ana Luísa Marques, e minha sobrinha Dandara por todo amor, alegria e suporte ao longo dessa jornada

Às minhas amigas e amigos que são família e dividem momentos incríveis comigo, me fortalecendo e me preenchendo com tanto amor. Com destaque para Júnior Costa, Rebeca Torrez, Cely Monteiro, Whelton Brito, Windsor Ramos, Rauana Hipólito, Dayane Alves, Daniel João, Íris Pontes, Maysa Sena, Laura Arruada, Rayssa Lima, Tállita Lira, Beatriz Moreira, Helena Dias, Camila Rocha, Mirela Aleixo, Bárbara Volpato que seguem sendo afeto e proteção na vida cotidiana.

Às minhas amigas de turma do Doutorado, Crismanda Ferreira e Mayara Mendes, que são a representação de que a vida acadêmica pode ser realizada sobre companheirismo, cuidado e acolhimento.

À todas e todos os professores que potencializaram o meu processo de aprendizagem e a minha formação profissional e pessoal ao longo de toda a jornada acadêmica.

À minha orientadora, Profa. Mônica Costa, por ter me acompanhado e me aportado elementos teórico-políticos fundamentais nesse processo de doutoramento e, acima de tudo, estimulado a minha autonomia investigativa.

Às colegas profissionais dos diversos espaços ocupacionais em que atuei como Assistente Social e Docente pelas trocas de conhecimentos e de afeto. Friso a Suelen Rodrigues e o Milton Gomes Neto (CECH), o Neto Oliveira e Carol Freire (AESET), o André França, Nathália Diórgenes, Miria Barbosa, Alyne Nunes, Bruna Cadengue, Lilian Alves, Filipe Peixe, Walquíria Gomes e Wivianne Cavalcante (UniFG), a Daniela Neves, Josiane Soares, Verônica Ferreira, Janaiky Almeira, Andréa Lima e Mércia Silva (UFRN) e Angélica Pedrosa e Jorge Gondim (Esuda).

Aos meus discentes de graduação e pós-graduação que me entusiasmaram com seus questionamentos, observações e reflexões e me incentivaram a dedicar-me ainda mais aos estudos e pesquisas.

Às amigas Ana Karolina Nogueira, Niedja Lima e Fabíola Pontes que foram conexão e fortaleza nas aventuras pela Br-101 atravessando Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Ao meu atual companheiro de vida, João Araújo Campos, por me inspirar, me trazer mais alegria com seu sorriso constante e calmaria diante do caos; bem como por ser amor, companheirismo e carinho e por, reciprocamente, cuidar de mim, de nós.

Aos participantes da pesquisa, os trabalhadores sexuais produtores de conteúdo adulto, que contribuíram fundamentalmente para esta tese.

Ao meu psicólogo Marcelo Fameli Gonçalves por contribuir com o fortalecimento da minha autogestão pessoal e profissional e me apresentar a importância do autocuidado, me fornecendo os elementos para (re)criar uma existência saudável e bem consigo mesmo.

À banca de qualificação, em especial Prof. Benedito Medrado e Guilherme Gomes Ferreira, por terem contribuído decisivamente com o processo de pesquisa e a tese desenvolvida, compartilhando seus conhecimentos, a fim de aprimorar esse estudo.

À pré-banca e banca de Defesa da Tese, composta por Profa. Lorena Caminhas, Prof. Rafael Toitio, Profa. Flávia Clemente, Profa. Silvana Mara Santos, por aceitarem avaliar este estudo e compartilhar valorosos conhecimentos e reflexões teórico-políticas sobre o Serviço Social e a Diversidade Humana.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento à essa pesquisa.

O TEMPO NÃO PARA

Disparo contra o sol
Sou forte, sou por acaso
Minha metralhadora cheia de mágoas
Eu sou um cara

Cansado de correr
Na direção contrária
Sem pódio de chegada ou beijo de namorada
Eu sou mais um cara

Mas se você achar
Que eu tô derrotado
Saiba que ainda estão rolando os dados
Porque o tempo, o tempo não para

Dias sim, dias não
Eu vou sobrevivendo sem um arranhão
Da caridade de quem me detesta

A tua piscina tá cheia de ratos
Tuas ideias não correspondem aos fatos
O tempo não para

Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para
Não para, não para

Eu não tenho data pra comemorar
Às vezes, os meus dias são de par em par
Procurando agulha num palheiro

Nas noites de frio é melhor nem nascer
Nas de calor, se escolhe: é matar ou morrer
E assim nos tornamos brasileiros

Te chamam de ladrão, de bicha, maconheiro
Transformam o país inteiro num puteiro
Pois assim se ganha mais dinheiro

A tua piscina tá cheia de ratos
Tuas ideias não correspondem aos fatos
É, o tempo não para

Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
Mas o tempo não para
Não para, não para

Composição: Arnaldo Brandao / Cazuza.

RESUMO

Esta tese analisa as determinações e inflexões da plataformização do trabalho, a partir da experiência de homens trabalhadores sexuais que atuam na produção de conteúdo adulto intermediado pelas plataformas digitais que compõem o mercado erótico-pornográfico nacional e internacional. O trabalho sexual realizado para, por e entre homens trata-se de um novo fenômeno que emerge como expressão da lógica empreendedora na contemporaneidade e se consolida como uma das alternativas principais para superação da precariedade vital e laboral diante o avanço do capitalismo de plataformas. Dessa forma, a tônica desta tese se alicerça na apreensão teórica e analítico-reflexiva do processo de produção de conteúdo adultos para as redes sociais e plataformas digitais como método hodierno do trabalho sexual. Traçando reflexões no campo da teoria social crítica marxista e no método materialista histórico-dialético, em diálogo com as teorias e estudos feministas e *queer*, esta tese se ancora na crítica radical à sociabilidade capitalista sob a ótica neoliberal e neoconservadora, predominantemente no que concerne às transformações no mundo do *labor* e o apogeu da racionalidade empreendedora, a expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação, a expropriação de direitos e as opressões (re)produzidas em torno relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade, étnico-racial, entre outras expressões da diversidade humana. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa que se desenvolveu em dois procedimentos: análise e monitoramento das redes sociais e uma *websurvey* destinada aos homens produtores de conteúdo adulto para as plataformas digitais. Tem como objetivo geral, analisar criticamente as tendências do trabalho sexual realizado para, por e entre homens no mercado erótico-pornográfico digital e suas imbricações com o agravamento das desigualdades sociais e a plataformização do trabalho na conjuntura brasileira contemporâneo. Os objetivos específicos são: 1) Aprofundar teórico-conceitualmente as reflexões sobre o avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo no Brasil e a precariedade vital e laboral da população brasileira, em específico, da população negra, jovem, LGBTQIAPN+ e das classes subalternizadas; 2) Sistematizar o debate acadêmico-científico nacional sobre o trabalho sexual realizado para, por e entre homens; 3) Apreender a dinâmica de extração do mais-valor no capitalismo de plataformas e a conformação do mercado erótico-pornográfico digital; e 4) Investigar, a partir das experiências de produtores de conteúdo adulto, as condições e o processo de trabalho dos trabalhadores sexuais nas plataformas digitais. Como resultados, vê-se, de forma preponderante, que o perfil dos participantes da pesquisa são homens, cisgêneros, jovens, gays, não-brancos, nordestinos, solteiros, sem religião e com ensino superior completo. Ademais, depreende-se que a imersão no trabalho sexual mediado por plataformas digitais dá-se numa conjuntura pandêmica, face à precariedade vital e laboral, como alternativa de complementação da renda, numa dinâmica com agravo potencial à saúde física e mental, cuja individualidade, a autonomia, a polivalência e a alta qualificação são valores, habilidades e conhecimentos basilares. Almejamos, aportar elementos teórico-políticos que subsidiem o enfrentamento às atrocidades provenientes da hipertrofia do capitalismo de plataforma e o fortalecimento da luta anticapitalista, como horizonte para a transformação social e emancipação humana.

Palavras-chave: Capitalismo de plataforma; Mercado erótico-pornográfico; Trabalho Sexual; Produção de conteúdo adulto; Precariedade; Renda.

ABSTRACT

This thesis analyzes the determinations and inflections of the platformization of work, based on the experience of male sex workers involved in the production of adult content mediated by digital platforms that constitute the national and international erotic-pornographic market. Sex work performed for, by, and among men is a new phenomenon that emerges as an expression of contemporary entrepreneurial logic and establishes itself as one of the main alternatives for overcoming vital and labor precarity in the face of the advance of platform capitalism. Thus, the emphasis of this thesis is grounded in the theoretical and analytical-reflective apprehension of the process of producing adult content for social networks and digital platforms as a modern method of sex work. Drawing reflections from the field of critical Marxist social theory and the historical-dialectical materialist method, in dialogue with feminist and queer theories and studies, this thesis is anchored in a radical critique of capitalist sociability from a neoliberal and neoconservative perspective, predominantly concerning the transformations in the labor world and the rise of entrepreneurial rationality, the expansion of Information and Communication Technologies, the expropriation of rights, and the oppressions (re)produced around social relations of class, sex/gender/sexuality, ethnicity-race, among other expressions of human diversity. Methodologically, this research was developed through two procedures: analysis and monitoring of social networks and a web survey aimed at men producing adult content for digital platforms. The general objective is to critically analyze the trends of sex work performed for, by, and among men in the digital erotic-pornographic market and its intertwining with the aggravation of social inequalities and the platformization of work in the contemporary Brazilian context. The specific objectives are: 1) To deepen theoretical-conceptual reflections on the advance of neoliberalism and neoconservatism in Brazil and the vital and labor precarity of the Brazilian population, specifically, the black, young, LGBTQIAPN+ population and the subordinated classes; 2) To systematize the national academic-scientific debate on sex work performed for, by, and among men; 3) To grasp the dynamics of surplus value extraction in platform capitalism and the conformation of the digital erotic-pornographic market; and 4) To investigate, from the experiences of adult content producers, the conditions and work processes of sex workers on digital platforms. The results predominantly show that the profile of the research participants is men, cisgender, young, gay, non-white, Northeastern, single, without religion, and with higher education. Additionally, it is inferred that immersion in sex work mediated by digital platforms occurs in a pandemic context, facing vital and labor precarity, as an alternative to supplement income, in a dynamic with potential harm to physical and mental health, where individuality, autonomy, polyvalence, and high qualification are fundamental values, skills, and knowledge. We aim to provide theoretical-political elements that support the fight against the atrocities resulting from the hypertrophy of platform capitalism and strengthen the anti-capitalist struggle as a horizon for social transformation and human emancipation.

Keywords: Platform capitalism; Erotic-pornographic market; Sex work; Adult content production; Precarity; Income.

RESUMEN

Esta tesis analiza las determinaciones e inflexiones de la plataformización del trabajo, a partir de la experiencia de hombres trabajadores sexuales que actúan en la producción de contenido adulto intermediado por las plataformas digitales que componen el mercado erótico-pornográfico nacional e internacional. El trabajo sexual realizado para, por y entre hombres se trata de un nuevo fenómeno que emerge como expresión de la lógica emprendedora en la contemporaneidad y se consolida como una de las principales alternativas para superar la precariedad vital y laboral ante el avance del capitalismo de plataformas. De esta forma, la tónica de esta tesis se basa en la comprensión teórica y analítica-reflexiva del proceso de producción de contenido adulto para las redes sociales y plataformas digitales como método moderno del trabajo sexual. Trazando reflexiones en el campo de la teoría social crítica marxista y en el método materialista histórico-dialéctico, en diálogo con las teorías y estudios feministas y queer, esta tesis se ancla en la crítica radical a la sociabilidad capitalista desde la óptica neoliberal y neoconservadora, predominantemente en lo que concierne a las transformaciones en el mundo laboral y el apogeo de la racionalidad emprendedora, la expansión de las Tecnologías de Información y Comunicación, la expropiación de derechos y las opresiones (re)producidas en torno a las relaciones sociales de clase, sexo/género/sexualidad, étnico-racial, entre otras expresiones de la diversidad humana. Metodológicamente, se trata de una investigación que se desarrolló en dos procedimientos: análisis y monitoreo de las redes sociales y una encuesta web destinada a los hombres productores de contenido adulto para las plataformas digitales. Tiene como objetivo general analizar críticamente las tendencias del trabajo sexual realizado para, por y entre hombres en el mercado erótico-pornográfico digital y sus implicaciones con el agravamiento de las desigualdades sociales y la plataformización del trabajo en la coyuntura brasileña contemporánea. Los objetivos específicos son: 1) Profundizar teórica y conceptualmente las reflexiones sobre el avance del neoliberalismo y del neoconservadurismo en Brasil y la precariedad vital y laboral de la población brasileña, en específico, de la población negra, joven, LGBTQIAPN+ y de las clases subordinadas; 2) Sistematizar el debate académico-científico nacional sobre el trabajo sexual realizado para, por y entre hombres; 3) Comprender la dinámica de extracción de plusvalía en el capitalismo de plataformas y la conformación del mercado erótico-pornográfico digital; y 4) Investigar, a partir de las experiencias de productores de contenido adulto, las condiciones y el proceso de trabajo de los trabajadores sexuales en las plataformas digitales. Como resultados, se observa, de forma predominante, que el perfil de los participantes de la investigación son hombres, cisgéneros, jóvenes, gays, no blancos, del noreste, solteros, sin religión y con educación superior completa. Además, se infiere que la inmersión en el trabajo sexual mediado por plataformas digitales se da en una coyuntura pandémica, frente a la precariedad vital y laboral, como una alternativa de complementación del ingreso, en una dinámica con potencial agravio a la salud física y mental, cuya individualidad, autonomía, polivalencia y alta calificación son valores, habilidades y conocimientos fundamentales. Aspiramos a aportar elementos teórico-políticos que sustenten el enfrentamiento a las atrocidades provenientes de la hipertrofia del capitalismo de plataforma y el fortalecimiento de la lucha anticapitalista, como horizonte para la transformación social y emancipación humana.

Palabras clave: Capitalismo de plataforma; Mercado erótico-pornográfico; Trabajo sexual; Producción de contenido adulto; Precariedad; Ingreso.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 — Revisão de Literatura: Homens e Trabalho Sexual – Tipologia das Produções acadêmicas.....**109**

Gráfico 02 — Revisão de Literatura: Homens e Trabalho Sexual – Produções acadêmicas por Região do Brasil.... .....**110**

Gráfico 03 — Revisão de Literatura: Homens e Trabalho Sexual – Produções acadêmicas por Estado Brasileiro.....**110**

Gráfico 04 — Revisão de Literatura: Homens e Trabalho Sexual – Produções acadêmicas por Áreas de Conhecimento. **111**

Gráfico 05 — Revisão de Literatura: Homens e Trabalho Sexual – Produções acadêmicas por Área das Ciências Humanas. **112**

Gráfico 06 — Revisão de Literatura: Homens e Trabalho Sexual – Produções acadêmicas por Área das Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes.....**113**

Gráfico 07 — Faixa de rendimento mensal com a produção de conteúdo.....**202**

Gráfico 08 — Percepção sobre Benefícios com o trabalho desenvolvido.....**218**

Gráfico 09 — Percepção sobre Qualidade de vida; Condições de Trabalho; Remuneração Mensal; Saúde Física; e Saúde Mental. **220**

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 — Página inicial do *Onlyfans*.....**129**
Figura 02 — *Print Screen*: Acesso inicial ao *Onlyfans*.....**130**
Figura 03 — Página inicial do *Privacy*.....**133**
Figura 04 — *Print Screen:* Acesso inicial ao *Privacy* e cadastro de criador.....**134**
Figura 05 — *Print Screen*: Perfis de criadores no *Privacy*.....**134**
Figura 06 — Página inicial do X/Twitter.....**137**
Figura 07 — *Print Screen*: Personalize sua Experiência no X/Twitter.....**138**
Figura 08 — Identidade visual do perfil da pesquisa no X/Twitter. **139**
Figura 09 — Perfil completo da pesquisa no X/Twitter.....**140**
Figura 10 —Mensagens para os produtores de conteúdo no X/Twitter.....**141**
Figura 11 — Posts personalizados para divulgação da pesquisa no X/Twitter.....**142**
Figura 12 — Posts personalizados e visualizações no X/Twitter.....**143**
Figura 13 — Notícias: Restrição conteúdo adulto gay no *X/Twitter*.....**169**
Figura 14 — Notícias: Famosos no *Onlyfans*.....**171**
Figura 15 — Notícias: Lucratividade do *Onlyfans*.....**174**
Figura 16 — Diversidade de corpos de homens nas plataformas.....**192**
Figura 17 — Circuito de produção, circulação e consumo no trabalho sexual plataformizado.....**198**
Figura 18 — Equipamentos para a produção de conteúdo.....**204**
Figura 19 — Designer produzidos para divulgação dos conteúdos.....**206**
Figura 20 — Distribuição dos produtos do Trabalho sexual.....**207**
Figura 21 — Perfis de produtores de conteúdo adulto no X/Twitter.....**210**
Figura 22 — Diversidade de Plataformas.....**211**
Figura 23 — Precificação das produções.....**214**
Figura 24 — Consumidores e Feedbacks.....**215**
Figura 25 — Trabalho Sexual e Cuidados com a saúde.....**223**

LISTA DE TABELAS

Tabela 01— Descritores da Revisão de Literatura na BDTD – Homens e Trabalho Sexual.....**107**

Tabela 02 — Informações referentes à natureza do vínculo, o regime contratual e a renda mensal.....**195**

Tabela 03 — Informações sobre o processo de trabalho e produtividade.....**205**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS — Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida

BDTD — Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BPC — Benefício de Prestação Continuada

CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CECH — Centro Estadual de Combate à LGBTfobia

CFB — Constituição Federal do Brasil

CFM — Conselho Federal de Medicina

CFP — Conselho Federal de Psicologia

CNCD/LGBT — Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoção dos direitos da população LGBT

CNJ — Conselho Nacional de Justiça

CNLGBTQIA+ — Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras

CNPCP — Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CNS — Conselho Nacional de Saúde

CONASEMS — Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

DE&I — Diversidade, Equidade & Inclusão

DVD – *Digital Video Disc*

GLTB — Movimento Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais

GP — Garoto(s) de programa

HIV — Vírus da Imunodeficiência Humana

HSH — Homens que fazem sexo com Homens

IA — Inteligência Artificial

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBTQIAPN+ — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-bináries e mais outras orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes.

LGPD — Lei Geral de Proteção de Dados

MBL — Movimento Brasil Livre

MEC — Ministério da Educação

MJSP — Ministério da Justiça e Segurança Pública

MMFDH/PR — Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos da Presidência da República

MNU — Movimento Negro Unificado

OMS — Organização Mundial de Saúde

ONG — Organizações Não-Governamentais

PEP — Profilaxia Pós-Exposição de Risco

PL — Partido Liberal

PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD Contínua — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PPGSS — Programa de Pós-graduação em Serviço Social

PrEP — Profilaxia Pré-Exposição

PRN — Partido da Reconstrução Nacional

PSB — Partido Socialista Brasileiro

PSDB — Partido da Social-Democracia Brasileira

PSL — Partido Social Liberal

PT — Partido dos Trabalhadores

REBEH — Revista Brasileira de Estudos da Homocultura

SIA — Símbolo Internacional de Acesso

STF — Supremo Tribunal Federal

SUS — Sistema Único de Saúde

TIC — Tecnologias de Informação e Comunicação

TSE — Tribunal Superior Eleitoral

UFMT — Universidade Federal de Mato Grosso

UFPE — Universidade Federal de Pernambuco

VHS — *Vídeo Home System*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....**19**

1.1. Memorial: andanças da Educação básica ao Doutoramento.....**23**

1.1.1. Graduação: Do Barro/Macaxeira (Várzea) ao Diploma.....**25**

1.1.2. O Mestrado e as aproximações aos Estudos de Gênero, Raça e Sexualidade: Imbricações entre o *eu* pessoal, o *eu* social e o *eu* pesquisador.....**27**

1.1.3. Assistente Social e Docente em ação: Um recém-formado encara os desafios cotidianos no mercado de trabalho.....**29**

1.1.4. O Doutorado: o trabalhador-estudante entre o sonho e a realidade.....**31**

2. CAPÍTULO 1 – PRELIMINARES.....**35**

2.1. À Procura do Crush ~~Perfeito~~ Disponível: Do problema real à tese.....**36**

2.2. A regressividade dos direitos no capitalismo contemporâneo e a resistência LGBTQIAPN+: uma rapidinha sobre a conjuntura brasileira.....**41**

2.3. A agressiva investida da direita brasileira no séc. XXI: o relacionamento abusivo entre a democracia e a ordem capitalista.....**51**

2.4. A pandemia do Novo Coronavírus sob o desgoverno da extrema direita bolsonarista: uma brochada inesquecível e o date com o objeto de pesquisa.....**67**

3. CAPÍTULO 2 – DESEJO E EXCITAÇÃO.....**84**

3.1. Excitações teórico-conceituais do objeto em estudo: o desejo em elaboração..**86**

3.2. Entre paredes: decodificando o *crush* para visibilizar produções acadêmicas **106**

3.3. As excitações metodológicas da pesquisa.....**122**

3.3.1. Desenho da pesquisa.....**123**

3.3.2. *Locus* da pesquisa.....**126**

3.3.2.1. *Onlyfans*.....**127**

3.3.2.2. *Privacy*.....**130**

3.3.2.3. *X / Twitter*.....**135**

3.3.3. Amostra de Participantes.....**143**

3.3.4. Critérios de Inclusão e Exclusão.....**144**

3.3.5. Recrutamento dos Participantes.....**144**

3.3.6. Instrumentos de Coleta de Dados.....**145**

3.3.7. Aspectos éticos da pesquisa.....**146**

4. CAPÍTULO 3 – TRANSA E TRANSE **148**

4.1. Na boca do povo: O debate público sobre o *crush*.....**156**

4.2. Transações: Dinheiro, fotos, vídeos e informações.....**173**

5. CAPÍTULO 4 – ENTRE CARÍCIAS, BEIJOS, MORDIDAS, PENETRAÇÕES E ORGASMOS.....**182**

5.1. X/Twitter: A vitrine do trabalho sexual.....**183**

5.2. O trabalho plataformizado na realidade brasileira e as particularidades do trabalho sexual.....**186**

5.3. Bora Gravar?!: o trabalho sexual entre, por e para homens nas plataformas digitais.....**189**

5.3.1. Perfil dos Produtores de conteúdo adulto.....**190**

5.3.2. As condições e o processo de trabalho sexual nas plataformas.....**193**

5.3.3. A percepção dos trabalhadores sexuais sobre os Consumidores.....**212**

5.3.4. Seguridade Social e Direitos Humanos na experiência dos trabalhadores sexuais.....**216**

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS – GOZO E FRUSTAÇÃO.....**227**

7. REFERÊNCIAS.....**234**

8. APÊNDICES.....**243**

INTRODUÇÃO

Organização Mundial de Saúde (OMS), 11 de março de 2020. A Covid-19 foi classificada como uma pandemia, reconhecendo globalmente a gravidade e a disseminação do vírus SARS-Cov-2, mobilizando a comunidade internacional a enfrentar essa crise sanitária sem precedentes. No entanto, foi em 07 de fevereiro de 2020 que o mundo foi informado do agravo da situação de saúde da população chinesa, na cidade de Wuhan, epicentro da contaminação pelo novo coronavírus, em lockdown desde o dia 23 de janeiro. No Brasil, a notificação do primeiro caso de COVID-19 ocorreu em 26 de fevereiro de 2020 na cidade de São Paulo. A essa altura, diversos países já registraram elevados números de pessoas infectadas pela doença e, em alguns casos, conduzindo, como efeito, ao óbito.

O termo "pandemia", no âmbito da saúde mundial, refere-se a um elevado número de casos novos e rápida difusão de uma doença (uma epidemia) em grandes proporções, que se expande geograficamente, atingindo vários países e a mais de um continente. Ao declarar a COVID-19 como uma pandemia, a OMS destacou a urgência na implementação de ações coordenadas e abrangentes em nível global, como o isolamento físico-social, uso de máscaras e higienização, testagem em massa, mapeamento de contatos e, posteriormente, programas de vacinação, para combater a propagação do vírus, o adoecimento em massa e mitigar outros agravos à saúde pública, à economia mundial e à sociedade em geral.

Esses acontecimentos e suas inflexões marcam a conjuntura nacional e internacional nos últimos 04 anos. Na particularidade brasileira, a pandemia se desenrola num momento de crise política e econômica sob a égide neoliberal e neoconservadora, que aprofunda as tradicionais e apresenta novas manifestações da "questão social", deixando marcas indeléveis na vida da classe trabalhadora, como consequência direta das políticas e práticas neoliberais que enfatizam a privatização, focalização/seletividade, descentralização e financeirização das políticas sociais e a flexibilização e a desregulamentação do trabalho, o que demanda uma análise crítica da realidade em que se pressuponha reflexões a respeito das relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade e étnico-racial na sociabilidade do capital, considerando as determinações de nossa formação sócio-histórica.

Esta tese analisa as determinações e inflexões da plataformização do trabalho face ao agravamento das desigualdades sociais, a partir da experiência de homens trabalhadores sexuais que atuam na produção de conteúdo adulto para redes sociais e plataformas digitais que compõem o mercado erótico-pornográfico digital nacional e internacional. "BORA GRAVAR?!", expressão utilizada no título desta tese, remete ao chamamento à realização de

gravações, parte fundamental do processo de produção na dinâmica do trabalho sexual realizado para, por e entre homens, um fenômeno novo que emerge como expressão da lógica empreendedora na contemporaneidade e se consolida como uma das alternativas principais para superação da precariedade vital e laboral diante o avanço do capitalismo de plataformas. Dessa forma, a tônica desta tese se alicerça na apreensão teórica e analítico-reflexiva do processo de produção de conteúdo adultos para as redes sociais e plataformas digitais como método hodierno do trabalho sexual.

Os elementos centrais da análise empreendida nessa investigação se ancora na crítica radical à sociabilidade capitalista sob a ótica neoliberal e neoconservadora, predominantemente no que concerne às transformações no mundo do *labor* e o apogeu da racionalidade empreendedora, a expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a expropriação de direitos e as opressões (re)produzidas em torno das relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade, étnico-racial, entre outras expressões da diversidade humana.

Traçando reflexões no campo da teoria social crítica marxista e no método materialista histórico-dialético, que oferecem ferramentas analíticas profundas para compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que permeiam essa realidade, em diálogo com as teorias e estudos feministas e *queer*, esta tese se atenta ao fenômeno da mercadorização de conteúdos adultos erótico-pornográficos nas redes sociais e plataformas digitais, reconfigurando a dinâmica do trabalho sexual, considerando a conjuntura atual e seus impactos na experiência da população que são redirecionadas à um lugar subalterno, marginal e vulnerável, expressão da precarização da vida e da subsunção do trabalho às TIC.

Nesse contexto, mergulhar nas intricadas relações entre o trabalho sexual no mercado erótico-pornográfico digital, o agravamento das desigualdades sociais e a crescente plataformização do trabalho na realidade brasileira, possibilitou refletir sobre a inserção nessa atividade laboral, tanto como uma estratégia para complementação da renda, quanto como a forma de garantia da subsistência. As plataformas digitais, em particular as localizadas no mercado erótico-pornográfico digital, se colocam como intermediadoras nesse circuito, por sua capacidade de conectar produtores e consumidores de conteúdo adulto em escala global, representando um novo campo onde essas dinâmicas se desenvolvem em profunda complexidade e sobre múltiplas nuances.

O advento da era digital transformou radicalmente a dinâmica do trabalho sexual, produzindo novas dinâmicas, possibilidades e desafios para o conjunto dos trabalhadores. Em particular ao nosso estudo, partimos da concepção de que o mercado erótico-pornográfico digital emergiu como um espaço onde homens, tanto como produtores quanto como

consumidores, podem participar ativamente na oferta e demanda de produtos e serviços sexuais. No entanto, o estudo realizado foca no trabalho dos produtores de conteúdo adulto que produzem, circulam e distribuem fotos e vídeos nas redes sociais e plataformas digitais.

Diante desse fenômeno, esta pesquisa se propôs a desenvolver a seguinte questão de pesquisa: Quais as tendências do trabalho sexual realizado para, por e entre homens no mercado erótico-pornográfico digital e suas imbricações com o agravamento das desigualdades sociais e a plataformização do trabalho na conjuntura brasileira contemporâneo? Os objetivos específicos delineados para alcançar essa análise são: 1) Aprofundar teórico-conceitualmente as reflexões sobre o avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo no Brasil e a precariedade vital e laboral da população brasileira, em específico, da população negra, jovem, LGBTQIAPN+ e das classes subalternizadas; 2) Sistematizar o debate acadêmico-científico nacional sobre o trabalho sexual realizado para, por e entre homens; 3) Apreender a dinâmica de extração do mais-valor no capitalismo de plataformas e a conformação do mercado erótico-pornográfico digital; e 4) Investigar, a partir das experiências de produtores de conteúdo adulto, as condições e o processo de trabalho dos trabalhadores sexuais nas plataformas digitais.

Este estudo se desenvolveu em dois procedimentos metodológicos fundamentais: a) a partir de metodologia de inspiração etnográfica na internet, realizamos uma análise e monitoramento das redes sociais, plataformas digitais e demais veículos de comunicação (sites, jornais, revistas, podcasts etc.), que apresentaram notícias e demais informações sobre o objeto em estudo, particularmente as comunicações referentes ao trabalho sexual por/entre homens e o mercado erótico-pornográfico digital; e desenvolvemos a análise dos perfis dos produtores de conteúdo, das mídias e conteúdos publicados nas redes sociais e plataformas digitais.

Em seguida, e paralelamente, b) realizamos uma *websurvey*, a fim de apreender as condições socioeconômicas dos homens inseridos na dinâmica do trabalho sexual plataformizado, com ênfase nos temas: trabalho, emprego e renda, educação, assistência social e previdência social; assim como, analisar o processo de trabalho sexual realizado para, por e entre homens nas redes sociais e plataformas digitais, destacando os processos de planejamento, produção, edição, divulgação, comercialização, distribuição e financeirização dos conteúdos. Tais procedimentos metodológicos nos auxiliaram a compreender o trabalho sexual plataformizado como um fenômeno aparente cuja essência está longe de se reduzir às experiências dos homens que trocam imagens fotográficas e videográficas de seus corpos, suas relações e suas práticas sexuais por remuneração.

Dito isto, apresentaremos, de forma mais detalha, o desenvolvimento desse estudo organizado por capítulo, com a intenção de proporcionar uma melhor compreensão das

trajetórias, análises e discussões presentes nesta tese: Iniciamos o primeiro capítulo, intitulado *Preliminares*, com reflexões estimulantes, provenientes do aprofundamento teórico-conceitual acerca da conjuntura brasileira contemporânea, através da análise do avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo e o agravamento das expressões da "questão social", com ênfase na regressividade dos direitos e nas táticas e estratégias de resistência política do movimento LGBTQIAPN+; no relacionamento abusivo entre a democracia e a ordem capitalista em decorrência das investidas da direita brasileira no século XXI; e os impactos da pandemia da COVID-19 sob o desgoverno da extrema direita bolsonarista. Ainda, apresentamos o *date* com nosso *crush*, o objeto de pesquisa.

No capítulo 2, intitulado *Desejo e Excitação*, versamos sobre as excitações teórico-conceituais e metodológicas que aguçaram o desejo em debruçar-se sobre o objeto. Para tal, partimos da compreensão sobre o corpo, os processos de dominação e as relações sociais, políticas e econômicas que são constituídas historicamente na sociabilidade capitalista. Em seguida, desenvolvemos uma revisão de literatura, com o intuito de localizar e visibilizar as produções acadêmicas que abordam o trabalho sexual realizado para, por e entre homens no Brasil e apresentamos os caminhos metodológicos da pesquisa em detalhe.

Transa e Transe é o título do terceiro capítulo da tese, nele abordamos a expansão do capitalismo de plataformas nos países da periferia do capital, como o Brasil, a conformação do mercado erótico-pornográfico digital e as tendências do trabalho sexual. Para esse fim, realizamos uma síntese do debate público sobre o nosso *crush*, destacando a análise da prostituição e dos aspectos socioculturais que a configuram e a legitimam historicamente e as manifestações que indicam a ampliação da popularidade das plataformas digitais e do trabalho sexual intermediado por elas. Continuadamente, desvelamos os mecanismos de valorização capitalista nas plataformas, baseado na monetarização e datificação, e observamos visceralmente as principais plataformas no cenário nacional e internacional, o *Onlyfans* e o *Privacy*, que compõe o mercado erótico-pornográfico digital, com vistas a apreender a relação dialética em sua totalidade concreta nos processos de produção–distribuição–circulação–consumo.

No quarto capítulo, designado *Entre Carícias, Beijos, Mordidas, Penetrações e Orgasmos*, apresentamos o nosso mergulho na principal rede social que atua como vitrine para o trabalho sexual plataformizado dos produtores de conteúdo adulto, o *X/Twitter*, fundamental para a análise das redes sociais e dos perfis dos trabalhadores, além de contribuir no engajamento desses para a participação na pesquisa. Posteriormente, analisamos os resultados da investigação produzidas junto aos produtores de conteúdo adulto participantes deste estudo,

apresentando, de forma sistemática e organizada, as informações quanto ao perfil dos participantes da pesquisa, retratando relevantes e inéditos dados socioeconômicos dos trabalhadores. Ainda, aponta as tendências do trabalho sexual em plataformas digitais, sendo desveladas as condições de trabalho e o processo de trabalho no mercado erótico-pornográfico digital, a partir da análise crítica das informações coletadas. Além disso, reflete a percepção dos produtores de conteúdo sobre seus consumidores e acerca de aspectos relacionados às políticas de Seguridade Social e Direitos Humanos, concretizando conhecimentos essenciais para o Serviço Social brasileiro enquanto área de produção de conhecimentos e profissão.

Por fim, nas considerações finais da tese, nomeada *Gozo e Frustação*, apresentamos alguns escritos em tons de apontamentos e reflexões à título de conclusão sobre a essência do trabalho sexual realizado por, entre e para homens nas plataformas digitais, contribuindo com perspectivas investigativas importantes para futuras produções de conhecimentos que aprofundem as particularidades desveladas nos resultados alcançados e as lacunas existentes, dada as limitações próprias ao processo de doutoramento desenvolvido numa conjuntura pandêmica. Almejamos, com essa tese, aportar elementos teórico-políticos que subsidiem o enfrentamento às atrocidades provenientes da hipertrofia do capitalismo de plataforma e a percepção coletiva à nível global sobre a urgência histórica e política de fortalecimento da luta anticapitalista à luz da teoria social crítica marxista, como horizonte para a transformação social e emancipação humana.

1.1. Memorial: andanças da Educação básica ao Doutoramento.

Entre ruas e becos do Recife, "cidade incrustada na lama dos manguezais"[1], eu empeço esta narrativa de/sobre mim, revisitando memórias, reconhecendo as conquistas e os entraves, revivendo e reafirmando sonhos. Meu nome é Luiz Henrique Braúna Lopes de Souza. *Braúna* da minha mãe, *Lopes* da minha avó e *De Souza* do meu pai. Costumo usar *Luiz Braúna*, originalmente por me identificar e ser identificado por esta nomeação, mas também pelo seu significado. Do tupi-guarani, *ymbirá-úna* (árvore negra), o nome *Braúna* refere-se a uma árvore de grande porte e tom escuro, da família das leguminosas, nativa do Brasil, com uma das mais duras madeira de lei. Entretanto, é na família *Lopes*, em especial na genealogia da minha avó, que eu me sinto envolto por tanto amor. Exatamente, caro/a leitor/a, eu sou protagonista do clássico "Meninos criados por vó". Uma criança que foi o primeiro filho e primeiro neto, superprotegido, mimado, crescido um tanto abobalhado, muito extrovertido, que amava música

[1] Trecho da canção "Antene-se" de Chico Science.

e dança, se encantava com soldadinhos nas mãos, e corria amedrontado d'*A La Ursa*[2] e de pessoas fantasiadas de palhaço, mesmo amando brincar o carnaval e usar fantasias.

Nascido em 10 de novembro de 1990, às 07h30 da manhã de sábado, na Cidade do Recife/PE. Filho de *Joselita Braúna*, grávida aos 15 anos, Luiz Henrique, antes de estrear a história de netos sob a guarda das avós, estrelou o clássico brasileiro "Abandono Paterno". *José Jonas de Souza (in memoriam),* por razões desconhecidas por mim, decidiu por não assumir a paternidade, exercendo-a, posteriormente, mediante decisão judicial *post mortem*. Esse que vos escreve recorda que a sua primeira escola era localizada no bairro de Brasília Teimosa, periferia do Recife, o "Instituto Anna Carolina", onde cursou da educação infantil aos primeiros anos do ensino fundamental (até a 3ª série), sendo acompanhado pela sua tia-avó, madrinha e professora *Verônica Lopes (in memoriam),* primeira inspiração como educadora.

Aos 10 anos, foi matriculado na "Escola Balão Mágico", localizada no bairro Conjunto Muribeca, periferia de Jaboatão dos Guararapes/PE, cursando da 4ª até a 7ª série do Ensino Fundamental. Apesar de recordar que no primeiro dia de aula vivenciei a revolução das borboletas no meu estômago, me adaptei fácil à dinâmica educacional. A partir da 8ª série do fundamental, fui matriculado no "Colégio Santa Joana D'arc". Entre memorandos enviados pela escola cobrando as mensalidades, ausência de livros didáticos e paradidáticos, falta de dinheiro para lanches e materiais diversos, cuidar com meu irmão mais novo e outros perrengues, conclui os estudos secundários, o 1°, 2° e 3° ano do Ensino Médio.

Com certa popularidade e um perfil extrovertido, experienciei várias situações nesse período da vida. Material e subjetivamente, me vi diante de uma série de "brincadeiras" que caçoavam sobre o meu corpo. Era o racismo, a homofobia e a gordofobia interseccionalmente articuladas. Na escola e nas ruas, as pessoas viam na violência verbal e psicológica uma forma lúdica de se relacionar e sorrir do outro. "Brigadeiro", "Feijoada", "Viado preto", "Frango feio", entre outras expressões, anunciavam que a "madeira de lei" estava sendo corroída. Eu só queria existir, saber quem eu era (sou), e o outro insistia em me pôr em lugares socialmente inóspitos. Claro que eu resistia, mas a constância me feria ferozmente. Eu não conseguia ser forte sempre, me fragilizei à procura de mim.

---

[2] Trata-se de um bloco carnavalesco típico do Nordeste do Brasil, em que o personagem principal é um urso. Considerada uma das mais populares expressões folclóricas da região, a agremiação percorre as ruas, com uma pessoa fantasiada de urso, um domador, um caçador e outras pessoas fantasiadas portando instrumentos musicais. Em cada localidade, esse bloco se apresenta de forma diferente. Em alguns lugares, como no Recife, o urso e seus personagens correm atrás das pessoas, pedem dinheiro e, caso não recebam, zombam da pessoa abordada, dentre outras possibilidades.

Todavia, passei a me destacar nos estudos como a única alternativa possível de dar a volta por cima. Ao final do Ensino Médio, em 2007, prestei vestibular para o curso de Publicidade e Propaganda, fiquei em cadastro de reserva e não fui convocado. No ano seguinte, fiz cursinho preparatório para o vestibular e decidi prestar para o curso de Serviço Social, por ser uma área que visa a garantia de direitos. Fui aprovado! O primeiro e, lamentavelmente, o único, até o presente momento, a ingressar numa universidade da árvore genealógica da minha avó. Emano as melhores energias para que essa realidade intrafamiliar e social seja modificada. Acredito fielmente no poder transformador da educação, como poderão perceber nas páginas seguintes o quanto ela transformou minha vida e a dos meus.

1.1.1. Graduação: Do Barro/Macaxeira (Várzea) ao Diploma.

Iniciei a Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2009. Foram muitos os dias em que desfrutei das aventuras no ônibus Barro/Macaxeira (Várzea), sendo transportado como carga até a universidade, do Conjunto Muribeca até o bairro da Várzea/Recife, onde está situado o *campus* Recife. Assim que ingressei na UFPE, me deixei envolver pelo Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) e as mobilizações estudantis em geral, participando e promovendo espaços de formação política e profissional, através da organização de eventos e outras ações, especialmente por assumir, por duas vezes, a gestão do Diretório Acadêmico de Serviço Social (DASS) da UFPE, no período de 2011 a 2013.

Nessas andanças, me aproximei do Movimento Universitário de Diversidade Sexual, consolidando, assim, os primeiros passos para o encantamento pelo tema que marca as minhas dimensões pessoal e profissional. Constituía-se uma vertente do movimento estudantil em resposta à ausência do tema nos espaços políticos e nas estruturas curriculares dos cursos superiores. A participação no X Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual – ENUDS, realizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na cidade de Seropédica/RJ, em novembro de 2012; e, como consequência, o meu ingresso no Coletivo Universitário Além do Arco-Íris da UFPE, que atuou na instituição do final de 2012 até o início de 2014, registram essa "fechação". "As gays, as bi, as trans e as sapatão, 'tão tudo organizada pra fazer revolução!", esse era um dos gritos de ordem que sela esse meu momento político.

Conciliando a vida acadêmia em sua multiplicidade, no terceiro período, motivado por um desejo ainda acanhado pela docência, tive a oportunidade de atuar como monitor na disciplina Serviço Social I, ministrada, à época, pela *Prof.ª Roberta Uchôa*, compartilhando os conhecimentos adquiridos sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social brasileiro e latino-americano em sua gênese, a partir das obras clássicas de Netto,

Carvalho e Iamamoto, Castro e outras/os autoras/es. Posteriormente, ao me apaixonar pela docência e suas possibilidades acadêmico-científica, acendi o desejo em ingressar em um núcleo de pesquisa vinculado ao Departamento, participando das seleções disponibilizadas naqueles em que fosse possível aprofundar os conhecimentos sobre Direitos Humanos. No entanto, sem êxito, apesar do ótimo desempenho nas Unidades Curriculares ao longo do curso.

Seguindo minha trajetória, em 2012, desenvolvi o estágio curricular obrigatório em Serviço Social na Gerência da Criança e do Adolescente, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da Prefeitura Municipal do Recife. Nessa vivência, obtive conhecimentos sobre a Política de Direitos Humanos e o Sistema de Garantia de Direitos para Crianças e Adolescentes, participando e realizando campanhas de promoção, prevenção e defesa de direitos, além de visitas institucionais, atendimento familiar e comunitário, e atuar na elaboração, execução e sistematização de projetos sociais; dentre esses, a intervenção em estágio, o "Projeto Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes nas Escolas Municipais do Recife (PRODHEM)" que fomentou, nas Escolas das regiões periféricas com maiores índices de violência, ações formativas sobre Direitos Humanos para as crianças e seus familiares.

No ano seguinte, realizei estágio não-obrigatório na Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), no Núcleo de Responsabilidade Social, lotado na Gerência de Unidade de Negócios Metropolitana Centro Sul - GNM-SUL. Com vistas a fortalecer os vínculos entre os usuários e a instituição, o Núcleo realizava visitas domiciliares e institucionais, atividades socioeducativas, cursos profissionalizantes, atendimento às demandas familiares e comunitárias, campanhas e capacitações sobre o uso correto da água e a preservação do meio ambiente, assim como, articula as lideranças comunitárias para a prestação dos serviços e demais orientações sobre os processos de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário e do Programa de Expansão de ligação intradomiciliar.

Nesse mesmo ano, especificamente no segundo trimestre, em busca de novas oportunidades e satisfazer o meu desejo acadêmico-científico, ingressei no Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA), vinculado ao Departamento de Psicologia da UFPE, em especial Psicologia Social, que desenvolve ensino, pesquisa e extensão universitária com ênfase feminista nos estudos de gênero e sexualidade, no âmbito da saúde e direitos humanos. O interesse por tal núcleo se deu pelo conhecimento das ações desenvolvidas no Complexo portuário de Suape, mediante o projeto "Diálogos Suape", uma pesquisa-intervenção sobre saúde e cidadania de populações afetadas pelas grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Pernambuco, em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho – GET/UFPE do Serviço Social.

Inserido na linha de pesquisa "Sexualidade, direitos, cultura e memória", desenvolvi atividades de pesquisa, revisões bibliográficas, cursos de extensão, organização e participação em eventos nacionais e internacionais, oficinas socioeducativas, participação em movimentos sociais pelos direitos da população LGBTQIAPN+[3] e outras articulações teórico-políticas. Ingressei no GEMA durante a fase de avaliação, sistematização e produção de conhecimentos da pesquisa intitulada: "Movimentos Político-culturais LGBT nas Regiões Nordeste e Norte do Brasil: produzindo memórias, verdades e processos de subjetivação", contribuindo com o processo de cadastramento e tabulação de dados, produção de relatórios e artigos sobre as Paradas da Diversidade de Pernambuco, sob orientação do Prof. Benedito Medrado, visando identificar prevalências e mudanças sociopolíticas e nos padrões de violência e discriminação contra essa população, a partir de informações produzidas nas Paradas de 2011 e 2012.

Em decorrência dos estudos e pesquisas realizadas pelo GEMA e o aprofundamento teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo, investigativo e pedagógico apreendido ao longo da formação em Serviço Social, produzi o Trabalho de Conclusão do Curso que me conferiu o título de Bacharel em Serviço Social pela UFPE no último trimestre do ano de 2013[4]. Nesse momento, após a colação de grau, me aventurei em duas seleções de Mestrado, nos Programas de Pós-graduação em Direitos Humanos e em Psicologia, sendo aprovado em ambos. Porém, dadas as possibilidades acadêmico-científicas assentes, elegi o PPGPSI/UFPE.

1.1.2. O Mestrado e as aproximações aos Estudos de Gênero, Raça e Sexualidade: Imbricações entre o *eu* pessoal, o *eu* social e o *eu* pesquisador.

No mestrado, elaborarei uma pesquisa sobre a sociabilidade estabelecida entre os sujeitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros) nos ambientes de encontro, lazer e consumo, objetivando compreender questões relacionadas à relação entre o Movimento LGBT e o "Mercado GLS[5]" (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), esse último, refere-se às áreas demarcadas pelo comércio especializado para tal público, e na

---

[3] A sigla designa as pessoas que se identificam enquanto de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-bináries e mais outras orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes.

[4] Sob orientação da Profª. *Vívian Matias dos Santos*, do Departamento de Serviço Social da UFPE, o trabalho monográfico intitulado - "Com quais cores se pinta o Serviço Social da UFPE? A contribuição do curso de Serviço Social da UFPE para o estudo da problemática dos sujeitos LGBT" – analisou, por pesquisa bibliográfica e documental, a contribuição do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco para a discussão sobre a problemática dos sujeitos LGBT, através de reflexões sobre a grade curricular nesta instituição e a produção dos discentes nos níveis de formação – graduação e pós-graduação.

[5] A sigla GLS, que significa Gays, Lésbicas e Simpatizantes, foi a forma pela qual muitos frequentadores se referiram ao espaço. O "S" da sigla indica 'simpatizantes', numa intenção de expandir as fronteiras do 'gueto', abarcando também consumidores que não se identificam como homossexuais, mas que, de alguma forma, frequentam esses espaços.

pesquisa, a ênfase principal se deu nos bares e boates da capital pernambucana. Estudos acerca da trajetória histórica do movimento LGBT no Brasil e no mundo referenciam, historicamente, esses espaços como campo, tanto para a organização política quanto para a construção das identidades e outras questões subjetivas e objetivas em coletividade. Dessa forma, me propus a compreender se, na atualidade, os espaços de consumo, lazer e sociabilidade destinados à frequência do público LGBT contribuíam para a participação e engajamento político desses sujeitos, tensionando a relação movimento *versus* mercado. Como resultado, alcançamos que a incorporação das pautas LGBT pelo mercado capitalista prioriza os interesses econômicos e pouco favorece a organização política dos sujeitos, destoando de sua peculiaridade originária.

Outrossim, vinculado ao GEMA, além de produzir a minha dissertação, estava inserido na pesquisa "Produção de sujeitos e regimes de verdade no movimento LGBT: memórias, política e estética em Recife, Belém e Barcelona", desenvolvendo uma investigação de caráter psicossocial e socioantropológico, através de observações e memórias das pessoas e grupos responsáveis pelos eventos político-culturais voltados à população LGBT. Destaco o foco na extensão, a partir da participação na principal organização LGBT do Estado de Pernambuco, o "Fórum LGBT"; a realização de duas edições da Exposição Itinerante "Memórias de futuro: Paradas da Diversidade de Pernambuco", nos anos de 2014 e 2015; a produção de um documentário, lançado em 2021, intitulado: "Memórias de Futuro: diálogos sobre sexualidade, política e cultura em Belém do Pará"; a participação nas Paradas da Diversidade, na Marcha das Vadias, no Grito dos Excluídos e outras manifestações públicas; promoção de campanhas em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, como a do "Amor livre", "A Diversidade é Legal", "Machismo não combina com saúde", entre outras; organização de eventos, como o "VI Colóquio Internacional de estudos sobre Homens e Masculinidades", realizado no Recife em 2017; Composição de comissões avaliadores de eventos científicos e Parecerista *ad hoc*; além de produção de artigos, capítulos de livros e outros materiais acadêmico-científicos.

Em 2015, com financiamento próprio do GEMA/UFPE, viajei a São Paulo para a realização da Mobilidade acadêmica na UNICAMP, sob orientação da *Profa. Isadora Lins França* do Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU. No segundo semestre do mesmo ano, realizei o Estágio à Docência na disciplina "Técnicas de análise qualitativa de dados", com carga horária de 30 horas, no curso de Psicologia da UFPE, sob a supervisão do orientador de mestrado, *Prof. Benedito Medrado*. Nesse período, atuei como membro do Corpo editorial da "Revista Memória LGBT", um periódico digital colaborativo e gratuito, cadastrado no *International Standard Serial Number* (ISSN): 2318-6275, contribuindo em quatro edições

desta em prol da memória de travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais, por meio da difusão e preservação dos bens culturais deste grupo historicamente excluído.

No ano seguinte, com financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), conclui o curso de Mestrado em Psicologia da UFPE, na linha de pesquisa "Processos psicossociais, poder e práticas coletivas", ligado ao campo da Psicologia Social, defendendo a dissertação intitulada "Festa no Gueto? Memórias e Discursos em torno do "Mercado GLS" em Recife / PE[6]". Oriundo dessa investigação, apresentei o trabalho "Memórias e outras discussões sobre os espaços de consumo, lazer e sociabilidade destinados aos gays (homossexuais masculinos) em Recife/PE" no Colóquio internacional supracitado e publiquei um capítulo no livro[7] "Feminismos decoloniais e outros inscritos", cujo título é: "Mercado GLS' como espaço de consumo, lazer e sociabilidade LGBT: visibilizando produções acadêmicas". Nele, apresento o estado da arte sobre o tema perscrutado.

Produzir conhecimentos e dedicar-me aos estudos e pesquisas em gênero e sexualidade, raça/etnia, classe social e outras expressões da diversidade humana, tão caro e necessária à conjuntura socioeconômica, política e cultural representa uma excelente oportunidade de reafirmar minha postura ético-política pautada na defesa intransigente dos direitos humanos e na luta por respeito e valorização da diversidade humana, em favor da equidade e justiça social, conforme os princípios fundamentais do Código de ética profissional do Serviço Social (CFESS, 1993).

1.1.3. Assistente Social e Docente em ação: Um recém-formado encara os desafios cotidianos no mercado de trabalho.

"Aprimorar o currículo para fazer a seleção do Doutorado!" Essa afirmação soou como um mantra dominando meus pensamentos. A meu ver, para que eu pudesse ser aprovado em um concurso público nas Universidades Federais, eu teria que cursar Doutorado em Serviço Social. E, para tal, precisaria requintar o meu currículo. Afinal, o histórico prestígio e o elevado conceito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPE, protagonista na Região Nordeste e reconhecido nacionalmente, fazia-me tremer nas bases. Essa notoriedade dá-se, pois, o PPGSS / UFPE segue "[...] na peleja pela formação crítica de docentes/pesquisadores que, além de qualificar graduações e Pós-graduações do Nordeste, está contribuindo para o

[6] SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. Festa no gueto? Memórias e discursos em torno do "mercado GLS" em Recife/PE. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

[7] Souza, Luiz Henrique Braúna Lopes de; Medrado, Benedito. *Mercado GLS como espaço de consumo, lazer e sociabilidade LGBT: visibilizando produções acadêmicas.* In: Christiane Gonçalves e Marcos Antônio Monte Rocha. (Org.). Feminismos decoloniais e outros escritos. 1ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019, v. 1, p. 39-56.

ingresso de uma nova geração docente nos Cursos de graduação e Programas de Pós-graduação no Brasil (AMARAL; PERUZZO, 2021, p. 354)".

Assim, prossegui minha trajetória em busca de aperfeiçoamento profissional e, nos meses finais de 2016, eu fui aprovado na Seleção Simplificada da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado de Pernambuco, sendo alocado, especificamente, no "Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH)", na Secretaria Executiva de Direitos Humanos, atuando como Assistente Social. O CECH é um serviço responsável pelo atendimento, acompanhamento e monitoramento das denúncias de violência e violação de direitos da população LGBTQIAPN+ e seus familiares, mediante atendimento psicossocial e jurídico especializado, e através da promoção de ações voltadas ao respeito e a cidadania.

O acompanhamento das denúncias, o fomento de diálogos e capacitações com gestoras/es e profissionais dos serviços públicos e privados e a população em geral e a articulação com movimentos sociais, representa, de modo geral, a práxis cotidiana do Assistente Social neste serviço. Ademais, dentre as atividades desempenhadas, ressalto: a prestação de orientações sociais quanto aos benefícios e serviços socioassistenciais, educacionais, previdenciários e sanitários, e os encaminhamentos para a rede de serviços; entrevista social individual, familiar e comunitário; visitas domiciliares e institucionais; e participação nos Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais. Em 2022, publiquei, na Revista Gênero, um artigo[8] sobre a intervenção pedagógica do Serviço Social no compartilhamento de conhecimentos sobre gênero e sexualidade nos municípios pernambucanos.

A práxis profissional no CECH, além de me render aparições em matérias jornalísticas e entrevistas diversas, me possibilitou muitos aprendizados. Encontrar formas de superar os limites estruturais das políticas sociais e dos direitos sob a sociabilidade capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) e, em particular, o enfrentamento às opressões, com criticidade e qualidade, configurou-se um exercício cotidiano, reforçando o entendimento de que a superação do capitalismo e a construção de uma nova sociabilidade é o horizonte estratégico. O aporte teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social possibilitou (re)construir uma forma de enfrentamento à LGBTfobia com amplo potencial transformador, aprimorando a dimensão pedagógica, contribuindo com a construção de novas maneiras de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos de trabalho (ABREU, 2002).

---

[8] SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. *A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL E OS ESTUDOS EM GÊNERO E SEXUALIDADE: Compartilhando conhecimentos do litoral ao sertão pernambucano.* Revista Gênero, v. 22, p. 176-197, 2022.

Nessa caminhada, resolvi encarar um novo desafio profissional alguns quilômetros a mais, semanalmente. Conciliando os vínculos, ingressei, em março de 2017, no corpo docente do curso de Serviço Social da Autarquia Educacional de Serra Talhada (AESET), na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada (FACHUST), localizada no Sertão do Pajeú, interior pernambucano. A distância de 412,3 km do Recife não me fez hesitar. Era a grande chance de ingressar na docência universitária e aprimorar o currículo para o doutoramento. Em três semestres percorrendo a BR-232, 12 horas/semanais na estrada, entre idas e vinda, ministrei disciplinas, orientei TCC, participei de bancas e realizei eventos e ações extensionistas.

No segundo semestre de 2018, ingressei no Curso de Serviço Social do Centro Universitário dos Guararapes (UniFG/PE), assumindo a docência, a supervisão acadêmica de estágio e a orientação de TCC. Ademais, na mesma época, eu orientei dois Trabalhos de Conclusão de Residência (TCR), um na área Multiprofissional em Saúde da Família e o outro na área de Saúde Coletiva com ênfase em Gestão de Redes. Considerando-me amadurecido profissionalmente, decidi participar do processo seletivo para o curso de Doutorado do PPGSS/UFPE. Produzi um pré-projeto de Tese assente nos fenômenos identificados no espaço sócio-ocupacional o qual atuava, me propondo a discutir, inicialmente, as formas de exclusão / inclusão econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência adotadas pela população LGBT no capitalismo contemporâneo, relacionando as categorias trabalho e diversidade humana[9]. Passei!

1.1.4. O Doutorado: o trabalhador-estudante entre o sonho e a realidade.

Os primeiros meses do ano de 2019 foram de muitas mudanças. A insatisfação com um dos vínculos empregatícios e a alegria em cursar o Doutorado me colocaram diante uma série de decisões importantes. Como vimos, estava vinculado ao CECH e a UniFG/PE, atuando como Assistente Social e Docente do Curso de Serviço Social respectivamente. A sala de aula me motivava veementemente a cada semestre; já as constantes mudanças na gestão estadual, o "engessamento" do aparato burocrático, os cortes nas políticas sociais e setoriais e a repetitividade da ação profissional e institucional em decorrência desses reajustes, me desanimaram dia após dia. Restava-me energizar-se na Pós-graduação.

Em março de 2019, se iniciaram as aulas e, dada a nova realidade, optei por desvincular-me dos vínculos e tornar-me profissional-estudante bolsista da CAPES. Dessa forma, tive

[9] O pré-projeto foi publicado em formato de artigo. SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. TRABALHO E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: Dilemas entre a inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população LGBT. REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 3, p. 252-275, 2020.

potencial para me dedicar integralmente às atividades de ensino, pesquisa e extensão, tanto no curso de Pós-graduação, quanto na docência universitária. As disciplinas cursadas na Pós e ministradas no curso de graduação na IES privada contribuíram com o aprofundamento das sínteses teórico-conceituais, a escrita dos artigos, o aprimoramento das trocas em sala de aula, entre outras experiências. Destaco o desenvolvimento do Projeto de Extensão – "Programa Colorir – Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão social", no Centro Integrado de Saúde da UniFG/PE em articulação com a rede de serviços públicos do município de Jaboatão dos Guararapes/PE. Além disso, orientei outro TCR na área Multiprofissional em Saúde da Família, e participei da Banca de Conclusão do Curso de um bacharel em Ciências Sociais pela UFPE.

Em 2020, assumi a coordenação do Curso de Serviço Social na UniFG/PE, segui cursando as disciplinas na Pós e assumi disciplinas no curso de "Especialização em Políticas Públicas e Práticas em Serviço Social" ofertado pela UniFG/PE e no curso de "Especialização em Serviço Social e Gestão em Políticas Públicas" ofertado pela Faculdade Alpha. Atuar profissionalmente frente o avanço neoconservador e neoliberal da extrema direita no país e no mundo, aceleração da mercantilização do ensino, o avanço das tecnologias de informação e comunicação e o contexto de pandemia exigiu-me apropriar-se dos novos desafios à formação profissional, em particular, reconhecendo o Serviço Social como profissão e área de produção do conhecimento, mantendo vivo o legado construído pela categoria profissional, fortalecendo o Projeto ético-político do Serviço Social. Conforme Ana Elizabete Mota e Mavi Rodrigues (2020), "são novas e complexas as questões que desafiam a profissão em função do atual cenário político e econômico mundial e nacional, marcados pela crise capitalista e pelas atuais estratégias de seu enfrentamento (p. 205)".

No ano de 2021, surge a oportunidade de atuar como Professor Substituto do Departamento de Serviço Social (DESSO) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Remotamente, iniciei no DESSO, assumindo, em junho, as disciplinas do semestre 2021.1: "Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I", "Gestão e Planejamento de Políticas Sociais" e "Núcleo do Fazer Profissional I", supervisionando treze estudantes em estágio. Paralelamente, na IES privada, em setembro do presente ano, fui desligado da coordenação do curso, em razão de uma nova reestruturação institucional, mantendo-me no quadro docente. De modo que, em 2021.2, no DESSO/UFRN, ainda remotamente, assumi novamente a disciplina de "Fundamentos I", a supervisão de estágio em "Núcleo do Fazer Profissional II", a disciplina de "Seguridade Social" e a "Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC)" de uma estudante, na temática da diversidade sexual e de gênero.

Em 2022, com o retorno do ensino presencial, me encontro me aventurando, mais uma vez, nas estradas do país. Entre Recife e Natal, percorri, semanalmente, aproximadamente 576 km, totalizando, em média, 08 horas/semanais na BR-101. Entre idas e vindas, cumpri com o processo de qualificação do projeto de Tese do Doutorado, ingressei no Ânima Plurais, um programa institucional da mantenedora na UniFG/PE, que desenvolve o tema "Diversidade, Equidade & Inclusão" no âmbito do Ensino, Pesquisa e Extensão, e ministrei no DESSO/UFRN as disciplinas: "Seguridade Social", "Serviço Social e Processo de Trabalho" e "Tópicos em Serviço Social I", supervisionando sete estudantes em estágio. Assumi a orientação de duas estudantes em OTCC e finalizei a orientação do TCC intitulado "Diversidade Sexual e de Gênero no avanço ultraneoliberal e neoconservador: uma análise da conformação do Centro LGBT / Natal-RN", cuja produção foi premiada como o "Melhor TCC de Serviço Social 2022.1" e, consequentemente, conquistei uma Menção Honrosa pela orientação.

Seguidamente, lecionei na UFRN as disciplinas: "Classes e Movimentos Sociais", "Teoria Política e Serviço social" e "Tópicos em Serviço Socia II" e finalizei outra orientação de TCC. Na UniFG/PE, continuei ministrando as disciplinas no curso de Serviço Social e facilitando o Projeto de Extensão "LEDIN – Laboratório de Equidade, Diversidade e Inclusão: Transformando os espaços acadêmicos e de trabalho", vinculado ao Ânima Plurais, através de grupos de estudos, palestras, encontros e ações sobre as temáticas do Direitos Humanos, fundamentado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Em 2023, no Doutorado, obtive a aprovação do Comitê de ética em Pesquisa, executei os procedimentos investigativos da tese e iniciei o processo de escrita. Nesse período, também me tornei membro do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) do INEP/MEC, realizando avaliação dos cursos de Serviço Social do país. Na UFRN, em meu último semestre como Professor Substituto, ministrei as disciplinas: "Tópicos em Serviço Social I", "Teoria Política e Serviço Social" e "Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV", finalizando as atividades no primeiro semestre com a esperança de retornar ao ensino público, pois é neste espaço que eu visualizo as reais possibilidades de promover um processo de formação profissional transformador. Atualmente, sigo dedicando-me às atividades docentes. E apresento a vocês esse estudo doutoral que se aventa a produzir conhecimentos quanto ao trabalho sexual face ao capitalismo de plataforma.

Concluindo a "escrevivência" deste memorial, para usar uma expressão de Conceição Evaristo (2020), tenho a sensação de que, apesar deste texto falar sobre mim ou sobre o modo como tenho me construído como docente-pesquisador, ele remete a experiências em

coletividade. Como nos ensina Evaristo, ao falar de mim, falo dos outros e, ao falar dos outros, falo de mim. Apresentar, ainda que de modo sistemático, as andanças acadêmicas e profissionais, possibilitará as/os/es leitoras/es (re)conhecerem as minhas escolhas teóricas e ético-políticas expressas na tese. A sistematização das atividades acadêmico-profissionais me permitiu perceber o quão potente profissionalmente eu sou e alimenta o desejo em prosseguir em desenvolvimento, alçando novos horizontes. Curioso, criativo, experiente e bem-informado, tenho amor pelos processos de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão no Ensino Superior e almejo, com essa tese, contribuir com a produção de conhecimentos, aportando novos elementos à análise crítica da sociabilidade vigente.

CAPÍTULO 1 - PRELIMINARES

Este estudo doutoral se aventa a produzir conhecimentos quanto ao trabalho sexual realizado para, por e entre homens face o agravamento das desigualdades sociais, a plataformização do trabalho e o consumo hedônico na contemporaneidade. A tônica desta tese se alicerça na apreensão teórica e analítico-reflexiva do processo de produção de conteúdo adultos para as redes sociais e plataformas digitais como método hodierno de desenvolvimento do trabalho sexual. Os elementos centrais da argumentação empreendida nessa investigação se ancora na crítica à sociabilidade capitalista sob a ótica neoliberal e neoconservadora, predominantemente no que concerne às transformações no mundo do *labor* e o apogeu da racionalidade empreendedora, a expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a expropriação de direitos e as opressões (re)produzidas em torno das em torno relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade, étnico-racial, entre outras expressões da diversidade humana.

Pontuar estes fenômenos, e as nuances que se (re)configuram no século XXI, é passo fundamental para apanhar a peculiaridade em que o arcaico e o moderno se fundem, numa sintonia e, ao mesmo tempo, na falta dela. Destarte, essenciais para perquirição das novas configurações do trabalho sexual na era digital. Ademais, a supracitada expressão fenomênica, a ser dialeticamente desvelada, expressa a necessidade de investigação quanto a tendência triunfante de nossa época: a utilização pulsante das TIC, a incorporação no universo laborativo e a reverberação dessas tecnologias no âmbito simbólico e material / objetivo e subjetivo da sexualidade — identidades, corpos, performance e performatividade, relações afetivo-sexuais e práticas sexuais.

A rigor, este problema de pesquisa se situa na arena teórico-político-conceitual dos estudos e pesquisas em gênero, raça/etnia e sexualidade em interação com a discussão sobre a categoria trabalho, embasados no pensamento crítico das vertentes marxistas, feministas e *queer* em intersecção, reconhecendo as potencialidades desses campos. Não à toa, o caminho sócio-histórico e político do pesquisador situa e designa as escolhas teórico-metodológicas e ético-políticas da pesquisa realizada, como também, estampam os resultados encontrados. As memórias marcantes em minha trajetória acadêmico-profissional, apresentadas introdutoriamente, penetraram em mim (*hummm*!) o desejo de investigar o trabalho sexual plataformizado em congruência com as categorias analítico-explicativas e políticas supracitadas, tal como, possibilitaram esmiuçar o percurso investigativo de encontro com o problema real à tese desenvolvida.

2.1. À Procura do *Crush* ~~Perfeito~~ Disponível: Do problema real à tese

A princípio, o desejo do pesquisador (este que vos escreve) urge da apreensão singular do fenômeno do desemprego, da informalidade, da ausência de oportunidades e da inserção precária nos campos de trabalho, particularmente na realidade dos sujeitos desertores dos padrões socioculturais no contexto histórico atual. A prevalência das iniquidades de gênero, raça/etnia, sexualidade, classe social, gerações e outras expressões da diversidade humana em nossa conjuntura evidenciaram (e seguem evidenciando) a relevância política de estudos direcionados à investigação dialética dos fenômenos mencionados e o compartilhamento dos conhecimentos alcançados. As diversas agendas na esfera dos direitos humanos se materializam em lutas que tensionam as disputas ideopolítica e socioculturais, buscam a efetivação de políticas de proteção social e catalisam as instâncias acadêmicas a embasar teoricamente essas dissensões, potencializando o prélio anticapitalista.

Na esteira dessas reflexões, o desejo investigativo inicial se encontrava orientado, afetivo e sexualmente, a averiguar as formas de inserção de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-bináries e mais outras orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes (LGBTQIAPN+) no mercado de trabalho brasileiro e as estratégias de sobrevivência ante a não-inserção. Com tesão nessa temática, submeti o pré-projeto de pesquisa ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPE, intitulado "Trabalho e Diversidade Sexual e de Gênero: Dilemas entre a exclusão/inclusão econômica e social e as estratégias de sobrevivência da população LGBT", sendo aprovado na seleção para o curso de doutorado, com ingresso em março de 2019. MÚLTIPLOS ORGASMOS! - "Coitado! Nem imaginava o que estava por vir...", reflito agora.

O famigerado pré-projeto de tese visava perscrutar essa realidade na particularidade da conjuntura local, o Estado de Pernambuco. De tal maneira que designava-se a: a) contextualizar as transformações no mundo do trabalho e suas precarizações em tempos de crise do capital, problematizando as relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade e étnico-racial; b) analisar a LGBTfobia como uma das manifestações da "questão social" e o respeito à livre expressão das orientações sexuais e identidades de gênero como possibilidade de transformação social; c) compreender as formas de exclusão e inclusão econômica e social da população LGBT no mercado de trabalho no território pernambucano; e d) identificar as estratégias de sobrevivência empreendidas pela população LGBT não-inserida no mercado de trabalho no contexto local.

Proveniente das considerações sobre a prática profissional do Serviço Social no Centro Estadual de Combate à LGBTfobia (CECH) e as inquietações quanto às possibilidades e desafios da execução terminal da política de Justiça e Direitos Humanos no Governo do Estado de Pernambuco sob o comando, à época, de Paulo Câmara[10], vinculado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), conforme mencionado anteriormente, este pré-projeto se consolidou como um alicerce teórico-reflexivo sobre o tema. "Mas antes que as primeiras pedras sejam atiradas, alto lá" – a pesquisa foi ganhando novos contornos ao longo do aprofundamento teórico-conceitual e do contato mais íntimo, se é que vocês me entendem (uhmm!), com categorias centrais do estudo – trabalho e diversidade – e o pré-projeto de tese foi sofrendo alterações... Todavia, a versão preliminar rendeu a publicação em versão de artigo na Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH) vinculada a área de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).[11]

Retomando a discussão, a demanda por (re)colocação no mercado de trabalho era recorrente nos relatos das necessidades da população LGBTQIAPN+ acompanhada pelo CECH. Comprovando a importância do tema, àqueles/as que procuravam atendimento no centro especializado, ou eram encaminhados por outros equipamentos e movimentos sociais, apresentavam uma série de situações experienciadas no terreno das violências e violações de direitos e, uma das possibilidades de superação do real, recaiam na esperança/urgência em conquistar uma vaga. Revelam-se os desafios do acesso e permanência nos espaços de trabalho convencionais e enfrentados pelas pessoas que experienciam as dissidências existenciais em relação à gênero, raça/etnia, sexualidade, geração, condição física, mental, intelectual e/ou sensorial, entre outros, que propagam processos de diferenciação e aniquilam – física e simbolicamente – vidas.

Sobremaneira, as pessoas atravessadas por essa diversidade experienciam de inúmeras maneiras as diferenciações. Recordando-me das andanças profissionais e dos relatos dos usuários do centro, a constância de denúncias de violência e violações no seio familiar e na via pública majoritariamente, e reiteradamente nas instituições públicas e privadas – a nossa conhecida LGBTQIAPN+fobia institucional. Cárcere privado, agressão física e/ou psicológica, negação do uso do Nome Social, estupro corretivo, assassinato brutal de mulheres trans e

[10] Paulo Henrique Saraiva Câmara esteve à frente do Poder Executivo estadual em Pernambuco no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2022.

[11] Vide: SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. Trabalho e diversidade sexual e de gênero: dilemas entre a inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população LGBT. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 10, p. 252-275, 2020. Disponível em: < https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10443 >. Acesso em 01.06.2023.

travestis, abuso patrimonial, negligência são algumas das maneiras em que se concretiza a dizimação da diversidade.

Inferimos que as barreiras instituídas no que corresponde ao acesso e permanência ao mercado de trabalho pela população referida são ratificadas pela ideologia dominante da classe burguesa que exerce hegemonia, revestida de coerção e consenso, consoante a perspectiva gramsciana, materializando-se algozes das existências desertoras da ordem social vigente e suas engessadas regulações. Desta maneira, ancorar-se no pensamento crítico com enfoque na centralidade das categorias sociais de análise histórica é tarefa fundamental para que se compreendam as desigualdades, opressões, violências e violações cotidianas, assim como, as resistências, rebeldias e organizações político-sociais.

Romper com a lógica do sujeito universal, e as diferenças e hierarquias constituídas em torno desse, possibilita a denúncia às diferenciações e assimetrias no acesso à bens e serviços, à riqueza socialmente produzida, aos processos de dominação, exploração e expropriação de direitos. Assim, essas configurações particulares à sociabilidade capitalista são preponderantes para o afastamento da população aqui estudada da tal vida digna, enobrecida, via acesso e permanência no mercado de trabalho. Por outro lado, essa ontologia das diferenciações reconhecida em sua multiplicidade e complexidade se constituem, no decurso do tempo, como mecanismos de luta e resistência. Essas e outras nuances tracejam os caminhos investigativos desenvolvidos durante o doutoramento e me fazem recordar a série de *dates* à procura do objeto de tese perfeito.

Desses encontros, alguns resultaram em sexo casual. Outros renderam sexos mais frequentes, porém sem rótulos e sem compromissos. Já outros se renderam à intensidade das relações, mas com tanta gana, tantas expectativas, que se desfizeram na mesma intensidade. Muitos encontros e despedidas. E, cada dia mais, vigorava o desespero e a angústia em encontrar o *match* perfeito. Reflito: – "Utopia? Sim! Sei bem que a perfeição foge à realidade, mas me deixem sonhar...".

De volta ao plano real... Essa caça foi duramente impactada em razão da pandemia da COVID-19 e seus desastres, globalizada no primeiro trimestre do ano de 2020. Compulsoriamente, ela engendrou uma gama de transformações nas relações sociais de produção e reprodução. Melhor dizendo, a acumulação capitalista no contexto pandêmico se desenvolveu com o estabelecimento de novas configurações no mundo do *labor* sob a égide neoliberal. marcada por inovações – ou antecipação de prospecções futuristas, ou modernização de formas arcaicas – na sociabilidade contemporânea. Todavia, vale salientar que essas

transformações não se deram unicamente no ciclo referenciado, por essa razão importa-nos historicizar.

Em razão das limitações geradas pelo seu próprio desenvolvimento, o capitalismo passou por diferentes crises, das últimas décadas do século XX às primeiras duas décadas do século XXI, estruturando, a cada momento histórico, diversificadas estratégias de restauração/manutenção de sua dominação e exploração dos seres sociais e da natureza. Do modelo fordista-taylorista ao modelo de acumulação flexível, o capital implantou mudanças nas relações sociais, de produção e reprodução, adotou a doutrina neoliberal como plano ideológico e tomou medidas pertinentes à legitimação dos seus processos de acumulação.

No estágio atual, o capitalismo mundial, que vivencia um contexto de crise orgânica[12], expressa sua verdadeira face ao apresentar ser veementemente incapaz de conciliar a preservação da existência humana e do meio ambiente e garantir a sua própria existência, dada as atuais configurações da acumulação capitalista e as formas políticas em que se constitui. A barbárie explícita que predomina na atualidade é inerente à sociabilidade capitalista. Passamos de um modelo que vislumbrou uma proteção social básica, em certa medida, para a garantia da ordem e do progresso, a um modelo de proteção social mínimo, que valoriza a acumulação a qualquer custo, custe o que custar. O preço desse processo recai sobre a classe trabalhadora que se conforma por oposição à dinâmica capitalista e pela experiência vivida, social e historicamente (THOMPSON, 1987; WOOD, 2003), a exemplo da superexploração, das opressões, do aumento da violência, da fome e da miséria, ou seja, a degradação das suas condições de vida e de trabalho.

Partimos do pressuposto que a regressividade imposta pelo capital na sua fase atual, redireciona a vivência das pessoas, que se reconhecem com as dissidentes orientações sexuais e identidades de gênero, a um lugar subalterno, marginal e vulnerável. A expropriação de direitos e, consequentemente, a desproteção social condicionam a classe trabalhadora à barbárie permanente. Formas subalternas modernas-arcaicas de acumulação capitalista se reatualizam continuamente. Penso: – "o buraco é subterrâneo e nessa queda a dor não é nada prazerosa". A

[12] De acordo com Marcelo Mattos (2018, p. 71), é uma expressão utilizada por Gramsci, quase sempre combinado com o termo "crise de hegemonia", para expressar "[...] que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas [...], ou porque amplas massas [...] passaram subitamente da passividade política para a atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução". Também referindo-se a expressão, Ana Elizabete Mota (2018, p. 229) afirma que "A crise que assistimos é determinada no âmbito da economia, mas se espraia no ambiente das relações políticas, ideológicas e culturais, afetando a relação de forças entre as classes fundamentais e impondo ranhuras na direção e no conteúdo das lutas sociais, em face das constrições operadas pelas medidas do governo, organicamente articulado às classes proprietárias".

noção de “experiência vivida” apresenta-se como elucidativa da imbricação existente entre as situações vividas pelo ser social e a totalidade das relações sociais de produção, no qual o trato cultural da experiência tomar lugar e são praticadas por meio de ações conscientes (THOMPSON, 1987, p. 10).

No caso em estudo, a população LGBTQIAPN+ sente os impactos dessa conjuntura de maneira particular, dada às questões em torno do gênero, raça/etnia, sexualidade e classe social que marcam a trajetória de vida e de trabalho, particularmente em decorrência da ofensiva neoliberal e neoconservadora que eclodiu no Brasil e em diversos países. E, na conjuntura pandêmica e pós-pandemia, essa regressividade se agrava, potencializando as vulnerabilidades e precariedades, invisibilizando, silenciando e aniquilando vidas, ao mesmo tempo que se estruturam formas político-organizativas de enfrentamento. Rompe-se a frágil abertura neoliberal para implementação de direitos e a relativa tolerância social que estruturava, mesmo que de modo reduzido, as problemáticas vivenciadas pelos sujeitos dissidentes que passam a intensificar os seus mecanismos de resistência.

Mauro Iasi (2018, p. 17) foi assertivo ao afirmar que “[...] a humanidade foi colocada à serviço da valorização do valor, direta ou indiretamente”. O imperialismo deste modo de produção nas formações sociais existentes assume, a nível mundial, o seu caráter destrutivo, cujas características marcantes são: exaurimento dos recursos naturais; consumo predatório da força de trabalho e intensificação da exploração; subordinação da ciência e da tecnologia ao princípio da obsolescência programada; imposição de uma configuração do Estado totalmente submisso aos interesses da classe dominante, sem qualquer abertura para o convívio com a garantia de políticas públicas e direitos sociais, operando, inclusive, mudanças nas formas de luta e resistência da classe trabalhadora (Idem, p. 18; 21).

Dada à sua expansão, o capitalismo consegue disseminar, através do consenso ou coerção, os seus valores, princípios e interesses sórdidos, de modo desenfreado, mesmo com a representação histórica de diferentes e diversas manifestações anticapitalistas. Os fenômenos brevemente apresentados na geopolítica mundial manifestam-se, de modo desigual e combinado, nos países de capitalismo periférico e dependente, como o Brasil. Nas circunstâncias contemporâneas, essas particularidades se exacerbam com a crise sanitária mundial que se instaura no país em março de 2020 e tem o seu “fim” declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em maio de 2023. É nas tramas desse “mundo cão” que visualizamos essas obscenidades estruturais que não nos levam ao gozo (*Afffff*!).

2.2. A regressividade dos direitos no capitalismo contemporâneo e a resistência LGBTQIAPN+: uma rapidinha sobre a conjuntura brasileira.

O Brasil do Século XXI conferiu às temáticas de gênero e sexualidade um destaque nas disputas ideopolíticas. O avanço do neoconservadorismo e do autoritarismo populista e fascista na democracia brasileira (e no mundo) polarizam os antagonismos de classes e as contrariedades às recentes políticas e direitos conquistados pelos movimentos feministas, negro e LGBTQIAPN+. Em virtude de tal fenômeno se escancaram as opressões estruturantes da sociabilidade hedônica capitalista e as rupturas de gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social e outras expressões da diversidade humana. Interesses financeiros e econômicos na apropriação do Fundo Público estão aguçando os processos de diferenciação e violência e se posicionando publicamente de modo adverso às vidas que, nos limites histórico-políticos, resistiram e seguem resistindo na perspectiva de consolidar possibilidades concretas de serem vividas sob a égide capitalista, e concretizando táticas e estratégias de superação da ordem em hegemonia.

Nesse âmbito, é mister abordar os marcos históricos da formação social brasileira, entendendo esse processo dialético como essencial à compressão das ressonâncias no tempo presente e nas prospecções futuras. Conforme a tese de Ivone Silva (2013), é possível identificar as raízes latentes da nossa "questão social" desde a fase colonial-escravista e seus conflitos sociais. O processo de colonização do Brasil é dotado de exploração dos recursos naturais, ocupação truculenta das terras, extermínio da população nativa (indígenas) e outros processos predatórios. A autora, com base em Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e outros autores, resgata o passado colonial para compreender as razões de nossa dependência econômica, política, social e cultural, ao asseverar que,

> [...] a emergência e legitimidade da questão social no Brasil, como resultante das lutas sociais históricas, tem raízes, ainda que latentes, nos antagonismos da sociedade e da economia colonial-escravista; mesmo compreendendo que a questão social só adquire reconhecimento e publicização tardia nas primeiras décadas do século XX com o desenvolvimento do capitalismo moderno e mediante o processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira (SILVA, 2013, p. 01).

Consideramos, desse modo, que a formação sócio-histórica brasileira, gestada sob as bases de uma economia colonial-escravista, referenciam a condição dependente e desigual do país. As narrativas teórico-intelectuais sobre a sociedade brasileira e latino-americana consolidadas no percurso do Séc. XX e início do Séc. XXI amparam as análises sobre as tendências do desenvolvimento econômico, ideopolítico e sociocultural concatenados, construídos e ressignificados em nossa trajetória. Preliminarmente, consideramos as obras do polímata pernambucano Gilberto Freyre como pontos de partida para uma "interpretação do Brasil", numa concepção funcionalista, de harmonia e instabilidade social, do período da

produção e reprodução do escravismo colonial. Ao narrar a vida nos centros urbanos e as relações produtivas, sociais e religiosas vivenciadas à época, o século XIX, Freyre elabora uma série de romances *ad nauseam* em formato de livros e outros textos repletos de histórias e estórias jocosas e estigmatizantes sobre a sociabilidade escravista do Brasil Colônia, evidenciando uma possível relação democrática entre "o senhor e o escravo"[13], concretizando o que, em nosso tempo, convencionou-se chamar de "mito da democracia racial". A obra *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1933, reforça esse "mito fundador"[14] que desempenhou (e continua desempenhando) um papel importante na visão global sobre o Brasil. O culturalismo funcionalista de Freyre inaugura a lógica da cordialidade, pacificidade e integralidade do povo brasileiro, no qual as contradições foram, organicamente, superadas com a miscigenação, na perspectiva do autor.

Âncora do pensamento oligárquico brasileiro, o historiador Sérgio Buarque de Holanda contribui para a continuidade dos paradigmas sobre a população brasileira, em especial, com a sua investida na construção ideológica do "Homem Cordial". Na obra *Raízes do Brasil*[15], publicada em 1936, Holanda busca explicitar o processo de formação sócio-histórica visando decifrar a identidade nacional, caracterizando o povo brasileiro e a nossa civilização, a partir do ponto de vista das elites. Cordialidade, bondade, subserviência, pacificidade são características da população do país construídas pelo ensaísta político citado. Holanda sustentava a ideia de consenso entre "senhores e escravos", ocultando as práticas coercitivas do período escravista e o apagamento e silenciamento das resistências ideopolítica e culturais dos povos. Seríamos, portanto, um povo "açucarado", amável, sensual, caloroso e acolhedor.

Em contraponto a essa historiografia, Caio Prado Júnior, sociólogo, historiador, escritor, filósofo e político brasileiro, inaugura uma compreensão sobre a sociedade colonial brasileira no livro *Formação do Brasil contemporâneo*[16] e outras obras, numa perspectiva teórico-

---

[13] Ver: FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2016; FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

[14] Sobre esse assunto, Marilena Chauí (2000) afirma que "Vivemos na presença difusa de uma narrativa da origem. Essa narrativa, embora elaborada no período da conquista, não cessa de se repetir porque opera como nosso mito fundador. Mito no sentido antropológico: solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos na realidade. Mito na acepção psicanalítica: impulso à repetição por impossibilidade de simbolização e, sobretudo, como bloqueio à passagem à realidade. Mito fundador porque, à maneira de toda *fundatio*, impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa, que não permite o trabalho da diferença temporal e que se conserva como perenemente presente. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para se exprimir, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo. Para aprofundar o tema, ver: CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

[15] Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. (1936) 17a. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984.

[16] Ver: PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

metodológica marxista. Ao refletir sobre o processo de colonização exploratório das riquezas brasileiras, este autor atribui à escravidão parte contundente do aviltamento e derruição dos povos indígenas e da população negra africana, tanto na perspectiva de caracterização dos limites e possibilidades históricas do desenvolvimento econômico e das forças produtivas em processo no país, quanto na direção de estabelecer novas bases teóricas que refutem as teses já promulgadas. Entretanto, por mais que tenha se contrastado politicamente de Freyre e Holanda, a obra de Prado Jr carrega marcas latentes do racismo, se aproximando, ainda que contraditoriamente, dos antecessores, ao afirmar que os povos originários e os povos submetidos à escravidão eram "de nível cultural ínfimo", reiterando preconceitos antigos.

Seguindo o curso de obras que contribuem na compreensão da nossa formação sócio-histórica e as implicações no tempo presente/futuro, localizamos a análise contemporânea do sociólogo Florestan Fernandes. Ao analisar nossa situação econômica, Fernandes designa a condição de *capitalismo dependente* em que fomos (e ainda permanecemos) constituídos. A obra *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*[17] e outros escritos abordam as particularidades da realidade social do país e o seu processo de desenvolvimento. De acordo com Fernandes (2005, p. 39-40), os "móveis capitalistas do comportamento econômico" foram introduzidos desde o período colonial: de um lado, um setor agroexportador totalmente dependente do exterior; e de outro, um setor interno de produção, circulação e consumo de bens, subsumido aos ditames externos. Todavia, esse modo colonial apresentava-se de forma arcaica à nível global, desse modo, para expansão capitalista no país, era necessário romper com esse processo antiquado e abrir portas às modernizações. Inicia-se a tardia industrialização e urbanização numa condição subdesenvolvida, integrada à economia internacional, especialmente aos interesses econômicos e políticos dos países imperialistas eurocêntricos e, posteriormente, norte-americano. Florestan aborda o capitalismo monopolista num determinado tempo estrutural e histórico.

Este desenvolvimento, lento e heterogêneo, apresenta um caráter antidemocrático e autoritário da burguesia brasileira e seus ataques à classe trabalhadora, especialmente no Pós-Segunda Guerra – meados do Século XX. O autor alerta que "ao que parece, o importante e decisivo não está no passado, remoto ou recente, mas nas forças em confronto histórico, em luta pelo controle do Estado e do alcance da mudança social (ibid., p. 209-210)". Contraditoriamente, este padrão de desenvolvimento implica novas configurações nas lutas de

[17] FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

classes, potencializando, materialmente, as condições para a organização política da classe trabalhadora, dinamizando o capitalismo.

Dado o desenvolvimento tardio do capitalismo no Brasil e nos países latino-americanos, os processos de colonização dos povos e das terras originárias caracterizam traços da dominação e exploração capitalista, constituinte da trajetória sócio-histórica e cultural do país. Nos ditos de Florestan Fernandes, é perceptível a forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia burguesa, evidente nos antagonismos experienciados e nos inúmeros processos de luta e resistência. Há evidências da prevalência de uma dominação burguesa, inclusive em períodos de vigência de regimes políticos democráticos. Os diversos momentos políticos de conquistas e derrotas das forças populares, verificados ao longo da história, nos permitem compreender que elas representavam (e ainda representam) uma forte ameaça à hegemonia[18] da classe dominante. No presente, essa associação — desenvolvimento capitalista e autocracia burguesa — que consolida estruturalmente o avanço do capital imperialista, se expressa nos fatos recentes vivenciados no Estado Brasil do século XX e XXI, o golpe civil-militar de 1964 e o golpe político, parlamentar, militarista, conservador e midiático de 2016.

A disputa entre projetos societários antagônicos no período de estruturação do capitalismo monopolista nos países da periferia do capital marca mudanças na dominação econômica e política exercida pelo imperialismo, através da violência, censura, perseguição e reordenamento da classe trabalhadora funcional, de certo modo, à manutenção dos processos de acumulação capitalista, em pleno Século XXI, em nome dos interesses autocráticos burgueses no Brasil. Assim como, consolidam transformações socioculturais neste âmbito. Conforme Florestan Fernandes, Raymundo Faoro e Carlos Nelson Coutinho[19], o capitalismo no país é caracterizado pelo desenvolvimento desigual e combinado, explicativa das artimanhas que vem subordinando os países periféricos aos interesses da acumulação do capital monopólio internacional.

---

[18] O conceito de hegemonia aparece, nas reflexões de Gramsci, como sinônimo de construção do consenso em torno de um dado projeto de dominação de classe, quanto como a "combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados 'órgãos da opinião pública'". Assim, a construção da hegemonia, em uma sociedade capitalista complexa, envolveria uma ação de classe moldada não apenas a partir do monopólio dos mecanismos coercitivos característicos do Estado, em seu sentido mais restrito, mas também em um processo mais complexo, onde a organização de frações de classe, a ação política em defesa de determinado(s) projeto(s) e a construção de consensos para além das frações às quais tais projetos se vinculam diretamente se iniciam desde a sociedade civil (MATTOS, 2018, p. 71-72).

[19] Ver: COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011; FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Companhia das Letras, 2021.

A estrutura motriz da ditadura militar brasileira perdurou de 1964 a 1985. A organização política da classe trabalhadora, fortalecida, particularmente, em fins dos anos 1970, potencializou a luta antiditatorial no país, mobilizando diversas organizações políticas em torno da retomada da democracia no país. Movimentos sociais, partidos políticos, organizações sindicais e outras formas de associativismo e luta política se concretizaram, pressionando o poder estatal e vislumbrando a abertura política do país. Configura-se o período de redemocratização do país que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, assegurando um rol de direitos sociais, civis e políticos à população brasileira.

Contudo, para consolidar-se com pouca ou nenhuma barreira, a classe dominante investe intensamente nos aparelhos privados de hegemonia – desde os convencionais mecanismos de comunicação com a sociedade civil até a consolidação do Terceiro Setor e o uso intenso das instituições públicas e privadas -, com o propósito de tornar comum o interesse privado, através do consenso e/ou coerção e, na maioria das vezes, utilizando-se da regulação e legitimidade do Estado, encontrando "nele as condições ideais para regular os programas de austeridade exigidos pelo grande capital no século XX e no presente XXI (AMARAL, 2018, p. 245)". De tal maneira, a classe dominante consegue imprimir aos subalternizados a sua lógica de dominação, fazendo com que incorporem os valores e princípios impostos pela ordem produtiva do capital, permeada pela expropriação de direitos e pelos processos de intensificação da exploração da força de trabalho.

Desde a década de 90 do Século XX aos tempos atuais, observamos um retorno às práticas assistencialistas e filantrópicas efetivadas como formas de enfrentamento às expressões da "questão social" e de concretude da dependência material e subjetiva da classe trabalhadora. Paralelamente, verifica-se a valorização do individualismo, da flexibilidade, da mobilidade e da adaptabilidade ao novo tempo como prerrogativas ao conjunto das/os trabalhadores que, hoje, seguindo as novas regras do capital, são encorajados a serem empreendedores, principalmente em razão da ausência de políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Há, portanto, uma lógica de adequação à uma condição de vida e de trabalho que lança toda a população em "processos de precariedade material, social, política e cultural (p. 245)".

Nesse ponto, todas as escolhas por caminhos contrários e contestatórios foram, são e serão reprimidos, oprimidos e criminalizados, pois, subvertem a ordem social vigente. Esse é o papel da sociedade política, nas análises gramscianas, visto que são responsáveis por estabelecer os ditames da classe dominante por meio da força e da violência, práticas justificadas e consensualizadas. Em síntese, "máximo investimento nos aparelhos privados de hegemonia e força máxima na máquina repressiva constituem a combinação mais adequada

para definir o grau de articulação de coerção e consenso por meio do qual se constrói a dominação capitalista numa sociedade ocidental periférica (MATTOS, 2018, p. 78)".

Sobre esses aspectos, examinamos que os modos de dominação de uma classe sobre outra e as formas como os regimes políticos desempenham suas ações são uma combinação de consenso e coerção. E prosseguem reticentes a qualquer tipo de rebeldia, embargando que determinadas demandas populares, ainda que de cunho reformista, adentrem a agenda pública institucional e abram espaço para um frouxo enfrentamento das expressões da "questão social". Nos ditos de Mauro Iasi (2018),

> Sua nova forma exige uma configuração de políticas sociais sustentadas com aquilo que sobra dos fundos públicos depois do saque operado pelo capital financeiro/imperialista. Políticas sociais compensatórias, focalizadas, gotejadas que perdem seu caráter "universal" para assumir explicitamente sua prioridade de dirigir-se às manifestações mais agudas da miséria absoluta (p. 21).

Esse é o traço que atravessa os problemas contemporâneas brasileiros. Nocivamente, experienciamos configurações da precariedade vital impelida pelas pujanças do setor econômico e financeiro, nacional e internacional, que estão avivando formas severas de nulificação objetiva e subjetiva dos indivíduos e da coletividade, por meio de práticas LGBTQIAPN+fóbicas, capacitistas, racistas, machistas, misóginas e sexistas, xenofóbicas, etaristas e um série de reações violentas e, em casos extremos, a ocisão dessas vidas. É a derruição endógena da democracia orquestrada pela própria estrutura que a conforma.

Mesmo diante diferentes formas de contestação na sociedade civil brasileira, a sociedade política mantém a coerção e a ausência de diálogo entre as representações políticas no parlamento brasileiro, inviabilizando, dessa maneira, que novas formas de enfrentamento às expressões da "questão social" sejam consolidadas, tampouco que as demandas mais urgentes da classe trabalhadora sejam atendidas. Tal dinâmica expressa a análise de Iasi (2018),

> A evidente insuficiência desta forma das políticas sociais tem que ser acompanhada de uma intensificação dos meios de controle e repressão da pobreza e da miséria, daí a criminalização da pobreza e da luta dos pobres e dos trabalhadores. No mesmo momento em que as características do "Estado de exceção" se apresentam no centro – do capital –, na periferia onde este Estado de exceção já era a regra, explode o genocídio, o extermínio e a violência explícita (p. 21).

Nesse diapasão, as análises recentemente desenvolvidas mostram que a democracia realmente instaurada no Brasil, especificamente após a ditadura militar e o processo de redemocratização do país, que culminou na consolidação da Constituição Federal do Brasil (CFB) de 1988, foi outorgada pela autocracia burguesa, mesmo com a efetiva participação popular. O avanço do neoliberalismo representou, nos anos subsequentes, um compilado de ameaças e ataques às parcas conquistas da classe trabalhadora, como uma resposta à

recomposição da estabilidade da dominação de classes em todas as dimensões, sob influência do capitalismo imperialista internacional.

Nesse monte, sobre a conjuntura brasileira, de governos que defendiam o projeto neoliberal de interesse da classe dominante a governos que contrabalanceiam os interesses neoliberais e as pautas políticas das/os trabalhadoras/es, com políticas focalizadas e compensatórias e a expansão do consumo e do endividamento das famílias, viveu (vive) o Brasil do final do século XX e meados da segunda década do século XXI. Fernando Collor (1990 - 1992), vinculado ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN) à época; Itamar Franco (1992 - 1995), vinculado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), vinculado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) e Dilma Rousseff (2011 – 2016), vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT); foram as figuras públicas que assumiram a cadeira principal do Poder Executivo do Brasil, no período de 1990 até 2016, defendendo, cada qual, aspectos fundamentais do projeto de sociedade[20] que seus respectivos partidos políticos construíram como plano de gerenciamento.

Por essas e outras questões, é fundamental compreender, como bem defende Mota (2018), o significado dos direitos e das políticas sociais na conjuntura atual, possibilitando apreendermos o(s) sentido(s) da consolidação (ou não) de direitos numa sociedade dividida em classes. Para isso, a autora faz uma análise da situação política, econômica e social do Brasil contemporâneo relacionando com o conceito de emancipação política e emancipação humana em Karl Marx[21]. Mota afirma que na sociedade capitalista, a base material em que se

---

[20] Todo projeto e, logo, toda prática, numa sociedade classista, têm uma dimensão política [...]. Ou seja, se desenvolvem em meio às contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas. Na sociedade em que vivemos (a do modo de produção capitalista), elas são a burguesia e o proletariado. [...] (O) eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social. [...] Os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores (TEIXEIRA, 2009, p. 03-04).

[21] Emancipação Política e Emancipação humana são dois conceitos em discussão na obra marxiana. No livro "A questão Judaica" (1997), Karl Marx aborda as "distinções e processualidade" que englobam historicamente estes conceitos. Redigida no final de 1843, o autor realiza uma crítica aos direitos humanos de natureza formal e liberal-individualista, previstos na Declaração Francesa de 1793, considerando que eles são, em realidade, os direitos do homem egoísta integrante da sociedade burguesa, voltado para si mesmo e para seu interesse individual. Nos ditos de Ana Elizabete Mota, a emancipação política é referente ao campo "dos direitos e reformas sociais para atender necessidades determinadas pela sociedade, que explora o trabalho e acumula riquezas" (MOTA, 2018, p. 226) e a emancipação humana refere-se ao campo "da revolução, com a supressão da propriedade privada, da acumulação privada da riqueza e a libertação dos grilhões da exploração do trabalho" (Idem). Para ampliar essa discussão, ver: MARX, Karl. A questão judaica. Rio de Janeiro: Achiamé. s/d., 2005; MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo" O rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano. Germinal: marxismo e educação em debate, v. 3, n. 1, p. 142-155, 2011.

consolidam os direitos é absolutamente desigual, uma vez que os burgueses (proprietários dos meios de produção e compradores de força de trabalho) e os proletários (vendedor da força de trabalho explorado) são igualmente cidadãos, mesmo em condições estruturalmente opostas. Portanto, a igualdade genérica que se estabelece, não permite romper completamente com as bases estruturais dessa sociabilidade. A própria autora afirma que:

> Assim, inegavelmente, os direitos são uma mediação das conquistas civilizatórias e expressão de relações de forças, mas o seu significado objetivo e subjetivo requer a sua remissão à dinâmica da reprodução social: às estratégias de dominação, exploração e resistência presentes na sociedade, dividida em classes antagônicas. No fundo, o que está em questão é o limite do reformismo em face da necessidade ontológica da revolução. Ou seria possível referir-se à estratégia reformista sem concebê-la como antítese de um processo revolucionário? (MOTA, 2018, p. 226).

Sem dúvidas, esse debate aprofunda o entendimento que a luta e conquista de direitos está posta nos limites da sociabilidade capitalista, ou seja, rompem parcialmente as questões estruturais em torno da relação contraditória e desigual entre capital e trabalho. Essa percepção não deve ser utilizada de forma fatalista, pelo contrário, serve de motivação para a compreensão do horizonte essencial: romper com as relações sociais que asseguram a reprodução da sociedade capitalista. E essa vontade e ação política já pulsa entre nós, ainda que lentamente e sob aparelhos.

A instituição da CFB em 1988, além de ser a concretização da pauta política da classe trabalhadora, também representava os interesses da classe dominante no que corresponde à garantia de condições mínimas de subsistência, fundamental para o progresso da apropriação econômica e dominação política do país. Todavia, conforme experienciamos, a consolidação de direitos na lei não é sinônimo de efetividade, especialmente num período de ascensão da ideologia neoliberal e suas ações em prol da expropriação de direitos. Essa "confluência perversa", nos termos da Evelina Dagnino (2004)[22], é um desafio que necessita de muitas inflexões para decifrá-lo.

Por esse motivo, é fundamental qualificar o debate em torno do significado dos direitos e da política social na sociabilidade capitalista, pois fortalece a luta da classe trabalhadora ao reconhecer os limites e possibilidades na ordem social vigente. Citando Karl Marx: "A emancipação política é, sem dúvida, um grande progresso; mas ela não é, decerto, a última forma de emancipação humana em geral, mas é a última forma de emancipação política no interior da ordem mundial até aqui (MARX, 1997, p. 57)". A importância da luta por direitos e a resistência aos ataques sofridos é indispensável e urgente, pois sem eles, com certeza,

[22] Para aprofundar-se nesse conceito, ver: DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. La cultura en las crisis latinoamericanas, p. 195-216, 2004.

vivenciávamos um agravo da precariedade vital e, até mesmo, um aniquilamento da existência humana, da natureza e de qualquer possibilidade de transformação macrossocietária.

> Por este motivo, a luta pela preservação e, mais que isto, qualquer avanço na esfera dos direitos, no caso do Brasil, pode ter uma particular inflexão anticapitalista, especialmente ao contrapor-se às modernas expropriações de direitos sociais que transformam cidadãos em consumidores através da mercadorização dos bens e serviços públicos que materializam o exercício dos direitos (MOTA, 2018, p. 228).

Esse reconhecimento permite que as estratégias de luta e resistência à ofensiva neoliberal e neoconservadora vigente no país sejam refletidas coletivamente, no momento histórico em que parte significativa da classe trabalhadora está carente de proteção social. Populações vem sendo frequentemente abandonadas. A expropriação[23] coloca uma massa de trabalhadores em condição de precariedade extrema. A historiadora e doutora em filosofia, Virgínia Fontes (2018), em seus estudos sobre as formas em que o neoliberalismo se materializa na sociabilidade brasileira e na vida dos sujeitos, alega que estes são os "sem":

> A grande maioria dos seres sociais está doravante desprovido dos meios de existência que possa assegurar sua subsistência. Configuram os "sem", base de inúmeros movimentos sociais que irromperiam mais de um século depois de Marx, como os "sem terra", "sem teto", "sem documentos", "sem comida", "sem emprego" etc. Antes como na atualidade, as expropriações geram seres sociais sem meios de trabalho, sem o acesso a matérias-primas, sem o acesso à terra, convertidos em trabalhadores e que precisam imperativamente vender sua força de trabalho para assegurar sua subsistência (p. 23).

A rendição dos sujeitos sociais à uma condição de completa dependência de proteção social por parte do Estado em que são, forçosamente, colocados é parte imprescindível da reprodução ampliada do capital, uma vez que um grande contingente populacional segue expropriado dos seus meios de vida, se encontram em situação de desemprego, em razão da "permanente produção da superpopulação relativa[24] pela 'ociosidade forçada'" (FONTES, 2018, p. 26) que agrava a (sub)existência populacional. O Estado cumpre papel fundamental

---

[23] A expropriação é compreendida como o processo de subtração de condições históricas de reprodução da força de trabalho mediadas pelo Estado Social, por meio da reapropriação, pelo capital, de parte do fundo público antes destinado aos direitos conquistados pela classe trabalhadora. [...] Trata-se de qualificar a bárbara subtração de direitos sociais por meio de sucessivas e avassaladoras contrarreformas nas políticas sociais e qualificação do Estado no tempo presente, que obriga a classe trabalhadora a oferecer sua força de trabalho no mercado a qualquer custo e a se submeter às mais perversas e precarizadas relações de trabalho, que exacerbam a extração da mais-valia relativa e absoluta (BOSCHETTI, 2018, p. 158).

[24] Refere-se, de acordo com Virgínia Fontes (2018) e sua interpretação das obras de Karl Marx, ao conjunto populacional de trabalhadores excedentes que são produtos necessários para a acumulação ou desenvolvimento do capitalismo. Ela constitui o chamado exército industrial de reserva a dispor do capital. Nas análises de Fontes (2018): "a dinâmica de funcionamento do capitalismo produz de maneira dupla superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva: pela expropriação daqueles cujos meios de existência possam converter-se em capital e pelo desemprego recorrente para uma expressiva massa de trabalhadores. O papel dessas massas trabalhadoras desprovidas de emprego também é duplo: elas contribuem, contra a sua vontade, para reduzir o valor dos salários daqueles que conservaram seus empregos, e constituem uma reserva para momentos de expansão do capital e de implementação de novos setores, que abocanham atividades convertidas em formas de exploração capitalistas, ou investem em novos ramos de atividades (p. 25)".

nessa dinâmica ao demonstrar que o conjunto de ações materializadas nas políticas sociais vem sendo marcada por inúmeros processos de desmantelamento dos direitos sociais.

Nas palavras de Ivanete Boschetti (2018), "[...] a destruição de direitos sociais constitui um avassalador processo contemporâneo de expropriação social que restringe a participação do Estado Social na socialização dos custos de reprodução da força de trabalho e contribui para a ampliação da acumulação (p. 132)". Essa assertiva coincide com a análise marxiana ao considerar o Estado como a própria expressão das relações capitalistas, portanto, "ainda que possa parecer como um poder público acima das classes sociais, é uma dimensão constitutiva e determinante da sociedade burguesa e participa direta e indiretamente da reprodução ampliada do capital (ibid., p. 137)".

Contudo, seguindo a perspectiva gramsciana, é imprescindível ressaltar os embates das forças sociais na luta pela hegemonia no Estado, reconhecendo as efetivas possibilidades de resistência e disputas ideopolíticas. É justamente por isso que reiteramos o reconhecimento das lutas de classe e lutas sociais no processo de consolidação de direitos pela via do Estado, por melhores condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, a disputa pela direção política, social, cultural e econômica do Estado é indeclinável.

> Esse Estado Social, que é estruturalmente determinado pelo capitalismo, é permeado por relações contraditórias. Por um lado, se mostrou historicamente imprescindível na criação de condições objetivas de reprodução e integração da força de trabalho e reprodução ampliada do capital, ou seja, como elemento indispensável na manutenção das relações de produção capitalista. Por outro, a ampliação de direitos trabalhistas e sociais decorrente da luta da classe trabalhadora assegurou a esta o acesso a bens e serviços antes indisponíveis, como aposentadorias, seguro-saúde, seguro-desemprego, educação, moradia, transporte, assistência social (ibid., p. 142).

O Estado, enquanto garante as condições necessárias para acumulação capitalista, em determinados contextos, também atende as demandas das massas trabalhadoras ou se configura de modo intransigente a essas necessidades. No Brasil, por exemplo, esse fenômeno se expande e leva a sociedade brasileira à uma conjuntura de exceção, a partir do golpe político, parlamentar e midiático (MOTA, 2018) ocorrido em 2016, que tem raízes nas Jornadas de junho de 2013 e culminou com o processo antidemocrático do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, filiado ao PT e eleita pelo voto popular. Associado a esse fenômeno, se expande a popularidade da autocracia burguesa extremista, resultando na ascensão de Michel Temer (2016 – 2019) do PMDB e de Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022), inicialmente vinculado ao Partido Social Liberal (PSL). Entretanto, no ano de 2019, por disputas políticas internas, ele rompe com o partido – ou o partido se divorcia dele, ficando, aproximadamente, dois anos sem filiação partidária até que, em 2021, se filia ao Partido Liberal (PL). Engolido por sua própria

incapacidade, as eleições de 2022 marcam a derrota de Bolsonaro e o retorno da perspectiva social-democrática e do Luiz Inácio Lula da Silva ao poder executivo brasileiro.

2.3. A agressiva investida da direita brasileira no séc. XXI: o relacionamento abusivo entre a democracia e a ordem capitalista.

A autocracia burguesa brasileira, em meados da segunda década do Século XXI, resolve expor suas garras a fim de limitar todas as barreiras que impedissem o avanço do capital imperialista mundial e a barbárie decorrente. Revestidos de uma luta pela democracia, e com bandeiras contrárias ao Partido dos Trabalhadores e às mobilizações de esquerda, a direita. Mobiliza toda a sociedade, através da ação de seus aparelhos privados de hegemonia, disseminando seus apontamentos ideológicos, interessados em construir o consenso das massas em prol de uma "nova política" para o país. O discurso do novo, no plano real, remete, em nossa concepção, a um retrocesso a contextos econômicos, políticos e sociais já vivenciados, conforme nos apresentam os aspectos essenciais da formação sócio-histórica do país. É o momento em que a nossa democracia, mais uma vez, é larapiada por nossos facínoras.

As grandes mobilizações nacionais ocorridas em 2013, convencionalmente chamadas de Jornadas de Junho[25], são expressões marcantes da usurpação política da direita brasileira que se apropriou da mobilização social empreendida pelo Movimento Passe Livre, de direção política de esquerda, contra o aumento das passagens. As Jornadas se constituíram como manifestações massivas, ocorridas em diferentes cidades do país, mobilizadas pelos movimentos sociais de esquerda, que passaram, em seu percurso, a disputar a direção social e política com as organizações de direita e outras imbricações diretivas da política brasileira. Essa disputa deslocou o sentido inicial das mobilizações e trouxe para as ruas as insatisfações coletivas contra o projeto neoliberal desenvolvimentista implantado desde 1990, direcionado ao atendimento dos interesses do capital financeiro globalizado, resultantes em complexos mal-

[25] Na acepção de Ricardo Antunes (2013), "As revoltas e rebeliões que sacudiram o Brasil em junho de 2013 entrarão para a história do Brasil como um momento especial. Elas principiaram em 6 de junho, com uma pequena passeata em São Paulo, com aproximadamente 2 mil pessoas, contra o aumento das tarifas no transporte público, convocadas pelos jovens do Movimento do Passe Livre (MPL). Não se tinha, então, a menor ideia de que o Brasil vivenciaria um levante social que só teve similar – ao menos no que concerne à sua amplitude, ainda que sob formas bastante diferentes – na campanha pelo impeachment de Collor em 1992 e na Campanha pelas eleições diretas em 1985, ainda sob a ditadura militar. Seguiram-se, então, manifestações diárias, que atingiram seu ponto culminante em 17 de junho, [...], em praticamente todas as capitais do país, das grandes às pequenas cidades, do centro às periferias, numa explosão popular que balançou os pilares da ordem. [...] Depois desses levantes de junho, tem havido manifestações as mais diferenciadas, localizadas, nas estradas, periferias, bairros, centros urbanos, greves, numa miríade de manifestações (protestos) onde os descontentamentos são diversos, mas sempre presentes (p. 36)". Para aprofundar o debate, ver: ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. **Observatório Social de América Latina**, v. 14, n. 34, p. 37-48, 2013. BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. **Observatorio Social de América Latina**, v. 8, p. 51-61, 2013.

estar social no Brasil e no mundo. Singularmente, a conjuntura local observava uma enxurrada de notícias quanto aos expansivos investimentos públicos direcionados às grandes obras para realização dos eventos mundiais – Copa do Mundo (2014), Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016)[26].

As manifestações ocorreram com o protagonismo e resistência das centrais sindicais, partidos políticos e movimentos sociais, especialmente de esquerda, a fim de dimensionar quais as bandeiras que, decerto, hastearam em prol de melhorias na qualidade dos serviços públicos prestados à população no âmbito da saúde, educação, economia e na política, com as pautas de combate à corrupção. Ao longo dos anos subsequentes, algumas questões marcantes foram acontecendo: o apogeu da Operação Lava Jato, sucessor do Mensalão em 2012, que revelou novos episódios escandalosos de corrupção – esquema de lavagem e desvio de dinheiro – na Petrobras, envolvendo grandes empreiteiras do país e representantes políticos; a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff em 2015; os protestos em prol do *impeachment* da Presidenta, associado à rejeição e ódio ao PT e às esquerdas; ascensão de figuras e organizações de direita e extrema-direita, por exemplo, o Movimento Brasil Livre (MBL), PSL e seus representantes; o fortalecimento do Centrão e sua posição umbiguista. Este enquadramento, portanto, culminou no Golpe em 2016, resultando no avanço da ofensiva neoconservadora e reacionária no poder.

Estamos diante de uma "ordem mundial, articulada e dinamicamente internacional (IASI, 2018, p. 20)" que incide fortemente na dinâmica local, com a finalidade de reconfigurar o Estado para que este dê conta da reprodução ampliada do capital. Fica patente que, na atual crise capitalista, os países periféricos, de capitalismo dependente e desenvolvimento desigual e combinado, como o Brasil, vivenciaram formas explícitas de barbárie. Enquanto o capital se

[26] É preciso, para entender as causalidades destes movimentos, apresentar ao menos três ou quatro pontos que me parecem centrais. O primeiro é uma causalidade interna, motivada pela percepção de que o projeto que vem se desenvolvendo no Brasil desde a década de 90 (com FHC, depois levemente alterado, mas não substantivamente, pelos governos Lula e Dilma), voltado ao desenvolvimento capitalista financeirizado e mundializado, sedimentado em privatizações, superávit primário e desregulamentação dos capitais, portanto, tendo os interesses do grande capital como prioritários, vem causando profundo mal-estar social. E podemos dizer que tal processo de desenvolvimento chegou próximo à sua exaustão. A população não suporta mais o transporte privatizado, a saúde precarizada, degradada (e privatizada em grande parte), o ensino público profundamente degradado e abandonado. A população, portanto, parece que está chegando a seu ponto de saturação e esgotamento, causados por essa mercadorização da res publica, tipicamente neoliberal. [...] o segundo elemento, numa conjuntura muito específica: a explosão das manifestações foi marcada pela Copa das Confederações, quando a população percebeu que estádios de primeiro mundo o Brasil faz; enquanto isso, já no entorno dos estádios, a população é excluída. Todos vimos durante a "Copa das Rebeliões" que os pobres e negros não estavam presentes nos estádios. Estavam vendo os jogos nos estádios as classes médias e as camadas abastadas. Os que construíram o país nestas últimas duas décadas ficaram excluídos. [...] A população percebeu que há uma simbiose complexa entre FIFA, interesses transnacionais e governo. [...] o terceiro e importante movimento, relacionado ao cenário internacional. (Mobilizações em todo o globo), que tem como traço comum a ocupação do espaço público, das ruas e praças (ANTUNES, 2013, p, 38-39).

reestrutura, entra em cena "uma nova e radical dilapidação de direitos da classe trabalhadora (MATTOS, 2018, p. 91)". De tal maneira, estrutura-se a grande falácia neoliberal, pois contrário à prerrogativa de que o Estado deve ser mínimo e, dessa forma, afastado da dinâmica social, ele está fortemente presente e se apresentando na sua forma máxima para o estágio máximo do capital.

Desde então, pairam sobre nós sucessivos governos corruptos, autoritários, neoconservadores que apavoram objetiva e subjetivamente a sociedade brasileira. Após o *impeachment* golpista da Presidenta eleita democraticamente, Dilma Rousseff, afastada do poder por um Congresso regressivo, hipócrita, dotado de um discurso moralista, machista e misógino, posicionados como defensores de uma suposta luta contra a corrupção e permissíveis à ascensão política de representantes da autocracia burguesa, assume o poder, o temeroso Michel Temer, vice-presidente da gestão petista. Resulta que "[...] a ofensiva contrarreformista aos direitos sociais atingiu o seu ápice, exigindo um ataque de fato e, às vezes, também de direito, às liberdades civis e democráticas que juridicamente embasaram (embasam) a possibilidade de resistência popular (DEMIER, 2019, p. 121)". Neste sentido, entram em trâmite, no parlamento brasileiro, uma série de ajustes e reformas constitucionais, que evidenciam o sentido da atual subordinação das necessidades do trabalho às do capital financeiro internacional:

> É manuseando valores, com aderência em segmentos das classes subalternas, que esta ofensiva burguesa chega até nós: por meio da judicialização da corrupção, do congelamento dos gastos públicos por 20 anos, da criminalização da pobreza e da ideologização das contrarreformas sociais. A estas medidas se juntam as reformas trabalhista, previdenciária e ambiental, sob o discurso do crescimento econômico, como condição para atrair investidores e capitais internacionais. Eis que o mantra conservador brasileiro parece ser, em suma, marcado por iniciativas para capitalizar setores não inteiramente capitalistas e mercadorizados e transformar cidadãos em pobres consumidores endividados – ampliando a já existente dependência do mercado e fomentando a concorrência entre os trabalhadores. O revés das classes subalternas é o desalento, a ressignificação negadora da política, a crença na judicialização reificada, dentre outros. Além de classe dominante e exploradora, a burguesia se exercita para tornar subjetiva a objetividade da ordem capitalista, formando sociabilidades que atualizam as necessidades contemporâneas do processo de reprodução social na tentativa de universalizar o modo burguês (e alienado) de ser e de viver (MOTA, 2018, p. 232-233).

A avalanche de transformações no mundo do trabalho, que já vinha se configurando com as reformas trabalhistas anteriores, se concretizaram com maior facilidade, modificando intensamente o modo como se dá a compra da força de trabalho, elevando o grau de exploração e constituindo uma nova cultura do trabalho com amplo e concreto apoio do Estado. O capitalismo financeiro encontrou formas de manter a sua acumulação transformando as relações trabalhistas, pois já é possível lucrar sobre outras bases, mantendo, portanto, a concentração de

riqueza numa sociedade de desempregados, subempregados, trabalhadores formais e precarizados de todos os tipos e formas. Na acepção de Angela Amaral (2018),

> [...] as privatizações de empresas estratégicas, as legislações para desregulamentar a economia e os contratos de trabalho, o desmonte dos direitos trabalhistas e da proteção social pelo grande capital está vinculada a uma racionalidade de novo tipo – polivalência profissional, empreendedorismo, empregabilidade, autoemprego, flexisegurança, informalidade, terceirização etc. – com traços mais individualizantes. [...] diferentes formas de ocupações flexíveis, que combinam várias modalidades de regime, organização do trabalho e de tempo de trabalho (em tempo parcial, em domicílio), contratos de trabalho (subcontratação, terceirização), organização da produção (descentralizada, fragmentada, desterritorializada) e condições de trabalho (salários, qualificação, benefícios sociais, salubridade, proteção aos acidentes de trabalho) (p. 245-246).

Por conseguinte, vivenciamos a clara expressão da exploração do trabalho que assombra a vida da classe trabalhadora. Sob o argumento da necessidade de mudança diante da crise, há uma naturalização das transformações radicais que se consolidam na atualidade: muda-se a concepção de emprego estável, protegido e normativo emergindo o emprego flexível, instável, desprotegido e em condição de intensa precarização, especificamente pela razão dos trabalhadores serem convocados a dividirem com o Estado as responsabilidades com a reprodução social da força de trabalho (AMARAL, 2018). A ideologia neoliberal atual, que potencializa e concretiza a ausência de proteção social, espraia o empreendedorismo[27], incentiva e dá suporte ao autoempreendedorismo individual, como respostas às expressões da "questão social" e alternativa para a "inclusão social", constituídas pelo agrupamento das forças do Estado e da economia global.

Essas expropriações contemporâneas, na análise de Virgínia Fontes (2018), subtraem a manutenção das condições materiais que possibilitam a subsistência da diversa classe trabalhadora em situações determinadas de não inserção no mercado de trabalho – aposentadoria e seguro-desemprego, por exemplo -, ou obrigam estes a venderem a sua força de trabalho sem a mediação do Estado, negociando diretamente com o capitalista. Apresenta-se uma realidade de aumento da pobreza e da violência em razão do agravo da desigualdade social, racial e de gênero, resultado da expropriação de direitos que limitam as despesas públicas, através dos cortes nos orçamentos da saúde, da assistência social, das ciências e tecnologia, da educação, e da cultura, como também, repercutem na ampliação do desemprego estrutural e de longo prazo, e da informalidade como tendência no mundo do trabalho.

---

[27] Nos ditos de Angela Amaral (2018, p. 249), o empreendedorismo é a forma precária que o trabalho assume na contemporaneidade. Ela afirma que nessa modalidade, os trabalhadores são preparados a exercitar sua capacidade de autonomia, de modo a contribuir com inovações na empresa em que trabalha ou trabalharão e, caso não sejam incorporados no mercado de trabalho, possam abrir um negócio diferenciado e próprio com seu capital social.

Paralelo e contraditoriamente, o avanço das inovações tecnológicas nos processos de trabalho se concretizando como um novo fenômeno, configurando-se, desse modo, "novas e terríveis formas de extração do mais-valor (FONTES, 2018, p. 30)". A expansão do setor dos serviços, que se constitui novo ramo da extração capitalista, amplia exponencialmente o contingente de trabalhadoras e trabalhadores da era digital, caracterizando-se como nova fonte geradora de valor, como bem nos apresenta Ricardo Antunes (2018):

> Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI (p. 30).

Essa forte ampliação dos mecanismos de funcionamento do capital com a utilização das TIC, encontra seu êxito na intensidade da exploração de uma parcela da população composta por mulheres, jovens, LGBTQIAPN+, pretas e pardas e pessoas com deficiência que vendem sua força de trabalho por valores bastante reduzidos. Para esses, não há muitas alternativas, "oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão (ibid., p. 34)". As grandes transformações na organização e na natureza do mundo do trabalho advindas do avanço da automação e da inteligência artificial (IA) na Era digital, vem, cada vez mais, interrelacionando o uso das plataformas digitais, aplicativos e da internet como um todo, com o desenvolvimento do trabalho e a consequente valorização do capital, subordinando/sujeitando a força de trabalho à trágica e brutal intensificação da exploração e à precariedade vital, rompendo as fronteiras entre o mundo real e virtual.

Compreender as atuais formas de acumulação e reprodução do capital, mundializado e financeirizado, em um contexto de crise é imprescindível para entendermos a força da direita e as reconfigurações do conservadorismo e liberalismo, imbuídas de propostas inspiradas no autoritarismo e fascismo[28] no Brasil atual. Vivenciamos um cenário de disputas sociais, políticas e culturais que tensionam as liberdades democráticas e os direitos sociais e colocam

[28] As expressões do fascismo atualmente estão intimamente relacionadas com essa crise e com a vitória do neoliberalismo como paradigma mundial de reprodução do capital e, nesse sentido, não podem ser entendidas como um mero resgate do movimento passado. O fascismo hoje dialoga com essas realidades, com a falência dos projetos desenvolvimentistas, com as acusações de um Estado "inchado", com o impacto social das políticas de austeridade, da perda de direitos, da flexibilidade e precarização do trabalho e o consequente de pauperamento da classe trabalhadora. [...] o fascismo se apresenta como alternativa, trazendo uma proposta salvacionista e imediatista aos efeitos da crise, porém, em termos de política econômica, o que se observa é uma continuidade e aprofundamento da agenda neoliberal, imposta agora pela força, de cima para baixo, com toda a violência que caracteriza o fascismo (POGGI, 2019, p. 76).

no centro do debate questões em torno do gênero, sexualidade, religião, política, direitos e democracia. Tal centralidade, ora se configura como mecanismo de opressão, ora se configura como estratégia progressista empresarial.

Sobre essa última, referimos, por exemplo, os departamentos de Diversidade, Equidade & Inclusão (DE&I) que se estruturam na dinâmica das instituições, públicas ou privadas, destacando a consolidação de formas de inserção no mercado de trabalho e em áreas educacionais, possibilitando o redirecionamento das políticas e práticas realizadas a priori. Sendo, inclusive, resultado das mobilizações da sociedade civil organizada. Todavia, há de se problematizar quanto a essa inserção. Em muitos contextos, essas iniciativas soam como estratégia de "marketing". Majoritariamente, se dão no setor dos serviços, com pouca ou nenhuma chance de progressão de carreira, em atividades laborais precarizadas – baixos salários e grande rotatividade –, passíveis de sujeição a situações de assédio, preconceito e outras violências. Essas informações são expressas em dados de pesquisas, desenvolvidas nos últimos anos, por diferentes instituições, sobre as mulheres, população LBGT, pessoas pretas e pardas, e pessoas com deficiência no mercado de trabalho, que podem ser facilmente localizadas nas plataformas de pesquisa e de indexação de conteúdo acadêmico-científico. Esta, veementemente, configura-se como uma temática a ser estudada profundamente.

A historiadora Tatiana Poggi (2019) afirma que a promulgação das "políticas de austeridade, juntamente com propostas de exclusão, violência, ódio e intolerância contra determinados grupos sociais identitários e desprivilegiados" (p. 69) vem ganhando espaço no país tal como a disseminação ampliada de *fake news*[29]. Através das redes sociais, o projeto político-ideológico da autocracia burguesa se consolida no Brasil. O período eleitoral de 2018, que resultou na eleição de Jair Bolsonaro, é uma expressão fenomênica do processo de transformação social, econômica, política, cultural, moral e ética da sociedade brasileira.

> Como podemos perceber, é interessante ao capital fazer crer que as manifestações de ódio e intolerância são um problema conjuntural, fenômenos marginais, restritos a um dado país ou a certas comunidades; algo que não se sabe muito bem como explicar; frutos da loucura, de uma maldade intrínseca a alguns indivíduos perturbados ou grupos imbuídos de uma cultura/religião afeita à violência e à devastação. É

[29] Sobre as fakes news - notícias falsas - e a utilização dessas estratégias, a autora Tatiana Poggi (2019) tece as seguintes reflexões: "Vimos que o fascismo procura investir em uma política de sedução, e hoje, mais que nunca, isso passa pelo uso da estrutura de multimídia virtual, como a produção em massa de memes, blog, sites, grupos de compartilhamento de mensagens como WhatsApp, e empresas como a Cambridge Analytica, dedicadas a delinear perfis suscetíveis ao recebimento de informações falaciosas e teorias conspiratórias. Por essas vias, circulam uma infinidade de informações sem nenhum controle de qualidade ou checagem de veracidade - as tão em voga fake news -, sendo possível difundir mentiras em tempo recorde, que chegam para uma quantidade inacreditável de pessoas que as repassam, num ciclo infinito. A extrema-direita e os grupos fascistas no mundo inteiro usam e abusam dessas tecnologias de produção e difusão em massa de mentiras, influenciando processos políticos em todo o globo (p. 93)".

> interessante ao capital fazer crer que opressão só existe na dimensão da diversidade, das identidades múltiplas, e não da desigualdade social. Insistir em entender expressões de ódio como simples ataques de loucos extremistas contra a liberdade de expressão e a diversidade é deveras limitado, ou melhor, é um viés de análise acrítico da democracia liberal, que tem de fechar os olhos e silencia os ódios promovidos pela própria reprodução do capital. O que estamos vivendo é a reprodução ampliada do capital e do ódio (POGGI, 2019, p. 19).

Os projetos de sociedade em disputa tensionaram a política local[30]. E, dada a urgência para implantação dos ditames do capital, ocorre, nas urnas, a vitória de um projeto que tentou constituir-se na invisibilidade, mesmo sendo nitidamente visível o seu caráter autoritário, antidemocrático, neoconservador, ultraliberal e com flertes ao ideário fascista. Construído sobre discursos de ódio e intolerância, entra em cena a peça fundamental para a aceleração desenfreada da desigualdade social, racial e de gênero no Brasil, para a usurpação do fundo público, expansão do capital financeiro, despossessão dos direitos e a intensificação da precariedade vital da população. Em diálogo com Rafael Toitio (2020), concordamos que:

> A construção e a ascensão política do "personagem" Bolsonaro não podem ser completamente explicadas sem considerarmos os conflitos e embates que extrapolam as relações de classe. Isso, na medida em que um representante político não é eleito apenas por defender um projeto de desenvolvimento econômico, mas também por encarnar e representar um modo de vida e determinadas formas sociais e culturais de gênero, sexualidade, raça e classe (p.106).

Assim, mais do que um elemento secundário à dinâmica contemporânea do capital, a opressão é um fenômeno que está diretamente ligado à desigualdade social, racial e de gênero, pois é estrutural e essencial à reprodução dessa sociabilidade. Esta é a razão de, agora, experienciarmos uma exacerbação dos discursos de ódio e intolerância como aparato principal e definidor das eleições presidenciais no Brasil, resultando na eleição e manutenção do representante da extrema-direita no país. Hoje, dada a disseminação de valores e princípios neoliberais, ocorre a demolição da noção de bem comum ou de "bem-estar social", coletividade, altruísmo etc., fazendo com que a humanidade se sensibilize cada vez menos com a injustiça social, o sofrimento alheio e a desigualdade resultante das diferenças e diferenciações. Em uma formulação similar a essa mesma ideia, a Poggi (2019) alerta que:

> [...] é preciso atentar para a ligação entre as transformações sociais e as reações violentas (simbólica ou física) direcionadas a determinados grupos sociais. [...] as manifestações de intolerância não são somente manifestações de preconceitos, mas também expressões de um problema social mais profundo. Racismo, antissemitismo, homofobia, machismo, xenofobia, islamofobia e tantas outras discriminações não se resumem a uma questão de intolerância e preconceito; são em parte reações às transformações no sentido do deslocamento e rebaixamento social, os quais se

[30] Tiveram lugar, então, a exacerbação da repressão aos movimentos sociais, a perseguição jurídico-policial a professores, reitores e sindicalistas, o uso das milícias para fins propriamente políticos (assassinato de Marielle), a liberação das fake News pela Justiça Eleitoral, a invasão de universidades por agentes desse mesmo órgão, a proibição da candidatura de Lula e, finalmente, a sua prisão política, cujas provas são tão reveladoras dos fatos quanto os milagres relatados nas escrituras (DEMIER, 2019, p. 122).

> constituem em elementos perturbadores em tal magnitude ao ponto de gerar reações na forma da intensificação do ódio e da intolerância. Acreditamos que o mal-estar deriva justamente do carácter complexo e paradoxal da democracia contemporânea, um ambiente social que se nutre, reproduz e aprofunda mazelas. Nesse sentido, peculiaridades da contemporaneidade estariam conectadas, tornando urgente o desafio de relacionar o aprofundamento da desigualdade, da alienação, da apatia política e da desesperança com o aumento da banalização da injustiça social e das manifestações de ódio e intolerância (p. 77).

Jair Bolsonaro foi a figura pública escolhida para desempenhar as transformações econômicas, políticas e sociais como uma tática e estratégia preventiva, por parte da autocracia burguesa, ao se sentirem ameaçadas em seus privilégios. "Ele encontrou na militância contra as políticas e os direitos LGBT a principal forma de obter visibilidade política nos anos que antecederam a 2018" (TOITIO, 2019, p. 32), especialmente quando foi um dos principais nomes da luta contra o *kit gay*[31] em 2017. O seu empenho foi retirar o povo organizado da cena política e social, colocando-os em péssimas condições de vida e de trabalho, mecanismos próprios da lógica excludente e predatória imperialista global. Esses elementos inegavelmente contribuem para o desrespeito à diversidade humana.

A realidade brasileira nos últimos 5 anos é marcada pela expressão do fascismo contemporâneo e da cultura do ódio. Uma nova forma de fascismo, na qual não há, fundamentalmente, uma ruptura com a democracia, inclusive, funcionando dentro de suas instituições. Um momento que se aparenta como a destruição de qualquer possibilidade de consolidação de uma nova ordem societária, livre de exploração, dominação, desigualdade e opressão. O não compromisso com as liberdades democráticas e com os direitos sociais e, como efeito, com a dignidade humana e a natureza é a marca registrada da ascensão da extrema-direita no Brasil do início desde o início do Séc. XXI.

Tempo de destruição de toda a fauna e flora dos biomas brasileiros: Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampas, Pantanal e a Amazônia. Tempo de aniquilação da cultura e da existência de pessoas LGBTQIAPN+, povos tradicionais – indígenas, quilombolas, pescadores, extrativista/seringueiros, ribeirinhos -, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas pretas e pardas, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, entre outras expressões da diversidade humana que circunscrevem os sujeitos. Desse modo, foi com base nessas e em pautas como a defesa da ditadura, tortura e assassinato, a liberação do porte de armas, o

[31] *Kit Gay* foi a nomeação jocosa dada por políticos de base conservadora a um material educativo em projeção pelas organizações defensoras dos direitos humanos no país. Rafael Totio (2019, p. 33) explana que a expressão "era uma referência leviana e irresponsável a um material didático voltado para trabalhar a questão do preconceito e da discriminação contra LGBT na escola pública. Bolsonaro deu início a um 'pânico moral' em torno do kit e das reivindicações do movimento até que, em junho de 2011, a Bancada Evangélica aliou-se ao deputado e chantageou o governo Dilma, que cancelou o projeto e a distribuição do material para as escolas".

"combate" à corrupção, o projeto "Escolas sem partido", a guerra contra a suposta "ideologia de gênero", a defesa da moral e dos bons costumes, que o governo Bolsonaro se elegeu e se consolidou no país durante um mandato presidencial.

O "bobo escolhido pela Corte" passa a espetacularizar os ataques à diversidade humana e o meio ambiente, de modo a lograr risos daqueles que se divertem com a desgraça alheia e enchem o próprio bolso, sem refletir que ri da própria desgraça, pois também vivenciam os efeitos de uma sociabilidade algoz. As reações contrárias, à nível global e local, à agenda de direitos em prol da equidade de gênero e diversidade sexual, como também, o rechaçamento aos movimentos sociais feministas, de mulheres, negros e LGBTQIAPN+, expressam as atuais configurações do neoconservadorismo r e do neoliberalismo, e a arena de conflitos instaurada. Nesse contexto, o próprio "Poder Executivo passa a ser o principal inimigo da luta pela diversidade sexual e de gênero", diz-nos Toitio (2019). Calcado nessa indagação, o autor complementa sua análise constatando o fato de que:

> [...] os constantes discursos do representante político Jair Bolsonaro, que promovem a abjeção das expressões e vivências não heterossexuais, legitimam e incitam a violência e os crimes LGBTfóbicos. Não foi à toa que houve um aumento dos registros desses e de outros crimes de intolerância durante as eleições. Ao mesmo tempo, o governo Bolsonaro está operando um desmonte das políticas, dos espaços de participação voltados para a população LGBT e de toda uma cultura institucional que se constituiu com base em uma perspectiva histórica e científica da sexualidade e do gênero – e não mais pautada no positivismo ou no cristianismo, responsáveis pela legitimação do heterossexismo (2019, p. 37).

À época, esse desmonte contribuiu para o boicote às pautas LGBTQIAPN+ na agenda pública do país, ao mesmo tempo, que se tornou um dos principais alvos dos ataques dessa agenda. Diante o fortalecimento da ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora, os movimentos sociais, partidos políticos, organizações sindicais e outras organizações e ativistas políticos direcionam-se a defender veementemente a permanência dos parcos direitos historicamente conquistados. Resistir aos severos ataques e o imenso retrocesso no campo das políticas de proteção social, ocupou mentes, corpos e corações de alguns segmentos populacionais do país. Na singularidade da população LGBTQIAPN+, esses ataques representam uma regressividade tremenda às ascensões sociais, econômicas e políticas duramente alcançadas ao longo da trajetória de luta e resistência na construção de uma cultura despida das opressões em torno das dissidências sexuais e de gênero, em intersecção com classe, raça e demais expressões da diversidade humana.

Defrontar a devastação do tempo presente parece ser tarefa essencial no campo político-acadêmico. Encontrar formas de articular criticamente a diversidade de dimensões que constituem a classe trabalhadora é um dos caminhos críveis de denúncia dessa brutal

desigualdade. Explica-se, assim, a decisão por encadear-se no campo das teorias sociais críticas, situando o diálogo entre teóricos marxistas e as teorias e estudos feministas e *queers.* Lançando aproximações sucessivas e possíveis, reconhecendo as afinidades e as distâncias, essa articulação estratégica, no presente estudo, se desenvolve com o intuito de construir um novo arranjo crítico-analítico que contribua para as apreensões almejadas do fenômeno perscrutado, nos deslocando para lugares inesperados e prementes.

Para tal, reconhecemos as potencialidades decorrentes da aproximação entre esses campos. Alinhado na proposta do Rafael Toitio (2017), concordamos que estabelecer reflexões, na perspectiva "marxismo transviado", nomeação empreendida pelo autor, pode:

> contribuir para a compreensão da multiplicidade das formas de luta e de relações de poder, considerando: as formas dispersas de controle sobre o corpo, como elemento material que é alvo de disciplinamento e é, ao mesmo tempo, portador da força, da capacidade de trabalhar; a formação e a disputa ideológica presente nas instituições e organizações civis; e o Estado como um aparelho "especial"9 que pode agir para alterar significativamente a construção de concepções e práticas, coibir e incentivar a propagação de determinados discursos. Ao mesmo tempo, sem desconsiderar as formas de resistências "interpessoais" e espontâneas, mas apontando também para a fundamental importância das ações construídas coletivamente, de forma sistemática, defendendo um projeto de sociedade próprio (p. 81).

No entanto, é importante salientar que "implicações epistemológicas" demarcaram por muito tempo a relação entre "as políticas, as práticas e as teorias" (REBUCINI, 2019, p. 110) feministas, queers e marxista. Perspectivas marxistas ortodoxas compreendiam (e ainda compreendem) esses estudos como meramente culturais, secundários, fragmentados, identitários e particularistas, constituindo, assim, uma arena de disputa teórico-política, estabelecendo barreiras às possibilidades de aproximação entre esses campos e questionando a contribuição dos estudos feministas e *queers* para uma análise crítica da sociabilidade do capital e seus impactos objetivos e subjetivos na vida dos sujeitos. Como afirma Silvana Santos (2017), enfrentar o problema real da "visibilidade acadêmica e política de que a defesa da diversidade sexual nos leva, inevitavelmente, às fileiras do pensamento fragmentário, da fixação na singularidade, privilegiando a construção meramente discursiva da realidade (p. 08)" é um exercício fundamental à nossa análise. No que corresponde às pautas LGBTQIAPN+, tais perspectivas colaboram para penetrar nas esquerdas a percepção de que se trata de um "'desvio pequeno-burguês', manifestação da 'decadência burguesa', formas de ócio contra a ética do trabalho, comportamento contrário à 'moral revolucionária' ou ainda mero 'desbunde'. A tarefa da revolução social, assim, não passava pela revolução sexual", conforme os aportes de Renan Quinalha (2019, p. 27)[32].

[32] Para apreender, brevemente, a relação tão complexa entre marxismo e sexualidade, ver: (QUINALHA, 2019).

É certo afirmar que algumas produções no campo feminista e queers apresentam, enfática e prioritariamente, elementos culturais, constituindo reflexões sobre a experiência dos gêneros e sexualidades, sobre a performatividade, a identidade, a abjeção, dentre outros aspectos específicos da vivência dos sujeitos e sua subjetividade. Todavia, em contexto atual, algumas produções e até mesmo os movimentos sociais e ativistas políticos vislumbram a incorporação de novos aspectos nessas produções e ações. Por exemplo, questões no campo da economia são incluídas nas análises, assim como, a interlocução com outras expressões da diversidade humana – raça/etnia, geração, corpo, capacidade etc., o que vem contribuindo para a produção de conhecimento crítico e revolucionário. Conforme salienta Santos (2017, p. 12),

> [...] Apesar da crítica ao economicismo permanece o grande desafio em combinar ação política com pensamento crítico. A análise centrada na política em detrimento da perspectiva de totalidade no entendimento da vida social se destaca no universo das reflexões sobre a organização política da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, repercutindo fortemente, também, nas práticas de vários sujeitos políticos e organizações coletivas. Segmentos expressivos da esquerda e da intelectualidade distanciaram, como se fosse possível, a vida cotidiana do sistema do capital. Apanhar as determinações recíprocas entre os complexos sociais da política, do direito, da cultura e a totalidade social tornou-se para estes segmentos algo não apenas desnecessário, mas até equivocado. Sobressai a tendência de autonomizar indivíduos, processos, relações e complexos sociais parciais de suas determinações societárias.

Analisar os efeitos da economia capitalista nas condições objetivas e subjetivas dos sujeitos generificados, sexualizados, racializados e socialmente classificados é a proposição essencial deste estudo. Eis a razão da imbricação teórica e ético-política desses campos epistemológicos dialogáveis. Estas bases auxiliam na consolidação de uma luta anticapitalista, que viabilize a unidade na diversidade do conjunto heterogêneo de indivíduos, interesses e necessidades que compõem a classe que vive do trabalho.

Em países de capitalismo dependente, como o Brasil, a fase atual amplia processos de valorização do valor mediante a exploração e dominação das mulheres, das pessoas pretas, da população LGBTQIAPN+, das pessoas com deficiência e demais sujeitos políticos socialmente dissidentes. Há, nesse contexto, uma particularidade na configuração da "questão social" contemporânea, fazendo com que essa se estruture junto às dimensões da raça/etnia, gênero, sexualidade, capacidade, dentre outras categorias e sujeitos apropriados e subsumidos ao capital, permitindo que este se reestruture constantemente e, assim, mantenha seu desenvolvimento. Se em fases anteriores, a exploração sobre a raça/etnia e de gênero era essencial, hoje, além dessas, as dimensões da sexualidade, foco deste estudo, estão visivelmente inseridas. Essa percepção finca a compreensão de que as desigualdades sociais e econômicas estão fundamentalmente interligadas às diferenças étnico-raciais, sexuais e de gênero, visto que

em nossa particularidade, a todo momento, há um *upgrade* na dinâmica do capital que atualiza nossa base colonial, escravocrata, heterocissexista e patriarcal.

Exemplos dessa reconfiguração contemporânea é a ampliação, em dado momento, da inserção desses sujeitos LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços e comércio, que se expande na dinâmica da produção do mais-valor, se apropriando da exploração do trabalho desse segmento populacional, concomitante com a tese de Ricardo Antunes (2018) e Virgínia Fontes (2018), ao mesmo passo que garante a subsistência pessoal e, por vezes, familiar e comunitária, ou seja, o acesso à bens e serviços pela via do consumo, e, consequentemente, a organização social. É neste lócus contraditório que se desenha a inserção de dissidentes orientações sexuais e identidades de gênero ao mundo do trabalho. Espaço marcado por constantes incongruências, de um lado oportunidades e garantias, de outro lado precarização e superexploração, as empresas denominadas *gay friendly* se reestruturam em uma direção progressista, implantam políticas e promovem programas, projetos e ações midiáticas no âmbito da "inclusão social", abrindo portas para a DE&I conforme já mencionamos.

Valendo-se de um arsenal de informações da nova dinâmica empresarial, as estratégias de DE&I proporcionam soluções, a partir do estudo de problemas reais, que coletam, analisam e constroem narrativas potencializadoras do discurso de reconstrução do ambiente empresarial, de modo a torná-lo diverso, equânime e inclusivo. Através da articulação e agenciamento de convênios e parcerias com instituições dos setores públicos — centros especializados vinculados às secretarias de Direitos Humanos e outros órgãos — e privados — Organizações Não-Governamentais (ONG), movimentos sociais e outras instituições e comunidade —, empreendem iniciativas de valorização da diversidade humana via patrocínios, editais, contratações e investimentos de múltiplas ordens. Constituindo-se como relevantes, pois valorizam e garantem oportunidades a pessoas e grupos específicos.

No entanto, não há como obscurecer que o reconhecimento social que alcunha à essas empresas o título de inovadora, criativa e bem-sucedida, confere, também, possibilidades de maior obtenção de lucros e, em algumas circunstâncias, a isenção fiscal pela tônica da responsabilidade social. Como também, não podemos deixar de salientar o quanto é desafiador para as pessoas LGBTQIAPN+, mulheres, pretas e pardas, pessoas com deficiência etc., conviver numa ambiência que não foi modificada culturalmente e estruturalmente. Para além das situações supracitadas, fazemos referência a iniciativas que são paliativos quando pensamos em DE&I nas empresas: disposição ornamental de expressões, estéticas, materiais e símbolos próprios à práxis dos movimentos e ativismo político, como a bandeira do arco-íris, o espelho de vênus, o símbolo internacional de acesso (SAI), o punho cerrado, entre outros; criar

programas de estágio e trainee sem estabelecer um plano de cargos e carreiras e, tampouco, sem estabelecer a representatividade nos cargos de liderança; desenvolver campanhas de marketing para gerar valor em produtos e visibilidade à marca sem repensar a inclusão e o desenvolvimento de pessoas diversas; realizar palestras, encontros, rodas de conversa em datas comemorativas ao invés de traçar um planejamento contínuo de aprendizagem.

Múltiplas e controversas ações que, no frigir dos ovos, beneficiam superficialmente a população atendida. Isso quando se abre possibilidade para tal feito, conforme já afirmado pelo autor do presente estudo, em artigo publicado na Revista da Rede Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH) acerca dos dilemas da inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população LGBTQIAPN+:

> Cabe considerar também que, quando inseridas no mercado de trabalho, ocupam postos em que a precarização se evidencia mais fortemente, como no caso das centrais de teleatendimento, por exemplo, coincidentemente ou não, com a trajetória da inserção das mulheres que, de acordo com Druck (2011, p. 74) "historicamente são submetidas a condições mais precárias de trabalho, ocupando lugares "marginais" na estrutura ocupacional e de rendimentos". Algumas/Alguns usuárias/os inclusive relatam serem convocadas/os para trabalharem em serviços de *call center* e reconhecem serem os locais que mais acolhem a população LGBT. Estudos críticos relacionados a esse contexto, explicitam que essa inserção se dá de maneira "menos problemática", por se tratar de um trabalho que tem pouca ou quase nenhuma ligação direta com os clientes, toda a relação se dá via telefone e/ou email, ou seja, é uma inserção que acolhe a diversidade, escondendo-a. Estes passam a compor o "novo proletariado dos serviços", nos termos de Antunes (2018) ao abordar a expansão desse setor (SOUZA, 2020, p. 270).

Entendemos que o conflito entre capital e trabalho se articula com outros conflitos expressivamente constitutivos e constituintes das relações sociais de dominação e exploração — como os conflitos étnico-raciais e sexuais. Esses, mesmo em configurações sociais anteriores ao capitalismo, assumem modos específicos no interior da dinâmica atual e nas variadas formas de opressão materializadas. É por essa razão que defendemos a necessidade de articular as produções teóricas no campo do pensamento crítico (as vertentes marxistas, feministas e queer) para pensar táticas e estratégias de superação da sociabilidade do capital, construindo uma interlocução analítica que dê conta da diversidade de sujeitos que compõem a classe trabalhadora, brigando "sutilmente por respeito", brigando "bravamente por respeito". Classe esta que tem se mostrado, cada vez mais, relutante em aceitar viver sob as condições impostas. Conforme nos sugere Tatiana Poggi (2019),

> Iluminar somente a dimensão da diversidade, afirmar que a luta contra discriminações deve se dar unicamente no campo das múltiplas identidades, da conscientização e de estratégias pedagógicas é ignorar a faceta social do problema, a faceta da desigualdade. É ignorar que a classe trabalhadora tem cor, credo, gênero e orientação sexual. É ignorar que a classe trabalhadora no capitalismo, sobretudo na periferia, foi essencialmente formada por esses sujeitos excluídos e discriminados em formações sociais não capitalistas, coloniais e escravistas. Eles conformam ainda hoje as camadas mais vulneráveis da classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo não

> por um resquício de preconceitos pretéritos, e sim porque, como tudo mais no capitalismo, o preconceito também é subsumido pelo capital, integrado de forma eficiente para maximizar sua reprodução ampliada. Por estarem em situação mais frágil e vulnerável, deles é extraída uma taxa ainda maior de mais-valia, ou seja, estão submetidos à superexploração pelo capital. E é por isso que é possível ver hoje um aumento exponencial do ódio em países periféricos de conformação étnico-racial variada complexa. O fascismo hoje cresce em países miscigenados (p. 78).

Em curso com essas análises, é imprescindível reconhecer que a promoção de políticas destinadas à garantia de direitos humanos e cidadania para população LGBTQIAPN+ no contexto brasileiro se dá na fase histórica neoliberal, consolidando esse como um sistema econômico e, sobretudo, um sistema ideológico, cultural, social e político de governabilidade e governança dos corpos e de suas relações afetivas e sexuais, direcionando-as ao consenso com relação à incorporação da racionalidade atual. Partindo do entendimento de que as políticas sociais se configuram como formas de controle sobre a classe trabalhadora, logo podemos reconhecer que as políticas voltadas para a população LGBTQIAPN+ são formas contemporâneas de controle sobre os corpos, as sexualidades e as suas práticas/suas vivências, estruturando modos de ser, viver, pensar, agir nas normas favoráveis à manutenção da ordem.

A exemplo das conquistas resultantes das reivindicações por igualdade e respeito que se materializaram no direito legal à constituição de núcleos familiares, através do casamento e adoção por casais homossexuais, na apropriação do discurso da representatividade consolidado em merchandising diversos, na expansão do mercado de "consumo, lazer e sociabilidade" para a população LGBTQIAPN+ (SOUZA, 2016), de produtos de estética e beleza para pessoas pretas e pardas, e outras políticas que conformam reformas e reproduzem a ideologia dominante respaldada na individualidade, competitividade, privatização, mercantilização, consumo, efemeridade etc. Nesse fio da navalha se sustenta a análise de que:

> Essa contradição histórica se revela também na tentativa contínua do capitalismo de subsumir as identidades sexuais por meio da mercantilização, pela resistência permanente e pela fuga de identidades e posições que encontram espaços e configurações no limite, no exterior e nos interstícios culturais e materiais do sistema capitalista. Se o capitalismo neoliberal busca transformar as subculturas queer e LGBT em mercadoria, isso não altera o fato de que essas culturas e as políticas que delas derivam ou que as informam tenham uma função sempre desestabilizadora para o capitalismo, pois se baseiam em processos de negação estrutural do capitalismo, que precisa sempre de um exterior (Harvey, 2010), e portanto, da abjeção, de um fora de si para fazer funcionar a máquina da acumulação e seu processo de expansão (REBUCINI, 2004, p. 121).

À vista disso, reconhecemos que as mudanças culturais, sociais e políticas desenvolvidas sob as amarras do neoliberalismo particularizam e priorizam, em sua maioria, a vivência de gays e lésbicas cisheteronormativos, reconhecidos socialmente como pessoas brancas, não-deficientes e pertencentes às camadas médias e altas da sociedade. São estas que, ao possuírem melhores posições, ampliam as suas possibilidades de acesso e permanência aos

direitos sociais e gozam das políticas setoriais destinadas à população LGBTQIAPN+ e da visibilidade produzida pela ideologia dominante. Conforme afirma Ferreira (2020), "o pensamento neoliberal pode ser acolhedor para algumas defesas no campo da diversidade sexual e de gênero, especialmente aquelas mais identificadas com a classe dominante (p. 152)".

É o caso daqueles que contrariam as informações acerca da inserção precária no mercado de trabalho, pois estão em posição "favorável", seja em razão da classe social e/ou da raça/etnia e/ou da cisgeneridade majoritariamente privilegiada nessa sociabilidade e/ou tiveram acesso a outras oportunidades permeadas pelo acesso e permanência à educação e outros direitos sociais que nunca estiveram promovidos em princípio de universalidade no plano real. Via de regra, mesmo ultrapassando fronteiras, tendem a vivenciar, em determinados contextos e circunstâncias, nas relações pessoais e/ou profissionais, o preconceito e a discriminação. Não há imunidade. Eis o movimento contraditório, humanização *versus* aniquilamento.

Ou seja, os corpos demarcados pelas congruências entre raça/etnia, gênero e classe social dissidentes, marginalizadas e diferenciadas, vivenciam majoritariamente contextos adversos. A conjuntura socioeconômica, política e ideocultural atual, constituída na ampliação do capital financeiro e na expropriação de direitos, condiciona esses sujeitos a assumir, individualmente, a responsabilidade por sua reprodução social e, assim, para sobreviver, estes consolidam diferentes estratégias de manutenção das suas necessidades e, quando não, estão à mercê da solidariedade coletiva fetichizada. Como afirmo em estudo anterior:

> [...] em uma sociabilidade que reforça valores individualistas, esses mesmos sujeitos, no anseio em garantir a sua reprodução social, procuram, de forma particular, estratégias de garantir a sua sobrevivência, pois não contam com um amplo sistema de proteção social que, através da inserção em políticas compensatórias, possam suprir as necessidades básicas vitais (SOUZA, 2020, p. 272).

A LGBTQIAPN+fobia, o racismo, o classismo e outras formas de opressão se materializam nas relações sociais e ganha notoriedade pública em um cenário avesso a promoção de direitos para essa população, principalmente em decorrência do avanço do neoconservadorismo reacionário com matizes fascistas da extrema-direita que se fortalece no Brasil desde o Golpe de 2016, direcionando *todes* a uma condição precária. A filósofa Judith Butler (2015), em seus estudos contemporâneos, faz referência ao descrito acima como uma:

> [...]condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não tem opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção (p. 46-47).

A realidade nos mostra que, não por coincidência, parte significativa dos sujeitos, que vivem sob essas condições são jovens, pretos, da classe subalterna e LGBTQIAPN+, “a carne mais barata do mercado”. Esta é a condição imposta pelo capital financeiro em sua fase hipertrófica, ao adquirirem um altíssimo grau de autonomia frente à esfera produtiva. A governabilidade vigente nos últimos anos reafirma a urgência do enfrentamento e disputa pelo poder, redirecionando a intervenção estatal e os mecanismos de regulação da reprodução social, de maneira a construir medidas político-econômicas que assegurem uma maior centralidade no jogo, vislumbrando o atendimento às demandas e permitindo uma organicidade e uma práxis social cujo fim, político e emancipatório, é a revolução. No dito político-popular, “as gays, as bi, as trans e as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução”.

No ano de 2020, esse cenário se tornara ainda mais complexo. Com o advento do novo coronavírus, SARS-COV-2, responsável pela pandemia da COVID-19, o mundo vivencia uma transformação em suas múltiplas dimensões. A difusão do vírus, descoberto em 2019 e globalizado em 2020, criou um cenário temeroso em razão das amplas repercussões epidemiológicas espalhadas pela mídia em todo o mundo. Nos nutrimos cotidianamente de notícias referentes aos altos índices de pessoas contaminadas, sintomas possíveis de infecção pelo vírus e o número expressivo de mortes notificadas em razão do COVID-19. Buscamos incessantemente informações sobre o vírus, formas de contaminação, seus efeitos, tratamento, prevenção, cura e vacinação.

Quanto ao mesmo tema, dada as novas configurações do mundo do trabalho e as alterações no cotidiano provenientes da crise sanitária internacional, passamos a viver sob a ameaça concreta de ampliação do desemprego estrutural. A desigualdade social, racial e de gênero se escancara à nível mundial. Estrategicamente, a informalidade ganha mais status e se consolida majoritariamente como alternativa para a sobrevivência da população. Se exacerba, com a adesão às medidas sanitárias, o uso e abuso das TIC, alçando novos modos de ser, pensar, agir e existir nesse contexto. Estes e outros fenômenos, de modo inesperado e, por vezes, com aparente ausência de controle, intensificam e complexificam as tradicionais e novas manifestações da contradição relacional entre capital e trabalho nas diversas formações sociais.

A fim de compreender as determinações deste contexto no cenário político, social e econômico do Brasil, determo-nos, aqui, nos impactos na vida e no trabalho provocados pela crise sanitária do novo coronavírus e os direcionamentos empreendidos pela agenda política brasileira no poder à época.

2.4. A pandemia do Novo Coronavírus sob o desgoverno da extrema direita bolsonarista: uma brochada inesquecível e o *date* com o objeto de pesquisa

O contexto de crise capitalista se agrava com a pandemia de COVID-19 e as táticas e estratégias de superação ganham corporeidade à medida que a classe dominante passa a estruturar-se no poder político e econômico do país, de modo mais incisivo. os primeiros casos começam a ser registrados em março de mês de 2020 e a primeira morte pelo novo coronavírus no país é datada em 12 de março de 2020, conforme os dados do Ministério da Saúde do Governo Federal. A partir de então, o número de pessoas positivadas passou a aumentar cotidianamente, em processos cíclicos. O início do período pandêmico no Brasil é marcado pela crescente aceitação social da racionalidade negacionista científico-sanitário e pelo compartilhamento das *fake news*, (des)informações sobre o vírus e ampliação dos discursos odiosos nos meios de comunicação tradicionais, nas redes sociais e nos discursos político-institucionais acríticos, de orientação direitista, majoritariamente. Ausência de ações por parte do Ministério da Saúde e demais órgãos responsáveis, especialmente no que corresponde à promoção de medidas de prevenção e controle, e que considerassem a desigualdade social, econômica e inter-regional e intrarregional do país, e entre as áreas urbanas e rurais, são também referências ao período determinado.

Com o avanço dos casos de COVID-19 no país, o direcionamento do governo federal, com base no ordenamento da OMS e decorrente das pressões populares, foi de incentivar medidas emergenciais, como o isolamento físico-social exigido e as práticas de higiene pessoal, concretizando-se como possibilidades de cuidado sanitário preventivo. Se recomendou o uso contínuo de máscaras de proteção e álcool em gel. Dado curioso é que, estes materiais, em poucos dias, aumentaram significativamente o seu valor, desmascarando a ganância capitalista, cuja máxima é “há de se lucrar de toda e qualquer forma”. E não só isso, há de se selecionar as vidas com condições de arcar com os próprios cuidados e prevenir a contaminação e quem deve viver a relento, por não ter como custear de forma autônoma e, tampouco, fora disponibilizado, de forma gratuita, nos serviços públicos de saúde.

Em 2020, a média diária de mortes no Brasil era de 2 mil pessoas e em 2021, no segundo trimestre, período mais crítico dos efeitos da pandemia no país, a média passou a ser de 3 mil mortes/dia. Questionado sobre o alto índice de mortes pela COVID-19, o antecessor representante máximo do Poder Executivo no Brasil respondeu, em uma entrevista, no Palácio da Alvorada, em abril de 2020: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”. Torna-se evidente a negligência com a preservação da vida.

O cenário só melhora com a vacinação tardia da população brasileira, dada a ineficácia proposital das negociações do Estado brasileiro, no governo Bolsonaro, com as instituições produtoras dos imunizantes, em virtude de interesses privatistas. Somente em 20 de outubro de 2021, o Brasil atinge a marca de 50% da população adulta com esquema vacinal completo, segundo os dados publicados pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)[33], enquanto outros países no mundo já vivenciavam a tal "normalidade", em razão do avanço na vacinação da população e redução dos casos moderados e graves.

De tal maneira, as medidas tomadas para a contenção da contaminação do COVID-19 passaram por uma série de disparidades regionais, por exemplo, o Consórcio Nordeste, na contramão das determinações negacionistas do Governo Federal, decidiu tomar iniciativas bem rígidas, demandando o completo isolamento físico-social da população, impactando completamente na situação econômica e social regional e do país, enquanto outras regiões e Estados seguiram as orientações do Governo Federal, por vezes, se omitiam nos espaços de tomada de decisão, ocasionado, em algumas conjunturas locais, índices altos de contaminação. Complexificou, assim, o enfrentamento nacional à COVID-19, em decorrência da sua expansão desigual e combinada. Até que, em razão do agravamento da situação epidemiológica do país, algumas medidas essenciais foram tomadas, além das já expostas: criação de hospitais de campanha, contratação de profissionais, por exemplo.

Em dado momento da pandemia, a constância nessas medidas foi possível apenas para uma parte da população. Em sua maioria, para as elites brasileiras. Para as classes subalternizadas, a possibilidade de permanecer em isolamento, trabalhar em *Home Office*, arcar com os custos de máscaras de proteção e álcool gel, dentre outras medidas, foi bastante limitada e incompatíveis com as pressões do empresariado e o contexto de vulnerabilidade social em que se encontravam – moradias insalubres, transporte público superlotados, insegurança alimentar etc. Além disso, um conjunto de trabalhadores continuaram prestando serviços à população, na linha de frente do combate ao COVID-19, nas áreas da saúde, assistência social e nos chamados serviços essenciais, a exemplo dos supermercados e farmácias, fornecimento de água, luz, esgoto, internet etc.

Essa foi a tônica dos direcionamentos políticos, econômicos e sociais quanto às medidas tomadas pela gestão à época do Governo Federal para o enfrentamento da pandemia do

---

[33] CONASEMS. Com 50% da população completamente vacinada, MS reduz intervalo entre as doses de Astrazeneca. Disponível em: < https://www.conasems.org.br/com-50-da-populacao-completamente-vacinadams-reduz-intervalo-entre-as-doses-de-astrazeneca/ >. Acesso em: 23.10.2021.

coronavírus. A grande voz expressa, durante essa governabilidade, ecoou os interesses da autocracia burguesa brasileira, conforme a tese de Sara Granemann (2021):

> [...] desde os primeiros dias da pandemia no Brasil, as medidas sanitárias para seu enfrentamento mobilizadas pela burguesia e pelo seu Estado deram importantes sinais de que a COVID-19 atuaria como força motriz para que o governo Bolsonaro e o Congresso Nacional, ambos sob o comando da burguesia, no uso de suas funções, metamorfoseassem a tragédia sanitária em oportunidades de acumulação inflexivelmente requeridas pelos capitais – também na 'normalidade' – quando de suas crises econômicas (p. 03).

Com melhorias no quadro geral da pandemia local, dado avanço da vacinação, maior conhecimento sobre o vírus e formas de prevenção, entre outras medidas, a pressão capitalista para a retomada das atividades econômicas se fez forte e presente nas decisões governamentais e na construção do consenso junto à classe trabalhadora, que sentia a ameaça do desemprego e da baixa renda. "Como regra geral, a ingente e incontornável necessidade dos capitais no enfrentamento de sua crise foi aqui a prioridade (GRANEMANN, 2021, p. 05)". Assim, parcela significativa de trabalhadores, alocada no mercado de trabalho formal e informal, tiveram que retomar suas atividades laborais, aglomerando nos ônibus e demais transportes públicos, em seus ambientes de trabalho, nas ruas, praças e avenidas.

Aquelas/es que engrossam as filas da superpopulação relativa e vivenciavam (e ainda vivenciam) o agravamento da fome e da miséria, tiveram que buscar alternativas para garantir a sobrevivência. Para uns, a alternativa foi enfrentar a corrida para ser uma beneficiária do auxílio emergencial ofertado pelo Governo Federal no período de calamidade pública e, para outros, a grande saída foi o empreendedorismo e a informalidade, alternativas permanentes para a reprodução social, que se potencializam. Em concórdia com a autora supracitada, compreendemos que:

> Porções significativas da classe trabalhadora, aprisionadas nos limites da existência física, material, sem condições para se reproduzirem, não tardaram a entender: o evolver da COVID-19 ao arrastar consigo dezenas de milhares de óbitos é, a um só tempo, a própria conta aos sobrantes, a justificativa e a panaceia para todos os atos e as medidas de força de todos os poderes nos diferentes momentos do Estado contra a classe trabalhadora. Padecer de fome ou morrer pelo contágio, ao ter de trabalhar sem poder praticar o isolamento físico, não são escolhas e tampouco alternativas mutuamente excludentes no cotidiano da classe trabalhadora; ao contrário, afiguraram-se complementares ou, talvez, reciprocamente combinadas para o extermínio dos excedentários. [...] As sucessivas contrarreformas previdenciárias, o desmonte das políticas assistenciais e o desemprego potencializaram o contágio, uma vez que trabalhadoras e trabalhadores não tiveram possibilidades de realizar o distanciamento físico por terem de seguir trabalhando e porque suas habitações são desprovidas de condições de saúde como as recomendadas por instituições e organismos de saúde nacionais e internacionais (GRANEMANN, 2021, p. 05).

Demarcamos ser na vida das pessoas que vivenciam na pele a desigualdade social, racial e de gênero que o vírus e suas variantes encontram o percurso destrutivo[34] com maior amplitude e complexidade. Pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, pessoas pretas e pardas[35], pessoas brancas pobres, jovens, idosos, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAPN+, homens trabalhadores e outros segmentos dessa classe, deparam-se com o adoecimento e, em contexto grave, com a morte. Paralelo a isso, vivenciasse a usurpação covarde do fundo público, resultante do sucateamento acelerado do Sistema Único de Saúde, mesmo com a promoção de medidas urgentes de atendimento à população infectada pelo vírus, como também, a burocratização e redução da transferência de renda à população e do repasse financeiro à política de Assistência Social para efetivação da proteção social básica e especial, como também, arruinamento das demais políticas sociais – previdência social, educação, habitação e saneamento etc.

Ou morrer pelo vírus, ou morrer de fome, essas foram as alternativas para a massa de trabalhadoras/es que vivenciavam o desemprego, a insegurança alimentar, o aumento dos custos de vida e redução da renda básica. Dados publicados em 2021, pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), através do Projeto Vigisan, apontam que nos últimos meses do ano de 2020, 19 milhões de pessoas residentes no Brasil passaram fome e mais da metade dos domicílios no país encarou certo grau de insegurança alimentar. A principal medida tomada pelo Estado brasileiro foi a oferta do Auxílio Emergencial, como já mencionamos, um benefício social ofertado à população com o intuito de garantir uma renda mínima aos cidadãos e cidadãs residentes no Brasil em situação de extrema vulnerabilidade social, principalmente por muitas atividades econômicas terem sido gravemente afetadas pela crise sanitária (BRASIL, 2021).

Entretanto, os dados do Inquérito Nacional da Rede Penssan mostram que “a principal medida compensatória adotada, o auxílio emergencial, aprovado pelo Congresso Nacional, para

---

[34] O fato de a primeira morte por covid-19 divulgada no país ter sido de uma mulher negra, de 63 anos, trabalhadora doméstica, que contraiu o vírus de sua patroa, moradora do Leblon, que havia acabado de chegar contaminada da Itália, não é coincidência. Trata-se, [...], de relações sociais que expressam as próprias contradições produzidas pelo capitalismo e, ao mesmo tempo, explicitam pungentes particularidades da formação sócio-histórica brasileira, em que as desigualdades de classe estão fundamentalmente entrelaçadas às étnico-raciais e também de gênero, visto que a todo momento a dinâmica do capital reatualiza nossa herança escravocrata, colonialista e heteropatriarcal (EURICO; GONÇALVES; FORNAZIER, 2021, p. 87-88).

[35] [...] a população negra, nesse país, está morrendo mais porque é, na sua maioria, a que tem trabalhos e, consequentemente, condições de vida mais precarizados, fazendo com que tenha já desenvolvido mais comorbidades e enfrente a exposição à Covid-19 com dificuldades de cumprir as orientações de higienização, isolamento e quarentena, pois isso custa dinheiro. Além disso, a tendência é que isto aumente por motivos simples: o sistema de saúde brasileiro não está devidamente preparado, com anos de sucateamento do SUS que piora exponencialmente com o desgoverno atual, e porque é a ele que recorre à maioria da população brasileira, que é negra (considerando o somatório das informações autodeclaradas das cores preta e parda) (MATOS, 2021, p. 27).

reduzir os efeitos da crise sanitária sobre o emprego e a renda, fora insuficiente para superar a condição de Insegurança Alimentar das famílias (REDE PENSSAN, 2021, p. 45)". Os resultados dessa pesquisa apontam que o Auxílio Emergencial, distribuído em um valor variando entre "R$ 300,00 e R$ 600,00", alcançou metade das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade (idem, p. 32). Ou seja, a medida tomada pelo Estado Brasileiro apresenta-se como uma resposta inadequada à superação da crise sanitária e econômica que o país vivenciava, como alerta a Rede Penssan (2021, p. 11):

> Os resultados deste inquérito alertam toda a sociedade brasileira, bem como os/as gestores(as) públicos(as), para a natureza urgente e imprescindível de ações e políticas públicas efetivas que, respeitadas as restrições impostas pela crise sanitária que se agrava no Brasil, auxiliem os grupos populacionais mais vulnerabilizados e promovam a Segurança Alimentar e Nutricional, ao lado de políticas estruturais direcionadas à redução das desigualdades sociais e das iniquidades no nosso país.

No último trimestre de 2022, o país somava mais de 655 mil mortes, 34,8 milhões de casos notificados da COVID-19[36]e mais de 533 milhões de doses de vacina aplicadas no Brasil, atingindo o total de mais de 171 milhões de pessoas totalmente vacinadas, representando 79,85% da população brasileira com o esquema vacinal completo[37], e 182 milhões de pessoas com pelo menos uma dose, correspondendo 84,76% da população, mesmo diante o negacionismo, a desinformação e a série de teorias da conspiração sobre a doença e a tipologia das vacinas. Nesse período, o país disputava os primeiros lugares no ranking mundial dos registros de mortes pelo novo coronavírus nos Estados Unidos da América e na Índia. Nesse mesmo ano, a fome e a miséria avançam no país atingindo 33,1 milhões de pessoas, de acordo com os dados da Rede Penssan.

O contexto pandêmico afetou as condições de renda e trabalho de toda a população brasileira, com destaque para as regiões norte e nordeste, em que se apresentam os maiores índices de pessoas sem emprego, com significativa redução dos rendimentos familiares e o corte nas despesas com itens essenciais à sobrevivência, aumento do endividamento populacional e outros agravos, de acordo com os dados publicados nas duas edições do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (REDE PENSSAN, 2021; REDE PENSSAN, 2022).

Em 2022, com a piora da situação da população brasileira, onde mais da metade (58,7%), aproximadamente 125,2 milhões de pessoas convivem com certo grau de insegurança alimentar - leve, moderado ou grave (fome) -, o país regride a patamar equivalente ao da década

---

[36] Fonte: Painel Coronavírus Brasil. Disponível em: < https://covid.saude.gov.br/ >. Acessado em 23.06.2023.
[37] Fonte: Mapa da vacinação contra a covid no Brasil. Disponível em: < https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/ >. Acessado em 03.11.2022.

de 1990 (REDE PENSANN, 2022). Considerando as desigualdades regionais, os maiores índices da população convivendo com formas mais severas de insegurança alimentar se concentram no Norte (45,2%) e no Nordeste (38,4%), representando 4 em cada 10 famílias.

Os dados da Rede Pensann (2022) apontam que nas famílias onde a representação maior, a pessoa de referência, é autodeclarada preta ou parda, cerca de 65% desses lares convivem com restrições alimentares. Nas famílias comandadas por mulheres, 6 em cada 10 lares estão em insegurança alimentar. Nesses, a fome passou de 11,2% para 19,3%, já nos lares com homens como pessoa responsável, a fome passou de 7,0% para 11,9% (ibid.). Em relação às condições de trabalho, emprego e renda, "a fome é maior nos domicílios em que a pessoa responsável está desempregada (36,1%), trabalha como agricultor(a) familiar (22,4%) ou tem emprego informal (21,1%) (REDE PENSANN, 2022, p. 49).

Conforme apontado na pesquisa anterior e reforçado na atual, os benefícios sociais ofertados à população não conseguiram impor limites à fome, pois ela "é uma realidade para 32,7% das famílias que relataram o recebimento dos benefícios (REDE PENSANN, 2022, p. 63)". Contudo, a situação era agravada "em 56,7% dos lares com renda familiar menor ou igual a 1/4 do salário-mínimo por pessoa e que não recebem o benefício (ibid.)". Essas são algumas das situações das quais vivenciavam a população brasileira no contexto pandêmico.

Em contrapartida, coerente com a sociabilidade que vivemos, enquanto medidas de contenção dos gastos públicos foram tomadas pelo Estado, em nome da crise, os olhos famintos do capital observaram, no contexto pandêmico, uma outra possibilidade de acumulação e de enfrentamento à sua própria crise, alimentando-se do fundo público. "Superar crises no modo de produção capitalista, sabe-se, é aprofundar o conjunto de relações sociais capitalistas, cuja acumulação de riquezas para a grande burguesia é forçosamente a expansão da miséria e da penúria para a classe trabalhadora (GRANEMANN, 2021, p. 06)". Matérias jornalísticas mostravam, no contexto determinado, pessoas que vivenciavam um contexto de vulnerabilidade social, buscando alimentos em caminhões de lixo, comprando carcaça de animais utilizados na alimentação humana, coletando ossos de carnes, doados por açougues, que seriam descartados, casos de furtos famélicos, dentre outras matérias sensacionalistas que retratam a situação da fome e da miséria no país, em pleno Século XXI.

Evidenciamos a insuficiência das ações governamentais no enfrentamento à crise sanitária e econômica no país. Porém, não é surpreendente, em razão do relativismo em que a pandemia foi tratada pelo Presidente da República, seus ministros e assessores, recusando-se a crer nas recomendações dos órgãos internacionais e nas ações engendradas mundialmente no âmbito da saúde. Disseminando discursos e práticas que motivaram determinados sujeitos a

negarem o contexto pandêmico, a se posicionar contra as medidas tomadas e recomendadas pelos órgãos que compunham a vigilância epidemiológica, a organizarem-se em grupos anti-vacina, a tomarem medidas que resultaram na aniquilação de muitas/os brasileiras/os. No momento em que finalizamos esse texto, o Brasil soma mais de 38 milhões de casos e mais de 711 mil óbitos, estando classificado entre os 16º lugares no ranking mundial de mortes decorrentes do coronavírus.

Por mais que o vírus ultrapassasse as dimensões sociais, raciais e de gênero à nível mundial, no Brasil, ele encontra lugar nas realidades interseccionadas por essas expressões. Ao analisarmos o resultado da pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)[38] sobre a relação da COVID-19 com outras expressões da diversidade humana, tais como gênero, classe e raça, averiguamos que centena de milhares de pessoas infectadas, e até mesmo mortas, são das favelas e periferias dos centros urbanos, das cidades dos interiores do país e das comunidades tradicionais, em razão da ausência de proteção social por parte do Estado na implementação dos direitos essenciais para a preservação das vidas, em detrimento da perversa disparidade social e econômica no país. "[...] a COVID-19, no Brasil, percorreu uma letal trajetória determinada pela classe, gênero, cor e, insistimos, pelas ausências... (GRANEMANN, 2021, p. 07)."

Somente a partir das pressões populares e dos movimentos sociais, esta particularidade foi ganhando visibilidade, ingressando na agenda pública, via promoção de medidas governamentais, na contramão do poder vigente à época. Podemos citar o Conselho Nacional de Saúde (CNS) que emitiu um alerta sobre a importância de estabelecer medidas de proteção especial para as pessoas que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, como as pessoas em situação de rua, pessoas com sofrimento ou transtorno mental, com deficiência, pessoas em privação de liberdade, pessoas vivendo com HIV/AIDS, LGBTQIAPN+, população indígena, quilombola, negra e ribeirinha, trabalhadores do mercado informal como: catadores de lixo e materiais recicláveis, artesãos, camelôs e prostitutas, dentre outros grupos que se encontravam em repleta regressão civilizatória.

As precárias condições de vida e de trabalho que viviam os mais diversos segmentos sociais da classe trabalhadora, retratam a desigualdade social e econômica que, historicamente, a classe dominante impõe a esses, direcionando-os a uma vida escassa de acesso às necessidades

---

[38] FIOCRUZ. Desigualdade social e econômica em tempos de Covid-19. Disponível em: < https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19 >. Acesso em: 23.10.2021; FIOCRUZ. Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. Disponível em: < https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia >. Acesso em: 23.10.2021.

básicas de reprodução social, escancarada com a pandemia. Contraditoriamente, o contexto pandêmico possibilitou que as maiores fortunas no mundo eclodiram e que grandes corporações internacionais aumentassem a sua lucratividade, possibilitando ao empresariado uma reestruturação na prestação de serviços com o chamado *e-commerce* (comércio digital), mantendo a oferta e o atendimento às novas demandas sociais, ampliando os rendimentos e o valor no mercado, permitindo que as poucas pessoas ricas no mundo aumentassem significativamente suas fortunas.

É reconhecendo essa dinâmica que podemos nos aproximar das complexidades que envolvem a sociabilidade da população LGBTQIAPN+ nessa expressiva necessidade vital por trabalho, emprego e renda, principalmente diante de um contexto cotidiano e contínuo de opressões. A LGBTQIAPN+fobia, que se aguça nas relações sociais na ordem capitalista, fortalecem a lógica concorrencial e excludente que os LGBTQIAPN+ vivenciam, e que se tornam ainda mais complexos no contexto pandêmico. O desemprego decorrente da dura realidade da não inserção no mercado de trabalho formal leva a uma busca incessante por diversas estratégias de sobrevivência que parecem ser a única saída. Como exemplo factual, a ausência de oportunidade para essa população as condiciona à precarização e à informalidade, revestida pela lógica empreendedora, pautada por atividades que, na divisão do trabalho, compreendem "[...] desde a prestação de serviços (cabeleireiro, esteticista, manicure, pedicure, maquiagem, diarista, motoristas de aplicativos, vendedores de produtos alimentícios, entre outras) até atividades socialmente consideradas marginalizadas (tráfico de drogas e prostituição, por exemplo) (SOUZA, 2020, p. 268)".

Deve-se evidenciar que esse quadro se transforma, cada vez mais, em realidade contínua na vida da população LGBTQIAPN+, jovem, negra e das classes subalternizadas, designando-os a condições de reprodução completamente rebaixadas e, inclusive, inviabilizando processos de organização coletiva em prol dos seus direitos. A condição de desproteção social e, em alguns contextos, de inserção precária em atividades laborais, apresenta-se como a configuração imposta por essa sociabilidade de novo tipo. Essa mesma dinâmica excludente, revela uma outra face do capital, a da "inclusão social", já debatida anteriormente neste capítulo, que utiliza dos seus aparelhos privados de hegemonia para disseminar o discurso de que esses sujeitos precisam desenvolver suas habilidades empreendedoras, se constituindo como trabalhadoras/es autônomos, "sem patrão" e "independentes" do Estado, para superar a crise vivenciada.

Tirante os fatos, como alternativa urgente e palpável, ampliam-se a realização de múltiplas atividades mediadas pelo uso das TIC, impulsionadas pelos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante tanto para mascarar a ausência de intervenção estatal, quanto

para privilegiar os atuais mecanismos de extração do mais-valor: “essas atividades devem, necessariamente, ser entendidas, no seu conteúdo e forma, como dinâmicas que têm favorecido um modelo econômico e desigual de trocas, a superpopulação relativa em escala global e a crescente desvalorização da força de trabalho”, nos alerta Amaral (2021, p. 65). Portanto, o discurso da autonomia, da liberdade e da autogestão do trabalho caem por terra ao compreendermos o verdadeiro sentido:

> O trabalho subordinado a plataformas digitais, organizado na esfera dos serviços e das novas necessidades dos consumidores em tempos de isolamento social, ganha força, adesão e visibilidade, transformando-se em uma modalidade estruturada pelas inovações tecnológicas e marcada por uma precariedade vital dos sujeitos que estão encurralados na teia dos algoritmos que agora os organizam (ibid.).

A condição de barbárie apresenta-se permanente e como normalidade para segmento da população LGBTQIAPN+ e, em situação de calamidade pública, se escancara a cortina do circo de horrores do capital, no seu momento de maior desenvolvimento, pautado na restrição de direitos e concentração de poder e riqueza. Concordamos com Amaral (2021), ao defendermos que é necessário construir conhecimentos sobre “os novos ‘modos periféricos’ de vida na periferia (p. 67)” e aprofundar os estudos e pesquisas sobre a conformação do valor e o tempo socialmente necessário de trabalho nessas atividades laborais. É importante ressaltar que:

> As plataformas digitais, a internet das coisas, a inteligência artificial e a economia de compartilhamento são denominações e recursos que se expandem e passam a integrar diversas dimensões da vida social, sob a marca da inovação, do desenvolvimento autônomo dos sujeitos, dos aprendizados individualizados e das suas experiências práticas. Avança-se sobre a necessidade de formar uma classe trabalhadora de modo que esta esteja disponível para o mercado de trabalho dos novos tempos: instável, informal, flexível, sem proteção social. Em outros termos, uma classe trabalhadora pronta para realizar qualquer tipo de trabalho e/ou se manter à disposição dos representantes do capital, os quais pretendem convertê-la em trabalhadores intermitentes ou mesmo em empreendedores (AMARAL, 2021, p. 66).

Deve-se registrar que, por mais que a direção última dos avanços tecnológicos e suas implicações cotidianas sejam intensificar a concentração de renda e, consequentemente, ampliar as desigualdades sociais, elas foram, e seguem sendo, contraditoriamente, importantes ferramentas para que a população, com acesso à essas tecnologias, possa suprir, através do trabalho, suas necessidades sociais. Assim como, no período pandêmico, possibilitou que o mundo real e o virtual se imbricassem por completo. Se antes o mundo virtual era a fuga à realidade, hoje o mundo real é a fuga à virtualidade. Há, também, de referenciar, os avanços no âmbito da saúde, educação, lazer, cultura, política e outros aspectos da vida social que se transformaram positivamente com a implementação das TIC. Digo isso para que possamos visualizar o desenvolvimento tecnológico como um paradoxo da contemporaneidade.

Apesar da reflexão à essa questão, a análise desta tese está enraizada na apreensão essencial das transformações tecnológicas, econômicas e sociais, de tal maneira, para amarrar

a apreensão teórica do objeto deste estudo, dialogamos com o conceito de "condição de precariedade" apontado mais recentemente pela teórica *queer* Judith Butler (2018a), ao questionar a possibilidade real de viver uma "vida boa" em uma "vida ruim", ou seja, é possível reivindicar e materializar direitos e políticas sociais para a população LGBTQIAPN+ e toda a complexidade das expressões da diversidade humana, que concretizem uma vida digna na sociabilidade contemporânea? Para Butler, a estrutura estatal designa, de maneira diferente, recursos para a subsistência e garantias de direitos para os sujeitos dissidentes e, assim, a precariedade e a condição precária se tornam fenômenos inerentes à condição de humanidade desses. Corroborando com nossas inquirições, destacamos o trecho em que a autora afirma:

> A "precariedade" designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. Como mencionei antes, a precariedade é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparações adequadas. A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes (BUTLER, 2018a, p. 40-41).

Com base nos ditos da autora, afirmamos haver distinção nos processos de efetivação da proteção social que, em determinados contextos, selecionam e focalizam os sujeitos aos quais são destinadas às ações, programas, políticas e projetos estatais, e aqueles que, no curso da vida, não serão beneficiados. Dessa maneira, permanecerão em situação de alto risco social, sendo consideradas não-vidas, dispensáveis, inválidas, desprezíveis. Essa experiência de desvalor demarca a vida da população aqui estudada, principalmente em uma conjuntura que naturaliza e legitima a distribuição combinada e desigual da condição precária. Podemos, mais uma vez, questionar: quais os mecanismos que definem quais vidas importam e quais vidas não são reconhecidas como vivíveis e devem ser aniquiladas?

Esses processos são resultantes da combinação calculista entre LGBTQIAPN+fobia, machismo, sexismo, racismo, classismo, etarismo e outras formas de materialização das opressões estruturais e sistêmicas, ao passo que exclui dolosamente e joga no peito dos indivíduos a responsabilidade pelo estabelecimento de uma vida digna. Conforme indaga Butler (2018a): "Como posso me esforçar para levar uma boa vida se não tenho uma vida sobre a qual falar, ou quando a vida que busco levar é considerada dispensável, ou, na verdade, já foi efetivamente abandonada? (p. 218)". Inferimos ser desafiador a essa população remar contra a maré e garantir, individualmente, a possibilidade de vivenciar uma vida digna social, ética e politicamente. A tal "vida boa" é bastante distinta da sobrevida e, para alcançá-la, é fundamental

estabelecer novas e fortalecer as tradicionais formas de reivindicação coletiva. Nas palavras de Butler (2018a):

> "(...) não podemos lutar por uma vida boa, uma vida possível de ser vivida, sem atender às exigências que permitem a persistência de um corpo. É necessário reivindicar que os corpos tenham aquilo de que precisam para sobreviver, uma vez que a sobrevivência definitivamente é uma precondição para todas as outras reivindicações que fazemos. Ainda assim, essa reivindicação se prova insuficiente, porque sobrevivemos exatamente para viver e porque a vida, por mais que requeira a sobrevivência, deve ser mais do que sobrevivência para ser uma vida possível de ser vivida. Uma pessoa pode sobreviver sem que consiga viver a própria vida. E em alguns casos, não parece valer a pena sobreviver nessas condições. Então, para uma vida possível de ser vivida, ou seja, uma vida que possa ser vivida, é necessária uma reivindicação mais ampla" (p. 229)".

A condição de precariedade expressa nessa sobrevida é uma das maiores razões, quiçá a maior razão, para a incidência social, política e cultural da população LGBTQIAPN+. Para além da compreensão de que se trata de uma reivindicação favorável a um "desvio pequeno-burguês", um "pequeno drama da humanidade", uma questão "meramente cultural", é, em realidade, uma pauta fundamental na luta pela superação da dominação política, exploração econômica, desigualdade social e imperialismo cultural engendrado pelo dinâmica do capital, logo, trata-se de uma luta anticapitalista.

Tanto é que, um conceito muito caro à presente discussão, mencionado diversas vezes anteriormente, será aprofundado nas linhas a seguir: o neoconservadorismo. Importa-nos, frisar, a sua célere expansão no Brasil e os seus ataques despudorados aos direitos humanos e à democracia, sobretudo, à agenda de gênero, sexualidade e raça/etnia. O fenômeno da atualização do conservadorismo religioso no Brasil e nos países latino-americanos, marcado pela desonra aos tratados internacionais, se desenvolve na aliança entre as pautas do catolicismo e do pentecostalismo, que convergem na intentona de estabelecer a moral religiosa como ética pública, a afirmando como um mecanismo de combate à juridificação dos direitos sexuais e reprodutivos, fruto da organização política no campo do gênero e da sexualidade, é o que se afirma na obra "Gênero, Neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina" de Flávia Biroli, Maria das Dores Machado e Juan Vaggione (2020).

O estudo da prática reacionária dos atores religiosos conservadores às conquistas recentes na arena da equidade de gênero e diversidade sexual resgatam a histórica relação entre política e religião que, na atualidade, se realiza com intensas conexões com o neoliberalismo, constituindo um movimento conservador consolidado, que engendra o neoconservadorismo[39],

[39] O uso do conceito de neoconservadorismo permite identificar as principais mutações e matrizes que caracterizam as ações reativas e contemporâneas de setores religiosos diante das mudanças nas formas de regular a ordem sexual. O fenômeno se localiza em uma temporalidade política específica, marcada pelo impacto dos movimentos feministas e LGBTQI [...]. Conquistas importantes na esfera legal de várias sociedades, como a extensão da

termo que caracteriza as coalizões políticas estabelecidas em detrimento da manutenção da ordem patriarcal e do sistema capitalista, concretizando uma racionalidade que (re)configura as subjetividades dos sujeitos, interiorizando a lógica normativa e disciplinadora cristã, conforme argumentam os autores suprarreferidos. A cena política brasileira dos últimos anos, sublinhada pelo tripé extrema-direita, neoliberalismo e militarismo, expressa a reação ao gênero e à sexualidade como temáticas centrais, na narrativa de crise do sentido e do *status* da família.

Nesse jogo, os setores neoconservadores, conforme o estudo apresentado na referida obra, passaram a juridificação da moralidade cristã, redefinindo sentidos e limites e se apropriando do discurso dos direitos humanos para defender "humanos direitos", ou seja, estabelecer a introdução dos princípios e valores morais cristãos aos dispositivos constitucionais, concretizando o poder legislativo, na conjuntura local, como um espaço antifeminista e antiLGBTQIAPN+, operando, inclusive, em contextos democráticos. Paul Preciado (2008), ao questionar a centralidade do sexo, gênero, sexualidade, identidade sexual e do prazer na atividade política e econômica do capitalismo, afirma que essas mudanças se caracterizam por transformá-los "em objeto de gestão política da vida, mas também pelo fato de que esta gestão em si mesma será levada adiante por meio das novas dinâmicas do tecnocapitalismo avançado, da mídia global e das biotecnologias (p. 27)". No entanto, é importante registrar, ainda que diante dessa realidade onerosa, existiram, e ainda existem, movimentações progressistas que disputam e resistem aos ataques nos plenários espalhados pelo país.

Sem banalizar a complexidade desse fenômeno, é relevante frisar que a ascensão dessa agenda neoconservadora e neoliberal reiteraram e promoveram severos ataques à população subalternizada e, na pandemia do novo coronavírus, que eclodiu no mundo em 2019 e no Brasil em março de 2020, essa condição precária se agrava. Ausência de apoio familiar e comunitário; preconceito e discriminação concretizada em situações de violência e violação de direitos na vida pública física/real ou virtual; crimes violentos letais intencionais; desemprego estrutural; limitações no acesso às políticas de proteção social – saúde, assistência social e previdência -; não acesso ou acesso precário à educação; vivência em contexto de rua ou privação de liberdade; impactos na saúde mental – ansiedade, depressão, síndrome do pânico, abuso de

permissão para o aborto, o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a aprovação de leis de identidade de gênero, tiveram como consequência não intencional o surgimento de estratégias, discursos e atores renovados no campo conservador. As atuais rearticulações conservadoras respondem a uma politização reativa gerada pelo impacto dos movimentos feministas e LGBTQI na América Latina, que levou alguns atores religiosos a adaptarem suas estratégias e seus argumentos para maximizar a influência nas formas de regular a sexualidade (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 27).

substâncias psicoativas, ideação suicida, etc. -; coerção social para a manutenção da identidade de gênero e/ou orientação sexual "no armário" ou, até mesmo, o imperativo para a saída; ausência de relações frequentes e presenciais no interior da própria comunidade LGBTQIAPN+; fechamento dos espaços de sociabilidade, consumo e lazer; distanciamento de seus afetos; dentre outras situações desafiadoras.

Todas essas situações enfrentadas diante da omissão estatal e da ausência de políticas de proteção social especializadas e, até mesmo, as básicas que, por mais que ainda existissem, vivenciavam a imensidade dos cortes orçamentários. São ações que se constituem por "[...] naturalizar a exclusão, por parte do Estado, de sua responsabilidade com segmentos da sociedade. Mais uma vez aqui está explícita a política de eliminação (MATOS, 2021, P. 32)". Ocorre, desse modo, "a destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos" (MBEMBE, 2014, p. 17). Consolidam-se, enquanto, expressões do "combate" a suposta "ideologia de gênero"[40], conceito utilizado estrategicamente pela onda neoconservadora e neoliberal da sociedade brasileira para retrair as discussões sobre a diversidade sexual e de gênero, reduzir as políticas públicas, silenciar as diversas violências e violações de direitos geradas por práticas machistas, patriarcais, racistas, classistas e heterocissexista. Essa realidade representa um golpe às lutas pelo reconhecimento das diversidades humanas.

Exemplo factual é que a violenta realidade vivida pelas diversas experiências de gênero e sexualidade seguem sendo invisibilizadas pelo Estado Brasileiro e seus institutos de pesquisa. O recenseamento dos anos de 2020 e 2021 e os dados de 2022 são exemplos do aprofundamento desse apagamento e expansão dessa política antigênero no Brasil. No desenvolvimento de uma das principais pesquisas estatais, não foram aplicadas perguntas relativas à identidade de gênero e orientação sexual, impossibilitando que a violência e violação de direitos que essa população enfrenta fora publicizada no Atlas da violência[41] dos últimos anos. Situação problemática,

---

[40] De acordo com Rafael Toitio (2020, p. 86), "o termo "ideologia de gênero" ganhou a "cena" política brasileira, principalmente a partir de meados dos anos 2010, nos debates do Congresso Nacional para barrar os direitos LGBT e das mulheres. Um marco importante foi em 2014, com a articulação da "bancada evangélica" para retirar os termos "igualdade de gênero" e "orientação sexual" do Plano Nacional da Educação, que faziam parte de medidas definidas na Conferência Nacional de Educação – formada por diversas organizações e movimentos da sociedade civil. A ideia de uma "ideologia de gênero", que estaria por trás da elaboração das teorias sociais de gênero e de sexualidade e dos movimentos LGBT+ e feminista, começou a se espalhar no Congresso Nacional como forma de reunir em uma única expressão capaz de denominar o inimigo invisível a ser destruído pelas forças conservadoras e que, em alguma medida, estava se convertendo em direitos e políticas LGBT e feministas".

[41] Conforme informado no site do IPEA, o Atlas da Violência é um portal que reúne, organiza e disponibiliza informações sobre violência no Brasil, bem como reúne publicações do Ipea sobre violência e segurança pública. Foi criado em 2016, sendo gerido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com a colaboração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Há dados disponíveis organizados por temas e séries de variáveis. Há recortes por variáveis relevantes, como sexo, raça/cor e faixa etária. Em geral, a periodicidade dos dados é

especialmente pelo fato de a edição de 2019 sinalizar o grave contexto de violência contra essa população, "houve um crescimento bruto de 5,4% nas violências contra homossexuais e 37,1% nas violências contra bissexuais, passando de 4.855 registros em 2018 para 5.330 em 2019 (CERQUEIRA, 2021, p. 62)". Quanto às classificações de violência registrada nesse período, a violência física está no topo do ranking com 3.967 casos registrados. Em seguida, a violência psicológica com 1.784 casos e a tortura com 197.

A violência, o agravo da situação socioeconômica, perpassado pela baixa renda e a escassez de oportunidades no mercado de trabalho, tem direcionado esta população à informalidade e a ocupações potencialmente precárias e expostas, como já referimos. No caso da população LGBTQIAPN+, a opressão comumente chamada LGBTQIAPN+fobia age de forma incisiva e encontra maior legitimidade quando em conexão com outras formas de opressão – racistas e classistas, por exemplo. Dada as consequências da COVID-19, cujo enfrentamento às suas intercorrências se deram em uma estrutura e superestrutura que fortalecia, cotidianamente, as desigualdades sociais vivenciadas, desconsiderando a diversidade e especificidades dos sujeitos, tornando-as desvantagens sociais, produzindo novas vulnerabilidades e marginalidades, enquanto ratifica as tradicionais. Essa regressividade civilizatória propicia um não-lugar, uma não-vida às essas pessoas, relegando-as à própria sorte, reflexo da onda avassaladora de desproteção social e derruição dos aparatos legais que preservem a cidadania e a dignidade humana. Presentemente, práticas ainda mais violentas e dotadas de ódio são materializadas, particularmente proferidas por aqueles que se reconhecem orgulhosamente como adeptos ao ideário bolsonarista[42].

Como fuga e resistência a essa realidade violenta e aparentemente permanente, alguns sujeitos LGBTQIAPN+, jovens, mulheres, negros e brancos pobres, pessoas com deficiência entre outros sujeitos subalternizados buscam, incansavelmente, estratégias de sobrevivência que possibilitem a garantia do necessário à subsistência. Por estratégias de sobrevivência,

---

anual e as unidades de análise são números absolutos ou taxas. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/quem/3/sobre >. Acessado em: 23.05.2022.

[42] Sobre esses, a Tatiane Poggi (2019) apresenta a seguinte definição: [...] um conjunto de pessoas que comunga efetivamente de ideias fascistas e de concepções eliminacionistas, que nunca teve espaço público para se expressar, mas que, de uns tempos pra cá, com o avanço da onda conservadora e a expansão da cultura do ódio, vem se sentido à vontade para externalizar seu ódio; elas encontraram em Bolsonaro um representante, uma voz para aqueles sentimentos que gritavam dentro de si, que não eram aceitos publicamente, calados pelos politicamente corretos. Essas criaturas e suas ideias não são novas, elas sempre estiveram aí, adormecidas. Bolsonaro as acordou, as exaltou e as convocou a atuar politicamente. [...] Os discursos de ódio proferido por Bolsonaro inflamaram esses sujeitos, incentivando e legitimando ações violentas. Prontos para a guerra, esses sujeitos são verdadeiramente imprevisíveis, uma massa de indivíduos cheios de ódio, capazes de matar, espancar, constranger e intimidar (p. 91).

conceito utilizado nesta pesquisa, compreendemos como o conjunto de medidas utilizadas por parte significativa da classe trabalhadora que, ao não conseguirem vender sua força de trabalho e, consequentemente, engrossarem e transformarem a superpopulação relativa, localizam, nas ocupações socialmente consideradas precárias, a oportunidade de garantir as condições mínimas de subsistência e enfrentamento às desigualdades sociais impostas pela sociabilidade do capital. Vidas socialmente alocadas em condições precárias encontram possibilidades também precárias de assegurar a existência biopsicossocial, diante da ausência de proteção social por parte do Estado e da sociedade em geral.

Parece-nos oportuno associar a ascensão dessas estratégias de sobrevivência como um fenômeno próprio do período pandêmico. No entanto, ao considerarmos a precariedade do trabalho na formação sócio-histórica brasileira, identificamos que esse fenômeno é um traço peculiar constitutivo do mercado de trabalho do nosso país e, essencialmente, garante a vida e a sobrevivência das/os trabalhadoras/es, que se expande exponencialmente no momento de crise sanitária mundial. A *viração,* termo utilizado por autoras como Vera Telles (2006), Ludmila Abílio (2017; 2021), Márcia Leite e Raquel Lindôso (2021), remetem a atividades laborais formais, informais, ilegais e ilícitas que se imbricam na luta cotidiana da população brasileira e que se configuram como modos de obter renda e arcar com as necessidades básicas vitais, para "garantir a sobrevivência ou para 'se virar'" (TELLES, 2006), numa fuga constante da condição de precariedade e desproteção social.

Revestido pela empreitada ideológica neoliberal no capitalismo contemporâneo e amplamente disseminada na pandemia da COVID-19, o empreendedorismo se difunde tanto pelo "aumento da pobreza e da procura acentuada de alternativas de sobrevivência da população", quanto pela "busca desenfreada do capital para não pagar mais os direitos trabalhistas, a qual se casa de maneira quase perfeita com a disseminação de formas de trabalho baseadas no uso intensivo da tecnologia da informação", como afirmam Leite e Lindôso (2021, p. 793). Desse modo, na lógica do "empreendedorismo de si", as variadas formas de *viração* são redirecionadas à serviço dos modernos mecanismos de extração do mais-valor, porém mantendo-se as formas arcaicas de precarização do trabalho, ou seja, sem acesso à direitos trabalhistas e previdenciários. Apropriando-se do argumento de Abílio (2021), entendemos que:

> Trata-se do movimento permanentemente invisibilizado e pouco conhecido por relações de trabalho que, na vida dos trabalhadores, não têm fronteiras tão claras quanto as categorias de análise buscam expressar. A trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras periféricos não conta com uma linearidade na formação de uma identidade profissional. Não conta com estabilidade, seja dentro ou fora do emprego formal. Os arranjos cotidianos podem ser compreendidos como estratégias de sobrevivência que são tipos informalizados de enfrentamento das injustiças, desigualdades, inseguranças e precariedade; o outro lado desse enfrentamento é a

> criação e aproveitamento de oportunidades efêmeras e passageiras, que envolvem diferentes sociabilidades e redes de relações sociais. A viração organiza o mundo do trabalho de forma dispersa e permanente (p. 943).

Essa *viração*, ou *ralação*, num bom nordestino, na conjuntura pandêmica, dá visibilidade a atividades que há décadas são exercidas no Brasil e no mundo, especialmente pela "subsunção real da viração (ABÍLIO, 2017)" à lógica do capitalismo de plataformas internacionalmente, mobilizando uma imensidão de trabalhadoras/es que as exercem como estratégia de sobrevivência, complementação de renda e/ou por outras motivações objetivas e subjetivas. Um aspecto ainda relevante é o *boom* de influenciadores digitais que fazem uso das redes sociais para compartilhar as experiências cotidianas e outros conteúdos criados para as mídias sociais e, em alguns casos, as utilizam como mecanismo de geração ou complementação de renda, ganhando notoriedade pública e, paralelamente, contribuindo no incentivo ao ingresso em massa nas múltiplas possibilidades de empreendedorismo nas plataformas digitais, disseminadas como modo de superação da crise decorrente da pandemia.

Dessa maneira, o aprofundamento dos estudos e pesquisas sobre a inserção da população LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho permitiu identificar, em realidade, as condições precárias em que estes sujeitos acessam estes postos e, quando não, as estratégias utilizadas para subsistirem. Dentre as alternativas já apontadas, uma, em destaque, esculpe-se enquanto fenômeno investigado nesta tese: a conformação e expansão do mercado de conteúdo erótico-pornográfico digital e o trabalho sexual nas plataformas digitais e redes sociais, desempenhado a partir da mercadorização de conteúdos adultos homoerótico-pornográficos, de cunho fotográficos e videográficos, a partir da experiência de homens que se denominam criadores de conteúdos adultos e que utilizam do *Twitter*, *Onlyfans*, *Privacy* e outras plataformas para desenvolver suas atividades laborativas. Examinamos, neste estudo, o processo de trabalho no âmbito da mercadorização desses conteúdos, que expõem práticas eróticas e sexuais em plataformas digitais, como uma das condições atuais de sobrevivência, diante da ausência de políticas públicas de trabalho, emprego e renda, decorrente o avanço do neoliberalismo, do neoconservadorismo e da extrema-direita no Brasil e os ataques à agenda de gênero, sexualidade e direitos humanos.

Sublinhamos que o trabalho sexual se constitui como atividade milenar na humanidade, no entanto, na sociabilidade atual, essa atividade apresenta uma questão de significativa complexidade, primeiro em razão de que o cerne da questão abrange atividades laborais relativas às práticas sexuais, que por si só já despertam posicionamentos antagônicos e contraditórios, segundo porque esta atividade assume contornos variados com a ascensão das TIC e as nuances conjunturais do tempo vigente.

Nossos olhos voltam-se ao entendimento do processo de lucratividade e extração do mais-valor no setor de serviços e analisar esse fenômeno a partir da reflexão quanto a apropriação privada do trabalho sexual para, por e entre homens via plataformização, averiguando se esse incide, diretamente, no processo de valorização do valor. Consoante David Harvey (1992, p. 99), na sociedade do consumo, "o prazer, o lazer, a sedução e a vida erótica são trazidos para o âmbito do poder, do dinheiro e da produção de mercadorias". Com o incremento do neoliberalismo, neoconservadorismo e outras ideologias defensoras da hegemonia da classe dominante, a "mercadorização de tudo" (HARVEY, 1992) é a exemplificação da lógica que visa transformar absolutamente tudo em bem vendável, rentável para o capital. No caso específico, transcorre a reificação/coisificação, nos termos marxistas, das práticas eróticas e sexuais. O capital eleva "o grau de subordinação de todas as esferas da vida ao fulcro de sua necessidade vital de valorização (IASI, 2018, p. 18)".

Esta é a finalidade da presente tese, produzir conhecimentos sobre a mercadorização de conteúdos adultos homoerótico-pornográficos nas redes sociais e outras plataformas digitais, produto do trabalho sexual entre homens, elencando aspectos que versem acerca da população LGBTQIAPN+, jovens, negras e das classes subalternas na atualidade. Dessas reflexões, decorre a exigência de apreensão das possibilidades de investigação que deem conta da complexidade conjuntural e das confluências entre gênero, sexualidade, raça/etnia, classe e geração, trabalho, emprego e renda, saúde e outros direitos sociais transversais, mediante os diferentes e complementares aportes teórico-conceituais e epistemológicos que se dedicam a uma análise crítica do real. Particularmente, o aprofundamento analítico deste fenômeno se dá no esperançoso período de ascensão do governo de esquerda ao poder político no país.

A vitória de Lula em 2022 e sua posse em 2023 registra-se, em nossa história, como mais um marco das conquistas populares nas urnas. Consolida-se uma conjuntura de muitas expectativas positivas de progresso econômico, político e sociocultural. Abre-se uma nova possibilidade de agenciamento das agendas de gênero, sexualidade e direitos humanos, com maior participação popular e controle social a nível federal e, também, oportunidades de implementação de políticas públicas e reconhecimento dos direitos das populações subalternizadas, numa perspectiva de reconstrução do país. Entretanto, é também um período que não se pode perder de vista a dimensão da luta e resistência da classe trabalhadora, em sua diversidade e complexidade, contra os retrocessos que ainda insistem em ditar as regras do jogo e manter-se em hegemonia. Apesar de várias realizações e expectativas, temos também uma certeza: ainda há muito a fazer...

CAPÍTULO 2

3. DESEJO E EXCITAÇÃO

A expressão contemporânea *Carpe Diem*, veementemente disseminada na construção subjetiva dos tempos modernos, revigora as transformações societárias engendradas pela diretriz ideopolítica neoliberal ascendente na conjuntura local desde a década de 90 do século XX. Feito tatuagem no corpo, a expressão traduzida como "Aproveitar o momento!", "Gozar o dia!", dão sentido à vida. Constroem a visão cosmopolítica atual. Isto é, estruturam um modo nupérrimo de estar no mundo. Esse, associado ao avanço tecnológico e a amplificação das TIC, conduz a busca recorrente por múltiplas formas de sentir prazer, caracterizando o manejo mais hedonista e ostensivas da satisfação dos desejos/necessidades. Ilustrando, assim, o Século XXI. À medida que o mundo se desenvolve, avolumam-se as necessidades humanas, como também, as múltiplas formas de satisfazê-los. E assim, seguem em *looping*. Essa práxis coletiva é transformadora de múltiplos aspectos da nossa sociabilidade, conforme analisamos nas páginas seguintes.

Estudos recentes afirmam que, devido à crise sanitária sem precedentes da pandemia do coronavírus (COVID-19), o uso das TIC se intensifica e os modos de ser, pensar e estar no mundo são, cada vez mais, agenciados pelas novas tecnologias e a direção ideopolítica predominantemente da classe dominante, disseminada em um clique. Nos moldes contemporâneos, de capitalismo de plataforma, incidem, de maneira imperialista, novas formas de consumo e, consequentemente, necessidades objetivas e subjetivas que (re)configuram as relações sociais em plenitude.

Infortunadamente, nesse contexto, a crise sanitária e, consequentemente, econômica, social e política do país, seguiu orientada pela lógica neoliberal, transformando a organização do mundo do trabalho, intensificando a regressão dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, fazendo explodir os índices de desemprego e informalidade. "O trabalho intermitente, a subcontratação, o trabalho autônomo, o trabalho em *home office*, a ampliação da jornada de trabalho, a negociação de acordos individuais para ampliação das horas trabalhadas e a flexibilidade das formas remunerativas de trabalho (AMARAL, 2021, p. 62)", constituem as estratégias de individualização do trabalho, fazendo com o que o próprio trabalhador faça a gestão do processo e seja responsável pelos riscos decorrentes das suas atividades naturalmente.

Sob essa ótica, fica perceptível que a manutenção da hegemonia da classe dominante se dá por meio do rebaixamento das condições de reprodução de sujeitos sociais específicos, forçosamente localizados na subalternidade. O tema em tela já fora debatido em outros

momentos, com diferentes enfoques e perspectivas. Não é recente as reflexões quanto às implicações das tecnologias em nossas vidas. Todavia, no cenário atual, essa temática retomou com importância e potencial para ser rediscutida sob novos paradigmas produtivos e reprodutivos na sociabilidade do capital sob a égide neoliberal e neoconservadora. Em um curto período, muitas mudanças.

No âmbito do trabalho, durante a pandemia, e mesmo em momentos antecedentes, parte significativa da classe trabalhadora foi realocada/direcionada para a esfera do setor de serviços, especialmente nos países da periferia capitalista, que se reestrutura face à nova dinâmica de acumulação capitalista, enquanto, simultaneamente, se amplia a superpopulação relativa ou a "massa marginal crescente", nos termos de Lélia Gonzalez (2018), disponíveis para os jogos do capital, escancarando o acirramento das desigualdades, inclusive, no que diz respeito ao acesso à informação e comunicação via tecnologias, impactando no acesso aos bens e serviços, apresentado no capítulo anterior. Chama-nos a atenção o fato da informalidade e a lógica empreendedora tornarem-se um estado permanente, diante as atrocidades do tempo presente, e o trabalho subsumido a plataformas digitais se expandir, atendendo e criando necessidades sociais na atualidade.

Há de se refletir que as inovações tecnológicas fazem parte do *modus operandi* do capitalismo e suas inflexões nas relações sociais. Existem bases teóricas e empíricas que se manifestam em defesa das TIC e dos avanços à humanidade provenientes delas, particularmente no âmbito da satisfação dos desejos e os progressos técnico-científicos. Não há como negar essas melhorias, assim como, não há como negar a complexidade e os impactos das tecnologias nas relações sociais, objetiva e subjetivamente, considerando as dimensões ético-políticas e culturais, singularmente, quando problematizamos a desigualdade, a exploração, as novas formas de alienação e outras questões que reverberam no sentido e na forma dos sujeitos se situarem e se relacionarem com o mundo. Os ônus e as benesses das novas tecnologias trazem à tona aspectos fundamentais para análise das relações de poder e do trabalho como categoria *ontológica do ser social* na contemporaneidade, na perspectiva marxista e luckatiana[43], potencializando as reflexões sobre o nosso objeto de pesquisa.

Traçando reflexões no campo da teoria social crítica marxista e no método materialista histórico-dialético, que oferecem ferramentas analíticas profundas para compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que permeiam essa realidade, em diálogo com as teorias e estudos feministas e *queer*, essa tese se atenta ao fenômeno da mercadorização de

[43] Ver: LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social I. Boitempo editorial, 2015.

conteúdos adultos erótico-pornográficos nas redes sociais e plataformas digitais, reconfigurando a dinâmica do trabalho sexual, considerando a conjuntura atual e seus impactos na experiência da população que são redirecionadas à um lugar subalterno, marginal e vulnerável, expressão da precarização da vida e da subsunção do trabalho às TIC. Inclusive, o fato da mercadorização de conteúdos adultos erótico-pornográficos se reorganizar nas redes sociais e outras plataformas digitais, como trabalho sexual plataformizado, deu saltos no período atual, particularmente os desenvolvidos para, por e entre homens, o que nos chamou a atenção e por este motivo segue como objeto de estudo.

Para satisfação de tal desejo, investigar criticamente o objeto, julgamos necessário aprofundar o debate de gênero, raça/etnia, sexualidade e as demais expressões da diversidade humana, apreendendo aspectos da luta orgânica desses sujeitos. Como também, se apropriar e tensionar as abordagens acadêmico-científica e os significados atribuídos no debate público quanto ao trabalho sexual e as TIC nas últimas décadas do século XXI.

3.1. Excitações teórico-conceituais do objeto em estudo: o desejo em elaboração

A dinâmica atual das práticas eróticas e sexuais entre homens se expressa na hibridez entre o arcaico e o moderno, a exemplo do trabalho sexual, que se remodela com o avanço tecnológico-informacional, possibilitando as trocas sexuais comerciais, através da mercantilização de fotos e vídeos com conteúdo erótico-pornográfico, representando o contínuo intercâmbio entre dinheiro e desejo, no agenciamento direto sobre/entre os corpos a dispor da lógica do consumo, transformando as relações sociais/sexuais. Entretanto, essa disposição contemporânea, para parte significativa desses corpos, não está apenas no campo do dinheiro/desejo e na venda de fantasias. Se dá, sobretudo, pela necessidade vital de sobrevivência, diante o agravo da desigualdade social, exaustivamente explanado nas preliminares.

Afinal, o que está sendo comercializado? Fantasia? Sexo? Pode o sexo ser considerado trabalho? E a venda de imagens e vídeos das práticas sexuais, pode? Há uma relação de dominação? Exploração? Envolve amor ou só prazer? Amor platônico, talvez? É permissível amar pornograficamente? É possível pornografar o amor? Para que possamos compreender esse tanto de pergunta é crucial, incialmente, refletir sobre dois temas que nos parecem tão plenos e, ao mesmo tempo, paradoxal: amor e sexo.

Nesse dilema, o polêmico[44] cineasta, jornalista e escritor brasileiro, Arnaldo Jabor, publicou no jornal O Globo, em 2002, a crônica "O amor atrapalha o sexo"[45], que inspira a majestosa composição da música interpretada por Rita Lee, "Amor e Sexo", lançada há 20 anos atrás, ultrapassando gerações e constituindo percepções sobre os temas. A crônica consolida, no debate público, a concepção de que "o sexo é um desejo de apaziguar o amor. O amor é uma espécie de gratidão à posteriori pelos prazeres do sexo. O amor vem depois. O sexo vem antes". Essa abordagem impõe uma bipolaridade romântica entre amor e sexo. Um imorredouro e outro efêmero, um indelével e outro fugaz. Essas ideações construíram as convicções moralizantes quanto as relações empreendidas – "Amor é cristão. Sexo é pagão". Afirma o autor: "No sexo, [...] só as fantasias ajudam. [...] é o desejo de se satisfazer com a finitude".

Os trechos da crônica e da música reiteram e divergem das fronteiras construídas socialmente entre os entendimentos sobre sexo e amor, expressando as contradições. Outrossim, é possível interpretar críticas a moralidade e a apropriação capitalista, sobretudo no âmbito da indústria pornográfica e a estruturação de modos de subjetivação, conforme o verso: "O amor domado protege a produção, sexo selvagem é uma ameaça ao bom funcionamento do mercado. Por isso, a única maneira de controlá-lo é programá-lo, como faz a indústria das sacanagens. O mercado programa nossas fantasias". Reconhecendo, assim, a forma com a qual a dinâmica do capital transforma em mercadoria aspectos essenciais e/ou desejantes da vida humana.

Em meio a essa reflexão, observamos a subversão contemporânea de uma das afirmações do Jabor: "Amor não exige a presença do 'outro'; o sexo, no mínimo, precisa de uma 'mãozinha'. Certos amores nem precisam de parceiro; florescem até mais sozinhos, na solidão e na loucura. Sexo, não – é mais realista". Analisamos que, com o avanço tecnológico e a mercadorização de tudo, a fronteira entre o físico e o virtual embaralham os sentidos dessa inquirição. Hoje, amor e sexo não exigem a presença física do "outro". E esse outro, agora, está nas telas, nos olhos famintos e afixados, na palma das mãos ou nas pontas dos dedos, de forma onipresente, transgressora. É quando amor e sexo se trepam, tendendo à pornografia.

---

[44] A trajetória do referido jornalista é marcada por comentários considerados ácidos e polêmicas. Suas crônicas incidiram nas interpretações quanto aos dilemas cotidianos. Não cabe, a este estudo, debruçar-se, criticamente, sobre as obras do autor. No entanto, cabe destacar a discordância de algumas afirmações do autor que reiteraram processos opressores, individual ou coletivamente, e marcaram a história dele. Portanto, salientamos que a utilização da crônica é, unicamente, para referenciar a música e os dilemas entre o amor e sexo à tona fronte ao recém-nascido Séc. XXI.

[45] JABOR, Arnaldo. Crônica "O amor atrapalha o sexo". Disponível para assinantes no link: < https://oglobo.globo.com/cultura/o-amor-atrapalha-sexo-25395132 >. Acesso em 13/07/2023.

Adentrar o objeto de estudo definido e a problemática que o incorre é parte fundamental do desafio investigativo da presente tese. Para tal, partimos da compreensão do corpo e o processo de dominação que a sociedade capitalista e as ideologias que a norteiam exercem. Entendemos o corpo como uma matéria que constrói e é construída por um conjunto de sentidos, significados e informações, num determinado tempo e num determinado contexto histórico e sociocultural. De tal maneira, compreendê-lo é, também, entender as relações sociais, políticas e econômicas, pois este se apresenta como "vetor semântico" no qual e pelo qual os indivíduos, em coletividade, expressam a diversidade cultural, produzem e são produzidos pelas semioses instituídas nas diferentes sociabilidades, dotados de valores que vão sendo atribuídos historicamente.

David Le Breton (2006), na obra "A sociologia do corpo", o define como um vetor semântico, através do qual se estabelece a relação do indivíduo com o contexto sociocultural da sociedade em que vive, produzindo sentidos e sendo produzido continuamente. Para ele, o indivíduo, na sociedade contemporânea, pensa o corpo como uma matéria, pois, "antes de qualquer coisa, a existência é corporal" (LE BRETON, 2006, p. 07). Assim, as definições e representações sobre o corpo são, de modo histórico, consolidadas e as sociedades atribuem aspectos culturais e simbólicos sobre essa matéria. Dentre essas, o comportamento dos indivíduos, as expressões e sentimentos, os rituais de interação social nos diferentes campos sociopolíticos, a produção da imagem/aparência do corpo, símbolos, gestos, movimentos, capacidades físicas, mentais e sensoriais, alimentação e, nesse repertório, localizam-se também os desejos, os jogos de sedução e as possibilidades relacionais afetivas e sexuais.

Sendo o corpo produto cultural da sociedade em que está inserido, este, portanto, é alvo de inúmeras iniciativas de controle e dominação, sob o efeito de normas, condutas e comportamentos padronizados instituídos na dinâmica social do seu tempo histórico, portanto, é produto das relações sociais. O conceito de normalização, definido por Michel Foucault (1993), nos auxilia a compreender esse como o processo através do qual o poder disciplinador é exercido sobre os corpos na sociedade, determinando a ordem social, regulamentando os modos de ser, pensar e agir, classificando-os em "normais" e "anormais". Aqueles que seguem as prerrogativas culturais hegemônicas tendem à normalidade/naturalidade. Já os que se expressam de forma não-hegemônica, sustentam a anormalidade e estão sujeitos às punições por essa condição, desenvolvida por um poder coercitivo, agente sobre os corpos, prioritariamente (FOUCAULT, 1993). Vigiar e punir são definições das práticas disciplinadoras e do controle social que, conforme os estudos foucaultianos, expõem o exercício do poder baseado "no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas

aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos (FOUCAULT, 1988, p.151)".

As relações de poder constituem um complexo dispositivo de controle sobre os corpos, à serviço das estruturas socioeconômicas nas sociedades modernas, pelo qual e através do qual se possa vigiar e punir todos os que desviem do padrão, corrigindo-os por meio de práticas que buscam limitar a produção, reprodução, circulação e as relações desses, em virtude da ordem hierárquica em vigor: "[...] o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu na sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica (FOUCAULT, 1986, p. 80)".

Todavia, na perspectiva crítica marxista, ao analisarmos os sujeitos e as múltiplas dimensões da vida cotidiana, partimos da conceituação do trabalho como fundante do ser social, concebendo a diversidade como uma característica ontológica dos indivíduos. Entende-se, assim, que os processos de individuação[46] estão relacionados com as complexas transformações no decurso do desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, é imprescindível considerar os determinantes estruturais que historicamente conformam as relações sociais. Como afirma Silvana Santos (2017), "embora a sexualidade humana seja algo próprio da individualidade, posto que somente nesta dimensão, as experiências e sentimentos são vivenciados, esta individualidade se constrói e só pode ser entendida nas trilhas do processo histórico (p. 09)".

Sendo um ser social, histórico e diverso, os indivíduos experienciam múltiplos e distintos modos de produzir a vida por experenciarem determinadas condições existenciais. Ou seja, a construção histórico-social das respostas às suas necessidades elementares e a satisfação dos desejos são determinadas pela sociabilidade, na relação dialética entre objetividade e

[46] Sobre a individuação, nos apropriamos da concepção defendida por Cisne e Santos (2018), a entendê-la como "processo em movimento de busca permanente, sob dadas condições concretas, em que o indivíduo, inserido na divisão social do trabalho, amplia suas capacidades humanas mediante as respostas dadas para a consecução da finalidade estabelecida no ato de objetivação do trabalho. São respostas que o desafiam a cada momento. Ao enfrentá-las, o indivíduo define finalidades; faz escolhas entre alternativas postas e criadas objetivamente; reelabora instrumentos; desenvolve a criatividade; atende a determinadas necessidades; e se abre continuamente para novas necessidades e respostas. Nesse processo, supera a existência meramente singular como um membro da espécie humana e se constrói como individualidade, ou seja, agrega qualidade e conquistas históricas no ato de individualizar-se. Vivência, assim, a individuação e aprende, participa, ensina, seleciona, classifica, educa, supera e se autorrefina com as respostas pretéritas dadas, inclusive por outros indivíduos, em distintos tempos históricos, sendo impulsionado, de modo permanente, a responder às novas questões e necessidades. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que o resultado do seu trabalho cria materialmente um novo ser que se torna independente do seu criador, que interfere no mundo real e concreto. Desse modo, pelo trabalho, o indivíduo constrói, também, a totalidade social. O indivíduo, do ponto de vista dessa abordagem teórico-metodológica, é entendido como sujeito histórico, simultaneamente ser singular e ser genérico. Assim, a individualidade não se explica nela mesma, em um movimento endógeno ao ser, mas em relação dialética com a genericidade humana, inscrita em dada sociabilidade e formação sócio-histórica (p. 30-31)".

subjetividade, entre ser e consciência. Nesse sentido, considerar a consciência e a subjetividade como uma dimensão fundamental do ser social, pois é por meio dela que os sujeitos se apropriam de suas funções na sociedade e tem condição de realizá-las, posicionando-se politicamente contrário à todas as pressões que visem condicionar seus modos de ser, pensar, agir e estar no mundo. Mediante a luta dos indivíduos, dada a consciência de classe[47], ocorre a politização da diversidade, aspecto próprio à individualidade humana. Sobre isso, é pertinente a concepção de diversidade de Cisne e Santos (2018):

> os indivíduos, no processo de individuação, se constroem de forma diversa mediante a existência de um conjunto heterogêneo de atos que o impulsiona no processo reprodutivo mediante o decurso histórico-social. Isso leva ao desenvolvimento da sociabilidade e da individuação, tendo lugar decisivo a formação da personalidade e o papel da consciência na vida cotidiana. A diversidade humana brota, portanto, de um movimento histórico permanente desencadeado, na sua raiz, no ato do trabalho e que assume características mais sofisticadas no campo mais amplo das diferentes modalidades de práxis social. Os indivíduos sociais se tornam cada vez mais complexos e diversos, desdobrando, por um sistema de mediações, o processo de objetivação/ exteriorização (p. 39-40).

Assim, distintas expressões da diversidade humana são apresentadas pelos indivíduos ao longo da história que particularizam a singularidade dos seres sociais à universalidade do gênero humano, concretizado nas múltiplas distinções de sexo, gênero, sexualidade, raça e etnia, geração, territorialidade, classe social, entre outras mais. Na sociabilidade capitalista contemporânea, registrada pela passagem para o modelo de acumulação flexível sob a égide neoliberal, em razão das transformações na sociabilidade e os rebatimentos na esfera do trabalho, os sujeitos assumem novas posições passando, também, por um processo de transição ao novo tempo, por influência da condição objetiva e subjetiva da atualidade (HARVEY, 1992), que decorre, igualmente, na percepção das diferenças (gênero, raça/etnia, sexualidade, classe, geração, condição física, mental e sensorial, território, etc.), nos mecanismos de diferenciação (desigualdade, exploração, discriminação, violências, entre outras.) e nas lutas e resistências – valorização da diversidade (BRAH, 2006).

---

[47] Santos (2019) argumenta que "A consciência de classe não se forma de modo automático a partir da experiência cotidiana com a escassez de direitos e/ou pela vivência com a exploração da força de trabalho. Ao contrário disso, trata-se de um processo histórico, não linear, mas dinâmico e contraditório, permeado por descobertas subjetivas e objetivas sobre o funcionamento da sociedade e pela superação de concepções fundadas no ideário dominante de naturalização da desigualdade social. Um processo que é forjado no cotidiano marcado no front entre a força material da ideologia dominante e da alienação e a capacidade de fomentar uma concepção de mundo que articule ações de resistência no universo do conformismo e necessidade de lutar para alterar situações de exploração e de opressão. Pressupõe um movimento simultaneamente individual e coletivo e uma dimensão educativa, que não se limita à educação formal, embora esta seja importante. Isto significa o desenvolvimento de estratégias educativas e de formação política que possibilitem a apreensão das relações sociais que estruturam a sociedade capitalista, com o antagonismo entre as classes sociais e a propriedade privada. No centro disso tudo está o indivíduo em sua singularidade, fazendo e refazendo caminhos e aprimorando entendimentos, ora resistindo, ora adaptando-se, mas em movimento (p. 79-80)".

A transformação de tudo em mercadoria expandiu as formas mercadorização dos corpos, transformando-os em mercadoria passível de ser consumida em sua integralidade, para além da esfera da produção e os mecanismos de exploração da força de trabalho, especialmente, em detrimento de uma hipertrofia da esfera financeira e da lógica do consumo. O corpo é produtor e produto. Salientamos que, além da composição biológica (física), psicológica (subjetiva) dos corpos e das relações sociais dos sujeitos, que são de interesse capitalista, há, inclusive, uma apropriação estética, imagética dos corpos, consolidando-os como objetos apto à usurpação mercadológica. Atribui-se valor real e simbólico ao corpo em todos os âmbitos.

A cultura do consumo é consequência da correlação entre a infraestrutura econômica e os aparatos simbólicos e culturais para preservação da hegemonia da classe dominante. Na atualidade, essa apropriação capitalista na experiência ocidental, de matriz eurocêntrica e norte-americana, produz nos corpos um processo de estetização, pois esse é objeto das normas e das pressões estéticas socialmente instituídas e a constante exibição para atiçar o desejo do "outro" (GIDDENS, 1998; HAUG, 1997), qualificando-se enquanto mercadoria e seguindo os procedimentos instituídos pelas normatizações para garantir o padrão de qualidade e o êxito nas trocas, nas táticas de venda. Nessa perspectiva, Wolfgang Haug (1997) expressa suas críticas a "estética da mercadoria", compreendo-a em dois aspectos: a "beleza" como "a manifestação sensível que agrada aos sentidos" e a "aquela beleza que se desenvolve a serviço da realização do valor de troca e que foi agregada à mercadoria, a fim de excitar no observador o desejo de posse e motivá-lo à compra (ibid., p. 16)". Dessa maneira, o autor exprime a prevalência em despertar cognitivamente e materialmente o interesse do "outro" traz à tona a necessidade de construir padronizações estéticas da mercadoria a ser consumida. É o que Marx chama de fetichização, mecanismo no qual os produtos são instituídos de valor de troca, por meio da adaptabilidade ao consumo e, assim, tornam-se ágeis na valorização do capital.

Os corpos, submetidos a este processo, torna-se vetor da racionalidade econômica da sociedade. São exemplos desse fenômeno, as revistas de nu artísticos, fotos e vídeos produzidos na indústria pornográfica, a própria exibição da imagem corporal nas redes sociais e outras plataformas digitais, a prostituição, a divulgação de tratamentos e procedimentos estéticos, entre outras mercadorias disponíveis à compra e venda que constituem e são constituídos por essa dinâmica "estética da mercadoria", servindo como espelho a quem deseja e consome.

> A aparência na qual caímos é como um espelho, onde o desejo se vê e se reconhece como objetivo. Tal como em uma sociedade capitalista monopolista, na qual as pessoas se defrontam com uma totalidade de aparências atraentes e prazerosas do mundo das mercadorias, ocorre por meio de um engodo abominável algo estranho e pouquíssimo considerado em sua dinâmica. É que sequências intermináveis de imagens acercam-se das pessoas atuando como espelhos, com empatia, observando o

> seu íntimo, trazendo à tona os segredos e espalhando-os. Nessas imagens evidenciam-se às pessoas os lados sempre insatisfeitos de seu ser. A aparência oferece-se como se anunciasse a satisfação; ela descobre alguém, lê os desejos em seus olhos e mostra-os na superfície da mercadoria. Ao interpretar as pessoas, a aparência que envolve a mercadoria mune-a com uma linguagem capaz de interpretar a si mesma e ao mundo. Logo não existirá mais nenhuma outra linguagem, a não ser aquela transmitida pelas mercadorias (HAUG, 1997, p. 77).

Percebido como objeto do desejo hedonista o corpo é resultante da históricas e dialéticas transformações engendradas no desenvolvimento capitalista, especialmente no contexto de avanço das TIC, imprescindíveis na reconfiguração do nosso modo de ser, estar, pensar, agir, produzir, consumir, relacionar, comunicar, ou seja, fundamentais para as mudanças sociopolíticas, econômicas e culturais que implicam nos modos de subjetivação e objetivação dos sujeitos. "Onde quer que haja carência, necessidade e precisão, surge um proprietário de mercadorias oferecendo os seus 'amáveis préstimos' através de 'amabilíssimas aparências', para logo em seguida apresentar a conta (HAUG, 1997, p. 27)". Nessa saga entre amor e sexo, isso e aquilo, a coisa e tal é que a mercadoria corpo, vetor semântico do tempo presente, apresenta-se com "fortes estímulos sensuais" e o "prazer submete-se ao capital" (ibid., p. 31). Corroborando com este debate, o estudo aqui engendrado compreende que o cidadão/consumidor percebe a si mesmo em cada nova fotografia e videografia disseminada nas redes sociais e plataformas digitais, sente as suas próprias pulsações, fantasiando-se nelas e excitando-se com elas, consumindo-as.

A relação entre o corpo e as práticas de desejo se reconfiguram. As relações afetivas e sexuais também sentem os rebatimentos desse reordenamento. "Manda Nudes? Quanto vale?" é a epígrafe moderna que retrata as relações sexuais entre homens na Era digital. Momento em que o consumo dos corpos ultrapassa as fronteiras do real e virtual, constrói novas mediações e modernizam-se os artifícios de regulação social, política, econômica e cultural sobre/entre os corpos. Para o fenômeno investigado nesta tese, consolida-se um novo capítulo na história dos sujeitos que se localizam (ou foram localizados) nas dissidências afetivas e sexuais.

Os estudos do antropólogo argentino Néstor Perlongher (2016), desenvolvidos na década de 1980, marcam as apreensões sobre as relações que se remetem à "troca dinheiro/desejo – segmentos econômicos por intensidade libidinais (p. 587)". Essa troca - dinheiro/desejo - aciona o dispositivo de sexualidade que, conforme com os estudos de Foucault (1988), articula-se com as relações de poder que se exercem entre os sujeitos - o que consome e o que é consumido –, enaltecendo, nesse cenário, "as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres" (p. 101). O autor segue argumentando que esse disposto "[...] se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal (ligação) – corpo que

produz e consome (ibid.)", configurando, assim, instâncias de regulação e produção desses corpos, seus comportamentos e subjetividades.

Na realidade aqui investigada, é intrínseca a ligação entre as motivações sexuais e econômicas que constitui o que chamamos de mercado erótico-pornográfico digital, constituído por sujeitos que estão, de um lado, à procura de satisfação sexual de forma casual, emergenciais; e de outro, aqueles que estão disponíveis para as trocas, por motivações inúmeras, que vão do prazer, fantasia, desejo à geração de renda. Para além de um negócio profissionalizado e lucrativo, a exemplo do desenvolvido na indústria pornográfica, essas trocas atuais se concretizam tendo como base a lógica do "empreendedorismo", vislumbrada como alternativa à ausência de proteção social estatal, e se expande com a midiatização. Conforme Lorena Caminhas (2022), o conceito de midiatização se refere à expansão geográfica e espacial desses mercados à medida que se desenvolvem as tecnologias, possibilitando o surgimento de novas mercadorias - produtos e serviços -, ofertados ao consumo prático, rápido e fácil, especialmente com o crescimento de plataformas digitais intermediadoras dessas trocas comerciais que envolvem a relação dinheiro / sexo - desejo.

As mídias desenvolvidas para tal feito criam, recriam e reproduzem as práticas sexuais e os prazeres num novo espaço, satisfazendo os desejos, transformando a realidade. Outras perspectivas moralizantes podem entender esse fenômeno como um processo de ocultação da realidade, num espaço meramente ilusório, entretanto, este viés não coincide com nossas análises. O nosso foco é apreender essa dinâmica, tensionar as suas causas e efeitos e narrar alguns causos.

Em análise do livro "O Negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo", resultado das pesquisas de mestrado de Perlongher (2008), aprendemos que o processo de prostituição entre homens nas ruas e guetos da cidade paulistana se dava mediante relações que se retroalimentavam das disparidades socioeconômicas entre os corpos consumíveis e os consumidores. Os "michês", nomeação atribuída aos corpos que performam uma masculinidade viril e estavam disponíveis para as trocas econômicas e sexuais eram, em sua maioria, homens cisgêneros, oriundos das periferias, das desterritorializações migratórias. Alguns se encontravam em situação de desemprego, afastados do seu núcleo familiar e comunitário e à mercê do dinheiro e dos desejos daqueles que podiam e os queriam consumir, conforme os ditos do autor.

As expressões da diversidade humana, em destaque o sexo, gênero, classe, raça, geração e sexualidade articulados nesse contexto, expressavam a relação entre pessoas jovens em condições precárias e pessoas com idade avançada e/ou com acesso econômico, na

performatividade da masculinidade hegemônica e nas oposições de raça que marcam esses corpos, como nos apresentam Perlongher (2008). Essa obra é fundamental, por retratar a vivência da homossexualidade e as práticas eróticas e sexuais que se desenrolaram no Brasil na década de 1980, período em que, com o advento do HIV/AIDS, muitos estudos passam a ser desenvolvidos em torno da temática de gênero e sexualidade, se intensificam também os mecanismos de controle e extermínio desses sujeitos, ampliando-se o agenciamento de estratégias políticas e culturais em prol da visibilidade afirmativa das dissidências.

Conforme a perspectiva foucaultiana, se reoxigena, na condição moderna, dispositivos que atuam sobre os corpos, os desejos e as relações, direcionando às margens os sujeitos que ameaçam os padrões impostos pela sociabilidade do capital, disciplinando-os, vigiando-os, castigando-os e diferenciando-os daqueles que buscam, incessantemente, consolidar-se nos parâmetros sociais determinados historicamente. Outrossim, essas condutas coercitivas permitem dialeticamente a organização política em prol da resistência aos mecanismos de regulação, controle e opressão.

Assim, meto aqui algumas reflexões teórico-conceituais que reconheço a relevância do aprofundamento sobre as confluências entre as expressões da diversidade humana supracitados, que situam os sujeitos dissidentes e suas vivências, e se articulam, construindo diferentes dimensões do saber-poder, em uma relação recíproca: “O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder (FOUCAULT, 2007, p. 80)”. Para isso, mobilizamos autoras/es que incorrem sobre as principais categorias que atravessam o objeto em análise. Estrearemos com os argumentos de Joan Scott (1995) e Judith Butler (2018a) em torno das categorias sexo e gênero.

A formação civilizacional ocidental contemporânea, de forma explícita, reconhece os sujeitos a partir de identidades, na construção múltipla de valores. Identidades, estas, construídas por meio das diferenciações na relação com o outro, próprias às transformações socioculturais modernas. Condizente com Stuart Hall (2006), reconhecemos que os sujeitos assumem identidades diferentes, em diferentes momentos históricos. Na modernidade, essas identidades são dinâmicas, conflitantes e em deslocamentos, diferenciando os indivíduos, rompendo com a ideação do sujeito universal: “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (p. 13)”. Podemos, então, argumentar que as identidades são definidas historicamente, a partir dos processos de diferenciação dos sujeitos, em torno da diversidade biopsicossocial.

Ao vigorar discursos político-culturais, amplificar a produção de sentidos e as disputas ao redor do sexo, gênero e sexualidade, a dinâmica das relações sociais passa a nomear os corpos e as práticas eróticas e sexuais, como já mencionamos, designando uma classificação identitária aos sujeitos, categorizando-os e, de tal maneira, impondo papéis sociais e sexuais particulares e, em nossa concepção, limitadores. O desenvolvimento de reflexões teórico-conceituais que romperam as demarcações essencialistas do sexo, como algo dado/natural, a partir da explanação da categoria gênero, numa perspectiva construtivista, redireciona o seio interpretativo das relações sociais, evidenciando a dominação, subordinação e exploração, características do sistema capitalista.

Nesse ínterim, enfatizamos as reflexões de Joan Scott (1995), ao definir o gênero como uma construção social baseada nas diferenças percebidas entre os sexos, também definido histórica, social e politicamente, esse constitui-se enquanto uma "categoria útil de análise histórica que possibilita apreender questões de poder envolvidas nas relações sociais (p. 86)". Esta apreensão possibilitou passos largos às análises da masculinidade hegemônica, da heterossexualidade compulsória[48], e da heterocisnormatividade[49] como produto das relações sociais que incidem no âmbito político e cultural.

A tarefa principal era promover a separação entre "o sexo – categoria analítica marcada [...] por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico – do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política (MATOS, 2008, p. 336)", enredando ensaios relacionais. Como expressa Teresita de Barbieri: "rechaçar todas as heranças culturais, as formas de pensar, os instrumentos para observar, as ideias e os valores em que nos formamos (1993, p. 146)".

Dialogando com Judith Butler (2018b), consideramos que as distinções entre o ser homem (masculino) e ser mulher (feminino) se fundamentam como resultantes dos parâmetros normativos, instituídos historicamente e estabelecidos mediante reforço da relação sistêmica entre sexo, gênero, desejo e prática sexual, fomentando discursivamente o corpo como uma

---

[48] Butler afirma que "A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino se diferencia do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo (2018b, p. 45-46)". Nesse sentido, a heterossexualidade compulsória impõe-se como prerrogativa aos desejos, buscando limitar a multiplicidade de identidades e práticas sexuais.

[49] Na perspectiva butleriana, esse conceito caracteriza a repetição de construtos da matriz heterossexual em estruturas não heterossexuais (BUTLER, 2018b, p. 56-57). Dessa forma, compreendemos heterocisnormatividade como o artefacto sociocultural que replica normatizações no âmbito do sexo/gênero/desejo para todos os seres sociais, tendo por base a cultura sexual hetero e "os regimes de poder do heterossexismo e do falocentrismo (ibid., p. 57)".

matéria organizada e categorizada. Dessa forma, sexo e gênero são um constructo social e seu determinismo parte de uma inferência científica. Socialmente, entretanto, é a partir do sexo que se conclui o gênero.

Exemplo factual dessa determinação social são os "chás de revelação" do sexo dos bebês, um evento de celebração da normatização binária da vida, a partir do espectro biológico, geralmente utilizando-se de tons rosa e azul, comumente atribuído a mulheres e homens, respectivamente. Esse evento reforça a lógica patriarcal, a generificação binária dos corpos e os papeis sociais e sexuais estereotipados e delimitados em padrões de masculinidade e feminilidade: "ele [...] é aplicado a pessoas reais como uma 'marca' de diferença biológica, linguística e/ou cultural (ibid., p. 28)". Pauta-se numa construção social machista, sexista, misógina, LGBTQIAPN+fóbica, generificada, racista e classista, de modo que, trata-se de uma estrutura excludente e discriminatória da sociedade ocidental.

Para Butler (2018b), a regulação sob os corpos, instituindo linearidade entre sexo/gênero/sexualidade "suprime a multiplicidade subversiva" das existências que rompem com a "hegemonia heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica (p. 42)". O gênero em congruência com outras categorias, como raça/etnia, classe social, sexualidade, geração etc., que se entrecruzam nas construções identitárias, exprimem as singularidades dos sujeitos coletivos, ultrapassando o "homem universal" e a "mulher universal": "se alguém 'é' uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é (ibid., p. 21)". Conseguinte, os sujeitos dessa pesquisa rompem com essas padronizações à medida que a performatividade de gênero, por exemplo, por mais que busque reproduzir os padrões hegemônicos — a exemplo da virilidade, da identificação com a heterossexualidade, em alguns casos —, ultrapassam as imposições sociais à medida que produzem uma masculinidade contra-hegemônica passível de se relacionar com o mesmo sexo-gênero, especialmente por manterem práticas eróticas e sexuais ojerizadas socialmente e, ao mesmo tempo, tentadoras, a ponto de serem consumidas, mesmo que nas surdinas, até mesmo por quem as ojerizas.

Tal relação é refletida por Butler (2000; 2018b), ao propor o conceito de "abjeção" referindo-se aos sujeitos que estão em fuga das amarras binárias do sexo/gênero e da imposição da heterossexualidade de forma compulsória, sendo, por isso, reconhecidos como "aqueles que ainda não são 'sujeitos', mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito – viável / "normal" versus inviável / "anormal" (BUTLER, 2000, p. 112)". Essa caracterização exposta pela autora compreende também os corpos ininteligíveis social e

culturalmente[50], no âmbito do processo identitário, cujas vidas são repelidas, logo, não consideradas "vidas" e cuja condição material é entendida como "não importante". Ela argumenta:

> O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas "inóspitas" e "inabitáveis" da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do "inabitável" é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, "dentro" do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio (ibid., p.112).

Dessa maneira, para Butler, as categorias analíticas de gênero e sexualidade são, em realidade, instâncias normativas pelas quais se estabelecem e se obstruem relações. Dito de outro modo, são instâncias que definem as vidas que importam e as que não importam, consolidando disparidades humanas. Esse aspecto aloca os sujeitos da pesquisa aqui empreendida em uma posição sociocultural entendida como inferior em comparação àqueles que mantêm uma performatividade de gênero padrão e possuem práticas supostamente naturais de sexualidade e afetividade. Acerca desse tema, Guacira Lopes Louro (2000) se posiciona da seguinte maneira:

> Aqui, uma forma de sexualidade é generalizada e naturalizada, e, funciona como referência para todo o campo e para todos os sujeitos. A heterossexualidade é concebida como "natural" e como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais. É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento (p. 10).

Os modos de diferenciação e inferiorização impostos em razão das questões de gênero e sexualidade se articulam, estruturam e são estruturados globalmente, por/com outras formas de rebaixamento de vidas humanas diversas, ao conjugar-se com as questões de raça/etnia, classe social e geração. Empenhadas em manter-se hegemônica e desumanizar o outro, a burguesa constrói mecanismos de controle e regulação, e reproduz relações de saber-poder que se organizam mediante a consolidação de diferenças entre as expressões da diversidade humana, não no sentido de visibilizá-las, pelo contrário, na direção de menosprezar às pessoas

---

[50] "Gêneros 'inteligíveis' são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a "expressão" ou "efeito" de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2018b, p. 38)".

que não correspondem ao perfil "homem, jovem, branco, hétero, europeu, elitizado, não-deficiente", entre outras características típicas dos padrões corporais, instituindo diferenciações.

Entretanto, ao mesmo tempo em que essas opressões ao outro se concretizam, também se materializam lutas, a partir de uma práxis política organizativa de movimentos sociais e outras formas de associativismo civil, que se afirmam social e culturalmente nesse suposto "não-lugar", apropriando-se das classificações identitárias impostas a fim de politizar elas e, dessa maneira, potencializá-las enquanto *modus operandi* das resistências anticapitalista.

As rupturas com as padronizações sociais, em nossa concepção, se materializaram através das reivindicações políticas e a progressão epistêmica das ciências e os conhecimentos produzidos. Destacamos o conjunto de iniciativas alinhavadas pelos movimentos feministas e os movimentos sociais de pessoas negras e das pessoas LGBTQIAPN+. Tais movimentos empunham as identidades na política como aparatos transformadores do pensamento e ação dos sujeitos sociais, suscitando o agenciamento político às pessoas reputadas socialmente como abjetas, inferiores em termos de gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social e outras classificações. Não obstante, essas mudanças e organizações políticas foram, e seguem sendo, complexas e onustas de tensões, contradições, convergências e articulações, como também, possuem trajetórias de eclosão e atuação distintas.

Embebidos epistemicamente por conceitos modernos e eurocêntricos, a gênese das manifestações na luta pela valorização das existências não-padronizadas e problematização das experiências vivenciadas. "[...] Não se nasce mulher, torna-se mulher", clássica expressão da Simone de Beauvoir[51], chancela a gênese das provocações históricas dos movimentos feministas acerca do ser mulher na sociedade, sob a ótica construcionista social, revolucionando o pensamento social, posicionando-se contrária ao essencialismo biológico. O movimento feminista ao designar que sexo é política, pois contém relações de poder, "busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo [...] não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades 'femininas' e 'masculinas' sejam atributos do ser humano em sua globalidade (ALVES; PITANGUY, p. 09)". De tal maneira, a organização em torno das pautas feministas pleiteia que as diferenças biológicas não se traduzem em relações de poder opressoras e oportunizam a vivência de ambos os sexos no trabalho, na participação

[51] BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Volume I – Fatos e Mitos. Editora Nova Fronteira, 2014; BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Volume II – A Experiência Vivida. Editora Nova Fronteira, 2014.

política, no sufrágio e outras dimensões da vida social, rechaçando as condições de subordinação das mulheres e a dominação masculina[52].

Na consolidação de uma crítica consistente, as mulheres feministas atuantes no campo acadêmico engendraram uma nova perspectiva teórico-conceitual, os estudos de gênero (MATOS, 2008), que disseminaram novas reflexões nas organizações feministas em geral. Essa reformulação, conforme já discutido, distingue o sexo biológico e gênero, tornando esse último, uma categoria analítica fundamental às organizações e práticas políticas e aos saberes sobre feminilidades, masculinidades, transgeneridades, orientações sexuais, identidades de gênero não-bináries, intersexualidades, entre outras classificações e ressignificações consolidadas, congruentes com as dimensões de raça, etnicidade, geração e classe social que, na área das Ciências Humanas e Sociais, denunciam e enxotam "as estruturas modernas de muita opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista, que operam há séculos em espacialidades (espaço) e temporalidades (tempo) distintas de realidade e condição humanas (ibid., p. 336)", expressando as vicissitudes dos processos de dominação, exploração e violência.

Falar de feminismos no plural é considerar que as congruências entre as expressões da diversidade humana supracitadas promoveram, e seguem fomentando, disputar no interior constitutivo dessas organizações, mencionamos a luta do feminismo negro, do feminismo lésbico, do feminismo *queer* e do transfeminismo só para referenciar os desdobramentos em torno das questões particulares dos diversos sujeitos políticos.

Sem embargo, questionar os imperativos da ordem social vigente não é o lócus privilegiado da ação político-organizativa dos movimentos feministas, como bem sabemos. As organizações da classe trabalhadora protagonizaram lutas históricas no embate entre as classes e seguem organizadas e atuantes nos embates contra os ditames do capital, perfazendo-se motor da história, numa visão materialista histórico-dialética, sendo considerada manifestação tradicional e focalizada na dimensão estrutural da sociedade vigente, fundamentada na contradição entre capital e trabalho. Alicerçado nessa teoria social crítica, ratificamos a compreensão da "questão social" como fenômeno que origina no cotidiano diversas formas de "exclusão", discriminação, alienação, violência e exploração em torno das questões de gênero, raça, étnicas, sexualidade, geração, dentre uma imensidão de possibilidades de existenciais.

Incontáveis são os embates teórico-metodológicos quanto à centralidade das lutas. Marxistas, os marxismos e as feministas materialistas tomam a classe como a questão central. Teóricos raciais, feministas negras, interseccionais e estudiosas/os da

[52] Ver: BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

colonialidade/decolonialidade centralizam a questão da racialidade, etnicidade e territorialidade. Foucaultianos, feministas pós-estruturalistas e os estudos *queers* ancoram gênero e sexualidade no centro do debate. Essas disputas partiram da hermética realidade social e ensejaram reflexões, ações e mobilizações múltiplas. Logo, por mais que elegesse um ponto de partida encontrava-se em caminhos paralelos e entrecruzados. Ora divergentes, ora convergentes, completando-se ou enfrentando-se, as organizações políticas e a produção teórico-crítica de conhecimentos sobre a realidade promoveram grandiosas reações anticapitalistas.

Avultamos o movimento negro e as reivindicações em torno da resolução dos problemas sociais provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais que persistem na marginalização / abjeção dos corpos e da cultura negra em diferentes contextos históricos e conjunturais, impactando nas dimensões políticas e socioculturais. No Brasil, a literatura data o período da década de 1970 como marco do surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU). A luta contra a discriminação racial e o mito da democracia racial, já abordados nas preliminares desta tese, são os caminhos encontrados na busca pela superação dos quase quatro séculos de escravização da população negra no país. A consolidação da identidade negra positiva e o prélio contra o racismo e as desigualdades estruturais que afetam dia após dia as vidas negras brasileiras caracterizam-se pelas pautas políticas e culturais dos sujeitos coletivamente organizados e os ativistas antirracistas.

As reivindicações em prol de políticas afirmativas, de transformações no âmbito cultural e educacional, por melhoria da qualidade de vida e trabalho da população negra e outros mecanismos de correção das desigualdades historicamente destinadas à essa população, marcam a trajetória e incidência política desse movimento social na conjuntura brasileira, orientando a população negra a ter voz ativa na sociedade e vislumbraram a equidade racial em todos os âmbitos, rompendo o silêncio que encobre o racismo em suas múltiplas faces.

Nos marcos da história de luta e resistência por direitos, destacamos também o movimento da população LGBTQIAPN+. A nível mundial, é imprescindível demarcar a revolta ocorrida em um bar, na cidade de *Nova York* – Estados Unidos da América, em 28 de junho de 1969, conhecida como Revolta de *Stonewall*. Esse fato, que se iniciou com a violenta invasão policial a esse espaço de consumo, lazer e sociabilidade, o bar *Stonewall Inn*, frequentado por homossexuais e transexuais, marca "a voz da resistência" hoje conhecida como Dia Mundial do Orgulho, um dos principais atos de resistência contra a LGBTQIAPN+fobia no mundo. Este foi, então, o momento histórico que deu visibilidade pública aos sujeitos de orientação sexual e identidade de gênero "fora dos padrões" socialmente estabelecidos.

Foi, também, um dos principais momentos em que se tornaram visíveis e notórios publicamente, o controle coercitivo do Estado sobre os corpos, os gêneros e as práticas eróticas e sexuais dissidentes. Esse fato histórico, autoritário e violento, permitiu a organização política dessa população, na direção de tornar visível, de forma positiva, as identidades de gêneros e sexuais dissidentes. Essas foram, e ainda são, uma das principais estratégias utilizadas nas manifestações políticas do movimento LGBTQIAPN+ desde sua gênese até os tempos atuais.

As identidades sexuais e de gênero foram se constituindo positivamente à medida que se tornaram visíveis as pautas em prol da diversidade humana. No Brasil, a literatura data as primeiras manifestações do chamado Movimento Homossexual Brasileiro – MHB na década de 1970. Este movimento pautava sua atuação com forte influência antiautoritária nas últimas expressões do período militar vivenciado no Brasil (SIMÕES; FACHINI, 2009), mobilizados pelo amplo desejo das organizações políticas do país em vivenciar uma nova experiência democrática, assim como fora com o movimento negro e feminista brasileiro.

Nos anos 1980, com a explosiva associação da homossexualidade e o espraiamento do HIV/AIDS em decorrência da publicização de inúmeros casos de morte de pessoas reconhecidamente homossexuais ou transexuais diagnosticadas com a doença na África, nos EUA e no Brasil, a epidemia passou a adquirir voz e popularidade. As ações violentas e intimidadoras às experiências homossexuais e vivências transexuais também passaram a ser visíveis e cotidianas, o que representou uma expressiva desmobilização dos grupos organizados politicamente.

De modo a construir uma nova percepção sobre a vivência da diversidade de gênero e orientação sexual e a partir dos avanços científicos sobre o HIV/AIDS, o movimento vislumbra ser fundamental alterar a dinâmica de atuação no Brasil, a fim de viabilizar ações governamentais efetivas que enfrentam os impactos objetivos e subjetivos da epidemia do HIV/AIDS. Assim, a atuação do Movimento de Gays e Lésbicas à época e as ações das pessoas transexuais e travestis passam a ser pautadas na luta pela garantia de políticas públicas que promovessem o combate à discriminação e a violência dirigidas aos sujeitos homossexuais e desenvolvessem planos, programas e projetos de promoção à saúde e combate ao HIV/AIDS.

Na década de 90 do século XX, após o processo de redemocratização do país e da ampliação de direitos à população de maneira geral, com a Constituição de 1988, o movimento se fortaleceu politicamente e não apenas cresce em quantidade de grupos e organizações em abrangência nacional, como também diversificar os formatos institucionais, a exemplo da ampliação de sua visibilidade, da articulação entre a rede de proteção social e da participação

social nas instâncias governamentais e não-governamentais, demarcando este como um momento fortificante para a configuração atual do movimento (FACCHINI, 2005).

Algumas conquistam importantes aprazam essa época: O Conselho Federal de Medicina (CFM) publiciza a Resolução N° 1.482 em 1997, reconhecendo as cirurgias de redesignação sexual e autoriza os hospitais universitários a realizá-las de modo experimental, favorecendo os direitos das travestis e transexuais; O Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 1999 reconhece que a homossexualidade não se configura como um transtorno mental e proíbe os profissionais a oferecer serviços e promover eventos que proponham tratamento e cura para esses sujeitos, tornando o Brasil um dos primeiros países a proibir terapias de conversão de homossexuais.

A partir dos anos 2000, a crescente visibilidade e a ativa participação política foram estratégias de legitimidade social encontradas pelo movimento. Uma sucessão de conquistas marca o final do século XX e início do século XXI: as Conferências Nacionais[53], por exemplo, contribuíram com a construção e fortalecimento de frentes parlamentares, com a elaboração e proposição de projetos de leis e o estabelecimento de normativas, na perspectiva do combate à patologização e à discriminação. O movimento formulou estratégias de ascensão na sociedade, conquistando espaço no poder público, por diferentes mecanismos internos e externos: a institucionalização; a ativa participação militante nos espaços públicos de elaboração de leis, programas e projetos, dentre outras.

Essas novas conquistas representam o ingresso das pautas políticas na agenda pública dos Direitos Humanos, resultando na elaboração, lançamento e implementação de diferentes ações, programas, projetos e políticas, a exemplo do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais "Brasil sem Homofobia" – 2004; do Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DSTs entre gays, homens que fazem sexo com homem (HSH) e travestis – 2008; e do Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – 2010.

Outras conquistas relevantes são: em 2006, com a promulgação da Lei Maria da Penha - nº 11.340, cria-se mecanismos de coibição da violência doméstica contra a mulher, prevendo expressamente a união homoafetiva feminina e, em algumas situações, esta tem sido utilizada pela Justiça para punir a violência doméstica contra mulheres travestis e transexuais[54]; em 2008,

[53] De acordo com Facchini (2009), a 1ª Conferência Nacional LGBT aconteceu em Brasília, no ano de 2008 e teve como tema: Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

[54] Em 2022, o STF estendeu a proteção da Lei Maria da Penha para mulheres trans, nos casos de violência doméstica ou familiar.

o Sistema Único de Saúde (SUS) passa legalmente a realizar cirurgias de redesignação sexual do tipo neocolpovulvoplastia, regulamentando o Processo Transexualizador, possibilitando o atendimento especializado e integral às pessoas travestis e transexuais; já em 2010, decreta-se a data de 17 de maio como o "Dia Nacional de Combate à Homofobia e a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoção dos direitos da população LGBT (CNCD/LGBT). Nesse mesmo ano, instituiu-se o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.888/2010).

Em 2011, o Superior Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável e determinou que casais homossexuais tenham os mesmos direitos familiares e sucessórios dos casais heterossexuais. Nesse mesmo ano, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) publicou uma resolução assegurando aos LGBT em privação de liberdade o direito à visita íntima. Ainda no âmbito da saúde, no mesmo ano, foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT vidando promover a saúde integral, combater a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a redução das desigualdades. Em 2012, o STF declara que as cotas étnico-raciais para acesso às instituições federais de ensino superior são constitucionais. No ano de 2013, foi permitido o casamento civil ou a conversão da união estável em casamento civil por pessoas do mesmo sexo. Em 2014 sanciona-se a Lei que estabelece a reserva de 20% das vagas para pessoas negras nos concursos públicos. E em 2015, o STF reconheceu o direito à adoção por casais homoafetivos. Nesse mesmo ano, é aprovada a Lei nº. 13.104, conhecida como a Lei do Feminicídio, qualificando-o como crime de homicídio qualificado.

Ainda com relação às pessoas travestis e transexuais, quanto ao uso do nome social, em 2016 foi publicado um decreto que reconhece as identidades de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional. O STF, em 2018, desjudicializou e despatologizou, como regra, o processo de retificação do prenome e sexo no registro civil, autorizando que a alteração seja realizada nos cartórios oficiais, sem solicitarem obrigatoriamente a decisão judicial ou comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual. Neste mesmo ano, o Ministério da Educação (MEC) reconheceu o uso do nome social nas documentações escolares de todas as instituições de ensino básico. Nesse período, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) defende que as candidatas travestis e pessoas transexuais podem concorrer a cargos eletivos nas cotas destinadas ao gênero com o qual se identificam e podem utilizar o nome social nas urnas e no documento oficial. Já em 2019, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ publicou uma norma que regulamentou essa mudança,

permitindo que seja feita diretamente nos cartórios de todo o Brasil, na certidão de nascimento ou casamento.

Em 2020, o STF reconheceu inconstitucionais as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e a Anvisa, suspendendo os termos que exigiam abstinência sexual de um ano para que homens homossexuais e bissexuais doassem sangue. Em 2021, o CNJ determina que pessoas intersexuais possam ser registradas, ao nascer, com o quesito sexo biológico ignorado e, quando desejar, realizar a designação do sexo em qualquer cartório.

No que diz respeito ao combate à LGBTQIAPN+fobia, alguns estados e municípios promulgaram leis que punem a violência e violação de direitos. A exemplo da cidade do Recife que promulgou, em 2002, a lei do Amor Livre que proíbe qualquer forma de discriminação ao cidadão com base em sua orientação sexual e prega a penalização dos estabelecimentos. Somente em 2019, o STF permite a criminalização da homofobia e transfobia nacionalmente, atrelado à lei do Racismo – Nº 7.716/1989. Em 2021, o STF define a injúria social como imprescritível dando o status de equiparação ao crime de racismo.

Outros avanços marcam o ano de 2023: O STF considera inconstitucional a lei estadual que visa proibir o uso de linguagem neutra nas escolas e editais de concursos públicos; O presidente Lula decreta a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*s, Intersexos, Assexuais e Outras (CNLGBTQIA+), instância extinta no governo Bolsonaro[55]; e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) acata a realização de procedimentos simplificado para avaliação dos pedidos de refúgio de pessoas LGBTQIAPN+ provenientes de países que aplicam pena de morte ou prisão a essas pessoas.

Importante destacar que, nos últimos 20 anos, a organização política dessa população no Brasil conseguiu mobilizar a sociedade e levar às ruas das principais capitais do país e cidades do interior um número elevadíssimo de pessoas LGBTQIAPN+ e aliados no ato político conhecido como Parada da Diversidade ou Parada do Orgulho. Esses atos demonstram a dimensão da extensa visibilidade conquistada e é palco de festa e divulgação das bandeiras de luta do movimento.

[55] Destacamos a extinção de instâncias governamentais primordiais à garantia e defesa de direitos da população, logo no início da gestão de Bolsonaro. No país que lidera os índices de violência contra essa população, o governo à época optou por excluir a população LGBTQIA+ da pasta dos direitos humanos, num primeiro momento, e, logo depois, por pressão popular, incluiu sem oportunizar ações efetivas e financiamento. Assim como, extinguiu o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT+ (CNCD LGBT+) e outros conselhos de direitos, tomando medidas de aniquilação da população e de seus direitos.

Esse cenário no Brasil, país com fortes raízes coloniais, racistas, machistas, sexistas e LGBTfóbicas, representam um avanço, uma grande conquista no que diz respeito à luta do Movimento Feminista, Negro e LGBTQIAPN+. Reforçamos, que dada as limitações próprias deste estudo[56], visibilizamos algumas das conquistas provenientes da luta organizada desses sujeitos políticos, assim como, referenciamos que estas ainda se encontram longe de constituir uma sociabilidade justa e equânime, ainda são muitos os desafios.

Eis, portanto, a chave da reflexão: garantir às mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+ o acesso aos serviços e aos direitos sociais no âmbito da saúde, assistência social, previdência social, educação, trabalho, geração de emprego e renda, segurança pública, moradia e lazer, dentre outros, aos moldes da ordem social burguesa, à princípio, contribuirá para a melhoria da qualidade de vida. Na fase atual do capital, essa luta, por mínima que possa ser/parecer ser, se torna efetivamente uma luta anticapitalista. Assegurar direitos significa garantir a possibilidade de (sobre)viver, porém, sem perder de vista a necessidade de resistir, almejando uma sociabilidade de novo tipo.

Mirla Cisne e Silvana Santos (2018) salientam que para uma análise crítica das relações sociais que estruturam os contextos de desigualdade que ampliam, diversificam e particularizam as expressões da "questão social" enfrentadas pelos sujeitos sociais na dinâmica capitalista contemporânea, é necessário compreender que:

> O conhecimento das reivindicações e o fortalecimento desses sujeitos políticos são fundamentais em uma conjuntura de crise estrutural do capital, com ascensão das forças conservadoras, adversas à classe trabalhadora e à diversidade humana e que põem em constante ameaça direitos do trabalho anteriormente conquistados, adensando, assim, a superexploração da força de trabalho, a naturalização da desigualdade social e a reprodução de dogmas, preconceitos e fundamentalismos religiosos que violam a laicidade do Estado. Os discursos e práticas de ódio são materializados em diferentes expressões de violência e violação de direitos, a exemplo dos crimes motivados por racismo, LGBTfobia e sexismo. Esses crimes acontecem diariamente na sociedade brasileira que, além de capitalista, permanece racista, patriarcal e heterossexista (p. 18).

Em outros termos, compreender as pautas políticas levantadas na atualidade e fortalecer a organização dos sujeitos em torno de suas questões é uma das estratégias de luta e resistência. Sendo assim, no contexto vigente, é através da defesa da promulgação e manutenção de políticas públicas que o movimento vislumbra uma relativa mobilidade social para esses segmentos populacionais. E, sem receio de equívocos analíticos, se não fosse a conquista e implementação de políticas públicas e a ampliação de espaços políticos, não estaríamos

[56] Frisamos não sermos capazes de ultrapassar os limites das ideações críticas eurocêntricas e norte-americanas neste estudo, mesmo aproximando-se de pensadoras/es que se propõem a destruição da colonialidade à nível mundial. Entretanto, acredito ser um caminho analítico bastante promissor, por ser contra-hegemônico e o mais aproximado de nossa realidade latino-americana. Desejamos aproximar-se e aprofundá-lo em produções futuras.

contando essa história, falando sobre nossos desejos ou refletindo sobre as nossas possibilidades de atuação, questionando a sina que fundamenta a desigualdade social, política, econômica, cultural etc.

Prosseguindo em nossos estudos, apresentamos-lhes uma revisão de literatura elaborada com a intenção de localizar as produções acadêmicas e científicas sobre o tema do trabalho sexual plataformizado publicados nas principais plataformas de indexação bibliográfica disponíveis *online* no Brasil, que nos permitam apreender o debate sobre o tema e o que já fora produzido, situando o estado da arte. Sistematizamos os nossos achados nas páginas a seguir. Aprecie sem moderação.

3.2. Entre paredes: decodificando o *crush* para visibilizar produções acadêmicas

Entre paredes, camas, ruas, praças, banheiros, bancas de revistas, locadoras de filmes, *Disk sexo*, computadores e smartphones localizamos o amálgama sócio-histórico e cultural dos espaços, reais e virtuais, em que se concretizam o trabalho sexual e a satisfação dos desejos. De produções autônomas à institucionais, da pele com pele à imagem, o olhar e o prazer, o trabalho sexual se reconfigura na atualidade, particularmente com o avanço das TIC no estágio atual capitalista, consolidando práticas contemporâneas via plataformas digitais. Essa constatação vem, quase sempre, acompanhada de reflexões que constituem múltiplos parâmetros para a explicitação desse fenômeno. De um ângulo, entender o processo de plataformização do trabalho sexual como revelador da disseminação dos meios de expressão/informação/comunicação; em outra perspectiva, compreendê-lo como a banalização do domínio especializado da produção de conteúdo sexuais pela indústria pornográfica, ou, em via inversa, apreendê-lo como transgressão.

Como aprendemos no capítulo anterior, o desenvolvimento tecnológico e as apropriações que decorrem dele, deve ser visto como parte de um processo bem mais abrangente que desemboca na transformação nos âmbitos objetivos e subjetivos da vida na sociabilidade presente. De tal modo que, para apreendermos a dimensão atual do fenômeno estudado, reconhecemos a necessidade de apresentar os resultados e leituras produzidas por meio de uma revisão de literatura, com o intuito de localizar as produções acadêmicas que abordam o trabalho sexual realizado para, por e entre homens no Brasil.

Para essa empreitada, seguindo a metodologia desenha em minha dissertação e publicada em 2019 (BRAÚNA; MEDRADO, 2019), elegemos a Biblioteca Digital Brasileira

de Teses e Dissertações (BDTD)[57] como a base de dados que desenvolvemos nossas buscas, por ser um portal *online* que indexa e compartilha, de forma gratuita, todas as teses e dissertações defendidas e publicizadas nas instituições brasileiras de ensino superior. Em sequência, definimos os termos de busca que utilizamos para localizar as produções desejadas com esse exercício. Esses termos foram classificados em quatro categorias: Trabalho, Plataforma, Identidade e Prática, conforme a tabela apresentada abaixo. Eles correspondem a possíveis nomeações quanto aos sujeitos, suas identidades profissionais, suas práticas sexuais e ferramentas laborais. Vejamos:

Tabela 01 — Descritores da Revisão de Literatura na BDTD – Homens e Trabalho Sexual.

	Descritores – Revisão de Literatura BDTD – Homens e Trabalho Sexual			
CATEGORIA	**Trabalho**	**Plataforma**	**Identidade**	**Prática**
TERMOS	Michê	*Onlyfans*	Masculinidade(s)	Sexo
	Garoto de Programa	*Privacy*	Homem que faz sexo com Homem (HSH)	Sexo Virtual
	Produtor de conteúdo digitais	*Twitter*	Homem / Homens	Pornografia
			Homossexualidade	Homoerotismo
			Gay	Prostituição

Fonte: O autor (2024).

O mecanismo de busca disponibilizado no BDTD permite a pesquisa simples, utilizando um termo, e a avançada que permite a combinação entre dois ou mais termos. Como também, permite limitar o idioma, o tipo de documento, se é ilustrado ou não, e o período em que ocorreu a defesa / publicização do documento. Para a satisfação do nosso desejo, optamos por não delimitar uma temporalidade, com interesse em ter acesso amplo às produções publicadas, e

[57] A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. O acesso a essa produção científica é livre de quaisquer custos. A BDTD contribui para o aumento de conteúdos de teses e dissertações brasileiras na internet, o que significa a maior visibilidade da produção científica nacional e a difusão de informações de interesse científico e tecnológico para a sociedade em geral. Além disso, a BDTD também proporciona maior visibilidade e governança do investimento realizado em programas de pós-graduação. Fonte: < https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/whatIs >. Acesso em 02/09/2023.

escolhemos brincar com os termos entre a busca simples e avançada. Nesse jogo, nos deparamos com um alto número de resultados das buscas, em particular quando utilizamos a busca simples. Por exemplo, com o termo "homem" localizamos 31.549 teses e dissertações que apresentam essa nomeação em seu título, palavras-chaves ou no resumo; já o termo "*Onlyfans*" apresentou apenas um resultado; logo, ambos inviabilizam a execução do exercício proposto. Eis, portanto, a relevância de conhecer as possibilidades do portal de busca e definir um compilado de descritores, pois permitem a realização de testagem com/entre eles.

Nessas interações, os resultados da utilização dos descritores que contribuíram para localizar produções que abordam o trabalho sexual realizado para, por e entre homens, até que as buscas se esgotassem por saturação/repetição, foram: "Masculinidades[58]" X "Sexo", localizamos 12.365 (doze mil trezentos e sessenta e cinco) teses e dissertações; "Sexo virtual", encontramos 442 (quatrocentos e quarenta e duas); "Garotos de programa (GP)", deparamos com 234 (dozentos e trinta e quatro) resultados; "Prostituição", localizamos 592 (quinhentos e noventa e duas); "Pornografia", encontramos 272 (duzentos e setenta e duas) resultados; "Michê", deparamos com 134 (cento e trinta e quatro) resultados; "Homoerotismo", 90 (noventa) teses e dissertações encontradas. De cada descritor e combinação de descritores citados acima e usados nas buscas, realizamos uma leitura atenta dos títulos encontrados. Foram muitas rolagens de mouse e olhos atentos à tela, a fim de selecionar as produções que provavelmente abordavam a temática de nosso interesse e fazer o *download* para uma análise posterior mais detalhada.

Ao longo desse processo, descartamos estudos sobre a prostituição / trabalho sexual para, por e entre mulheres, estudos sobre a *cyber*sociabilidade LGBT nos aplicativos, sobre a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, sobre HIV/AIDS nas práticas sexuais entre homens e HSH, estudos que relacionam território e prostituição, que debatem sobre o reconhecimento legal da prostituição como um trabalho regulamentado, sobre a prostituição feminina, o uso abusivo de álcool e outras drogas, e investigações acerca de crimes que se caracterizam pela exposição não-consensual ou por vingança de material erótico-pornográfico, entre outros temas transversais. Além disso, identificamos que alguns títulos pertinentes aos nosso estudo não estavam disponíveis para *download* ou o link de acesso constava erro, sendo também descartados. Posto que, ao reconhecermos títulos duplicados com a mudança de

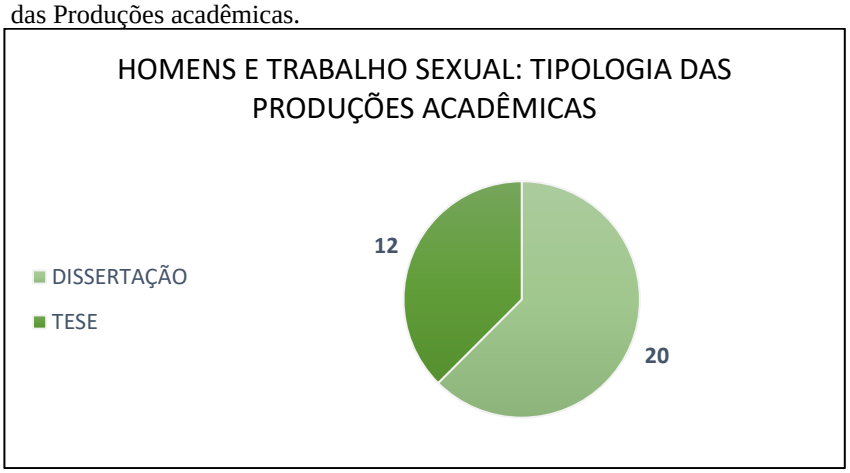
[58] Nessa busca, avistamos que utilizar os termos no singular ou plural, maiusculo ou minúsculo, com ou sem aspas, não difere no quantitativo de resultados encontrados.

descritores, em decorrência de um único trabalho utilizar mais de um dos termos selecionados, encerramos as buscas por identificarmos ter saturado.

No total, após exaustiva leitura dos títulos e transferência dos arquivos, localizamos 82 (oitenta e duas) teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-graduação brasileiros, disponíveis na base de dados do BDTD até a data de agosto de 2023, com alta probabilidade de abordarem o tema em destaque. A etapa seguinte constitui-se de realizar a leitura atenta do resumo e das palavras-chaves, objetivando localizar produções que, de fato, explanem sobre o trabalho sexual realizado para, por e entre homens. Ao final desse longo e exaustivo processo, obtivemos como resultado das buscas, o volume total de 32 (trinta e duas) obras. Desse total, realizamos a leitura completa, a sistematização das informações e uma síntese dos pontos-chave da discussão empreendida em cada estudo, da qual apresentaremos a seguir.

Do volume total de produções localizadas nessa revisão de literatura que contribuem para a apreensão do estado da arte no contexto dos estudos sobre o trabalho sexual realizado para, por e entre homens no país, 62% delas são oriundas de pesquisas desenvolvidas nos cursos de Mestrado e 38% foram desenvolvidas nos cursos de Doutorados, em diferentes Programas de Pós-graduação nacionais, conforme o gráfico abaixo:

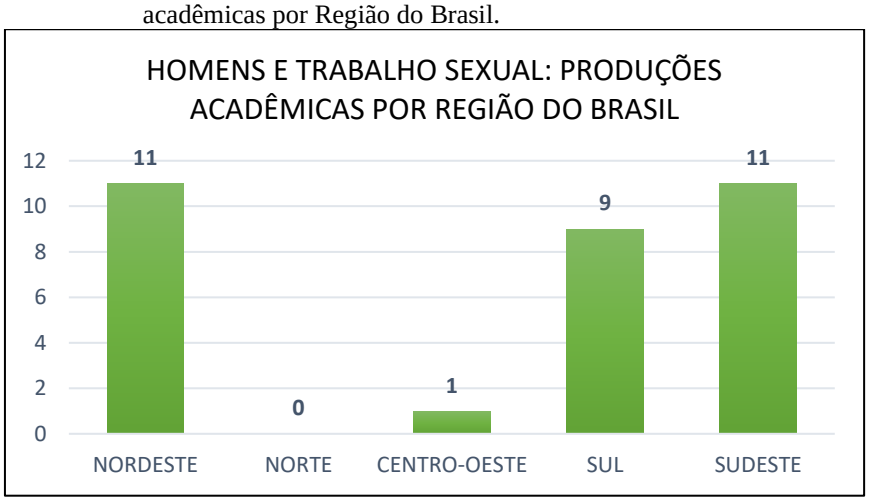
Gráfico 01 — Revisão de Literatura: Homens e Trabalho Sexual – Tipologia das Produções acadêmicas.



Fonte: O autor (2024).

Essa informação permite-nos assimilar que a maior parcela das produções encontradas sobre o tema foi desenvolvida a partir de pesquisas que se propuseram a explorar com profundidade e complexidade o trabalho sexual realizado para, por e entre homens, e em menor proporção estão as produções que, pela tipologia, primam por um ineditismo na contribuição com a respectiva área de conhecimento. Seguindo nossas análises, o gráfico a seguir nos permite evidenciar informações quanto ao local onde foram desenvolvidos os estudos e pesquisas. Vejamos.

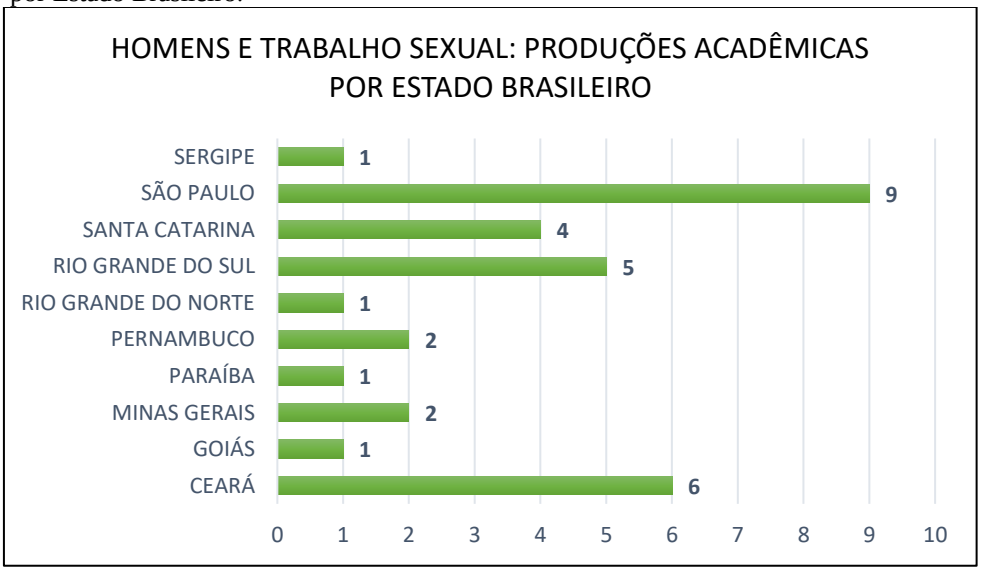
Gráfico 02 — Revisão de Literatura: Homens e Trabalho Sexual – Produções acadêmicas por Região do Brasil.



Fonte: O autor (2024).

Percebe-se, com esse dado, uma vasta concentração dessas produções no eixo Sul-Sudeste que juntas correspondem a 62%, sendo, respectivamente, 28% e 34% dos estudos localizados. Outra região que se destaca é o Nordeste, concentrando 34% das teses e dissertações desenvolvidas sobre a temática analisada nesta revisão. Na região Centro-Oeste deparamos com uma produção e não foram achadas publicações na região Norte do país. Com o intuito de apresentar elementos detalhados das teses e dissertações recuperadas, elaboramos o gráfico seguinte, constando dados sobre os Estados em que foram produzidas. Notemos:

Gráfico 03 — Revisão de Literatura: Homens e Trabalho Sexual – Produções acadêmicas por Estado Brasileiro.

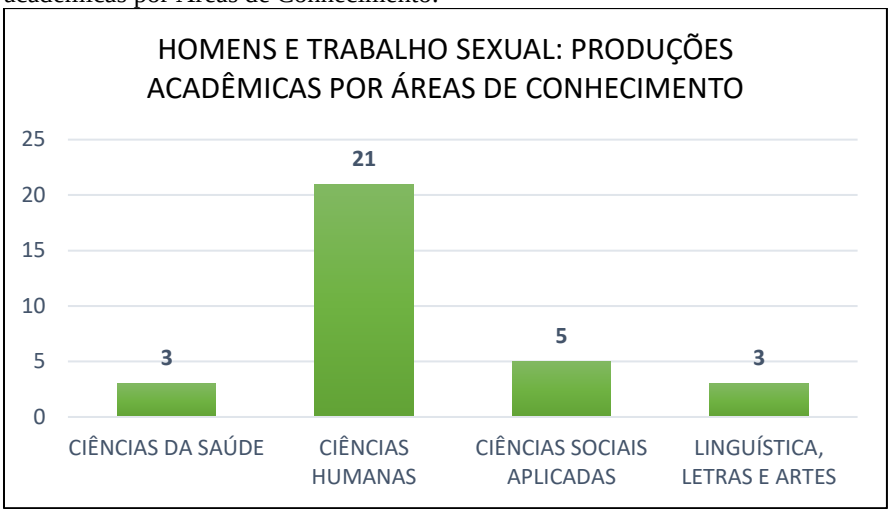


Fonte: O autor (2024).

Observa-se que o Estado de São Paulo concentra o maior número de produções acadêmico-científicas sobre o tema, são 09 (nove) no total, em seguida o Estado do Ceará, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com respectivamente (06) seis, (05) cinco e (04) quatro

trabalhos. Pernambuco e Minas Gerais possuem duas produções cada e os Estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e Goiás, contam com apenas uma produção em cada localidade. Acerca das áreas de conhecimento desses trabalhos, identificamos que elas são advindas de distintos campos do saber e compõem as seguintes áreas mais amplas:

Gráfico 04 — Revisão de Literatura: Homens e Trabalho Sexual – Produções acadêmicas por Áreas de Conhecimento.



Fonte: O autor (2024).

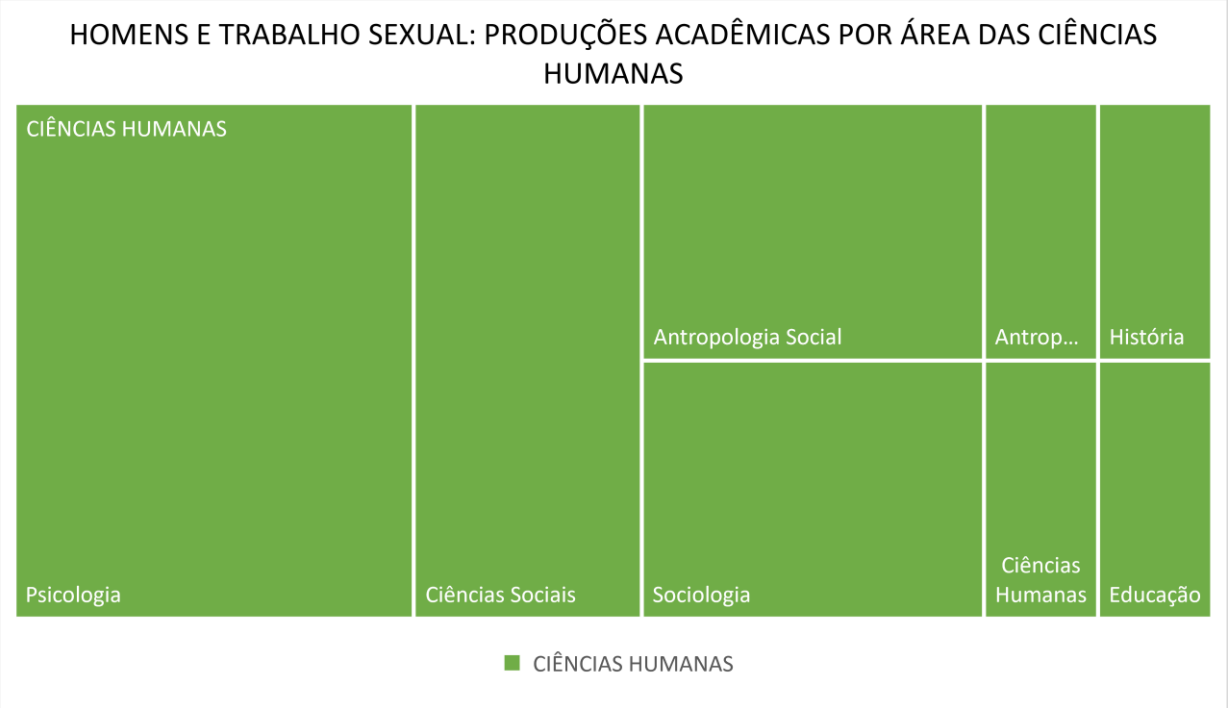
Conforme nos apresenta o Gráfico nº 04, a grande área das Ciências Humanas abarca 65,6% do volume de produções sobre o objeto investigado e as grandes áreas das Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes possuem 34,4% dos trabalhos analisados. Logo, é creditado às Humanidades o reconhecimento quanto a contribuição para o desenvolvimento de estudos sobre o trabalho sexual realizado para, por e entre homens no Brasil, a partir de diferentes abordagens que, certamente, dão sentidos diferenciados ao mesmo objeto de pesquisa.

Dos estudos apreendidos nessa área de especialidades do conhecimento, destacamos a Psicologia, por ser a área específica que concentra o volume de 09 (nove) teses e dissertações sobre o trabalho sexual realizado para, por e entre homens no Brasil, sendo, inclusive, a líder no ranking geral. Em segundo lugar identificamos a área específica das Ciências Sociais[59] com 04 (quatro) obras e empatados no terceiro lugar estão a Antropologia, cujas produções aparecem também na particularidade da Antropologia Social, e a Sociologia, ambas com 03 (três) trabalhos. O gráfico mapa da árvore que será apresentado a seguir sintetiza as informações

[59] Ressaltamos que entendemos a área específica das Ciências Sociais nos cursos de Pós-graduação com essa nomeação como o campo que estuda a dinâmica das sociedades nos diferentes âmbitos que caracterizam os sujeitos e as relações sociais. Logo, as áreas que seguem destrinchadas em outros Programas de Pós configuram-se enquanto áreas afins das Ciências Sociais, tais como a Psicologia, Sociologia, Antropologia, entre outras.

gerais na grande área das Ciências Humanas, demonstrando, de modo descendente, da área com maior expressividade à área com menor incidência de produções.

Gráfico 05 — Revisão de Literatura: Homens e Trabalho Sexual – Produções acadêmicas por Área das Ciências Humanas.



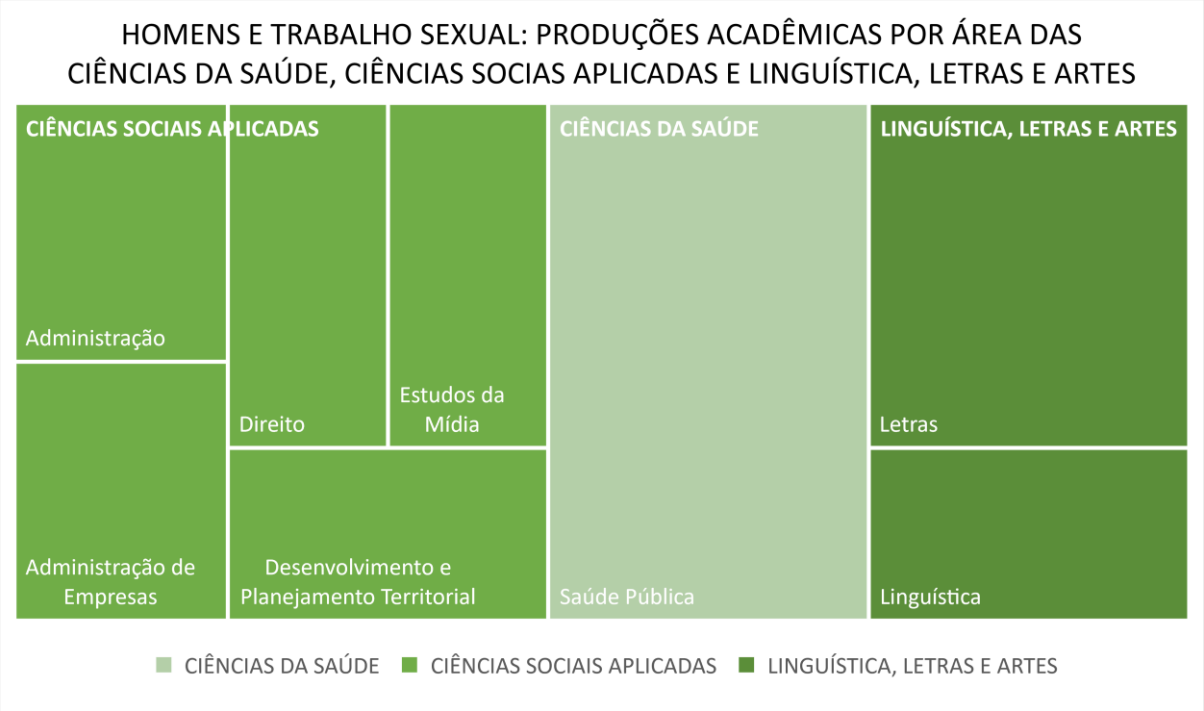
Fonte: O autor (2024).

Nessa totalidade, conforme verificamos, consta-se também a aparição de uma produção na área da História, da Educação e das Ciências Humanas; essa última decorre de um Programa de Pós-graduação cuja formação se dá de modo generalista. Prosseguindo nossos achados, apresentamos um segundo gráfico do tipo mapa da árvore para demonstrar as áreas específicas das demais grandes áreas de conhecimento. Nas Ciências da Saúde localizamos 03 (três) produções, duas teses e uma dissertação, cujos resultados da pesquisa relacionam-se com nosso tema. Na grande área da Linguística, Letras e Artes encontramos 02 (duas) produções relativas ao nosso tema na área específica Letras e uma na Linguística. Já nas Ciências Sociais Aplicadas verificamos uma produção em cada uma das seguintes áreas específicas: Administração, Administração de Empresas, Direito, Desenvolvimento e Planejamento Territorial e Estudos da Mídia.

O gráfico subsequente segue a mesma lógica do anterior: demonstrar, de modo descendente, em cada grande área, as específicas daquela com maior a com menor incidência de produções. Nota-se que o quantitativo geral das produções nas três áreas de conhecimento supracitadas são pouco diante do quantitativo geral das Humanidades. E, além disso, ao destrincharmos por área específica, deparamo-nos com uma quantidade ainda tímido de estudos e pesquisas que averiguem o trabalho sexual dos homens no mundo real-virtual, nas ruas, praças

e esquinas ou mediante a utilização das plataformas digitais e redes sociais para efetivação das trocas.

Gráfico 06 — Revisão de Literatura: Homens e Trabalho Sexual – Produções acadêmicas por Área das Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes.



Fonte: O autor (2024).

Nesse universo, importa-nos ressaltar a ausência, em particular, de produções no âmbito do Serviço Social no anseio de localizar contribuições que possibilitem a apreensão do fenômeno em estudo por profissionais e pesquisadores desta profissão e área de produção de conhecimentos. Esse fato, permite-nos apostar na relevância e originalidade da presente tese e no potencial que seus achados apresentam à esta área e áreas afins. Esse desejo é o que nos provoca excitações. Por fim, no que diz respeito a sistematização das informações básicas das teses e dissertações encontradas nesta revisão de literatura, cabe-nos compartilhar outros aspectos relevantes: primeiro, quanto ao sexo/gênero das/os pesquisadoras/es que produziram as teses e dissertações desta revisão, a partir da identificação por nomeação, numa perspectiva binária dada as limitações, inferimos que 78% dos nomes correspondem, na nossa sociabilidade, a pessoas do sexo/gênero masculino e 28% do sexo/gênero feminino. Logo, consideramos que a produção nesse tema é expressivamente masculina; segundo, apontamos o fato da primeira pesquisa sobre o trabalho sexual desenvolvido para, por e entre homens ter sido publicada em 1987 e ter-se mantido como o único estudo desde o final da década de 1980 até início dos anos 2000, um lapso de uma década.

Com toda certeza, esta dissertação é um marco nos estudos sobre a prostituição masculina no Brasil. Trata-se da já referida obra de Néstor Perlongher (1987) que investiga, mediante dados etnográficos, o negócio dos michês. Na referida obra, como vimos no capítulo anterior, o autor aborda a vida e as formas de sobrevivência dos homens jovens, em geral, que, sem despir-se da sua masculinidade viril, realizam trocas sexuais e afetivas com homossexuais, geralmente homens mais maduros, nas ruas da cidade de São Paulo, no final da década de 1980, constituindo a prática da prostituição masculina.

Assim, após esse exaustivo exercício de compreensão do estado da arte, produziremos uma síntese, a partir das demais teses e dissertações localizadas, no sentido de visibilizá-las e reconhecer aproximações com as configurações atuais do trabalho sexual plataformizado desempenhado para, por e entre homens. Evidenciando que estes trabalhos contribuíram, veementemente, com as análises empreendidas nesta tese. Deparar-me com essas produções foi como (re)aprender diferentes posições e práticas sexuais. Com umas me excitei e desejei adentrá-las, devorá-las, e outras apenas me pus *voyeur*[60]. Inicialmente, a fim de facultar a assimilação das teses e dissertações que abarcam o universo do trabalho sexual desempenhado para, por e entre homens, após consumar a leitura de todos os trabalhos, os classificamos em 03 (três) categorias gerais, definidas a partir dos seus objetos de pesquisa: a) Corpo e Virilidade; b) Prostituição: o *labor* dos michês/garotos de programa; c) Trabalho Sexual plataformizado. Na categoria "a" classificamos 05 (cinco) produções, em "b" 20 (vinte) e em "c" 06 (seis). Desfrutá-las:

A categoria **"Corpo e Virilidade"** é constituída por uma tese e quatro dissertações. A primeira foi realizada por Marcelo Reges, na área da Antropologia Social, intitulada *"Brazilian Boys: corporalidades masculinas em filmes pornográficos de temática homoerótica".* Publicada em 2004, essa dissertação realizou uma etnografia do cinema pornográfico gay brasileiro, através das imagens sobre os corpos, as masculinidades e os homoerotismos nestes filmes. Em 2005, na área da Linguística, Graziela Kronka publicou a sua tese intitulada *"A encenação do corpo: o discurso de uma imprensa (homo) erótico-pornográfico como prática intersemiótica",* que investiga, a partir da Análise do Discurso de revistas que incluem textos verbais e fotografias, a construção de corpos a partir da encenação da nudez em publicações brasileiras de nu masculino voltadas para o público homossexual. Em 2009, na área da

[60] O termo *voyeur* é utilizado nesta produção no sentido disseminado no âmbito do mercado sexual. Esta afirmação é importante, pois demarca que esse uso não se relaciona com a categoria teórico-analítica da Psicologia, Psiquiatria e áreas correlatas. O sentido aqui utilizado reporta ao ato obter prazer ao observar uma ou mais pessoas em atividades sexuais.

Educação, publica-se a dissertação de Luiz Felipe Zago, intitulada *"Masculinidades disponíveis.com: sobre como dizer-se homem gay na internet",* que analisa as narrativas e identificações construídas sobre si no sítio de relacionamentos para homens gays, o disponivel.com, a partir da autodescrição, fotos e vídeos.

No ano de 2010, de autoria de Lilian Arruda, a dissertação na área de Letras nomeada "*Construção de corpos: análise de capas das revistas dirigidas aos homoeróticos masculinos*" estuda a relação entre imagem-gênero social-corpo, analisando a construção do corpo nas imagens das capas das revistas dirigidas a homens homossexuais. No mesmo ano, na área de História, a dissertação de Rafael Saldanha intitulada *"Classificados e o sexo: anúncios de prostituição masculina em SC (1986-2005)",* aborda as representações e identificações do masculino, percebido pela subjetividade coletiva, através dos anúncios de prostituição masculina em Santa Catarina, veiculados no jornal Diário Catarinense, no período de 1986 até 2005.

Essas obras expressam a (re)produção de um padrão de masculinidade que hegemonicamente compõe a construção dos sujeitos sobre si. Os anúncios nos jornais produziram as noções de virilidade, vaidade e sexualidade na representação masculina dos homens que circulavam pelo universo do sexo (SALDANHA, 2010). As imagens das revistas discursam sobre os corpos desejados e desejáveis e como estes encenam comportamentos que culminam na padronização do hétero-másculo (KRONKA, 2005). Nessa mesma direção, está a pornografia e suas múltiplas formas ao delinearem importantes mecanismos que (re)constroem e delimitam as experiências homoeróticas a essa padronização (REGES, 2004). Esse corpo viril que supervaloriza uma masculinidade universalizada e dissipa o discurso da cis-hetero-norma através das imagens nas revistas, favorece a refuta a outras noções de masculinidades, em particular, as tidas como "desviantes" por aproximar-se de uma expressão e performance de gênero associada ao feminino, a exemplo dos homens efeminados (ARRUDA, 2010). É sobre essa noção normativa que se constroem as definições sobre si dos homens nos sites de relacionamentos. Estes espaços promovem a interação entre os corpos consumíveis e consumidores e consolidam uma política de afirmação identitária que age como parâmetro para essas trocas, os corpos e as sexualidades: o "sou macho" (ZAGO, 2009). Centralizada, essa política funda diferenciações que tendem a marginalizar as masculinidades não-hegemônicas.

Essas noções de corpo e virilidade serão também apresentadas nas produções que inserimos na categoria **"Prostituição: o *labor* dos michês/garotos de programa"** que compreende o universo de nove teses e onze dissertações. Diante essa abrangência, construímos

três subcategorias para auxiliar-nos na visibilidade das produções: 1) Prostituição nas ruas, avenidas e praças; 2) Prostituição nos espaços de consumo, lazer e sociabilidade; 3) Regulação da Prostituição.

Em "Prostituição nas ruas, avenidas e praças", destacamos a produção de Giselle Chao na área da Saúde Pública, intitulada *"Prostituição masculina e HIV/AIDS: um estudo epidemiológico em municípios do Ceará".* Defendida em 2008, essa dissertação perscrutou o comportamento, práticas sexuais e prevalência do HIV e Sífilis entre os profissionais do sexo masculino em quatro municípios do Ceará: Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte e Crato. Em 2009, na área da Psicologia, a dissertação *"Entre boys e frangos: análise das performances de gênero dos homens que se prostituem em Recife"* investiga etnograficamente as vivências da prostituição masculina no centro do Recife, enfatizando as trajetórias de vida, a construção dos papéis de gênero e os fatores que estão envolvidos no negócio do sexo: gênero, raça/etnia, geração, práticas sexuais etc. Em 2010, na mesma área, Normando Viana defende a dissertação *"É tudo psicológico! Dinheiro...pruuu! Fica logo duro!": desejo, excitação e prazer entre boys de programa com práticas homossexuais em Recife"* que analisou as vivências da prostituição masculina, apreendendo os sentidos e práticas relacionadas ao desejo, excitação e prazer dos "boys de programa".

"O negócio do prazer remunerado nos discursos de garotos que fazem programa" é o título da tese de Geraldo Silva Junior, defendida na área da Saúde Pública em 2012, e observou a prostituição de rua e os sentidos que os garotos de programa produzem sobre essa prática. No ano seguinte, a tese *"Da batalha na calçada ao circuito do prazer: um estudo sobre prostituição masculina no centro de Fortaleza"* de Maria Lourdes Santos, explorou a prostituição masculina no centro de Fortaleza. Em 2014, Fernanda Burbulhan defende na área da Psicologia, a tese *"A experiência michê: um estudo fenomenológico"* investigando o fenômeno michê, apreendendo os sujeitos, suas histórias de vida e os significados de sua inserção no universo prostitucional. No mesmo ano, na área das Letras, Augusto Radde revela os resultados de sua pesquisa de mestrado *"Entre prazer e necessidade, o discurso do corpo na prostituição masculina"* sobre o discurso dos garotos de programa na relação com o corpo, a sua posição social e a construção da subjetiva de si.

Em Administração de empresas, localizamos a tese de João Lima *"Uma etnografia sobre o trabalho sexual masculino na cidade de São Paulo"*, propagada em 2017, que abordou a organização do comércio do sexo masculino na cidade de São Paulo na percepção dos garotos de programa e identificou alguns fatores que impactam na atuação desses profissionais. No ano seguinte, Valdir Prado Júnior defende a dissertação *"Os territórios da prostituição masculina*

em Goiânia" fruto da investigação sobre homens que praticam a prostituição em ambientes públicos e privados (casas, supermercados, bares e shoppings) na região central de Goiânia. No ano de 2021, na área da Antropologia Social, José de Jesus defende a tese "*Entre ruas e redes: transformações e significados da prostituição masculina em Aracaju–SE"* que compreendeu as transformações da prostituição a partir das estratégias e ferramentas utilizadas por garotos de programa na prostituição de rua e na internet.

A tese *"Segredos de corpos nus: masculinidades, corpolatria e significados da prostituição entre garotos de programa de luxo"* foi divulgada em 2021 na área da Saúde Pública. Renato Santos investigou os sentidos atribuídos à masculinidade, ao uso do corpo e à prostituição entre garotos de programa de luxo da cidade de São Paulo. No ano consecutivo, na área da Administração, Paulo Cerqueira defende a tese *"A prostituição definida como trabalho do sexo: uma análise desde a ontologia do ser social"* defendendo a prostituição como trabalho do sexo desde proposições de György Lukács.

Na subcategoria "Prostituição nos espaços de consumo, lazer e sociabilidade" visibilizamos a tese de Camilo Braz, nomeada *"À meia-luz... uma etnografia impropria sobre clubes de sexo masculinos"*, publicada nas Ciências Sociais no ano de 2010, que analisa a conformação de locais comerciais para encontros sexuais entre homens na cidade de São Paulo visando apropriar-se dos processos nesses espaços que admira e reforça a performatividade viril nas relações. Na mesma área, no ano de 2012, Elcio Santos defende a tese *"Amores, vapores e dinheiro - masculinidades, homossexualidades nas saunas de michê em São Paulo"* em que investiga as relações entre profissionais do sexo e seus clientes nas saunas, tensionando subjetividades, corporeidades e as representações de masculinidades nesses espaços. Em Psicologia, é publicizada a dissertação de Vinício Abreu, intitulada *"Entre o marginal e o laboral: o trabalho de garotos de programa da cidade de Fortaleza"* no ano de 2014, com o objetivo de investigar a atividade laboral realizada por garotos de programa, as implicações na vida desses trabalhadores e as negociações e regras presentes neste contexto, em especial nas saunas gays.

Ainda nas saunas, o pesquisador Daniel Santos cartografou os territórios existenciais em que os homens que atuam no mercado do sexo transitam, tensionando a constituição desses espaços e apreendendo as históricas e narrativas dos boys de programa, resultando na publicação, em 2016, na área da Psicologia, da tese *"Homens no Mercado do Sexo: Fluxos, Territórios e Subjetivações"*. Na esteira dessas produções, no ano seguinte, o Mário Vasconcelos publica na Sociologia a dissertação *"Cartografando em zonas de encruzilhada: por uma etnografia sinestésica do cinemão"* que investigou as interações homoeróticas a partir

em um cine erótico-pornográfico na cidade de Fortaleza. Em 2021, a tese *"Arranjos Afetivos, Sexuais e Econômicos nas Tramas da Prostituição entre Homens"* de autoria de Cristiano Hamann é publicada na área da Psicologia. Esse estudo analisa, a partir dos arranjos relacionais na prostituição entre homens em bares e saunas, a prostituição como uma arena de jogos de poder que delineia formas de regulação normativa e, ao mesmo tempo, abrem espaços de agência e liberdade nas tramas dos afetos, sexualidades e economias.

Em "Regulação da Prostituição" avultamos a dissertação de Lucas Carneiro, publicada em 2016 na área do Direito, cujo título é *"Alugam-se sacanagens: da regulação da prostituição no Brasil contemporâneo",* abordando a configuração da sexualidade, o controle dos corpos e dignidade da pessoa humana no âmbito da regulamentação da prostituição no Brasil. E a de Guy Neto, defendida em 2020, intitulada *"As Representações Sociais da Prostituição: Uma análise a partir das experiências de homens e mulheres trabalhadores do sexo"*, que analisou as representações sociais sobre a prostituição e regulamentação da profissão a partir das experiências de trabalhadores do sexo.

A categoria **"Trabalho Sexual plataformizado"** está constituída de cinco dissertações e uma tese. No ano de 2013, na Antropologia, José Raimundo Araújo Júnior publica a dissertação "*Dos prazeres narcísicos à cena voyeur: performances eróticas e enlace de corpos virtualizados no site Cam4*" produzindo conhecimentos sobre o acionamento de diferentes configurações de gênero na construção de performances em um site de integração de webcams, os processos de fabricação do corpo-sexuado, o erotismo e as formas estratégias de exibição do corpo. Nas Ciências Sociais, em 2015, publicasse a tese "*'Altporn', corpos, categorias, espaços e redes: um estudo etnográfico sobre pornografia online"* de autoria da Carolina Silva que perscrutou sobre a chamada pornografia alternativa ou altporn, focando nos vídeos pornográficos encontrados na internet nas redes sociais (*Twitter, Facebook* etc.). Na mesma área, no ano seguinte, a pesquisadora Mariana Rost desenvolve a pesquisa de mestrado *"Sexualidades em negociação: a pornografia live streaming no CAM4.com"* divulgando uma análise sobre as interações numa plataforma de pornografia *live streaming* e as negociações entre quem se apresenta e por quem assiste no âmbito das atividades sexuais, mediante o pagamento.

"Janela indiscreta: um estudo sobre sexo virtual, desejo e consumo no site câmera privê" é o título da dissertação de Allyson Silva, disponibilizada em 2017, que pesquisou como o corpo se constrói enquanto objeto de desejo e de consumo sexual num site de relacionamentos com interação via webcam, o Câmera Privê. No mesmo ano, nas Ciências Humanos, é publicada a tese *"Você só precisa clicar: sexo virtual e masculinidades refletidas pelas webcams"* de

autoria do Rafael Saldanha que investigou sobre os sujeitos masculinos que se expõem em *webcams* no já referido site Cam4, com ênfase nos que ganham financeiramente por suas atividades, os *webcamers-tips*, abordando o cibersexo, a ciberprostituição, as representações imagéticas erótico-pornográficas e a (re)produção das masculinidades. Em 2022, David da Costa defende a dissertação nomeada *"Conteúdo adulto e masculinidades em rede: um estudo sobre os perfis+ 18 do Twitter"* na área da Sociologia que analisa as contas criadas por usuários que utilizam a plataforma para realizar interações afetivas-sexuais e exibir suas vivências pessoais e sexuais, através de fotos, textos e vídeos.

Em **síntese**, os estudos publicados acerca do trabalho sexual realizado para, por e entre homens, a partir dos anos 2000, abordam as histórias de vida, o cotidiano profissional, as situações adversas experenciadas, a subsunção à dinâmica capitalista e ao avanço das TIC, e a regulamentação jurídico-formal desse trabalho no Brasil. Com relação às práticas sexuais, destacamos um estudo que aponta o reforço de dicotomias estruturadoras das relações entre homens, tanto com relação as identidades (boy/michê/GP x bicha/frango/maricona) quanto sobre posições sexuais (ativo, passivo e versátil), balizadas por uma política sociocultural centralizada no ânus e no fato deste ser penetrado ou não, servindo de preceito para a preservação ou ruptura da masculinidade viril (NETO, 2009). Outra pesquisa chama atenção à centralidade do pênis nessa dinâmica. A admiração falocêntrica própria de nossa sociedade se reproduz nos processos de agenciamento do trabalho sexual, definindo os corpos mais consumidos, expressando modos de performar o sexo, de chamar a atenção e ser desejado (SANTOS, 2016; COSTA, 2022).

Correspondente a construção de si, estudos evidenciaram a busca desses boys por constituir-se e localizar-se no modelo hegemônico de masculinidade, mediante uma fuga à feminização e a outras características que o desvirtuem da virilidade e da potência sexual (SANTOS, 2021). Musculação, uso de substâncias anabolizantes, procedimentos estéticos, tratamentos para disfunção erétil e outras medidas são recursos para a construção ideal e valorativa desses corpos-mercadoria e da adequação a esse mercado (LIMA, 2017; SILVA, 2017; SANTOS, 2021). Alguns homens, inclusive, afirmam-se heterossexuais, mesmo tendo desejos e práticas homoeróticos (VIANA, 2010; SANTOS, 2013). Entendemos, portanto, que esse trabalho sexual põe em destaque aspectos corporais, culturais, econômicos e sociais com potencial de imprimir significados a percepção de si e às trajetórias e práticas desses sujeitos imbricando as categorias trabalho, afeto, gênero e sexualidade (HAMANN, 2021). Esses espaços geo-político-existenciais produzem modos de subjetivação ao tensionarem o autorreconhecimento dos trabalhadores do sexo sobre si, tanto na reprodução quanto na ruptura

com as performatividade de gênero e sexualidade hegemonicamente consolidadas (SANTOS, 2016), sinalizando que os aspectos simbólicos socialmente produzidos se materializam sobre os corpos e nas estratégias para exibi-los (ARAUJO JUNIOR, 2013).

Quanto aos sentidos e significados do trabalho sexual para estes homens, estudos apontam que o desejo monetário age psicologicamente como um reforço para a excitação nessas transações (VIANA, 2010), configurando a lógica do "prazer remunerado" que, por vezes, permite a estes não se reconhecerem inseridos em um dinâmica mercadológica (SILVA JUNIOR, 2012). Essa desidentificação se dá pela cristalização e associação com o imaginário social de que os garotos de programa em geral são sujeitos que ocupam um lugar marginal na sociabilidade capitalista (RADDE, 2014). Todavia, é a possibilidade de ter poder de consumo que motiva esses homens, em razão das condições socioeconômicas. Estes consideram rentáveis a prática dos programas, até mesmo como complementação à renda proveniente de outras atividades laborais; assim como, enfatizam ganhos afetivos nessas relações (BURBULHAN, 2014; SANTOS, 2021).

As pesquisas também identificaram repetições quanto ao perfil desses garotos: são geralmente homens jovens que residem em territórios periféricos, vivenciam condições precárias, baixo nível de escolaridade e restrita qualificação profissional, se inserindo nesse nicho por estarem dentro dos critérios (juventude, masculinidade e habilidades nas práticas sexuais) e por reconhecerem na prostituição uma forma de sobrevivência (SANTOS, 2013; PRADO JÚNIOR, 2018; JESUS, 2021), por vezes, sob a falácia social de uma vida fácil e transitória (LIMA, 2017).

Em relação aos espaços em que estas atividades se desenvolvem, pesquisas revelam a clandestinidade nas ruas, praças e outros espaços públicos e privados, como shoppings, supermercados etc. (PRADO JÚNIOR, 2018). No entanto, salientam que se institui uma rede apropriada ao consumo, lazer e sociabilidade para boys e clientes, possibilitando o agenciamento para as trocas sexuais (VIANA, 2010). Os bares e boates, as saunas, os clubes do sexo e os cinemas são exemplos de espaços permissíveis ao trabalho sexual para, por e entre homens, conformando a circulação desses serviços e circunscrevem o agenciamento do corpo, da aparência e do desejo (SANTOS, 2012; VASCONCELOS, 2017).

Todavia, estudos indicam que estes ambientes reproduzem opressões contra gays efeminados, mulheres trans e travestis e os sujeitos também dissidentes, pelas práticas misóginas, homofóbicas e sexistas (SANTOS, 2012). Nesses espaços, a interação entre os sujeitos é balizada por expressões da diversidade humana que são diferenciadas em nossa sociabilidade e pela lógica do controle dos seus "excessos" que ditam os corpos valorados

(jovens, bonitos, bem-dotados, másculos...) e os a serem diferenciados, particularmente os que são lidos como "*muito"* gordo, velho, efeminado e outras características físicas e comportamentais que passam um enaltecimento superlativo jocoso nesses estabelecimentos e na dinâmica do trabalho e sexo (BRAZ, 2010).

Na atualidade, dada o avanço das tecnologias, os profissionais do sexo podem também prospectar seus clientes nos ambientes virtuais (LIMA, 2017). Essa nova ambiência repercute também na incorporação de novos perfis à essa dinâmica, por exemplo, homens com maior escolaridade e/ou provenientes de outras classes sociais, desempenhando um tipo de trabalho sexual mais especializado, constituído por novos mecanismos de pagamento como pix e cartão de crédito/débito (JESUS, 2021). Ainda acerca desse universo virtual, as investigações advertem a ampliação da pornografia alternativa que transforma os modos de atuação no mercado erótico-pornográfico no Brasil, singularmente por múltiplos sujeitos poderem produzir e compartilhar material erótico-pornográfico, deslocando a noção de pornografia e a sua dinâmica mercadológica (SILVA, 2015; ROST, 2016).

Essa especialização do trabalho sexual no mundo virtual recaí sobre esses homens como um espaço favorável à manutenção do anonimato, deles e de seus clientes, além de segurança e proteção, em especial, no âmbito das infecções sexualmente transmissíveis (IST) (JESUS, 2021), na contramão da situação vivenciada pelos trabalhadores sexuais nos moldes tradicionais, como indicou uma pesquisa na área da saúde ao afirmar que há uma alta exposição desses trabalhadores às IST, e elementos como nível socioeconômico e nível de relação entre os profissionais e clientes são basilares para a compreensão e adesão às práticas preventivas (CHAO, 2008).

A ampliação das possibilidades de atuação no âmbito do trabalho sexual em decorrência da expansão das novas tecnologias e da internet pôs em crise formas tradicionais de realização desse trabalho e, em particular, da tradicional indústria pornográfica. As grandes corporações com atuação no ramo digital se ajustam a essa dinâmica, singularmente pelo fato de as pessoas que desejarem realizar esse trabalho, tenham acesso à equipamentos tecnológicos e à internet podem comercializar e compartilhar material erótico-pornográfico (ROST, 2016), sendo o potencial a insurgência dos ciberespaços por viabilizar a exibição de representações imagéticas dessas práticas sexuais no mercado sexual digital (SALDANHA, 2017). No entanto, é importante sinalizar as contradições presentes e o quanto o âmbito digital é permissível a práticas socialmente definidas como criminosas. Logo, é fundamental descortinar profundamente esta temática.

Relacionado às adversidades, estudos indicam a exposição a situações de violências, como preconceito, discriminação e exploração que incidem na estigmatização desses homens, fazendo com que tenham receios em compartilhar suas atividades com a rede de apoio: família, amigos/as e a comunidade (SILVA JUNIOR, 2012; PRADO JÚNIOR, 2018). Além disso, os espaços em que o trabalho se realiza constitui-se um território de conflitos, de ausência de direitos e políticas de proteção, catalisando violações diversas (ABREU, 2014). Em decorrência dessa conjuntura severas, alguns estudos pleiteiam a importância da regulamentação do trabalho sexual no Brasil, rompendo a perspectiva estatal de controle dos corpos e potencializando a luta dos movimentos sociais (CARNEIRO, 2016; NETO, 2020). Essa resistência se complexifica diante essa atual configuração do trabalho sexual, pois este universo de trabalhadores se amplia sob a lógica empreendedora de si, mercantilizando o potencial em oferecer prazer e incitar desejo (COSTA, 2022), subsumidos à divergentes manifestações da precarização do trabalho (CERQUEIRA, 2022).

Os estudos localizados reforçam a hipótese levantada de que a regressividade de direitos e o agravamento das desigualdades sociais no contexto atual, marcada pela pandemia da covid-19, impactam na inserção dos homens, jovens, pretos e pardos, das classes subalternizadas, gays, bissexuais, transexuais, heterossexuais e outros homens que fazem sexo com outros homens (HSH) no mercado de trabalho formal e informal e é a condição moderna para que esses sujeitos optem pelo trabalho sexual e a mercadorização de conteúdos adultos nas redes sociais e outras plataformas digitais como estratégia de sobrevivência para geração de renda e manutenção das necessidades básicas vitais, assim como, favoreceu a ampliação do mercado erótico-pornográfico digital.

Progredindo em nossa investigação, após apreensão do estado da arte e sistematização do debate acadêmico-científico sobre o tema estudado, exibimos a metodologia utilizada para o desenrolar da pesquisa, elencando os objetivos, o público-alvo e os critérios de seleção, as técnicas e instrumentos de coleta de dados, e os procedimentos de análise das informações apanhadas. Confira a seguir.

3.3. As excitações metodológicas da pesquisa.

A aproximação com a realidade e a maturação teórica deste fenômeno foram basilares para a definição das excitações metodológicas da pesquisa, contribuindo na designação do método e as motivações, direções, finalidades, critérios, técnicas e instrumentos utilizados. Isto é, as táticas e estratégias empreendidas nesta investigação, que tem como **objetivo geral**: Analisar criticamente as tendências do trabalho sexual realizado para, por e entre homens no

mercado erótico-pornográfico digital e suas imbricações com o agravamento das desigualdades sociais e a plataformização do trabalho na conjuntura brasileira contemporâneo. Como **objetivos específicos**, este estudo se propôs a: 1) Aprofundar teórico-conceitualmente a reflexões sobre o avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo no Brasil e a precariedade vital e laboral da população brasileira, em específico, da população negra, jovem, LGBTQIAPN+ e das classes subalternizadas; 2) Sistematizar o debate acadêmico-científico nacional sobre o trabalho sexual realizado para, por e entre homens; 3) Apreender a dinâmica de extração do mais-valor no capitalismo de plataformas e a conformação do mercado erótico-pornográfico digital; e 4) Investigar, a partir das experiências de produtores de conteúdo adulto, as condições e o processo de trabalho dos trabalhadores sexuais nas plataformas digitais.

Desse modo, para desenvolver uma pesquisa que envolve as dissidências sexuais e de gênero, as transformações no mundo do trabalho e as expressões da "questão social", apresentamos as excitações metodológicas desenhadas para este estudo. Apesar do título, alerto que não se trata de uma atualização do Kamasutra, e sim de uma demonstração das várias posições e rearranjos que o pesquisador teve de desempenhar para satisfação dos seus desejos e superação dos desafios.

3.3.1. Desenho da pesquisa

Este estudo foi estruturado em dois procedimentos metodológicos fundamentais. A primeira etapa se embasou em um método de inspiração etnográfica na internet[61]. Deu-se mediante análise e monitoramento das redes sociais, plataformas digitais e demais veículos de comunicação (sites, jornais, revistas, podcasts etc.) que apresentaram notícias e demais informações sobre o objeto em estudo, particularmente as comunicações referentes ao trabalho sexual para, por e entre homens e o mercado erótico-pornográfico digital; e desenvolvemos a análise dos perfis dos produtores de conteúdo, das mídias e conteúdos publicados nas redes sociais e plataformas digitais.

Essa etapa seguiu duas perspectivas: A primeira percebe a internet como artefato cultural, à medida que "tanto a sua produção quanto o seu consumo são dispersos entre múltiplos locais, instituições e indivíduos (HINE, 2000, p. 28)". Conforme Suely Fragoso, Raquel Recuero e Adriana Amaral (2012), essa perspectiva possibilita apreender a "inserção

[61] Nos aportamos na definição de Fragoso, Recuero e Amaral (2012) na definição de que os estudos de inspiração etnográfica são "aqueles que não o utilizam como metodologia, mas apenas como narrativa ou que se utilizam de partes dos procedimentos etnográficos de pesquisa, mas não chegam a ir a campo, porém, podem incorporar protocolos metodológicos e práticas de narrativa como histórias de vida, biografias ou documentos para compor a análise dos dados (p. 168).

das tecnologias na vida cotidiana", romper a concepção de que o mundo físico e o mundo virtual estão em pólos distintos e reconhecer a internet como "um objeto multifacetado e que pode ser apropriado" (p. 42). A segunda reconhece a internet como mídia, entendendo que ela "gera práticas sociais", possibilitando entender a dimensão simbólica e material que desenvolvem os participantes, as performances, os usos, as práticas, as narrativas, os agenciamentos e a infraestrutura neste campo (ibid., p. 44).

A segunda etapa desenvolvida trata-se de uma *websurvey*, por meio de um questionário aplicado via plataforma *Google Forms*[62], com tempo de preenchimento em torno de 35 minutos, destinado a uma amostra não-probabilística do tipo "por julgamento" (FREITAG, 2018, p. 671). A *Websurvey* consiste em uma estratégia metodológica que utiliza a internet como plataforma para administrar questionários e obter respostas dos participantes, visando a obtenção de dados primários, podendo ser realizada mediante a divulgação e disponibilização do link da pesquisa em *websites* e redes sociais (BONI, 2020). Desse forma, utilizamos essa metodologia a fim de apreender as condições socioeconômicas dos homens inseridos na dinâmica do trabalho sexual plataformizado, com ênfase nos temas: trabalho, emprego e renda, educação, assistência social e previdência social; assim como, questões que envolveram as condições e o processo de trabalho sexual realizado para, por e entre homens nas redes sociais e plataformas digitais, destacando os processos de planejamento, produção, edição, divulgação, comercialização, distribuição e financeirização dos conteúdos.

Como limitações do delineamento metodológico dessa etapa da pesquisa, reconhecemos que, embora as *websurveys* possuam como vantagens a rapidez, a ampla abrangência territorial e o alto alcance de participantes, elas não "garantem a validade externa (representatividade ou generalização dos resultados), que somente é atingida com a utilização de métodos probabilísticos de amostragem ou censos (BONI, 2020, p. 02)". Ademais, é imprescindível assentir os vieses que a utilização dessa metodologia inclui em nosso estudo: a) Viés de amostragem: o processo de recrutamento dos participantes favoreceu que certos grupos sejam sobrerrepresentados ou sub-representados na amostra final, levando a uma amostragem não representativa da público-alvo, especialmente ao considerarmos o perfil socioeconômico dos participantes; b) Viés de seleção: os indivíduos que participaram da pesquisa podem diferir

[62] Fizemos uso desse aplicativo, pois esta é uma das ferramentas disponibilizadas ao corpo acadêmico da UFPE. Conformo o próprio site, o *Google Forms* é um aplicativo de criação de formulários, pesquisas on-line e análise das respostas coletadas em tempo real, passível de ser compartilhado de forma gratuita, disponível para qualquer usuário que possua uma conta da Google e pode ser facilmente acessado por qualquer dispositivo, inclusive, o celular. Esta ferramenta tecnológica tem sido bastante utilizada no meio acadêmico. Disponível em: < https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/ >. Acessado em: 22.05.2022.

daqueles que optam por não participar e, como efeito, há o aumento da prevalência vista no perfil e nos resultados; c) Viés de não-participação: a ausência de controle sobre os participantes que, mesmo convidados, optaram por não responder a todas as perguntas, ou abandonaram o questionário antes de concluí-lo, ou experienciaram alguma adversidade, tais como a ausência repentina de conexão à internet, introduziu viés nos dados coletados; d) Viés de interpretação: a forma variada como interpretaram as perguntas e a não possibilidade de diálogo com o pesquisador pode ter direciono os participantes a respostas que não condizem com suas opiniões ou experiências; e) Viés de múltipla participação: referimos a possibilidade de uma única pessoa participar múltiplas vezes da pesquisa**;** f) Viés de auto-seleção: referimos a participação de pessoas que são mais propensos a compartilhar suas opiniões e experiências e que compreendem a importância da contribuição em pesquisas acadêmicas; g) Viés de contrafação: salientamos a possibilidade de participação de pessoas por fingimento, simulação, disfarce; e, h) Viés de autocorreção: Os participantes podem ter se sentido pressionados a se autocorrigir ou exagerar em suas respostas a fim de adequar-se ao que eles perceberam como resposta "correta" ou socialmente desejável.

As medidas utilizadas para minimizar os vieses foram: publicação de postagens nas redes sociais divulgando e elucidando informações primordiais da pesquisa, tais como objetivo e perfil dos participantes; Divulgação do link da *websurvey* em uma variedade de perfis nas redes sociais e plataformas, enviado por mensagem direta ou comentando nas publicações dos produtores de conteúdo, a fim de alcançar uma ampla gama de participantes; Desenvolvimento de questões compreensíveis e objetivas que minimizem a ambiguidade e permitam interpretações consistentes; Delimitação de questões discursivas cuja resposta exija conhecimento sobre as experiências dos trabalhadores sexuais plataformizado; Realização de testes piloto do questionário com pesquisadores parceiros; Utilização de perguntas sensíveis de forma cuidadosa, evitando linguagem tendenciosa ou que possa induzir os participantes a responder de forma autocorretiva; e realização de análises e interpretação cautelosas, considerando o impacto potencial do vieses nos resultados.

De tal maneira, a combinação dessas múltiplas técnicas de pesquisa se fez necessária pela miríade de ferramentas comunicacionais na internet a serem estudadas. Centrado na perspectiva materialista dialética, essa metodologia possibilitou a apreensão da realidade, ao inquerir sobre as experiências dos homens que atuam no trabalho sexual, apropriando-se das condições materiais de vida, suas dinâmicas, contradições e disputas, isto é, do modo em que esses indivíduos vivem, produzem, reproduzem a si mesmos e as suas condições de existência. Logo, para apreender a relação estabelecida entre trabalho sexual realizado para, por e entre homens no

mercado erótico-pornográfico digital e o agravamento das desigualdades sociais, esta pesquisa partiu das condições materiais de produção e reprodução da vida num contexto sócio-histórico determinado.

> A atitude primordial e imediata do indivíduo, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros indivíduos, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais (KOSIK, 1976, p. 16).

Conforme entendido, os fenômenos cotidianos são expressões singulares de uma totalidade que, em decorrência de sua regularidade, imediatismo e evidência, introduzem-se na consciência dos indivíduos, incorporando um aspecto independente e natural. Todavia, quando historicizados e refletidos, é possível identificar suas particularidades. Para tal empreitada, é fundamental operações intelectivas, na perspectiva teleológica (razão), por meio da identificação de mediações que os vinculam à dimensão da totalidade, ou seja, às leis gerais e universais que regem uma determinada realidade (KOSIK, 1976). Assim, apropriado desse método, o conhecimento teórico aqui produzido oferece aportes para compreender e apontar formas de transformar a realidade.

3.3.2. *Locus* da pesquisa: Conhecendo o mercado erótico-pornográfico em plataformas digitais

Os dados foram produzidos virtualmente. Com o intuito de atender os critérios do estudo, preferivelmente, utilizamos a rede social *X* (antigo *Twitter*[63]) e as plataformas digitais *Onlyfans*[64] e *Privacy*[65], reconhecidas como fundamentais para o estudo, por serem permissíveis ao compartilhamento de conteúdo adulto homoerótico-pornográfico, possibilitando o desenvolvimento da primeira etapa deste estudo e a localização de prováveis interlocutores privilegiados desta pesquisa, convidando-os a participar da segunda etapa.

Dessa forma, a fim de apresentá-las, debruçaremos sobre autodescrição das plataformas, identificando como se definem, a missão, valores e princípios, as políticas internas, o processo

---

[63] O Twitter é uma das principais redes sociais que oferta um serviço de microblog, que possibilita aos usuários publicizar, negociar e comercializar os seus pacotes de conteúdo para adultos, repletos de vídeos e fotografias que explicitam as práticas sexuais na própria rede ou em outras redes sociais e plataformas digitais. Disponível em: < https://twitter.com/login?lang=pt >. Acessado em: 22.05.2022.

[64] O Onlyfans é um serviço de conteúdo acessado mediante assinatura prévia que permite a disponibilidade de produtos fotográficos e videográficos a fim de obter renda de outros usuários que assinam as páginas. Este serviço é bastante popular no ramo do entretenimento adulto. Disponível em: < https://onlyfans.com/ >. Acesso em: 22.05.2022.

[65] Privacy trata-se de uma plataforma de conteúdo por assinatura que possibilita a interação entre criadores e consumidores, permitindo a venda no modelo recorrente mensal ou através do pay-per-view. A própria plataforma reconhece-se como uma possibilidade de geração de renda extra e é bastante utilizada para o ramo do entretenimento adulto. Disponível em: < https://privacy.com.br/ >. Acessado em: 22/09/2023.

de cadastramento e outras informações para que possamos discernir os impactos econômicos e laborais no âmbito do trabalho sexual digital.

3.3.2.1. *Onlyfans*

O *Onlyfans* (ApenasFãs em português) é uma plataforma criada em 2016 pelo empresário britânico Timothy Stokely, em Londres, capital da Inglaterra, operado pela *Fenix International Limited*. No ano de 2018, o empresário ucraniano-americano Leonid Radvinsky compra as ações do negócio, tornando-se o único proprietário. Em sua página oficial[66], o site se identifica como uma "plataforma de assinatura para maiores de 18 anos que capacita os criadores a possuírem todo o seu potencial, monetizarem seu conteúdo e desenvolverem conexões autênticas com seus fãs". Ademais, alega que a sua missão localiza a "comunidade de criadores no centro" de tudo o que fazem, com a visão de "revolucionar a economia dos criadores construindo a plataforma de mídia social mais segura e proporcionando oportunidades incomparáveis aos nossos criadores e fãs", tendo como valores: Respeito, Segurança, Liberdade de Expressão, Integridade, Empoderamento e Responsabilidade.

Os termos de serviço[67] da plataforma reconhecem como conteúdo todo o material enviado ao *Onlyfans* por criador ou fã, "incluindo quaisquer fotos, vídeos, áudio (por exemplo, música e outros sons), material de transmissão ao vivo, dados, texto (como comentários e hashtags), metadados, imagens, recursos interativos, emojis, GIFs, memes e qualquer outro material". Além disso, afirma que é direito da plataforma ter propriedade sobre esse conteúdo, "recursos, bancos de dados, código-fonte e funcionalidade", assim como "de todos e quaisquer dados anonimizados relacionados ao seu uso do *OnlyFans*", sendo possível utilizá-los para qualquer finalidade, incluindo fins comerciais e de pesquisas. Outrossim, a plataforma afirma: a) não ser responsável pelo "conteúdo armazenado ou transmitido"; b) não ter obrigação em "monitorar conteúdo ou detectar violações nos termos de serviço"; c) não ser responsável "por quaisquer contas de usuário, senhas, contas de e-mail perdidas, roubadas ou comprometidas ou quaisquer atividades não autorizadas" como pagamentos ou retirada indevida de fundos; d) não controlar o uso que "outros usuários ou terceiros" façam do conteúdo postado na plataforma; entre outras declarações e políticas regulatórios.

---

[66] ONLYFANS. *Quem Somos*. Disponível em: < https://onlyfans.com/about >. Acesso em: 25 fev. 2024.
[67] ONLYFANS. Termos de Serviço. Disponível em: < https://onlyfans.com/terms >. Acesso em: 28 fev. 2024.

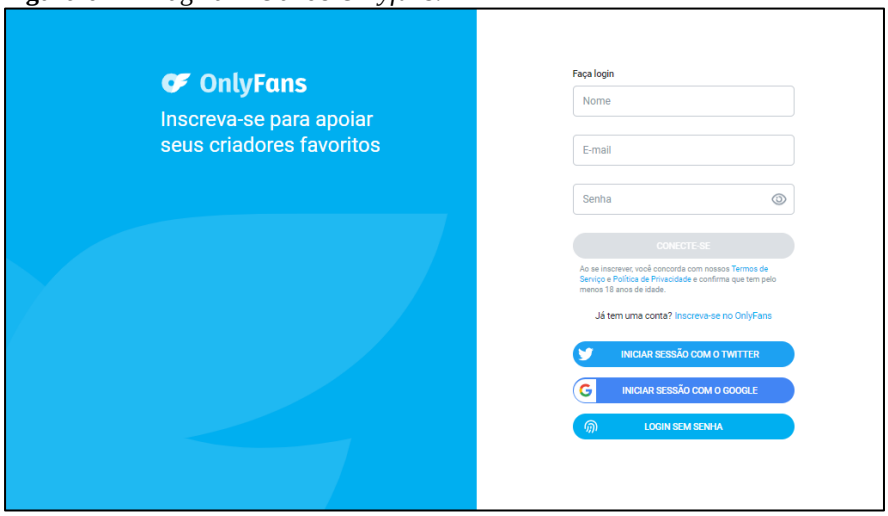
Outras dimensões importantes apresentadas referem-se ao Contrato Padrão entre Fã e Criador[68], a Declaração Antiescravidão e Antitráfico[69] e a Política de Privacidade[70]. O primeiro documento estabelece as regras contratuais que tratam das transações entre um fã e um criador, autoriza a plataforma a atuar como intermediária do pagamento e outras taxações, aborda a concessão de licença do conteúdo, as obrigações de cada parte e a ausência de garantia de acesso ao conteúdo por razões adversas, como a suspensão ou exclusão da conta. O segundo documento expressa o compromisso "contra todas as formas de escravidão moderna e tráfico de seres humanos sob qualquer forma, incluindo na nossa plataforma, nas nossas parcerias ou na nossa cadeia de abastecimento" e as medidas tomadas para prevenir, detectar e denunciar as violações de direitos humanos fundamentais. Já o terceiro documento explica sobre as práticas institucionais com relação aos dados pessoais (informações que identificam, se relacionam, descrevem, são razoavelmente capazes de serem associadas ou podem ser razoavelmente vinculadas, direta ou indiretamente, a uma determinada pessoa ou domicílio) processados sobre os criadores, fãs e os colaboradores de conteúdo, pessoas que aparecem nas publicações dos criadores. A política informa que os dados pessoais são processados durante o uso do site e as interações com as "redes sociais em websites de terceiros (por exemplo, *X/Twitter* e *Instagram*)", reafirma o controle e uso dos dados pessoais coletados da maneira que acreditar conveniente, como também, recolhem "informações desidentificadas, agregadas ou anonimizadas".

Apropriado dos termos e demais políticas institucionais, os usuários, para uso do *Onlyfans*, devem inicialmente registrar-se e criar uma conta na plataforma, informando seus dados pessoais, como e-mail válido, nome e senha, ou autenticando-se por meio de contas válidas criadas anteriormente no *X/Twitter* ou no *Google*, ter pelo menos 18 anos e expressar que está de acordo com os Termos de Serviço e a Política de Privacidade, como pode ser visualizado na figura abaixo.

---

[68] ONLYFANS. Contrato Padrão entre Fã e Criador. Disponível em: < https://onlyfans.com/contract >. Acesso em: 28 fev. 2024.
[69]ONLYFANS. Declaração Antiescravidão e Antitráfico. Disponível em: < https://onlyfans.com/antitraffickingstatement >. Acesso em: 28 fev. 2024.
[70] ONLYFANS. Política de Privacidade. Disponível em: < https://onlyfans.com/privacy >. Acesso em: 28 fev. 2024.

Figura 01 — Página inicial do *Onlyfans*.

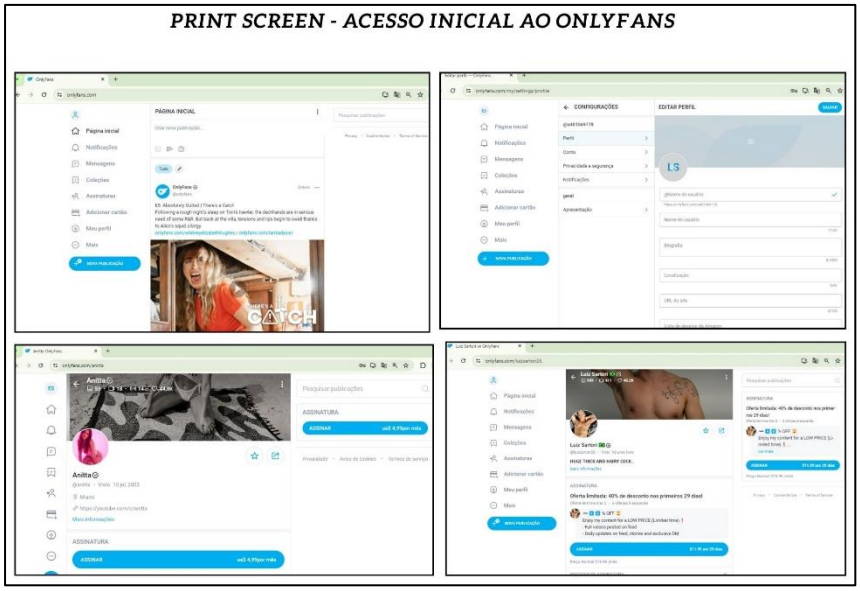


Fonte: O autor (2024).

Após o envio dessas informações, os novos usuários recebem um e-mail institucional solicitando a confirmação do e-mail cadastrado e, após a confirmação, a conta está validada e poderá ser utilizada, mediante o acesso a todos os recursos e ferramentas disponíveis na plataforma. Ainda, permite que os usuários criem uma publicação, pesquisem perfis de criadores e consumidores, e editem os seus próprios perfis, inserindo fotos, biografia, localização, links para outros sites e mais informações, conforme o que desejam desempenhar na plataforma. De maneira prática e rápida, constroem-se novos perfis na plataforma digital. Para aquelas/es que almejar consumir conteúdo, basta procurar o perfil do produtor desejado e seguir os procedimentos para assinatura, inserindo os dados do cartão, o endereço para faturamento, confirmar que tem idade igual ou maior a 18 anos, submeter a plataforma e aguardar a realização do pagamento em dólar e liberação do conteúdo. Para aquelas/es que desejam realizar-se como produtores de conteúdo, deverão construir seus perfis, produzir conteúdo, publicizar na plataforma e nas redes sociais, a fim de conquistar assinantes, delimitar o valor a ser cobrado e os pacotes de assinatura disponíveis, dentre outros procedimentos que serão amplamente decifrados no capítulo seguinte.

A figura a seguir apresenta *print screen* do site Onlyfans. As imagens superiores mostram a página inicial e a página de edição do perfil disponível para criadores e consumidores e as imagens inferiores demonstram dois perfis completos de produtores de conteúdo à disposição das assinaturas dos consumidores.

Figura 02 — *Print Screen*: Acesso inicial ao *Onlyfans*.



Fonte: O autor (2024).

Ao visualizarmos a figura acima, compreendemos parcialmente o ingresso de novos usuários na plataforma e a viabilidade de seu uso para o desenvolvimento do trabalho sexual. Essas características constituem o modelo de organização do trabalho imposto para o conjunto de trabalhadores sexuais que realizam suas atividades por intermédio da plataforma digital. Essa, por sua vez, estabelece as normativas para validação do uso de seu domínio, promovendo a subordinação dos criadores e usuários, figurando-se como uma empresa de novo tipo, tornando aparente a contradição entre autonomia e controle, fundamental para que possa ludibriar os encargos e as responsabilidades sociais inerentes aos direitos trabalhistas previstos no ordenamento jurídico dos países nos quais a plataforma atua. Constataremos que essa configuração do trabalho sexual plataformizado tem incidido fortemente em outras plataformas digitais que estão inseridas no mercado erótico-pornográfico.

3.3.2.2. *Privacy*

A plataforma brasileira *Privacy*[71] surge em dezembro de 2020, fundada pelos empreendedores Fábio Monteiro, Victor Albuquerque e Vanderson Tibau em São Paulo / Brasil, operada pela sociedade empresária ORANGE SEA CORP., com a proposta de "ajudar" os criadores de conteúdo a "monetizar sua liberdade" e modificar "a forma como os assinantes se beneficiam ao adquirir esses conteúdos", segundo informações disponíveis no site oficial. Autointitulada "a maior rede da América Latina de monetização de conteúdo online para criadores venderem materiais exclusivos e estabelecerem conexões autênticas com seus

[71] PRIVACY. *Quem Somos*. Disponível em: < https://privacy.com.br/about >. Acesso em: 28 fev. 2024.

assinantes", a *Privacy* emerge no mercado erótico-pornográfico em concorrência direta ao *Onlyfans*, com a justificava de facilitar o trabalho dos produtores de conteúdo adulto brasileiros e latino-americanos.

Consoante informações oficiais[72], a missão da plataforma é "servir aos influenciadores com liberdade, sem censura e justiça, colocando o usuário no centro da experiência e promovendo a diversidade em uma comunidade unificada", tendo como visão aperfeiçoar-se continuamente, além de "capacitar os criadores de conteúdo e tornar-se acessível para diversos perfis de assinantes específicos em consumir conteúdo de qualidade", seguindo como valores essenciais para o sucesso da plataforma: colaboração e reciprocidade; inclusão e diversidade; empoderamento dos criadores; agregação de valor rápida; respeito e ética; atendimento humanizado; reconhecimento como chave do sucesso; e monetização da liberdade.

Os termos e condições[73] reconhece a *Privacy* como uma plataforma de mídia social, que pode ser acessada via site e/ou aplicativo, permitindo a interação entre usuários criadores e assinantes, reconhecendo como conteúdo "toda e qualquer foto, vídeo e outro material carregado na plataforma por um Criador". Assim como a plataforma concorrente, a *Privacy* determina o uso exclusivamente para maiores de 18 anos, autorizando a criação de perfil de assinantes e criadores de conteúdo, esses podem fazer o *upload* de fotos e vídeos e definir o preço de assinatura mensal a ser pago por aqueles que desejam consumir os produtos. Quanto ao pagamento, um elemento diferencial, em comparação ao *Onlyfans*, é a possibilidade de o assinante realizar pagamento via PIX (uma forma de transferência monetária e de pagamento eletrônico instantâneo em real brasileiro), diretamente entre os usuários, sem intermédio da plataforma. Todavia, o criador de conteúdo pode definir a plataforma como agente mediador das transações financeiras, apesar da *Privacy* alegar não ser responsável pelas relações, transações e interações de qualquer natureza entre usuários.

A política de privacidade valoriza o respeito à privacidade e a proteção dos dados, garantindo que as informações fornecidas estão de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e informa aos usuários que realiza a coleta de dados, independente do perfil escolhido (criador ou assinante), em três categorias: a) informações que o usuário escolhe transmitir (Nome; endereço postal; e-mail validado; data de nascimento; número do Cadastro de Pessoa Física (CPF); foto com a documentação oficial; e dados bancários); b) informações que a plataforma recebe mediante o uso por parte dos usuários (conteúdo acessado e criado;

---

[72] PRIVACY. *Missão, Visão e Valores*. Disponível em: < https://privacy.com.br/valores >. Acesso em: 28 fev. 2024.
[73] PRIVACY. *Termos e Condições*. Disponível em: < https://privacy.com.br/termos >. Acesso em: 28 fev. 2024.

dados de identificação dos dispositivos utilizados; endereço de IP, hardware e software usados; localização do usuário; cookies e outras tecnologias); c) informações recebidas de terceiros e outras adicionais. A *Privacy* alega que os dados coletados serão utilizados para "desenvolver, operar, melhorar, entregar, manter e proteger nossos produtos e serviços"; "enviar comunicações, inclusive por e-mail"; "monitorar e analisar tendências e uso"; "verificar sua identidade e evitar fraudes ou outras atividades ilegais ou não autorizadas"; "usar as informações que coletamos de cookies e outras tecnologias para aprimorar os serviços e sua experiência com eles" e "impor nossos Termos de Serviço e outras políticas de uso"[74].

Ainda, informa aos usuários que os direitos de propriedade intelectual do conteúdo do usuário são de responsabilidade exclusiva do criador e "a plataforma e todo o seu conteúdo, recursos e funcionalidades (incluindo, sem limitações, todas as informações, software, texto, telas, imagens, vídeo, áudio, design, seleção e organização dos mesmos)", pertencem a plataforma. Outrossim, a *Privacy* assume o Compromisso com a Segurança e Transparência, detém um procedimento tecnológico padrão para Verificação de Idade e Identidade, conta com uma política de adequação às leis de todas as jurisdições onde operam, orienta os criadores de conteúdo a protegerem seus direitos autorais, contém um conjunto de medidas contra lavagem de dinheiro e fraude e possui uma política de Monitoração de Conteúdo[75]. Essa, por sua vez, é realizada por uma equipe especializada em Moderação e Risco, focada em reconhecer e analisar qualquer conteúdo contrário às políticas institucionais, sendo responsável por "proporcionar um ambiente seguro para nossos usuários, onde possam desfrutar de conteúdos que estejam em conformidade com nossos princípios e com a legislação aplicável".

A despeito de questões relacionadas à defesa dos Direitos Humanos[76], a plataforma posiciona-se contrária ao "Abuso e a Exploração sexual de Menores", comprometida em combater a criação, disseminação e promoção de qualquer conteúdo nesse tema; contrária ao "Discurso de Ódio", valorizando a liberdade individual de ser e expressar-se e combatendo discursos de ódio, discriminação ou ameaças de qualquer natureza; e contra a "Escravidão

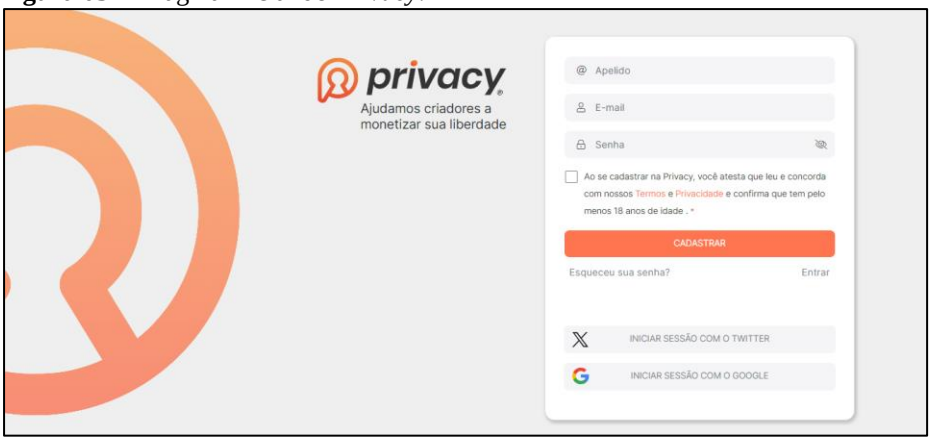
---

[74] PRIVACY. *Privacidade*. Disponível em: < https://privacy.com.br/privacidade >. Acesso em: 28 fev. 2024.
[75] PRIVACY. *Monitoração de Conteúdo*. Disponível em: < https://privacy.com.br/monitoracaoconteudo >. Acesso em: 28 fev. 2024.
[76] PRIVACY. *Contra o abuso e a Exploração de Menores*. Disponível em: < https://privacy.com.br/contraabuso >. Acesso em: 28 fev. 2024.
_____. *Combatendo o Discurso de ódio*. Disponível em: < https://privacy.com.br/discursoodio >. Acesso em: 28 fev. 2024.
_____. *Prevenindo Escravidão Moderna e Tráfico Humano*. Disponível em: < https://privacy.com.br/prevenindoescravidao >. Acesso em: 28 fev. 2024.

Moderna e o Tráfico Humano", identificando e analisando áreas de maior risco, adotando todas as medidas razoáveis e necessárias para assegurar que práticas análogas não ocorram.

No mais, os passos para registrar-se na plataforma são semelhantes aos designados pela concorrente, inclusive, a interface do site também é similar, como podemos observar na figura abaixo. Dessa forma, os novos usuários criam uma conta, fornecendo um endereço de e-mail válido, um nome de usuário e uma senha ou uma conta válida do Twitter ou do Google, e confirmar ser maior de 18 anos e que leu e está de acordo com os Termos e Privacidade do site.

Figura 03 — Página inicial do *Privacy*.



Fonte: O autor (2024).

Como no *Onlyfans*, depois da submissão das informações, é enviado aos novos usuários um e-mail institucional solicitando a confirmação do e-mail cadastrado e, após o procedimento, a conta é validada e está apta para uso como assinante. A página inicial da plataforma apresenta publicações gerais realizadas pelo *Privacy* e recomenda perfis a serem seguidos, como também permite a busca de perfis de criadores de conteúdo, conforme podemos observar na primeira imagem superior apresentada abaixo. Esse procedimento favorece os consumidores que, de modo imediato, podem localizar os perfis que desejam ou encontrar outros que combinem com as suas exigências e, de pronto, realizar a assinatura, selecionando a opção de pagamento em Pix ou Cartão de Crédito.

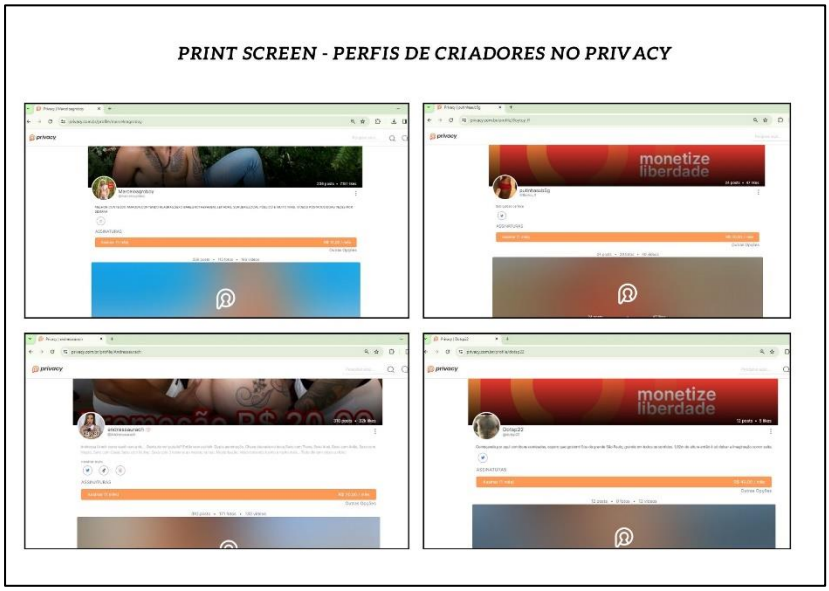
Todavia, caso o novo usuário opte por tornar-se um criador, precisa selecionar esta opção no menu inicial e confirmar a decisão, como visualizamos na segunda imagem superior a seguir. Prosseguindo, o usuário pode construir o próprio perfil, informando o nome a ser utilizado, as redes sociais que utiliza, o valor a ser cobrado por seu conteúdo, informações sobre si e poderá complementar os dados pessoais, como observado nos prints de tela localizados na parte inferior da imagem apresentada adiante. Esse processo demonstra a necessidade de maior riqueza em detalhes quanto as informações pessoais e o conteúdo a ser compartilhado por cada criador.

Figura 04 — *Print Screen:* Acesso inicial ao *Privacy* e cadastro de criador.

Fonte: O autor (2024).

Ao visualizarmos a figura acima, compreendemos o procedimento para ingresso de novos usuários na plataforma e a viabilidade de seu uso para o desenvolvimento do trabalho sexual, através do compartilhamento de conteúdo, o pagamento e a intermediação, caso necessário, de novas assinaturas mensais. Posterior a todo o processo, os perfis são apresentados publicamente na plataforma, constando informações básicas sobre os criadores e, o acesso ao conteúdo fica restrito, sendo liberado somente após a realização da transação monetária, como podemos observar na imagem seguinte.

Figura 05 — *Print Screen:* Perfis de criadores no *Privacy*.



Fonte: O autor (2024).

Em termos gerais, as plataformas que compõem o mercado erótico-pornográfico possuem características semelhantes no que corresponde ao modelo de organização do trabalho,

subordinando os trabalhadores "autônomos" ao controle de um agente externo e "oculto", na percepção comum, que regula direta e indiretamente todas as atividades desempenhadas individualmente pelos produtores de conteúdo adulto. Essa reestruturação da organização do trabalho e das empresas representa o sonho dourado de todo capitalista.

3.3.2.3. *X/Twitter*

O *X/Twitter* apresenta em sua página inicial a frase "*What's happening?!* (acontecendo agora?!)". Essa frase expressa característica fundamental dessa rede social, por reconhecer-se como "o lugar certo para saber mais sobre o que está acontecendo e sobre o que as pessoas estão falando agora"[77]. A imediatez, a popularidade, interatividade, viralidade e o alcance global das informações e conteúdos postados são atributos do algoritmo da rede. Alega ter como valor a defesa da "liberdade de expressão" e da "diversidade", além do compromisso com o "discurso saudável"[78] e a construção de uma "cultura de confiança e respeito", afirmando ser um lugar livre e seguro para a interação de seus usuários. Nos resta saber o que, de fato, é considerado como discurso saudável e promotor do respeito e da confiança...

Frisamos, todavia, dentre as Regras e Políticas, aquelas que correspondem à privacidade e segurança, à utilização da rede social, à publicação de mídia sensível e ao combate aos crimes virtuais. A Política de Privacidade[79] afirma coletar dados das/os usuárias/os em três categorias: 1) Informações fornecidas pelas/os usuárias/os (dados pessoais e profissionais, informações de pagamentos e biométricas, entre outros); 2) Informações coletadas mediante o uso da rede social (posts e outros conteúdos publicados, interações com os conteúdos, anúncios e com outros perfis, informações sobre sua atividade de transmissão, sobre o dispositivo utilizado, a localização, identidade e acesso etc.); 3) Informações recebidas de terceiros (dados provenientes dos parceiros de anúncios e negócios, por exemplo). Ainda, detalha a forma como usam as informações coletadas, alegando que servem para aprimorar, organizar e personalizar os serviços ofertados e a comunicação, fomentar proteção e segurança, analisar as métricas e a eficácia dos produtos e serviços, e para conduzir pesquisas e solução de problemas. A plataforma explana que, ao compartilhar conteúdo para o público em geral em seus perfis, essa informação será amplamente divulgada e permanecerá disponível para visualização.

---

[77] X/TWITTER. *Quem Somos*. Disponível em: < https://about.twitter.com/pt >. Acesso em: 18 mar. 2024.
[78] X/TWITTER. *Conversas saudáveis*. Disponível em: < https://about.x.com/pt/our-priorities/healthy-conversations >. Acesso em: 18 mar. 2024.
[79] X/TWITTER. *Política de Privacidade*. Disponível em: < https://twitter.com/pt/privacy#x-privacy-3.1 >. Acesso em: 19 mar. 2024.

Em seus termos de serviço[80], o *X/Twitter* alega que os serviços prestados são destinados para pessoas maiores de 13 anos, salvaguardando as legislações de cada país, e ao utilizá-los, as/os usuárias/os consentem com o contrato vinculante com a plataforma. Elucida que é de responsabilidade das/os usuárias/os o uso da plataforma e os conteúdos compartilhados, assim como seus direitos autorais. Todavia, ao usar os serviços, é outorgada à plataforma "uma licença mundial gratuita, não exclusiva (com direito a sublicenciar) para utilizar, copiar, reproduzir, processar, adaptar, modificar, publicar, transmitir, exibir e distribuir esse Conteúdo em qualquer e todos os tipos de mídia ou métodos de distribuição" e, por consequência, essa licença é também concedida às usuárias/os mundialmente, sem que seja devida qualquer remuneração.

O *X* da questão, para nosso estudo, está na política de mídia sensível[81] que diferencia essa rede social das demais, tais como *Instagram* e *Facebook*. Conteúdo definidos como "Conteúdo Gráfico[82], Nudez Adulta e Comportamento Sexual" são permitidos na plataforma, desde que sejam postados com aviso de conteúdo sensível ou os perfis sejam marcados como sensíveis, e que não sejam compartilhados em transmissões de vídeo ao vivo, fotos ou cabeçalhos de perfis, banners de lista ou capas de comunidades por serem áreas de alta visibilidade. Dessa forma, pessoas maiores de 18 anos podem optar pelo acesso a essas mídias. É proibido o compartilhamento com pessoas menores de 18 anos e de mídias que retratam "violência gratuita, conduta sexual violenta, zoofilia e necrofilia".

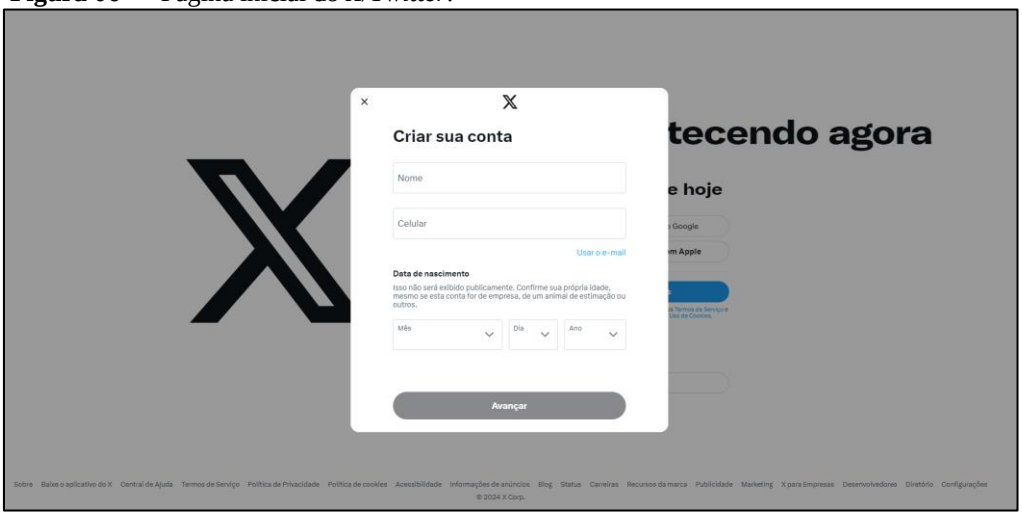
O conceito de "nudez adulta e comportamento sexual" apresentado pela plataforma designa "qualquer mídia consensualmente produzida e distribuída que seja pornográfica ou destinada a causar a excitação sexual"; são exemplos: a) "nudez total ou parcial, incluindo close de órgãos genitais, nádegas ou seios (exceto conteúdo relacionado a amamentação)"; b) "simulação de atos sexuais"; c) "relação sexual ou qualquer outro ato sexual – isso também se aplica a desenhos, hentai ou animes envolvendo seres humanos ou representações de animais com características humanas"[83]; entre outras. Tal política concretiza a relevância dessa rede social para os trabalhadores sexuais no mercado erótico-pornográfico digital.

---

[80] X/TWITTER. *Termos de serviço*. Disponível em: < https://twitter.com/pt/tos >. Acesso em: 19 mar. 2024.
[81] X/TWITTER. *Política de Mídia Sensível*. Disponível em: < https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/media-policy >. Acesso em: 19 mar. 2024.
[82] A plataforma define que conteúdo gráfico é "qualquer forma de mídia que retrate morte, violência, procedimentos médicos ou ferimentos físicos graves em detalhes gráficos. Alguns exemplos incluem, entre outros, representações de: crimes ou acidentes violentos; lutas físicas; abuso físico de crianças; fluidos corporais, incluindo sangue, fezes, sêmen etc.; lesões físicas graves, incluindo ferimentos visíveis; e animais gravemente feridos ou mutilados". Trecho extraído da Política de Mídia Sensível do *X/Twitter*, disponível em: < https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/media-policy >. Acesso em: 19 mar. 2024.
[83] Trechos extraídos da Política de Mídia Sensível do *X/Twitter*, disponível em: < https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/media-policy >. Acesso em: 19 mar. 2024.

No rol das políticas de combate aos crimes virtuais, a plataforma expressa a criminalização da distribuição de conteúdo sexual e nudez produzidos de forma não-consensual. As demais políticas visam o combate ao assédio e abuso, à exploração sexual de menores, ao discurso e ação violenta, à propagação de ódio, à automutilação e suicídio e à perfis abusivos. No mais, outras políticas, regras e termos organizam, regulam, monitoram e avaliam os serviços prestados, os conteúdos publicados e os usos da plataforma, expressando os direitos e deveres das partes envolvidas. Assim, analisando os procedimentos para criação de um perfil na rede social, as/os usuários fornecem seus dados pessoais/profissionais, como nas plataformas anteriores, conforme imagem a seguir:

Figura 06 — Página inicial do *X/Twitter*.



Fonte: O autor (2024).

Observa-se que é obrigatória a nomeação do perfil, a disponibilidade do número de celular ou e-mail e a informação sobre a data de nascimento da usuária, independente se for pessoa física ou jurídica, animais de estimação ou perfis de outra ordem. Conforme a política institucional, a data de nascimento informada possibilitará o funcionamento das ferramentas de restrição às mídias sensíveis para menores de 18 anos e perfis sem informações de idade. Ao avançar, antes de concordar com os Termos, com a Política de Privacidade e com o uso de cookies, as/os novas/os usuárias/os são convocadas/os a personalizarem a sua experiência na rede social, como pode ser observado na captura de tela abaixo:

Figura 07 — *Print Screen*: Personalize sua Experiência no *X/Twitter*.

Fonte: O autor (2024).

Percebe-se a exigência à delimitação das preferências no tocante a: a) possibilitar a localização do novo perfil por outros usuários pelo contato telefônico informado; b) personalização dos anúncios conforme a atividade da/o usuária/o na plataforma; c) personalização da experiência de uso da plataforma de acordo com os dados pessoais fornecidos pela/o usuária/o e os dispositivos utilizados; d) customização da experiência conforme a localização atual e/ou outros lugares frequentados; e) permitir o compartilhamento de informações adicionais com os parceiros de negócio da plataforma. Destacamos que as duas primeiras e a última opção de personalização já são apresentadas aos novos usuários com a marcação positivada. Desse modo, verifica-se a centralidade dos dados fornecidos e produzidos pelas/os usuárias/os e o domínio fornecido à plataforma que definirá seus usos implícitos e explícitos, conforme as entrelinhas da autorização cedida.

Após esse processo, as/os usuárias/os são obrigadas/os a autenticar a conta e verificar o celular e o e-mail informado para que a rede social tenha convicção de que se trata de "uma pessoa de verdade". Em seguida, expressam suas preferências, de modo mais detalhado, sobre o que a/o usuária/o quer ver no X/Twitter (música, entretenimento, esportes, moda & beleza, comida, tecnologia, arte & cultura, viagem, negócios & finanças, família & relacionamento, ciência etc.) e quais perfis deseja seguir. E, só então, este novo perfil poderá ser editado com foto, capa, nome, *bio*[84], localização e site pessoal/profissional, e desfrutar das ferramentas de interação/comunicação disponíveis na plataforma.

[84] A *bio* no X/Twitter é o local onde a/o usuária/o poderá descrever suas características principais, suas preferências, os serviços oferecidos, quando perfil profissional, e demais informações, explanando aos seguidores o que encontrarão no perfil. Dessa maneira, usar e abusar da criatividade otimizará a experiência na plataforma,

Assim, ao apresentarmos a dinâmica de funcionamento das principais plataformas deste estudo, favorecemos o entendimento do protagonismo destas que são conformadoras do mercado erótico-pornográfico digital e o partilhamos conhecimentos sobre as potencialidades e as limitações para o desenrolar do trabalho sexual, no que diz respeito a relação entre produtores e consumidores de conteúdo adulto, as condições de trabalho e o processo de trabalho nessas plataformas.

Em nossa investigação, iniciamos a jornada ingressando com um perfil no *X/Twitter* em março de 2023, utilizando o @ (arroba) seguida da nomeação de usuário: *pesquisahomens*, em referência ao intuito da conta. E, para garantir a legitimidade do perfil e construir uma identidade visual, elaboramos uma arte com informações básicas da pesquisa e as instituições na qual ela está vinculada, que visualizamos a seguir:

Figura 08 — Identidade visual do perfil da pesquisa no *X/Twitter*.

Fonte: O autor (2024).

Percebe-se que a identidade visual foi construída para dar ênfase ao público-alvo da pesquisa, pessoas que se reconhecem como homens, e, consequentemente, atraí-los, sendo usada na capa e na foto de perfil. Assim como, destacar a atividade laboral desempenhada por esses sujeitos: produção de conteúdo adulto, para pessoas maiores de 18 anos. A arte expressa também que a pesquisa desenvolvida está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS/UFPE) com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma fundação do Ministério da Educação (MEC). Salientamos que essa identidade foi pensada na expectativa de direcionar o intuito do perfil, atraindo os sujeitos que se reconhecem com tais características e se sintam selecionado a participar, contribuindo com o processo investigativo.

Ademais, categorizamos o perfil na área de educação e elegemos como nome principal "PESQUISA - Homens e produção de conteúdo adulto". Ainda, descrevemos na *bio* a frase: Um estudo sobre o trabalho sexual entre/por/para homens nas plataformas digitais. Localizamos

---

aumentando o engajamento e promoção do perfil de forma positiva. Para tal, recomenda-se o uso de *hashtags*, *emojis*, fontes diferentes, bom humor e objetividade.

o estudo em Recife/PE e inserimos, na parte do site, o link que direciona para a *Websurvey*. Importa-nos reafirmar que os dados inseridos na descrição do perfil recaem como um viés da pesquisa, repercutindo diretamente nos resultados apresentados neste estudo, como verificarão mais adiante. No entanto, nesse espaço para detalhamento, é salutar apresentar como se configurou o perfil publicado na rede social:

Figura 09 — Perfil completo da pesquisa no *X/Twitter*.

Fonte: O autor (2024).

A completude do perfil facilitou o desenvolvimento das táticas e estratégias utilizadas para atrair os homens produtores de conteúdo adulto e lograr a participação na pesquisa no decurso de março de 2023 a março de 2024. Para estabelecer relação com o público-alvo, nos alicerçamos, à princípio, na abordagem "Seguir" (*Follow*), seguindo (*Following*) os perfis dos trabalhadores sexuais. Tal atitude possibilita que eles possam visualizar o nosso perfil e serem nossos seguidores (*Followers*). Nos permite acompanhá-los em suas postagens atuais e mais antigas, por exibi-las em nossa página inicial. E, ainda, permite que o algoritmo capte os perfis que são de nosso interesse e os exibem na página "Para você" (*For You*). De maneira que, quanto mais perfis conseguirmos seguir, mais perfis e conteúdos assemelhados serão sugeridos e teremos acesso. Entretanto, a plataforma impõe limites para a ação de seguir, estabelecendo uma proporção diária, sem limitar o número geral de contas que podemos dar *follow*, com a justificativa de que se trata de uma ação técnica para evitar *spam*[85] e manipulações do site, garantindo a sua confiabilidade e segurança.

[85] A palavra *spam* define o "descarte eletrônico", refere-se à prática que consiste no envio de uma "mensagem indesejada" e manipulação de comportamentos em redes sociais, mediante a utilização de recursos tecnológicos programados, com múltiplos funções: desde desenvolver ações repetitivas, propagandear produtos e enviar informações diversas, até aplicação de golpes, disseminação de *fake news* e envio de *softwares* maliciosos.

Continuadamente, utilizamos o recurso de comunicação direta disponível para interação entre os perfis, as “Mensagens” (*Messages*), que são visíveis apenas pelas partes envolvidas, de modo privativo. Todavia, alguns perfis determinam que não estão aptos a receber mensagens de não seguidores, limitando-se, assim, a ser receptor somente de quem os segue. Desse modo, o processo anterior contribuiu significativamente para esse contato. Para tal, elaboramos uma mensagem padrão, que foi enviada com o *link* da *Websurvey*, vejamos a seguir:

Figura 10 — Mensagens para os produtores de conteúdo no *X/Twitter*.

Fonte: O autor (2024).

Essa, além de informar o objetivo do perfil e da pesquisa, prontifica o acesso ao instrumento: “Participe da pesquisa sobre o trabalho dos produtores de conteúdos adultos. A sua participação é fundamental e contribuirá para a produção de conhecimentos sobre o trabalho sexual nas plataformas digitais”. Seguindo nosso propósito, também optamos por publicar em nossa página inicial (o *Posts*) esta mensagem, a fim de que quem acessasse o nosso perfil observasse, de pronto, a finalidade da pesquisa e a chamada à participação; assim como, optamos por comentar nas postagens dos produtores para visualização destes, de seus seguidores e de outras contas que interagiram com a publicação. Essas estratégias surtiram efeitos na visualização do perfil da pesquisa, porém o baixo número de participantes, mostrava-nos que o desafio era maior do que imaginávamos.

Por isso, além dessa interatividade, consideramos por bem desenvolver postagens personalizadas, avançando nas ações para ampliar a visibilidade do nosso perfil e atrair os produtores. Observemos, mais adiante, que as imagens publicadas se destinaram a enunciar, de forma prática e criativa, o propósito da pesquisa, o perfil dos participantes e a natureza da atividade laboral, expressando a delimitação da investigação e a deslindando possíveis dúvidas quanto aos critérios de seleção dos partícipes. Galgávamos ampla visibilidade para a pesquisa e, por consequência, aumentar o número de participantes com essas artes de divulgação.

Figura 11 — *Posts* personalizados para divulgação da pesquisa no *X/Twitter*.

Fonte: O autor (2024).

Acompanhadas de um texto descritivo e explicativo, as postagens também contaram com o uso de *hashtags*, a junção do símbolo # (*hash*, em inglês; "cerquilha" ou "jogo da velha", em português) e uma expressão / palavra-chave, indicando o tema da publicação. O uso desse símbolo representa uma maneira de organizar / categorizar os conteúdos nas redes sociais, facilitando o reconhecimento do que trata cada publicação e a localização de temas determinados no arsenal de dados presente no mundo digital. *#Onlyfans* e *#Privacy* foram as *hashtags* mais utilizadas, por serem aplicadas em menção às plataformas inseridas no mercado erótico-pornográfico digital no Brasil e no mundo.

Entre *posts* e *reposts*[86], notamos que a métrica de visualizações das publicações personalizadas foram as que atingiram níveis altos de impressões, a partir da análise dos dados expressos em nosso perfil, como pode ser visualizado na imagem subsequente. Enquanto as postagens com a mensagem textual e o *link* da pesquisa atingiram no mínimo 05 (cinco) e no máximo 231 (duzentos e trinta e uma) visualizações, os *posts* personalizados alcançaram no mínimo 250 (duzentos e cinquenta) e no máximo 1.645 (mil seiscentos e quarenta e cinco) visualizações pelas/os usuárias/os do *X/Twitter*, dentro do período discriminado anteriormente. Coloca-se, aí, a significância e o desafio que se constitui mergulhar nas redes sociais, em especial o *X/Twitter*, pela sua multiplicidade de usos e abertura a formas distintas de expressar-

[86] O *repost* (postar novamente/repostar) é uma das práticas de interatividade característica do X/Twitter. Trata-se da possibilidade de compartilhar uma publicação realizada por outro perfil, ou até mesmo postada anteriormente no perfil do próprio usuário, trazendo à tona a postagem e compartilhando com os seus seguidores, porém preservando o crédito da/o autor/a do *post* originalmente. Para praticidade das/os usuárias/os, a plataforma desenvolveu um botão que, ao ser clicado, realizado o *repost* dentro dos padrões estabelecidos.

se linguisticamente, levando-nos a uma dinâmica constante de tentativas até que se reconheça formas eficazes de atingir o público.

Figura 12 — *Posts* personalizados e visualizações no *X/Twitter*.

Fonte: O autor (2024).

Conforme exposto, investir nas ferramentas disponíveis nessa rede social se conformou como atividade principal ao longo de um ano, seja porque favoreceu a análise dos perfis, da dinâmica do trabalho sexual e, também, o registro através de *print screens* das postagens, seja porque conferiu uma maior visibilidade ao estudo e viabilizou a participação dos produtores de conteúdo na *Websurvey,* de forma consentida e orientada. Há ainda que destacar o número de seguidores no nosso perfil, no total 37 (trinta e sete) seguidores, e de perfis seguidos, no total 1.396 (mil trezentos e noventa e seis) contas, que auxiliaram nas interações, tanto visualizando, compartilhando e curtindo nossas publicações, quanto compondo a sequência de postagens, enriquecendo a barra de rolagem contínua em nossas telas.

3.3.3. Amostra de Participantes

Neste estudo, o número de participantes não foi previamente estabelecido, por avaliarmos as dificuldades dessa exigência, dada a metodologia definida. Sendo assim, na segunda etapa da pesquisa, trabalhamos a partir de uma amostragem não-probabilística do tipo "por conveniência", buscando a participação do maior número de pessoas, conforme os critérios estabelecidos na pesquisa. Em suma, o número de participantes seguiu conforme o fluxo, desejo e disponibilidade em contribuir com o estudo. Portanto, foi composto por inclusão progressiva.

Nos estudos exploratórios, as amostragens por conveniência são utilizadas por enfatizar a produção de ideias, sem a pretensão de generalizações, assim como, permite o controle de variáveis destoantes da proposta estudada. Dessa forma, os resultados alcançados nesta pesquisa não são considerados conclusivos, não constituem verdade absoluta, tampouco permitem que sejam realizadas intervenções estatísticas generalizantes. Conforme Rea e Parker (2000), o uso da amostragem "por conveniência" se dá quando os participantes são selecionados com base na conveniência presumida do pesquisador, a partir dos critérios definidos previamente e a disponibilidade em participar do estudo.

Quanto aos dados dos participantes e de outros perfis apresentados, mesmo reconhecendo que as publicações nas redes sociais e outras plataformas digitais foram postadas em perfis públicos, optamos por ocultar toda e qualquer informação que possa identificá-los diretamente, resguardando o anonimato. De modo que, a menção aos perfis dos produtores participantes deste estudo será realizada através de uma sequência alfabética, utilizando o *@produtor* seguido de uma letra em ordem alfabética de "A" a "L", conforme a sucessão das respostas à *websurvey*. Logo, serão nomeados por um ordenamento que vai de *@produtorA* a *@produtorK*. Assim, as informações pessoais e profissionais de cada participante, pertinentes ao estudo, serão apresentadas e os mesmos mantidos em sigilo.

3.3.4. Critérios de Inclusão e Exclusão

Os participantes da pesquisa são aqueles que, no momento de desenvolvimento deste estudo, desenvolviam trabalho sexual no mercado erótico-pornográfico digital, produzindo conteúdos adultos para redes sociais e plataformas digitais definidas, e aceitaram contribuir com a produção de conhecimento, de maneira consentida, esclarecida e não-remunerada. **Critério de inclusão** — Foram incluídos como informantes: homens; brasileiros ou estrangeiros residentes no brasil; maiores de 18 anos de idade; e desenvolvem trabalho sexual no mercado erótico-pornográfico digital. **Critérios de exclusão** — Foram excluídas pessoas que não se enquadraram no perfil determinado ou que expressaram o não desejo em participar da pesquisa; como também, pessoas sem acesso à internet e/ou sem condições objetivas e subjetivas de leitura adequada do questionário.

3.3.5. Recrutamento dos Participantes

Para o recrutamento e a seleção dos dados, registramos um perfil no *X* (antigo *Twitter)*, com informações sobre a pesquisa, esclarecimentos sobre o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE) e a importância da anuência, e formas distintas de convites[87] à participação. Em seguida, seguimos vários perfis, de modo aleatório, a partir de prévia análise das informações apresentadas e o reconhecimento de se tratar de perfis de homens que desenvolvem suas atividades nesse nicho de mercado, à medida que o algoritmo sugerir e possibilitar o acesso. Esse caminho foi possível, inclusive, para o desenvolvimento da etapa 1 desta pesquisa. Após seguir os perfis, os prováveis participantes receberam convites no *direct message*, convocando-os diretamente a participarem da segunda etapa da pesquisa (recrutamento fechado). Paralelamente, estes perfis receberam postagens públicas no *Twitter*, também os convocando (recrutamento aberto), juntamente com o link com um questionário *online* autoexplicativo e para autopreenchimento, desenvolvido e disponibilizado na plataforma da *Google*. A escolha por esses caminhos "tem a ver com o estatuto de grande interesse e motivação que a comunicação virtual ocupa entre os jovens, independentemente de classe social (MENEZES, COSTA; 2010, p. 461).

3.3.6. Instrumentos de Coleta de Dados

Desenvolvemos dois instrumentos de coleta de dados apropriados ao estudo executado: Base de dados sobre a Análise das Redes Sociais e Roteiro da *Websurvey*. Inicialmente, analisamos os perfis dos produtores de conteúdos homoerótico-pornográfico, entendendo que a construção destes é um processo completamente racional, intencional e dotado de informações pertinentes aos objetivos do sujeito e da nossa investigação. A análise das Redes sociais foi fundamental por permitir apreender as nomeações dada a si, a síntese que fazem sobre o seu próprio corpo e a comoditização das fantasias imagéticas e dos registros de suas práticas sexuais. Os sujeitos, ao se registrarem, escolhem a melhor forma de se anunciarem no mercado, destacam os seus diferenciais diante os demais, se definem de uma forma que melhor destaque suas habilidades, a fim de se tornarem atrativos e consumíveis. Em suma, tomam uma série de decisões constituindo modelos alternativos de gerenciamento comercial e laboral. Os perfis são as vitrines em que se expõem os produtos. No caso em estudo, o produto é a própria imagem, comercializada através das descrições, das *hastags* utilizadas, das fotos e vídeos publicados e compartilhados, sendo o próprio produtor desses conteúdos, responsável pelo marketing,

[87] Seguindo as instruções do sistema CEP/CONEP, os convites conterão, obrigatoriamente, o link para endereço eletrônico e texto informativo acerca de ser possível, a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a retirada do consentimento de utilização dos dados do participante da pesquisa. Nessas situações, o pesquisador responsável enviará, ao participante, a resposta de ciência do interesse do mesmo em se retirar da pesquisa (MAZZILLI; CROSATO, 2021).

publicizando a estética corporal e as mais diversas práticas eróticas e sexuais, e responsável também por outras nuances desse trabalho, da produção à monetização.

Desse modo, elegemos diversas postagens dos perfis localizados para registro na análise, particularmente através do recurso de captura de tela, o *print screen*, e a ferramenta *download*, filtrando por relevância as curtidas, as repostagens, as indicações do processo de comercialização, as enunciações e outros aspectos. O Roteiro da *Websurvey*, desenvolvido para a etapa 2 da pesquisa, também disponível nos apêndices, compreendeu um conjunto de questões que foram respondidas de forma remota, no dia e horário mais adequado, sem a presença do pesquisador (GIL, 2002; MARCONI; LAKATOS, 2003). Sobre essa metodologia, dentre as vantagens identificadas e referenciadas nas obras dos autores supracitados, destacamos: a possibilidade de atingir um volume expressivo de pessoas, inclusive, simultaneamente; permite a participação de pessoas de diferentes regiões do país; possibilita o resguardo do anonimato dos participantes e, com isso, uma maior segurança, autonomia e liberdade; obtém respostas rápidas; e permite uma uniformidade nas informações obtidas.

Como desvantagens, destacamos: a possibilidade de baixa adesão e desistência da participação no percurso das respostas; a impossibilidade de auxílio e orientação no momento exato em que se responde o questionário; e a possibilidade de termos perguntas sem respostas (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201-202; GIL, 1999, p. 128-129). Além disso, por se tratar de uma *surveys* a ser desenvolvida remotamente, identificamos como desvantagem o não acesso à internet de qualidade. Ressaltamos que, nesta etapa, o participante teve o total direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento, conforme orientações do sistema CEP/CONEP (MAZZILLI; CROSATO, 2021).

3.3.7. Aspectos éticos da pesquisa

Os participantes ao aceitarem participar da pesquisa, receberam o *link* de acesso ao questionário. Na página inicial do formulário, tiveram acesso ao TCLE, disponível nos apêndices, contendo todas as informações fundamentais da pesquisa, considerando os três cuidados defendidos por Mary Jane Spink e Vera Menegon (2004): o consentimento informado, a proteção do anonimato e o resguardo do uso abusivo do poder na relação entre pesquisador e participante. Após aceite, uma via do TCLE assinado pelo pesquisador foi disponibilizada para *download* para os participantes, e, assim, estes puderam responder ao questionário. Finalizada a coleta dos formulários, as respostas foram baixadas da plataforma e arquivadas em notebook

e HD Externo, mantidos em pastas criptografadas, sob posse e responsabilidade do pesquisador[88].

Ainda, utilizamos o diário de campo[89] como instrumento para registros em geral do processo de pesquisa, especialmente das observações realizadas. Conforme Menezes e Costa (2010), o diário de campo e a observação permite "registrar as conversas informais e o jogo de linguagem verbal e gestual das relações entre os atores sociais participantes (p. 461)", contribuindo para a análise e interpretação dos resultados. Ao fim, utilizamos os mesmos recursos para armazenamento dessas informações.

Assumir essas perspectivas teórico-metodológicas tem o intuito de alcançar a qualidade acadêmico-científica da pesquisa, não na intenção de chegar a uma análise completa e total da realidade, especialmente por entender a concepção de que todos os conhecimentos são "situados" (social e historicamente) e parciais, conforme Donna Haraway (1995). Nesse sentido, essa pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de ética em pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Pernambuco (CEP/UFPE), cujo CAAE é registrado no n°65258622.4.0000.5208, demonstrando sua adequação aos preceitos éticos da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

[88] Permanecerá pelo período de mínimo 5 (cinco) anos, conforme a Resolução 510/2016, art. 28, inciso IV, protegidos e descartados somente ao final do prazo. Reiteramos que os participantes terão acesso a uma via de seu respectivo material arquivado sempre que o desejarem. Caberá ao pesquisador responsável fazer o download dos dados coletados e armazená-los, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado digitalmente ou "nuvem".

[89] O diário de campo pode ser compreendido como uma importante parceira de pesquisa, em que anotações pessoais sobre acontecimentos marcantes ou sobre experiências cotidianas podem ser registradas, constituindo-se importante ferramenta para os estudos, sendo esta, também uma prática discursiva. "Esse exercício visa, assim, tornar os diários companheiros que, noite e dia, nos acompanham abrindo-se e fechando-se para impressões de toda ordem: dos deslumbramentos às decepções; das desconfianças aos questionamentos à incerteza que mobiliza" (MEDRADO et.al., 2014, p. 290).

CAPÍTULO 3

4. TRANSA E TRANSE

Após os encantos preliminares, o estímulo a múltiplos desejos e as sequentes excitações, é chegada a hora H... Para uns *do finalmente*, mas para outras *o início de uma nova jornada orgástica*. Para nós, é a concretização da afluência entre os aportes teórico-conceituais e metodológicos com a expressão fenomênica da realidade estudada. Essa relação necessária e contraditória nos permitiu, intimamente, desvendar a essência do real e a sua manifestação, de modo mais profundo. Melhor dizendo, referimo-nos àquela *transa* que fez com que entremos literalmente em *transe* durante alguns segundos de prazer e prontamente retomemos o estado de consciência, nos proporcionando a compreensão racional da realidade, ao imergimos nas sensações provenientes do orgasmo.

Por falar em orgasmo, a sensação que nos transporta do ápice da tensão sexual ao relaxamento satisfatório e liberação de substâncias como as endorfinas e dopamina, infelizmente, não é uma constância nas relações sexuais e, em muitos contextos e para algumas pessoas, é uma sensação ainda desconhecida. Embora não surpreendente, a constatação da ausência de educação sexual que possibilite o reconhecimento do corpo e das sensações, ainda mais as prazerosas sexualmente, estão subsidiadas numa formação sócio-histórica e cultural capitalista, cristalizada numa moralidade cristã, uma vez que circunscreve dispositivos de sexualidade que constroem esses tabus sociais, sendo estrutural à manutenção da ordem. Mas como são constituídas as percepções sobre sexualidade que amparam as práticas sexuais?

Contraditoriamente aos tabus sociais, a pornografia se consolida como uma das formas mais populares de entretenimento, transitando, ao longo do tempo, entre as gravuras eróticas, as bancas de jornais, as locadoras de vídeo chegando as telas dos computadores e smartphones. Do papiro, das telas de pintura, páginas de revistas, *Vídeo Home System* (VHS) e *Digital Video Disc* (DVD) aos sites e aplicativos digitais estão presentes elementos que caracterizam o avanço da produção de conteúdo adulto mundialmente. É no Século XX com a popularidade das revistas erótico-pornográficas que cresce significativamente a produção industrial dessas mercadorias. A introdução das mídias comercializadas em formato VHS e DVD representam a oferta desses conteúdos, através dos filmes pornográficos, consolidando a distribuição e popularidade da pornografia.

Com a internet, a indústria de conteúdo adulto ganha um novo perfil de consumidores e torna a pornografia acessível a qualquer pessoa em conexão. O combo computador de mesa, *Windows 97*, internet discada, jogo paciência e a janela do *Windows Explorer* com o filme pornô

carregando... expressam esse fenômeno no Brasil nos anos 2000. Além da produção industrial, cresce exponencialmente as chamadas produções independentes e/ou amadoras, assim como, ampliam-se as práticas de crimes na internet como a exposição não-consensual, o abuso e exploração sexual, e outras formas de violência gravadas e publicizadas nas redes. Nesse contexto, surgem uma série de aparatos jurídico-formais que tensionam a definição dos limites de uso da internet na contemporaneidade, da proteção aos dados à criminalização das múltiplas formas de violência e violações de direitos disseminadas nas redes *online*.

Atualmente, o formato *online* é o principal mecanismo de distribuição de conteúdo adulto. Essa realidade pode ser compreendida pelo avanço das TIC e a ampliação do acesso à internet. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) publicada em 2022 sobre o "Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal[90]" mostram o aumento do uso de internet no Brasil. Segundo os dados, de cada 100 brasileiras/os, 87 usavam internet em 2022, representando 87,2% da população. O Telefone móvel/Celular aparece como o equipamento mais utilizado para acesso à internet, o equivalente à 98,9%. Dentre as principais finalidades do uso, estão: Conversar por chamadas de voz ou vídeo (94,4%); enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens (92,0%); assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (88,3%); e usar redes sociais (83,6%). A pesquisa ainda aponta que a utilização vem crescendo em todos os grupos etários. Já no quesito sexo, o uso é um pouco maior por mulheres (88,0%) em comparação aos homens (86,3%); e, no que corresponde à escolaridade, os maiores percentuais foram identificados entre pessoas com ensino superior incompleto (98,7%) e com superior completo (98,2%).

Com isso, verificamos que o uso da internet transformou as formas de produção e distribuição de conteúdo adultos que, associadas a criação de plataformas digitais, constituem o mercado erótico-pornográfico na atualidade, possibilitando que muitas pessoas se tornassem produtores de conteúdo para pessoas maiores de 18 anos, por conta própria, mobilizados pela lógica empreendedora e, em alguns casos, decorrente da dura realidade socioeconômica que se transforma em constância dada a conjuntura atual. Nesse novo tempo, ampliam-se os mecanismos de objetificação e mercadorização das práticas sexuais, dos prazeres e fantasias a serem compartilhados, comercializados e consumidos, configurando-se um arsenal de produtos dispostos no universo da pornografia. Ademais, essa lógica mercadológica se consolida também

[90] PNAD Contínua: Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2022. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102040_informativo.pdf >. Acesso em 04/06/2024.

em outros ramos da indústria, a exemplo da produção de objetos eróticos como vibradores e outros brinquedinhos, acessórios e vestuários, como também, adentra no universo da indústria farmacêutica desenvolvendo uma série de fármacos destinados a concretização da padronização dos sujeitos, das suas identidades e da sexualidade humana, moldados nos padrões societários hegemônicos, impactando objetivamente e subjetivamente nas relações sociais e sexuais.

Essas tecnologias sociais e científicas concretizadas nesse acervo de mercadorias erótico-pornográficas disponíveis no formato físico e digital incidem na conformação físico-corpórea e na complexidade existencial-relacional e subjetiva dos sujeitos sociais, como também, constituem, antes e acima de tudo, uma organização lucrativa, nacional e internacional, de exploração do trabalho sexual e da sexualidade humana como bem econômico a dispor dos processos de apropriação capitalista. Tal entendimento nos leva a compreender o trabalho sexual plataformizado como um fenômeno aparente cuja essência está longe de se reduzir às experiências dos homens que trocam imagens fotográficas e videográficas de seus corpos, suas relações e suas práticas sexuais por remuneração.

A análise da prostituição e dos aspectos socioculturais que a configuram e a legitimam historicamente recai como um fator determinante numa investigação que se dá sobre as bases da perspectiva crítico-dialética feminista. Claudine Legardinier (2009), no livro o dicionário crítico feminista, afirma que "a análise feminista considera a prostituição a situação mais extrema da relação de poder entre as categorias de sexo (p. 198)", particularmente ao inquirir sobre as experiências das mulheres. A autora explana que historicamente paira sobre o tema da prostituição uma série de clichês que servem tanto para buscar legitimação quanto para ocultar o fatalismo e qualquer concepção crítica sobre o assunto. No todo, é fundamental apreender que "ligada à urbanização massiva e à aparição da sociedade do mercado, a prostituição sempre desconcertou os Estados, divididos entre sua proibição ou regulamentação, [...] fazendo com que o peso do 'pecado' recaia somente sobre as prostitutas (LEGARDINIER, 2009, p. 199)".

Esse traço recorrente da organização social em distintas culturas se transforma e complexifica ao longo da história. O intercâmbio entre serviços sexuais por compensações materiais e/ou financeiras constitui-se como prostituição, no entanto, se estabelece também em outras formas de relação entre os seres sociais, tais como namoros, casamentos etc. Nesse sentido, torna-se compreensível que a prostituição se consolida como uma instituição que serve à regulação das relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade e étnico-racial. Na modernidade, dada a mundialização do capital, o grande mercado liberal assimila os prazeres, subsumindo-os à lógica mercantil, monetizando-os, como nos diz Claudine Legardinier (2009):

> [...] a lógica consumista invade todos os domínios da vida e a expressão "trabalhadoras do sexo" legitima a ideia de que a mercadoria sexo se tornou um dado indiscutível da economia moderna. Toda noção ética é então varrida, toda relação de dominação é engolfada por uma lógica individualista. A prostituição se encontra assim excluída das formas de violência contra as mulheres. A presença crescente de rapazes na prostituição acaba por confundir a percepção das relações de desigualdade, mesmo se o rapaz prostituído está de fato excluído do status da masculinidade, como efeminado, travesti ou transexual. Pouco a pouco, as reivindicações feministas são pervertidas pelo lobby da indústria do sexo: o direito de dispor de seu corpo torna-se o direito de vendê-lo, o "direito de se prostituir" é entendido como expressão de liberdade. O "mercado do sexo" manipula a sexualidade para encorajar a demanda (pornografia, turismo sexual), buscando agora criar uma demanda feminina. O ciclo está então fechado: não há mais vítimas, não há mais carrasco. Cada um explora o outro e a igualdade é enfim realizada! (p. 200).

O dilema entre prostituição e trabalho empreende-se sob fortes críticas por autoras feministas como a Legardinier (2009) que propõe, para além das disputas entre regulamentação e extinção da prostituição, uma terceira via, a da repressão aos clientes / consumidores, e não às pessoas prostituídas, embasada na percepção da prostituição como uma violência contra a mulher. Contudo, esse debate não se dá sem tensionamentos. Adriana Piscitelli (2007), por exemplo, ao abordar sobre os diferentes estatutos legais concedidos à prostituição, definido "em quatro modelos: proibicionista, abolicionista, regulamentista e trabalhista (p.184)", tece uma crítica a compreensão em que está localizada a Legardinier, ao pronunciar que "a aplicação de penas ao cliente é vista como um aspecto que intensifica o estigma das prostitutas, tornando-as mais vulneráveis, já que reduz as possibilidades de negociação com os clientes (p. 185)", por essa perspectiva absolucionista direcionar-se à proibição da prostituição e a consequente afirmação na clandestinidade. À crítica, em nossa percepção, cabe acrescentar que o fenômeno da ampliação de homens na prostituição, não confunde a percepção das relações de desigualdades, mas complexifica-as, tornando-se fundamental a apreensão da essência em que se dá essa inserção dos homens nos serviços sexuais, tanto daqueles que mantém ou rompem com o status de masculinidade hegemônica, quanto relacionado às múltiplas identidades de gênero, como no caso de mulheres travestis ou transexuais, homens transexuais, pessoas não-binárias, entre outras designações identitárias quanto ao sexo/gênero.

O modelo proibicionista, conforme apreensão de Piscitelli (2007), corresponde a uma percepção mais repressiva que "considera a prostituição um delito e penaliza todas as atividades a ela vinculadas, bem como todas as partes envolvidas (p. 184)", incluindo as pessoas que desenvolvem essas atividades, estigmatizando-as e as considerando criminosas. Já o modelo regulamentista, nos escritos da autora, diz respeito ao debate internacional quanto ao processo de legalização, tanto pelo reconhecimento explícito da prostituição, quanto pela compreensão de que esta atividade é "uma ameaça à saúde e à ordem pública (PISCITELLI, 2007, p. 185)", sendo necessário o processo de regulamentação por parte do Estado, "para proteger a sociedade

[...] mediante a introdução de regras destinadas a garantir a ordem, a saúde, a moral e a decência, assim como o pagamento de impostos, [...] formas de registro obrigatório e outros métodos de controle (ibid.)". Mas essa perspectiva não reconhece direitos trabalhistas e tampouco responsabiliza o Estado pelas condições de vida e trabalho das mulheres prostitutas (ibid.).

Esse movimento teórico-político em torno dos debates sobre a prostituição das mulheres se apresenta também numa quarta tendência apresentada por Piscitelli (2007) que se refere ao modelo trabalhista cujo foco principal é a regulamentação dos direitos, o reconhecimento do trabalho sexual e a garantia de melhores condições de trabalho e vida. A autora afirma que esse modelo decorre da articulação entre aquelas/es "que questionam o direito dos Estados de regulamentarem aspectos vinculados à moral sexual e a ação dos/as trabalhadores do sexo que lutam contra a exclusão dos direitos conferidos a outros trabalhadores pela sociedade (ibid., p. 186)". No entanto, essa concepção que pauta a prostituição como trabalho tem sido alvo de intensas discussões em oposição, conforme o trecho a seguir:

> As correntes contrárias a essa ideia levantam dois argumentos principais. Um deles considera que, como a prostituição seria, em qualquer circunstância, uma violência, a noção de consentimento no contexto da prostituição carece de sentido. A prostituição só poderia ser definida como escravidão, jamais poderia ser entendida como trabalho. O segundo argumento recusa o estatuto de trabalho à prostituição por considerar que a sexualidade não pode ser separada da pessoa da prostituta: vender a sexualidade envolveria vender uma parte fundamental do *self*. O pagamento às prostitutas serviria para ocultar o abuso sexual, aparentemente transformando-o em trabalho. Os contra-argumentos desenvolvidos pelas trabalhadoras do sexo sustentam que o processo de alienação não se restringe ao labor sexual, uma vez que, de acordo com Marx, a alienação é uma dinâmica fundamental em todo labor produtivo no marco do capitalismo (PISCITELLI, 2007, p. 188).

Como vimos, são múltiplos olhares sobre a prostituição e as compreensões sobre as relações de trabalho que se desenvolvem na arena de disputas no campo feminista e nos feminismos. Algumas análises que particularizam a experiência das mulheres entendem a prostituição como uma parte integrante do capitalismo, na qual homens consomem o acesso sexual aos corpos das mulheres. Carole Pateman (1993), aduz que a prostituição se configura como um empreendimento privado, menos explícito, entre cliente e prostituta, apesar de se desenvolver em escala industrial, que institui transações comerciais, políticas e diplomáticas no sigilo, dotado de um caráter criminal do negócio, a depender da conjuntura histórico e social do local em que se desenrola.

No debate acerca do reconhecimento da prostituição como trabalho, Pateman expressa que nesse campo há uma perspectiva contratualista disputando a direção das discussões, ao defender que "a prostituta contrata um certo tipo de capacidade de trabalho, durante um certo período, em troca de dinheiro. [...] (ela) não vende a si mesma ou mesmo seus órgãos sexuais, como normalmente se admite, mas contrata o uso de seus *serviços sexuais* (PATEMAN,1993,

p. 282)". De tal modo, para a perspectiva do contrato, não existe qualquer distinção entre uma pessoa que se prostitui e qualquer outro trabalhador. Decorre dessa perspectiva, na crítica da autora supracitada, uma outra problemática já denunciada no âmbito dos estudos sobre a prostituição e o trabalho sexual, a concepção que nega o fato de a maioria das pessoas que se prostituem serem mulheres, marca do patriarcado moderno estruturado pelas relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade e étnico-racial, uma vez que é fundamental encarar como um problema referente aos homens. Questiona a autora: "Porque os homens reivindicam que os corpos das mulheres sejam vendidos no mercado capitalista (?) (PATEMAN, 1993, p. 285)".

A resposta é dada por Carole. Sob as bases do capitalismo moderno patriarcal, espraia-se a noção equivocada de que "a prostituição faz parte do exercício da lei do direito sexual masculino (PATEMAN, 1993, p. 285)". Logo, a ideia de que a prostituição é um trabalho como qualquer outro e que pode ser desempenhado por todos, homens e mulheres, parece carecer de uma análise histórico-dialética. Conforme a autora, esse fenômeno histórico e cultural foi desvalado por estudos desenvolvidos ao longo do Séc. XIX e final do século XX, mostram que "não há nada de universal na prostituição como um grupo específico de trabalhadores assalariados especializados em determinado tipo de trabalho, ou na prostituição como uma ocupação ou uma profissão especializada, dentro da divisão capitalista do trabalho (ibid., p. 288)". Essa análise reconhece que as prostitutas eram mulheres da classe social mais empobrecida que "entravam e saíam da prostituição, como entravam e saíam de outras formas de trabalho (ibid.)", sem que existisse uma especialização do trabalho, uma profissão.

Conclui-se que o uso do corpo de uma mulher por um homem para a satisfação de seu próprio desejo sexual é o que configura historicamente a prostituição. Essa utilização unilateral do corpo de uma mulher por um homem em troca de dinheiro estabelece a prostituição como o envolver-se em relações sexuais para aliviar os instintos sexuais dos homens. O uso sexual do corpo de uma mulher é o que torna singularmente abusiva a troca sexual comercial, acarretando efeitos devastadores às mulheres. "Uma vez profissionalizada, a prostituição se transformou numa importante indústria capitalista, com a mesma estrutura de outras indústrias, com as prostitutas trabalhando em uma ocupação controlada por homens (PATEMAN, 1993, p. 290)". Nessa abordagem, a prostituição condiciona as mulheres a um processo de auto estranhamento, a fim de que elas desenvolvam "uma relação instrumental em relação ao seu sexo e, portanto, a si própria, dividindo-se em sujeito e objeto (PISCITELLI, 2007, p. 188)". Ao indagar como se relacionam as noções sobre a prostituição com a pornografia, referenciamos a afirmação de Pateman (1993):

> A prostituição faz parte atualmente de uma indústria internacional do sexo que inclui a difusão em massa de livros e filmes pornográficos, a ampla oferta de clubes de *strip-tease* e *peep shows* e a venda, a homens, de excursões sexuais a países pobres do Terceiro Mundo. A exposição generalizada dos corpos e órgãos genitais femininos, seja em representação ou ao vivo, é fundamental para a indústria do sexo e lembra continuamente aos homens — e às mulheres — que os homens exercem a lei patriarcal do direito sexual masculino, e de acesso aos corpos das mulheres. A história do contrato sexual original ajuda a classificar quais dentre a variedade de atividades da indústria do sexo são corretamente chamadas de "prostituição" (p. 292).

Nesse âmbito, o ato sexual em si e as atividades a ele associadas correspondem ao que comumente pode ser chamado de prostituição, visto que está diretamente relacionado ao contrato sexual "original", defendido pela autora como a manifestação contemporânea da sexualidade masculina que se comprova a partir da utilização do corpo de uma mulher. Em nossa cultura, por exemplo, há um mito da manifestação da sexualidade masculina na fase de puberdade, ao ser disseminada a ideia de que levar os homens a realizarem-se sexualmente com mulheres que se prostituem concretizaria a sua virilidade/masculinidade. A concretização do ato sexual é a exibição modelar da masculinidade hegemônica em determinadas culturas. É sob esse aspecto que se diferencia o significado social da venda dos corpos dos homens para fins homossexuais (PATEMAN, 1993), de modo que torna explícito a demanda por investigações dessas perspectivas.

Em diálogo com Gail Pheterson (2009), ao afirmar que "quando são homossexuais ou homens transgênero que fornecem os serviços sexuais, isso não muda em nada a relação sexo/gênero, por que, da mesma forma que as mulheres, eles servem aos homens (p. 204)", consideramos que a incidência de homens na prostituição complexifica, mas não invisibiliza as discussões em torno da experiência das mulheres, especialmente por manter, nessa dinâmica, as determinações estruturais constitutivas e constituintes das relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade e étnico-racial na sociabilidade capitalista, porém, no caso da experiência dos homens, essas determinações possuem significados sócio-histórico distintos. Esses homens, ao serem objetificados ou realizar-se autonomamente, também estão sujeitos a situações de violência e violações de direitos, e, ao mesmo tempo, também são sujeitos da resistência e do enfrentamento às formas de exploração, como foram/seguem sendo as mulheres. Consoante a Piscitelli (2007), esse novo olhar sobre o trabalho sexual possibilita reconhecer a "existência de uma ordem sexista", em um terreno de disputas, que é deve ser ativamente usada como "espaço de resistência e subversão cultural (ibid., p. 189)".

Entendemos que, na atual dinâmica societária, os homens também são coisificados (ou se reificam) em favor da sexualidade de outros homens, majoritariamente. Esses, portanto, consomem os produtos do trabalho sexual de forma irresponsável, indiscriminada e dissociada

do contexto complexo em que se dão esta atividade e, como consequência de perspectivas moralizantes, os agentes do trabalho sexual são vulnerabilizados, estigmatizados, marginalizados. Todavia, é imprescindível reconhecer que os impactos sob as mulheres são veementemente mais contundentes quando analisamos profundamente as imbricações entre as relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade e étnico-racial, entre outras expressões da diversidade humana (geração, território, condição física, mental e sensorial etc.).

De tal modo, sob a perspectiva crítica, contextualizamos o trabalho sexual como uma atividade que agrega simultaneamente e contraditoriamente opressão e resistência, sujeição e subversão, particularmente ao apreendermos as pautas políticas e ações oriundas das organizações sociais em torno da prostituição e do trabalho sexual no Brasil e no mundo. Ademais, ressaltamos que, por mais imbricados dialeticamente que estejam prostituição e trabalho sexual, compreendemos como formas distintas de categorizar e analisar as atividades que estão localizadas no âmbito do sexo/sexualidade. Essa distinção é necessária fundamentalmente por preservar os estudos sobre a prostituição e a exploração "específica" à condição feminina, expressa na dura realidade enfrentada pelas mulheres que vem sendo veemente refletidas por movimentos sociais, ativistas e acadêmicas, tanto numa óptica moralizante e ideológica, quanto numa concepção de luta por direitos, regulamentação da profissão e enfrentamento às múltiplas formas de abuso e exploração sexual.

O termo "Trabalho Sexual" é bastante amplo e controverso por se referir ao conjunto de trabalhadores que desenvolvem atividades tanto na indústria do sexo, quanto no setor de serviços, no âmbito das relações e práticas sexuais e das sexualidades, constituindo formas de objetificação dessas, através da venda do sexo, da imagem, da fantasia, do prazer, e não do corpo, consolidando a produção de uma mercadoria pronta para o consumo, expressivamente masculino. Dada a amplitude do conceito, este compreende um vasto número de sujeitos que desenvolvem múltiplas atividades relativas ao sexo, tais como *webcamming*, *stripping*, acompanhantes, produtores de conteúdos adultos etc., incorporando todos que estão atuando na indústria do sexo. Isso inclui, inclusive, aquelas/es que se beneficiam da exploração sexual dos que estão em ocupações degradantes e vulneráveis, no entanto, menos susceptíveis do que a prostituição em decorrência da coerção econômica e das relações de poder estabelecidas. Salientamos que essa definição exclui veementemente qualquer atividade que se desenrole sem consentimento ou que não se realize entre pessoas maiores de 18 anos, por reconhecermos que se trata de formas de violência, abuso e/ou exploração sexual.

A expressão fenomênica analisada nesta tese abarca o trabalho sexual desenvolvido por homens que realizam o intercâmbio de produtos sexuais específicos por remuneração nas redes

sociais e plataformas digitais constitutivas do mercado erótico-pornográfico, especificamente, relacionados à venda de conteúdos por assinatura, com a finalidade de apresentar perspectivas essenciais que configuram a experiência desses homens, contemplando aspectos técnicos e operacionais de uma abordagem como trabalho, assim como, as demandas e necessidades desses agentes diante a conjuntura sociocultural, política e econômica vigente no Brasil na atualidade.

4.1. Na boca do povo: O debate público sobre o *crush*

A promessa de dinheiro fácil disseminada nas redes sociais trouxe à público uma série de discussões sobre o desenvolvimento de trabalho sexual nas plataformas digitais por meio da venda de conteúdo erótico-pornográfico. Configurando-se como o novo "se nada der certo", abrir uma conta no *Onlyfans* tornou-se o novo jargão popular como alternativa para solucionar os problemas financeiros, no âmbito pessoal e profissional. Conforme abordamos no primeiro capítulo, o avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo no Brasil, os impactos da pandemia de COVID-19 e os altos índices de desemprego e de ingresso na informalidade são expressões fenomênicas que nos auxiliam a compreender tal popularidade. Todavia, além desses aspectos conjunturais, destacamos outras manifestações que nos indicam essa ampliação da popularidade das plataformas digitais e do trabalho sexual plataformizado: **a)** A expansão do capitalismo de plataforma no contexto de pandemia; **b)** a concepção generalista e falaciosa da prostituição e do trabalho sexual como atividades de rendimento fácil; **c)** o compartilhamento de nudes e as relações sociais via redes sociais e plataformas digitais; **d)** a disseminação nas redes sociais e mídias em geral de casos midiáticos nas plataformas; **e)** a lógica empreendedora e a possibilidade concreta de prover rendimentos na palma das mãos; e **f)** a questão do consumo como fenômeno cultural das sociedades capitalistas contemporâneas.

Essas asserções constituem-se caminhos para uma maior intelecção do fenômeno estudado. Transacionar esses aspectos conjunturais é o que nos possibilita apreender a racionalidade neoliberal que estrutura e organiza a sociedade capitalista contemporânea, tendo como uma de suas características essenciais "a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15)". Essa nova razão incide no mundo do trabalho e nas relações sociais, em particular no fenômeno social do trabalho mediado por plataformas digitais, que se expande de modo acelerado no Brasil e no mundo no contexto de pandemia da COVID-19, momento em que uma multiplicidade de atividades laborais passa a ser desenvolvida pelo intermédio das tecnologias informacionais e comunicacionais e a lógica empreendedora entra em ebulição, dando ênfase à

individualização das respostas aos diversos e regressivos impactos socioeconômicos em decorrência do estado de calamidade pública em escala global.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016), declaram que o empreendedorismo "é o princípio de conduta potencialmente universal mais essencial à ordem capitalista (p. 134)". Atuante na circulação de bens e prestação de serviços, o sujeito social, ante o imperativo da racionalidade empreendedora, realiza-se, segundo os autores, como um ser tomado por um espírito comercial, em busca de oportunidades que se conformem como fonte de renda e lucratividade. Em meio às reformas trabalhistas, que resultaram na flexibilização das relações de trabalho, e o contexto pandêmico, intensifica-se a dependência das plataformas digitais tanto para o trabalho, quanto para o consumo de bens e serviços, constituindo novos modos de ser e viver na sociabilidade capitalista. Algoritmos, dataficação e financeirização são a tônica do trabalho mediado, organizado e governado por plataformas digitais (VAN DOORN, 2017).

Envolvidos pela lógica empreendedora e a constante corrida em busca da oportunidade no mercado, os sujeitos realizam atividades marcadas por uma subordinação às tecnologias e mediadas pela dimensão do rendimento, produzindo valor para as plataformas digitais. Ricardo Antunes (2023), na intenção de apreender o trabalho e o (des)valor fronte o fenômeno da expansão do capitalismo de plataforma, apresenta três teses: 1) os laboratórios de experimentação do trabalho no capitalismo de plataforma; 2) capitalismo de plataforma e protoforma do capitalismo; e a 3) uma nova era de desantropomorfização do trabalho (p. 14). Antes de apresentar a síntese dessas teses, a definição descritiva sobre o capitalismo de plataforma é basilar para nosso estudo, de acordo com o autor, refere-se a "uma fase informacional-digital-financeira do capitalismo na qual o sistema depende cada vez mais do uso intensificado de plataformas (ibid., p. 18)", constituindo-se uma expansão do "*novo proletariado de serviços na era digital"*, consolidando novas formas de geração do "*mais-valor*, ainda que frequentemente assumindo a *aparência* do *não-valor*[91] (ibid., p. 15)".

[91] Ricardo Antunes apresenta suas reflexões quanto ao processo de produção que se realiza no processo de circulação, tendo em vista que a esfera da produção não se efetiva sem a circulação (2023, p. 16). Ele sintetiza que "o capitalismo vem demonstrando uma enorme capacidade de articular as atividades *materiais*, que têm grande prevalência na indústria de transformação e na agroindústria, àquelas nas quais se ampliam também as atividades *imateriais*, como as desenvolvidas na indústria de serviços e nas grandes plataformas digitais. Esses arranjos contribuem para que possamos melhor compreender o papel vital que a *informação*, convertida em *nova mercadoria*, passa a assumir no processo de valorização e geração de mais-valor. É imperioso acrescentar que esse movimento global do capital encontra-se sob comando do capital financeiro, a quem cabe impulsionar e dirigir econômica, política e ideologicamente a *totalidade da produção e reprodução do valor*. Com a ampliação do universo digital, e as tecnologias de informação e comunicação presentes cada vez mais na produção (em sentido amplo), encontramos novos componentes que merecem uma análise cuidadosa, de modo a melhor captar o papel que essas tecnologias vêm desempenhando nas formas de acumulação do capitalismo contemporâneo. Isso porque esses novos espaços produtivos, cada vez mais conectados com as plataformas digitais e com o mundo dos algoritmos, vêm tendo enorme destaque na geração de lucros e de mais-valor, obrigando-nos a melhor

Conformou-se, então, que o trabalho mediado por plataformas acontece a partir de diferenciadas formas de apropriação do valor, longe de qualquer abstração, a depender das especificidades da plataforma em uso, da heterogeneização das atividades realizadas e das imbricações entre as questões das relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade, étnico-racial e territorialidade, no âmbito da divisão sociossexual, étnico-racial e global do trabalho, se intensificando condições de trabalho mais precarizadas, mormente nos países do Sul global[92], onde essa se configura como a alternativa, com aparência de única e permanente, de trabalho na atualidade. No entanto, ao analisarmos a especificidade da América Latina e do Brasil, a informalidade e a precarização do trabalho são historicamente a norma para a sobrevivência.

Assim, na era digital, a produção do *mais-valor* está contida em todo o processo de produtivo até a chegada no consumidor, de tal maneira que, da extração de matérias-primas, produção dos equipamentos tecnológicos e *softwares* até o consumo, se localiza o trabalho produtor de lucratividade. De volta às teses do Antunes (2023), tal como destaca o autor, a primeira concerne a ampliação significativa dos experimentos arrojados pelo capitalismo para testar múltiplas formas de trabalho vinculando-os e subordinando-os às plataformas digitais, particularmente durante o contexto de pandemia. Essa transformação às pressas, reorganizou o mundo do trabalho, integrando ainda mais a produção e circulação e, consequentemente, a expansão dos lucros. Como argumenta o autor,

> Resultado de um complexo movimento, cujas origens remontam à crise estrutural do capital, as grandes corporações vêm se utilizando simultaneamente de uma enorme massa de desempregados que passam a trabalhar sob o comando das tecnologias digitais e seus algoritmos. Essa simbiose também vem permitindo o incentivo à individualização do trabalho (o "empreendedorismo", a "autonomia" e mistificações assemelhadas), e, assim procedendo, conseguem burlar a legislação protetora do trabalho, tendência que tem enorme potencial de expansão para um conjunto de atividades que se desenvolvem na indústria de serviços, isto é, nos serviços comoditizados ou mercadorizados (ibid., p. 29).

Nesses termos, as consequências das experimentações nos novos laboratórios do trabalho desenvolvidos pelas corporações globais plataformizadas são a consolidação de "novas" modalidades de trabalho, dotadas de uma lógica "empreendedora" e "autônoma", a construção de um mercado que opera em escala mundial, auxiliando as instituições a

---

compreender como as grandes plataformas digitais - que de fato são verdadeiras corporações globais - vêm participando do que Srnicek denominou como *capitalismo de plataforma*. Trata-se de empresas que, além de detentoras de informação, são cada vez mais proprietárias da infraestrutura da sociedade, com forte potencial monopolista e concentracionista no conjunto da economia global (ANTUNES, 2023, p. 17)".

[92] Ursula Huws apresenta o conceito *cybertariat* para tratar do conjunto de trabalhadores que desempenham suas atividades sempre conectados às tecnologias informacionais-comunicacionais, em particular aquelas mais rotineiras, ditas manuais, constituindo, assim, o novo proletariado da era digital. Para maior profundidade nesse tema, ver: HUWS, Ursula. *Desmercantilizar as plataformas digitais*. In.: GROHMANN, Rafael. Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas. Boitempo Editorial, 2021.

expandirem, de forma ilimitada, desregulada e a baixo custo, as suas redes de produção e circulação de bens e serviços, assim como, possibilitando que o conjunto de trabalhadores vendam a sua força de trabalho para além das fronteiras, ultrapassando sua dimensão territorial, cujos efeitos são a combinação dialética entre exploração, espoliação e expropriação, de modo intensificado. No entanto, essa circulação de mercadorias e extração do mais-valor do trabalho plataformizado se realiza de maneira desigual e combinada entre os diferentes países do globo (considerando a divisão internacional do trabalho), seguindo as distinções de classe, expressando-se nas desigualdades sociais prevalecentes na realidade brasileira e latino-americana, por exemplo.

A segunda tese indicada por Antunes está relacionada aos moldes atuais nos quais as grandes corporações buscam harmonizar o arcaico e o moderno. Ou seja, trata-se da recuperação e recriação de "formas pretéritas de exploração e espoliação do trabalho (Antunes, 2023, p. 32)" impulsionadas pela ampliação das TIC. Conforme justificativa do autor,

> Isso ocorre porque, em plena era digital, intensificam-se as modalidades de sucção do excedente de trabalho (intelectual e manual) em todos os espaços onde o capital se reproduz, exatamente no período em que, dado o enorme avanço tecnológico, a j*ornada de trabalho poderia ser significativamente reduzida*. A ininterrupta competição entre as corporações globais, em uma era de crise estrutural do capital, converte a devastação e a corrosão do trabalho em um imperativo indiscutível para o capital. É por isso que estamos presenciando uma variante de acumulação ao mesmo tempo muito *digital* e abusivamente *primitiva*. Um *capitalismo de plataforma* que parece ter algo em comum com a *protoforma do capitalismo*. Isto porque, uma vez mais, o *sistema de metabolismo antissocial do capital* impõe seu curso, articulando o *moderno*, que se encontra, por exemplo, na inteligência artificial, com o *arcaico*, intensificando o binômio *exploração* e *espoliação* (ibid., p. 32).

Desse modo, à medida que se expande o desenvolvimento tecnológico à nível mundial, ampliam-se as formas de valoração capitalista, inclusive, resgatando moldes antiquados de trabalho que se encontravam sob o domínio explorador do capital e que, em determinado contexto sócio-histórico, foram regulados e até mesmo extintos dada a promulgação de leis trabalhistas, contudo retomam na atualidade em uma conjuntura de reestruturação produtiva e flexibilização das relações trabalhistas, em meio à crise contemporânea do capital catalisada pela período pandêmico do novo coronavírus e se espraiando pós-pandemia. Ademais, se estendem as formas de espoliação, uma vez que, além de venderem a força de trabalho, o conjunto de trabalhadores/as são responsáveis diretos pelos equipamentos tecnológicos utilizados em suas atividades e pela contingência desses instrumentos. Além de serem também responsáveis por seus meios de circulação pela cidade (bicicletas, motos e carros) e/ou de prestação de serviço de mobilidade urbana, seus equipamentos de proteção (capacete, luvas etc.) e de trabalho (as mochilas ou caixas para carregamento de cargas, como alimentos e outras mercadorias em entrega).

A tese da nova era de desantropomorfização do trabalho apresentada por Antunes (2023) ocupa-se da "expressiva ampliação do *trabalho morto*, tendo o maquinário digital como dominante e condutor de todo o processo produtivo, com a consequente redução do *trabalho vivo* (p. 34)". Nesta terceira tese, o autor chamamos a atentar para o processo de substituição das atividades humanas por novos maquinários comandados por algoritmos, automatizando e robotizando a produção, como também, cada vez mais exercendo o gerenciamento. Esse fenômeno se difere na forma e no conteúdo do que ocorreu com a inserção de maquinários na I Revolução Industrial, pelas características que expressam o modo no século XXI. As análises do autor indicam que para operacionalizar o maquinário digital, internetizado e coisificado:

> novas atividades serão criadas, [...], nos polos mais qualificados informacionalmente, [...], ao mesmo tempo que serão eliminadas amplas parcelas da classe trabalhadora que se tornarão supérfluas, sobrantes e descartáveis, ampliando o contingente de desempregados(as) e subempregados(as), cada vez mais sem perspectiva de futuro. Quadro que se agrava, uma vez que estamos defronte de um fortíssimo movimento de competição entre grandes corporações globais cujo objetivo principal é o de garantir a sua sobrevivência e expansão no mercado global. [...]. É por conta desses elementos socialmente destrutivos que estamos às vésperas de um novo processo de *desantropomorfização do trabalho* (para recordar Lukács), uma vez que se acentua expressivamente a tendência de eliminação (e/ou sujeição) de nossos contingentes de *trabalho vivo* e sua substituição (e/ou subordinação) pelo *trabalho morto*, resultante desse novo empreendimento empresarial que visa consolidar a *nova fábrica digital* nos mais distintos ramos e setores econômicos. Estamos adentrando, então, em um novo patamar de *subsunção real do trabalho*, que aprofunda sua condição de *apêndice da máquina informacional, digital e algorítmica* (ibid., p. 35).

Conclui-se com as teses de Antunes que o avanço do capitalismo de plataforma coloca o conjunto de trabalhadores/as em condições aviltosas de trabalho, em razão dos atuais processos de exploração, espoliação e expropriação, na combinação de mecanismos modernos e arcaicos, provenientes da ampliação do uso de tecnologias, assim como, direciona uma massa de trabalhadores/as à condição de desemprego e informalidade, medrando a *desantropomorfização do trabalho*. O resultado é o fortalecimento da lógica empreendedora, florescendo a figura do *empreendedor-proletário*, como nomeia o autor, permitindo-nos entender o grande contingente populacional que se lança nas plataformas digitais na busca por geração de renda e, consequentemente, a garantia das necessidades básicas vitais. Essa inserção acontece, com frequência, em atividades laborativas avulsas, intermitentes, esporádicas e precarizadas.

Consideramos, portanto, a partir das reflexões apresentadas, que o trabalho sexual plataformizado se realiza fronte a combinação entre as arcaicas práticas de prostituição institucionalizada, tal como nos bordéis, majoritariamente realizadas através do lenocínio do trabalho das mulheres, e a utilização das novas tecnologias e o desenvolvimento das plataformas digitais que modernizam essas atividades laborais. Nessa linha de investigação, afirmamos

nesta tese o avanço de plataformas digitais que constituem o mercado erótico-pornográfico, como o *Onlyfans* e o *Privacy*, que se configuram como espaço para as trocas entre consumidores e produtores de conteúdos adultos, disseminando a comercialização de conteúdos homoerótico-pornográfico e fomentando um novo modelo de negócios para o trabalho sexual na era digital.

A análise sobre o empreendimento dos produtores de conteúdos adultos e a popularidade dessas plataformas digitais no Brasil pode igualmente ser apreendida sob a ótica do conhecimento vulgar que defende uma concepção generalista e falaciosa da prostituição e do trabalho sexual como atividades de rendimento fácil, alegando ser um exercício que as pessoas optam por desenvolvê-lo por configurar-se uma maneira aparentemente "sem esforço" de prover rendimentos. Desmistificar a banalização e a naturalização da prostituição é um caminho essencial para ruptura com a essa concepção comumente de que se trata de uma atividade fácil, visibilizando os nefastos efeitos das violências e violações de direitos historicamente cometidas contra as mulheres e as denúncias empreendidas acerca das condições precárias e a exploração, conforme já discutido nas páginas anteriores.

Paradoxalmente, é um assunto pouco abordado em profundidade, pois a prostituição é tratada em nossa sociabilidade como um tabu, derivado de uma série de implicações e explicitações morais, éticas, políticas, religiosas e legais, na mesma medida que é explicitamente visível nas ruas, bares, esquinas e nas redes sociais. Construída historicamente, a percepção de que a prostituição é a opção "mais fácil" caracteriza os processos de desmoralização e estigmatização das mulheres, em particular, que passam a ser vistas como "pecadoras", "errantes", "putas" e, objetivamente, experienciam contextos sociais marginalizantes. O fato dessas mulheres realizarem os desejos sexuais de outros, rompendo as convenções morais sobre o corpo feminino, fundamenta essas percepções jocosas. De tal maneira, refletir sobre o senso comum acerca da prostituição e do trabalho sexual como um fenômeno que expressa as regulações dos corpos e da sexualidade humana, reforçando estereótipos, reproduzindo os mecanismos de "exclusão" e marginalização social e a invisibilidade das opressões, no intuito de naturalizar as relações comerciais sexuais desreguladas, clandestinas.

Essa percepção vulgar sobre a prostituição e as demais atividades que constituem o universo do trabalho sexual verbalizada corriqueiramente, constitui uma questão complexa e controversa, conforme apresentamos anteriormente, por envolver aspectos sociais, econômicos e culturais, das quais consideramos os seguintes pontos: i) o trabalho desenvolvido é

socialmente marginalizado; ii) o estigma[93] que, social e historicamente, acompanham as pessoas que estão nessas atividades geram uma série de preconceitos e discriminações e, por consequência, consolidam-se obstáculos para o acesso à bens e serviços e a garantia de direitos, num sistema de exploração e opressão; iii) muitas dessas pessoas experienciam condições precárias de vida e de trabalho (baixa remuneração, locais clandestinos, "inapropriados" e/ou inseguros para realização de suas atividades, falta de proteção legal e segurança social, ausência de uma rede de apoio etc.); iv) em algumas situações, o ingresso nessas atividades pode ser uma escolha impulsionada por circunstâncias adversas, em particular devido a fatores socioeconômicos, a exemplo do desemprego, da pobreza absoluta, do não acesso (ou acesso limitado) à educação e a falta de políticas de trabalho, emprego e renda; v) Algumas pessoas escolhem de maneira consciente, enquanto outras adentrar na profissão em decorrência de circunstâncias coercitivas, como tráfico humano, abuso e/ou exploração; vi) A ausência de informações acerca das situações reais enfrentadas na prostituição e no trabalho sexual, incluindo os impactos na saúde física e mental, pela falta de acesso à política pública de saúde, no âmbito da promoção e prevenção às IST, entre outros determinantes sociais da saúde do trabalhador/a; vii) em locais onde esse trabalho não é regulamentado ou é uma atividade ilegal, os trabalhadores/as enfrentam maiores riscos e menos proteção; viii) e, por fim, o debate público sobre a regulamentação, em alguns contextos, pode influenciar na mudança de paradigma quanto a esse trabalho, reconhecendo-o como uma fonte legítima de geração de renda.

Considerar esses aspectos sociais, econômicos e culturais é crucial para melhor apreensão sobre as motivações e as condições que levam algumas pessoas a escolherem essa atividade, permitindo a superação de perspectivas moralizantes, ao defrontar com questões reais que compreendem essa atividade laboral. Até mesmo, possibilitando que o debate sobre a legalização e regulamentação desse trabalho elucubrem sobre o fornecimento de alternativas viáveis, como acesso à seguridade social e educação, treinamento profissional, apoio psicossocial e outros elementos fundamentais para a materialização de dignas condições de trabalho via proteção social estatal.

---

[93] Na acepção de Erving Goffman (1891), o estigma na contemporaneidade representa a falta de oportunidades que uma determinada sociedade extrai dos sujeitos estigmatizados, pois é lido como algo ruim, que deve ser abastado por representar uma ameaça social. Dessa forma, esses sujeitos são atribuídos a uma identidade deteriorada socialmente. O autor afirma que "a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas (ibid., p. 05)". Para mais detalhes, ver: GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, Publicação original, 1891.

No Brasil, por exemplo, em plena conjuntura pandêmica, o trabalho das prostitutas e demais trabalhadoras/es sexuais foi impactado pelas transformações na dinâmica societária, no entanto, gozou de irrisória proteção. Além das questões exaustivamente abordadas nessa tese, destacamos a escassez de medidas protetivas por parte do Estado e da gestão em vigência à época, escancarando a violência e violação de direitos institucionais e a preservação de determinadas vidas em detrimento de outras. Exemplificando, no rol das ações promovidas pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos da Presidência da República (MMFDH/PR), sob o comando de Damares Alves, ministra do Governo Bolsonaro, destacamos uma cartilha que reproduzia formas de controle dos corpos e comportamentos, divulgada especificamente para a população reconhecida unicamente como LGBT no documento oficial. Intitulada "Já sabe o que fazer para se proteger do novo coronavírus? Se liga", a cartilha reconhece o contexto de extrema vulnerabilidade social que assolou essa população e, como resposta, apresentou uma série de dicas de autocuidado durante a pandemia: ter uma rede de apoio; evitar sair; procurar os serviços de saúde apenas se estiver com sintomas graves; não compartilhar objetos pessoais etc. (BRASIL, 2020).

Com relação à temática do trabalho, reconhecem que trabalhadores autônomos, profissionais do sexo e pessoas sem renda fixa são mais prejudicadas durante as recomendações de quarentena, portanto, a dica compartilhada pelo MMFDH/PR foi para que estes se reinventem e, se tiverem que trabalhar, estabeleçam diálogos com os clientes para pôr em prática a opção do serviço virtual (sexo virtual para as profissionais do sexo). Recomendou-se o uso de tecnologias para substituir as idas a bares, academias, saunas, boates, clubes e festas, substituindo os encontros presenciais por encontros virtuais. Como estratégia para cuidados com a saúde mental, sugeriu-se conversar virtualmente com familiares e amigos, como também, desenvolver novos talentos - ler e estudar (BRASIL, 2020). Essas foram as respostas dadas pelo aparelho estatal para as questões da população LGBTQIA+ na pandemia do novo coronavírus no Brasil e, com destaque, para as pessoas que desenvolviam trabalho sexual.

O uso excessivo das redes sociais para preservação das relações sociais em decorrência das múltiplas medidas de prevenção à COVID-19 e promoção à saúde intensificou a experiência virtual de parcela da população com acesso à internet e a equipamentos tecnológicos. Associa-se a esse elemento a dinâmica erótico-pornográfica de compartilhamento de nudes, em formato de imagem ou vídeo, que, não sendo novidade, expandisse dada as possibilidades de preservação das relações sexuais em período de restrições diante a crise sanitária mundial.

A prática de enviar fotografias ou vídeos eróticos ou sexualmente explícitos de si mesmo tornou-se um fenômeno mais comum com o advento das novas tecnologias e, em particular,

com os smartphones, pela facilidade de capturar imagens e compartilhar via redes sociais. Os nudes, como popularmente é conhecido, refere-se ao fato de pessoas estarem, nesses registros, sem vestimentas, nus, despidas. A fim de esmiuçar tal popularidade, apresentamos alguns marcos importantes: i) com o acesso a câmeras digitais e smartphones com câmeras integradas, as pessoas passaram a possuir dispositivos tecnológicos prontamente disponíveis para registrar fotos e vídeos em qualquer lugar e a qualquer momento; ii) a proliferação de redes sociais e plataformas digitais apropriados ao compartilhamento desses conteúdos de maneira rápida e fácil, para contatos individuais e/ou coletivos; iii) a cultura contemporânea valoriza o estabelecimento de relações interpessoais no âmbito virtual, particularmente em contexto de pandemia; iv) associa-se a esse fenômeno, um movimento de autonomia corporal e sexual, de modo consensual, porém não sem problemas relacionados; v) embora o envio de nudes em grande parte ocorre por uma escolha pessoal, há uma série de riscos associados a essa prática, como o vazamento não-consensual desses conteúdos e a violação da privacidade; vi)assim como, a disponibilidade de conteúdos pornográficos *online* também é um fator impactante para uma maior aceitação e naturalização das trocas de imagens eróticas.

Quanto aos crimes virtuais, alguns países possuem leis específicas relacionadas à divulgação não consensual de imagens íntimas, com o objetivo de proteger a privacidade e a segurança das pessoas. Citando o Brasil, as legislações que objetivam superar os desafios impostos pelo ambiente digital em constante desenvolvimento, regulamentando o uso dessas tecnologias e criminalizar práticas autoritárias, abusivas e fraudulentas, destacamos, inicialmente, o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940) que expressa os crimes que podem ocorrer tanto no mundo físico quanto no virtual, a exemplo de calúnia, difamação, injúria, estelionato, falsificação, apropriação indébita, entre outros. Em 2012, mediante a Lei nº 12.737/2012, popularmente conhecida como Lei Carolina Dieckmann, o delito de invasão de Dispositivo Informático foi inserido no Código Penal. Essa lei tipifica como crime a invasão de computadores, notebooks, smartphones e outros dispositivos com o fim de obter, adulterar, divulgar ou destruir os dados pessoais, informações sigilosas ou conteúdo privado sem autorização expressa ou tácita do proprietário.

Seguindo esse parâmetro, no ano de 2014, foi promulgada a Lei nº 12.965/2014, o Marco Civil da Internet, estabelecendo princípios, garantias, direitos e deveres que regulam o uso da internet no Brasil. Dentre outros princípios, damos destaque à proteção da privacidade e dos dados pessoais. E quanto aos direitos e garantias das/os usuárias/os de internet, a inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações e inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas. Entretanto, em caso de ordem judicial, a lei garante a

disponibilidade dos dados. Em 2018, foi promulgada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) que regulamenta o tratamento de dados pessoais no Brasil por parte de empresas e demais organizações, quanto à coleta, armazenamento, processamento e compartilhamento, visando proteger a privacidade das/os usuárias/os, implicando na transparência e segurança cibernética e nos mecanismos de prevenção à vazamento de informações. Por fim, no ano de 2021, decreta-se a Lei nº 14.155/2021 que criminaliza as fraudes eletrônicas relacionadas a ações como *phishing*[94], furto mediante fraude, coibindo essas práticas no ambiente digital e combatendo o uso indevido de serviços financeiros eletrônicos. Ademais das leis supracitadas, existem outras que almejam regulamentar o uso do espaço virtual e, a medida que o desenvolvimento tecnológico avança, outros aparatos jurídicos regulatórios serão promulgados, buscando manter a legislação local atualizada e eficaz.

De volta aos aspectos conjunturais que determinam este fenômeno, a opção pelo trabalho sexual no contexto da pandemia se deu por diversas e complexas razões, como já referenciamos, favorecendo o uso das plataformas digitais e a disseminação nas redes sociais e mídias em geral de casos midiáticos, impulsionando a inserção da classe trabalhadora nesse novo *laboratório de experimentação do capital*, conforme a asserção de Antunes (2023). Frente a particularidade pandêmica, as grandes corporações mundiais pulverizam a tendência à ampliação do trabalho digital, transformando freneticamente o mundo do trabalho contemporâneo. Porém, seria decerto equivocado apostar nas acepções que sobrevalorizam o trabalho digital, buscando esconjuntá-lo do trabalho vivo, pelo fato de que todos os elementos do universo das TIC derivam de "algum tipo de interação com a atividade humana em geral e o trabalho manual em particular (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 41)". Isso impõe o quão relevante é compreender a difusão do trabalho digital nos países localizados na periferia do capital globalizado, especialmente pelas características que assemelham o amplo leque de atividades que, apesar de diferentes, incorporam essas novas tecnologias, pavimentadas pelo subemprego, informalidade e outras formas de precarização do trabalho e das/os trabalhadoras/es.

Ao analisarem o trabalho digital no quadro do capitalismo pandêmico, Ricardo Antunes, Pietro Basso e Fabio Perocco (2023) reconhecem dois fatores importantes em relação a pandemia e o capitalismo que são cruciais para o entendimento do fenômeno estudado: o fator

[94] Refere-se a uma forma de ataque cibernético que visa enganar pessoas, induzindo-as a revelarem seus dados pessoais e outras informações confidenciais, como números de registros oficiais, senhas, dados de contas bancárias, números de cartão de crédito, entre outros dados, mediante telefonema, mensagens de SMS, e-mail e/ou redes sociais.

aceleração e o fator reorganização. O primeiro fator, já abordado nesse estudo, reafirma o *boom* do uso de tecnologias digitais para o desenvolvimento de múltiplas atividades laborais na perspectiva do "o presente é on-line" e a "aceleração de processos e fenômenos típicos da era neoliberal (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 49)", tais como o acirramento das desigualdades sociais, a individuação das relações trabalhistas, a automação dos mais diversos espaços de trabalho e a precarização estrutural do trabalho já em curso. O segundo fator, conforme os autores supracitados, corresponde ao fato de que, para o capital, a pandemia se desenhou como um fator determinante da reorganização e expansão do campo de atuação, impulsionando a ampliação da lucratividade e produtividades de grandes grupos digitais à nível mundial, disseminando-se exponencialmente "na economia digital, alimentando ainda mais o processo de informatização da vida social, numa busca frenética por novos espaços de mercado para vender produtos e serviços mais ou menos novos e gerar novas necessidades (ibid., p. 51)".

Incorporando novos recursos nas relações de trabalho, as tecnologias digitais consagram-se instrumentos essenciais para geração de renda e garantia de sobrevivência, em particular, da população que vivencia a precarização vital e laboral nos países de capitalismo periférico. A dissipação de alternativas para superação do desemprego, dada ao contexto pandêmico, nas redes sociais e mídias em geral apresentavam o mundo da informalidade sob a lógica empreendedora via uso das tecnologias como a grande solução. Esse fenômeno explicita, na perspectiva gramsciana, que a classe dominante se utilizou (e segue utilizando) do seu domínio sobre os aparelhos privados de hegemonia para pulverizar os seus ordenamentos quanto ao uso capitalista das tecnologias. Essa projeção auxiliou a propagação do trabalho sexual plataformizado como uma possibilidade altamente rentável e capaz de ser desenvolvida mediante o uso de equipamentos digitais de acesso popular, a exemplo dos smartphones.

Contemporaneamente, as redes sociais e mídias em geral produzem impactos na sociabilidade diante uma série de funções que exercem culturalmente, na intenção de construir e moldar a consciência social, individual ou coletiva, e, por consequência, favorecer a manutenção do poder por parte da classe dominante, referendando o seu projeto societário, influindo nos valores, princípios e ideias de uma determinada sociedade. Assim como se consolidam meios alternativos, antagônicos à ordem em vigência, resistentes, a fim de lutar por uma concepção ideológica e societária divergente da dominante, com base crítica e contra-hegemônica. Nos meios de comunicação, diferentes sujeitos desempenham esse papel diretivo e dotado de intelectualidade sob a ótica que narra a visão de mundo das classes sociais antagônicas na disputa por hegemonia, dentre eles jornalistas, escritores, produtores de

conteúdo, entre outros que, sendo ou não profissionais da área de comunicação, encontram espaço para disseminar suas concepções e favorecer a construção de consensos.

Instrumentos essenciais para a disseminação da cultura hegemônica, os meios de comunicação, através de filmes, séries, documentários, músicas, notícias e outras ferramentas comunicacionais, expressam como as ideias, valores, princípios e narrativas são consolidados e compartilhados na sociedade, sendo crucial para a formação do pensamento coletiva e basilar para a reprodução das relações sociais. Com o já debatido avanço das TIC, esse processo ocorre de modo acelerado e em grande escala, basicamente em tempo real, transcendendo barreiras geográficas e refletindo na forma como as pessoas se relacionam e consomem informações.

Outros aspectos que merecem destaque referem-se ao entretenimento disponibilizado nas redes sociais e mídias em geral, por servirem como espaços disparadores de conteúdos criativos, informativos e de múltiplas vertentes, através dos vídeos, fotos, músicas, podcasts, memes e outros elementos em que as pessoas compartilhem notícias, experiências e opiniões, influenciando a percepção pública sobre aspectos políticas, sociais e culturais cotidianos. Até mesmo empresas e outras instituições utilizam dessas ferramentas como parte fundamental de suas estratégias de marketing e publicidade, por configurar-se um meio eficaz de atingir o público-alvo das ações, garantindo uma promoção ampliada dos produtos e estabelecendo um relacionamento com os consumidores. Outrossim, é um espaço bastante utilizado também para promover mobilizações políticas, articulação entre movimentos sociais e ativistas em geral, tornando-se um mecanismo acessível e de fácil comunicação para a organização da sociedade civil e seus diversos segmentos, ampliando a voz e a visibilidade das pautas sociais.

Destacamos, desse modo, a diversidade de funções e os impactos que as redes sociais e mídias em geral têm na sociedade. Apesar dos bônus, também há de se referenciar os ônus. Um desafio significativo está associado ao compartilhamento de informações falsas, as famosas *fake news,* afetando expressivamente a percepção da realidade. Assim como a propagação de discurso de ódio, aversão ou críticas intensas, repletas de termos jocosos, expressas de maneira hostil, negativa e desrespeitosa. *Haters* é o termo popularmente conhecido por nomear pessoas que agem dessa forma nas redes sociais, tornando o ambiente digital insalubre. Outro tema que merece destaque é com relação ao uso excessivo de redes sociais que também tem causado impactos severos na saúde física e mental da população. Questões quanto à privacidade e segurança dos dados coletados massivamente nas redes sociais também é uma questão relevante. Em última análise, reconhecemos que esses aspectos merecem estudos aprofundados, porém o nosso foco é explicitar a dinamicidade e a influência das redes sociais e mídias em geral na sociedade, repercutindo no modo como as pessoas se comunicam, se informam,

percebem e se posicionam no mundo, assim como, em destaque, o uso dessas plataformas como ferramenta de trabalho.

Com esses destaques, levamos em conta o conjunto de notícias propagadas nas redes sociais e mídias em geral acerca do trabalho sexual desenvolvido em plataformas digitais como estratégia para geração de renda, conforme analisamos criticamente neste estudo. No Brasil, é no contexto de pandemia da COVID-19 que algumas plataformas digitais ganham notoriedade popular ao serem definidas como alternativa para ganhar dinheiro online. Ainda conforme Ricardo Antunes, Pietro Basso e Fabio Perocco (2023):

> Esse veloz e longo salto deve-se à necessidade objetiva de utilizar instrumentos capazes de garantir o distanciamento físico, de encontrar soluções rápidas e eficazes, mas também ao fato de que as tecnologias digitais já estavam preparadas, e as empresas que operam na economia digital já dispunham de uma ampla gama de serviços. Com a chegada da pandemia, suas ofertas atingiram o máximo, com a repentina abertura de um enorme mercado (não houve nenhum âmbito da vida social que não tenha sido alcançado pelo *lockdown*). Portanto, se a pandemia em si representou uma aceleradora do processo de digitalização, essa aceleração por sua vez foi fortemente alimentada pelo setor capitalista da economia digital em nome do "tudo on-line" (p. 50).

O *Onlyfans* e o *Privacy* são exemplos de plataformas que se constituíram como oportunidade de monetizar conteúdos adultos, de forma direta, sem a intermediação de grandes e tradicionais corporações da indústria erótico-pornográfica, obtendo rendimentos via assinatura de seguidores/fãs que expandiram no período pandêmico em nome do “tudo on-line”. A particularidade dessas plataformas está associada a possibilidade de compartilhar conteúdos erótico-pornográficos de maneira remunerada, tendo em vista as restrições mais rigorosas localizadas em outras redes sociais, como o *Instagram* e *Facebook*. A exceção, como já mencionamos, é o *X / Twitter*, que passou por um processo de regulamentação recentemente com vistas a proibição de conteúdos adultos gays, a partir da compra pelo empresário Elon Musk, com a alegação de que se tratava de “violação de regras”, conforme figura abaixo:

Figura 13 — Notícias: Restrição conteúdo adulto gay no X/Twitter.

Fonte: O autor (2024).

Conforme observado, o "Observatório G"[95], as revistas "Quem"[96] e "Lado A"[97], os portais "POP+"[98] e "Pheeno"[99] e outras mídias alternativas publicizam a intensificação das regras advindas da gestão de Musk e a suspensão de perfis de produtores de conteúdos gays ou entre homens, que foram notificados extrajudicialmente via e-mail, solicitando a retirada dos conteúdos impróprios. Em alguns casos, ocorreu a exclusão dos perfis. Para todos, a justificativa encaminhada refere-se à "violação das regras contra a publicação ou o compartilhamento de mídias íntimas de alguém produzidas / distribuídas de modo privado sem o consentimento expresso dessa pessoa", conforme trecho divulgado nas notícias. Entretanto, a contra argumentação apresentada pelos produtores explicita que os conteúdos publicados são produzidos e distribuídos com consentimento das pessoas participantes e a rede social não possui uma política de privacidade restrita ao compartilhamento desse conteúdo, apenas nos casos em que tenham sido gravados de forma não consensual. Todavia, a gestão enfrentou a

---

[95] ALEIXO, Bianca. *Atores pornôs gays pedem explicação ao Twitter após terem seus perfis excluídos.* Observatório G, 04 nov. 2021. Disponível em: < https://observatoriog.com.br/noticias/famosos/atores-pornos-gays-pedem-explicacao-ao-twitter-apos-terem-seus-perfis-excluidos >. Acesso em 27/02/2024.

[96] QUEM. *Atores pornôs gays exigem explicações após Twitter excluir seus perfis.* 05 nov. 2021. Disponível em: < https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2021/11/atores-pornos-gays-exigem-explicacoes-apos-twitter-excluir-seus-perfis.html >. Acesso em 27/02/2024.

[97] LADO A. *Twitter intensifica regras e suspende perfis de pornografia gay.* 29 abr. 2022. Disponível em: < https://revistaladoa.com.br/2022/04/noticias/twitter-intensifica-regras-e-suspende-perfis-de-pornografia-gay/>. Acesso em 27/02/2024.

[98] UCHOA, Helio. *Comprado por Elon Musk, Twitter começa a restringir conteúdo pornográfico gay.* Portal Pop Mais, 27 out. 2022. Disponível em: < https://portalpopmais.com.br/elon-musk-twitter-restringe-porno-gay/ >. Acesso em 27/02/2024.

[99] SOUSA, Felipe. *Twitter alega "violação de regras" e volta a suspender contas de atores e produtores de conteúdo pornô gay.* Phenno, 25 abr. 2022. Disponível em: < https://pheeno.com.br/2022/04/twitter-alega-violacao-de-regras-e-volta-a-suspender-contas-de-atores-e-produtores-de-conteudo-porno-gay/ >. Acesso em 27/02/2024.

pressão popular nas redes sociais e mídias em geral, por parte dos produtores de conteúdo e consumidores, dentre outras manifestações contrárias à proibição, o que levou a um retrocesso na decisão, em meio a outras polêmicas.

Nessa dinâmica, outro aspecto que nos chama atenção a adesão de celebridades, influenciadores digitais e outras pessoas de notoriedade pública favorecendo a divulgação e a popularidade das plataformas, incentivando a prática de consumo ao provocar a curiosidade em apreciar o conteúdo adulto de determinada pessoa famosa, assim como incentivar a popularização da adesão à plataforma, especialmente por indicar a promissora lucratividade. Com isso, amplia-se culturalmente o consumo de conteúdos adultos online e a naturalização do uso dessas plataformas, inclusive, tornando-as tema de músicas, filmes e séries, podcasts etc. Todo esse processo, auxiliou na promoção dessas plataformas nas redes sociais e nas investidas por parte das/os criadoras/es de conteúdo em marketing pessoal para atrair novos assinantes, ao promoverem seus perfis, e, consequentemente, novos adeptos ao trabalho sexual plataformizado. Assim como, desperta a curiosidade popular, movimentando as redes sociais.

Os portais de notícias e outros canais de comunicação anunciaram a adesão de diversas celebridades brasileiras ao mercado de produção e venda de conteúdo adulto exclusivo para assinantes. De pessoas que já atuavam no mercado erótico-pornográfico, participantes de *realities shows*, influenciadores digitais, cantores, atores e atuantes em diferentes áreas do entretenimento ingressam nas plataformas contribuindo para o sucesso desse ramo nos últimos anos, conforme as matérias do "Terra"[100], "Splash Uol"[101], "Contigo!"[102], "Quem"[103], "CNN

---

[100] TERRA. *Famosos que tem Only: veja quem entrou na plataforma em 2023.* Terra, 09 nov. 2023. Disponível em:< https://www.terra.com.br/diversao/gente/famosas-que-tem-only-veja-quem-entrou-na-plataforma-em-2023,986d3a04a3f69e8582074c8c5bb681909tv2egmf.html >. Acesso em 27/02/2024.

[101] SPLASH UOL. *De apresentadora a estrela pornô: famosas 50+ que fazem sucesso no OnlyFans.* Splash, São Paulo, 03 nov. 2023. Disponível em: < https://www.uol.com.br/splash/noticias/2023/11/03/de-apresentadora-a-estrela-porno-famosas-50-que-fazem-sucesso-no-onlyfans.htm >. Acesso em 27/02/2024.

[102] SCAVONE, Luisa. *Tudo por dinheiro? Veja os famosos que estão no Onlyfans e você nem imaginava.* Contigo!, 05 jul. 2023. Disponível em: < https://contigo.uol.com.br/noticias/famosos/confira-os-famosos-que-estao-no-onlyfans-e-voce-nem-imaginava.phtml >. Acesso em 27/02/2024.

[103] PHYNO, Mateus. GODINHO, Rafael. *OnlyFans: famosos e atores pornôs contam como faturam com conteúdos eróticos para assinantes.* Quem, 29 dez. 2021. Disponível em: < https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2021/12/onlyfans-famosos-e-atores-pornos-contam-como-faturam-com-conteudos-eroticos-para-assinantes.html >. Acesso em 27/02/2024.

QUEM. *OnlyFans: Todos os famosos que estão na rede, o que oferecem e quanto custa.* 09 mar. 2021. Disponível em: < https://revistaquem.globo.com/noticias/noticia/2023/03/onlyfans-todos-os-famosos-que-estao-na-rede-o-que-oferecem-e-quanto-custa.ghtml >. Acesso em 27/02/2024.

Brasil”[104] e “Observatório dos Famosos”[105]. Esses veículos de comunicação anunciaram esse fenômeno entre as celebridades, conforme apresentado na figura a seguir:

Figura 14 — Notícias: Famosos no *Onlyfans*.

Fonte: O autor (2024).

Dentre as justificativas apresentadas pelos famosos, de acordo com os noticiários, a geração de “renda extra” é a mais destacada, especialmente pelo alto rendimento com as assinaturas conquistadas, além da possibilidade de expressar-se sem amarras, satisfazer seus próprios desejos e ofertá-los a um público seleto. Desse modo, o ingresso de pessoas famosas na plataforma e as suas publicações quanto a lucratividade angariada favoreceu a fama da plataforma e uma maior aceitação e curiosidade relativas ao trabalho sexual digital.

Em suma, a popularidade do *Onlyfans*, *Privacy* e outras plataformas digitais de conteúdos adultos no Brasil se deu por uma combinação de fatores que, conforme apresentamos, incluiu a liberdade em desenvolver, compartilhar e comercializar conteúdos explícitos nas redes sociais e plataformas digitais, a oportunidade em geração de renda para as/os criadores e a adesão de celebridades e outras personalidades populares. De tal modo, dissemina-se a ideia de que a inserção nessas plataformas consistiria (e segue consistindo) numa oportunidade de negócio, no mercado erótico-pornográfico, sob a lógica empreendedora.

---

[104] PAZERO, Letícia. *Whindersson Nunes anuncia abertura de perfil no Onlyfans; veja outros famosos que entraram.* CNN Brasil, São Paulo, 27 jul. 2023. Disponível em: < https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/whindersson-nunes-anuncia-abertura-de-perfil-no-onlyfans-veja-outros-famosos-que-entraram/ >. Acesso em 27/02/2024.

[105] HENRIQUE, Luan. *Veja quais famosos entraram no OnlyFans ou Privacy em 2023.* Observatório dos famoso, 24 dez. 2023. Disponível em: < https://observatoriodosfamosos.uol.com.br/noticias/veja-quais-famosos-entraram-no-onlyfans-ou-privacy-em-2023>. Acesso em 27/02/2024.

Esse vislumbre de possibilidades para prover rendimentos, ou satisfação de desejos pessoais, apresenta-se de modo concreto, na palma das mãos, graças aos equipamentos tecnológicos, configurando-se enquanto solução inovadora, com fins de atender as necessidades dos consumidores de conteúdos adultos. Nesse nicho, assim como em outros, os sujeitos que empreendem estão em constantes processos de adaptação ao mercado, de renovação de seus produtos para suprir os desejos transitórios e mutáveis de seus consumidores, prevendo tendências, buscando atualidades, criando um cenário de competitividade e usando de múltiplas estratégias para assegurar uma posição sólida no mercado e conquistar mais assinantes. Contudo, vale reconhecer que essa dinâmica também envolve desafios e riscos, apresentando resultados e situações inesperadas e incertas. Como exemplo, podemos citar a baixa adesão de assinaturas e compra dos produtos.

Por fim, dentre os aspectos conjunturais determinantes deste fenômeno, é fundamental abordar o consumo como fenômeno cultural das sociedades capitalistas contemporâneas. Sobre esse aspecto, depreendemos que o consumo de conteúdos adultos já se ostenta como elemento cultural na nossa sociabilidade. Contudo, o uso da internet e o avanço das TIC possibilitou a ampliação do escopo de consumidores dada a facilidade em navegar pelos sites, redes sociais e plataformas digitais, tornando o consumo de conteúdos eróticos e pornográficos mais acessíveis do que nunca. Com alguns cliques, é possível encontrar uma ampla variedade de conteúdo. De tal modo, há uma transformação na maneira como as pessoas consomem, assim como, no estilo de vida e na expressão identitária dos sujeitos. Há de se reconhecer também o papel das mídias e da publicidade em geral na criação e recriação de desejos, aspirações e padrões de consumo, mas não só, é preciso elencar o processo de produção de bens materiais que se renovam e atualizam constantemente, e os bens imateriais que incluem serviços, entretenimento e experiências.

Seguindo a lógica empreendedora e empresarial, os produtores de conteúdos adultos focam na personalização da experiência do cliente, ao ofertarem produtos e servidos de acordo com as preferências individuais ou coletivas. Isso permite a inclusão nas plataformas de produtos desenvolvidos sob medida, além da criação de programas de fidelidade, promoções e outras formas de interação com os consumidores. Além, é claro, de uma multiplicidade de segmentos relacionados ao corpo e às práticas sexuais que demonstraremos nesta tese mais adiante. Destacamos que, com essa dinâmica, os produtores de conteúdos utilizam estratégias que visam impactar significativamente os consumidores, atraindo-os.

Entrelaçando as perspectivas anteriormente abordados, a experiência brasileira no contexto pandêmico escancarou e promoveu a hipertrofia da desigualdade social no país,

intensificando o uso das TIC e a expansão do capitalismo de plataforma, configurando a virtualidade como o modo atual de ser, viver e estar no mundo, transformando as relações sociais, inclusive as afetivas e sexuais, mediante o compartilhamento de nudes, sexo virtual, consumo de pornografia, conteúdos eróticos e entre tantas práticas. Nesse contexto, a disseminação nas redes sociais e mídias em geral de casos de pessoas famosas e influenciadoras com alta rentabilidade nas plataformas digitais através do trabalho sexual, impulsionou o acesso de vários sujeitos a essa inovação na atividade laboral, imersos na lógica empreendedora, vislumbrando uma possibilidade de gerar rendimentos e, igualmente, adeptos a concepção generalista e falaciosa da prostituição e do trabalho sexual como atividades de rendimento fácil, especialmente para as pessoas que não exerciam essa atividade anteriormente. E, conforme a lei da oferta e da procura, amplia-se também o número de consumidores dos produtos do trabalho sexual plataformizado. Em nossa análise, estas são as principais faces que nos auxiliam na compreensão sobre a expansão e relevância desse fenômeno na atualidade.

Explicita-se, aí, a ampliação de investimentos em plataformas digitais e a alta lucratividade gerada expressando que "o universo do trabalho em escala global está testemunhando a expansão de diversas modalidades de gestão dos lucros e da criação do mais-valor em todas as esferas onde seja possível, [...] (inclusive) no setor de serviços (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 43)". Essa é consequência do conceito e aplicabilidade capitalista das tecnologias na atualidade. Mas que tipos de valor, de fato, são criados através do trabalho sexual nas plataformas digitais? Como se dá o processo de exploração capitalista do trabalho sexual plataformizado? Qual(is) produto(s) que, em realidade, gera/geram lucratividade no capitalismo de plataforma?

4.2. Transações: Dinheiro, fotos, vídeos e informações

As questões levantadas anteriormente aguçam-nos a questionar a proveniência da alta lucratividade apresentada pelas instituições/empresas que fornecem as plataformas digitais para o desempenho do trabalho sexual. Além da permissibilidade a realização de transações monetárias entre prestadores de serviços e a sua base de clientes, quais outras possibilidades de ganho estão presentes nesse processo para as instituições/empresas proprietárias da plataforma? Um dos aspectos que dificultam a compreensão da profundidade da questão realizada acima é que essas instituições/empresas argumentam que fornecem apenas um serviço digital que media a relação entre o trabalhador sexual e seus consumidores e, como tal, não são responsabilizadas diretamente e legalmente pelos processos de trabalho desempenhados, tampouco detém vínculo com esses trabalhadores. Nessa perspectiva, essas plataformas tendem a espraiar a noção de

que os serviços prestados em sua estrutura são apartados do trabalho desenvolvido pelos produtores de conteúdos, ocultando a imbricação entre as partes.

Em contrapartida, as instituições/empresas detentoras das plataformas recolhem um valor percentual por cada transação monetária realizada em seus mecanismos. Essa transação soa aparentemente como a única fonte de recursos que ampara a expansiva lucratividade no capitalismo de plataforma. Tendo por base o *Onlyfans*, os noticiários locais divulgaram informações quanto aos gastos realizados pelos usuários, mediante o consumo de conteúdos ofertados, e os lucros obtidos pelo dono da plataforma nos últimos anos, extraídos do processo de mediação das transações monetárias realizadas, conforme apresentado na figura a seguir:

Figura 15 — Notícias: Lucratividade do Onlyfans.

Fonte: O autor (2024).

Como vimos, a "CNN Brasil"[106], o portal "G1"[107], a revista "Exame"[108], o jornal "O Globo"[109] e outros veículos de comunicação noticiaram que o Imperador do entretenimento adulto, o empresário Leonid Radvinsky, recebeu R$ 6,3 milhões por dia em dividendos no ano

[106] CNN BRASIL. *Conheça Leonid Radvinsky, dono do Onlyfans que recebeu R$ 6,3 milhões por dia em dividendos no ano passado.* CNN, 28 ago. 2023. Disponível em: < https://www.cnnbrasil.com.br/economia/conheca-leonid-radvinsky-dono-do-onlyfans-que-recebeu-r-63-milhoes-por-dia-em-dividendos-no-ano-passado/ >. Acesso em: 25 fev. 2024.

[107] HELDER, Darlan. *Usuários do OnlyFans gastaram US$ 5,5 bilhões na plataforma em 2022.* G1, 25 ago. 2023. Disponível em: < https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/08/25/usuarios-do-onlyfans-gastaram-us-55-bilhoes-na-plataforma-em-2022.ghtml >. Acesso em: 25 fev. 2024.

[108] LOPES, André. *Dono do OnlyFans vai receber US$ 338 milhões em dividendos.* Exame, 25 ago. 2023. Disponível em: < https://exame.com/tecnologia/dono-do-onlyfans-vai-receber-us-338-milhoes-em-dividendos/ >. Acesso em: 25 fev. 2024.

[109] O GLOBO. *Imperador do entretenimento adulto: saiba quem é o dono do OnlyFans, que ganha R$ 6,3 milhões em bônus por dia.* O Globo e agências internacionais — Los Angeles, 28 ago. 2023. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/08/28/imperador-do-entretenimento-adulto-saiba-quem-e-o-dono-do-onlyfans-que-ganha-r-63-milhoes-em-bonus-por-dia.ghtml >. Acesso em: 25 fev. 2024.

de 2022, totalizando mais de US$ 338 milhões, o referente a 1,6 bilhão de reais. Além disso, a plataforma registrou aumento expressivo de contas de criadores e fãs. A receita total do *Onlyfans* aumentou para US$ 1,09 bilhão em 2022 (R$ 5,3 bilhões), valor superior ao conquistado em 2021, US$ 932 milhões (R$ 4,5 bilhões). Já os consumidores da plataforma gastaram em torno de US$ 5,5 bilhões no referido ano. Ademais, a plataforma registra o repasse de US$ 10 bilhões (cerca de R$ 51 bilhões) para criadores de conteúdo, referente ao valor pago pelos fãs com assinaturas.

De acordo com a Forbes, a fortuna do empresário, natural da Ucrânia e residente nos Estados Unidos da América, que comprou a *OnlyFans* de seus criadores em 2018, é estimada em 2,1 bilhões de dólares, aproximadamente 10 bilhões de reais. Essas informações foram obtidas através do relatório de demonstrações financeiras apresentado pela controladora da plataforma, a *Fênix International Ltd.*, instituição com sede em Londres, Inglaterra, e divulgadas pelos veículos de comunicação nacional e internacional, possibilitando o conhecimento quanto à rentabilidade da plataforma digital.

Contudo, há outros mecanismos de valorização capitalista nesse negócio. O ponto é que em adição a extração de renda das transações monetárias que mediam entre trabalhadores e consumidores, as plataformas digitais também extraem *dados* dessas transações, das partes envolvidas, entre outras informações inestimáveis. No passo que, além das plataformas digitais prestarem o serviço digital que media a relação entre os sujeitos envolvidos, os trabalhadores sexuais são utilizados como iscas para atrair e fornecer novos e atuais *dados* às plataformas, a matéria-prima dos sistemas de informação e a mercadoria do capitalismo de plataforma. Concretamente, essa dinâmica nos leva a outros questionamentos quanto a não remuneração dos trabalhadores sexuais e a ausência de transparência na decisão de participação nesse processo produtivo "oculto", a privacidade, segurança e a propriedade dos dados, o investimento de empresas capitalistas em modelos organizacionais embasados no uso de plataformas digitais e as nuances desse novo modo de exploração do trabalho e de acumulação.

Como exposto, as plataformas digitais lucram de duas formas principais, tanto com o valor extraído das transações monetárias quanto com o valor dos dados produzidos por esse processo de trabalho. Enquanto a primeira forma pode ser estimada pela plataforma, a segunda é substancialmente indeterminada, pois precisarão passar por um processo de lapidação para então produzir informações/conhecimentos relevantes e rentáveis. Logo, essas plataformas acumulam constantemente esses dados em decorrência da potencialidade valorativa presente. A síntese apresentada por Fabio Scolari (2023) explana o interesse das empresas capitalistas ao aderirem às plataformas digitais:

> [...] é necessário partir da constatação de que o capitalismo do século XXI tornou-se cada vez mais dependente da extração e utilização de um tipo particular de material bruto: os dados. A enorme coleção destes, efetivamente, não só envolve uma forma de registro em tempo real, como também de poderosos sistemas de arquivamento adequados à sua conservação e análise. Desse modo, as empresas capitalistas visam alcançar seja um conhecimento e um controle, cada vez mais aprofundado, dos gostos dos consumidores e do desempenho de seus trabalhadores e trabalhadoras, seja o desenvolvimento de modelos preditivos, capazes de antecipar, manipular e influenciar as reais necessidades dos consumidores (p. 97).

Pode-se apontar que a transformação engendrada pelas plataformas digitais, além de apresentar inovações à dinâmica de acumulação, mantém viva a essência do sistema capitalista como um modo de acumulação, exploração e dominação, conforme a visão de Marx. Precisamente por sua funcionalidade, as plataformas atuam como uma ferramenta eficaz para todas as etapas do processamento de dados, coleta, armazenamento, análise e produção de informações. Eis que se torna possível converter dados em capital que, consequentemente, pode ser reinvestido em equipamentos tecnológicos e outras ações para ampliação e aprimoramento dos processos. Niels van Doorn e Adam Badger (2020) apresentam um dos elementos-chave sobre os ativos de dados no capitalismo de plataforma, refere-se à elasticidade de valor dos dados capturados que podem crescer em relação ao seu valor de uso operacional e ao seu valor financeiro especulativo. Os autores afirmam que esses dados, além de gerar renda econômica para os detentores das plataformas, atuam como um catalisador "na medida em que permitem a otimização dos ativos de *software* de uma empresa de plataforma (por exemplo, os seus algoritmos), o que aumenta a sua capacidade de governar e extrair renda de transações mediadas pela plataforma (VAN DOORN; BADGER, 2020, p. 02)".

De tal maneira, esse mecanismo possibilita que as empresas captem mais lucros a posteriori. Apropriando-se de um esquema revelado pelos autores sobreditos, chegamos à consideração que o lucro real de uma instituição/empresa de plataforma está assente na taxação subtraída durante a transação monetária e o custo com as despesas deste processo mediado pela própria plataforma. No entanto, o lucro com a quantidade de dados gerados, a mais-valia que o trabalho desempenhando nas plataformas produz, possui valor de lucro variável, definido consoante a utilidade das informações, sobretudo em relação ao seu potencial de aperfeiçoamento contínuo das estratégias de acumulação, exploração e dominação.

Constata-se que, por mais revolucionário que possa ser o avanço tecnológico, o trabalho mediado pelas plataformas digitais resgata aspectos essencialmente primitivos do modo de produção capitalista. Scolari (2023) levanta a tese de que essa realidade "recupera traços da organização do trabalho típicos da primeira fase da industrialização capitalista, possibilitados justamente pelo amplo recurso às mais modernas tecnologias digitais (p. 98-99)". Programadas

através de algoritmos, as plataformas gerenciam oferta e demanda entre os trabalhadores e consumidores, assumindo uma posição aparentemente neutra, como intermediárias, argumentando disponibilizar apenas a infraestrutura tecnológica para a movimentação econômica. Essa posição, alimenta no senso comum a apreensão "que trata delas como expressão de 'tecnologia', produtoras de bens 'imateriais', mera maquininha plataforma 'reunindo consumidores e ofertantes de serviços', [...], o senso comum tende a esquecer o aspecto de produção de valor (e, sobretudo, de mais-valor) que representam (FONTES, p. 54)".

Fundamentalmente, desenrola-se a expropriação dos meios de produção, a concentração de recursos sociais e a extração do mais-valor, favorecendo a expansão do capital. Tais plataformas, apesar de não serem proprietárias das ferramentas e dos meios de produção, controlam efetivamente a capacidade de, autonomamente, gerenciar o processo de produção e consumo. Retomando o embasamento apresentado por Scolari (2023):

> [...] a simples atividade de intermediação entre quem solicita um produto ou serviço e quem o entrega, que permite repassar o risco do negócio aos trabalhadores, enquadrados juridicamente como autônomos, porém substancialmente subordinados a uma entidade externa que, apenas indiretamente, coordena todas as execuções individuais do trabalho. Entre outras coisas, essa condição de subordinação, no caso das novas empresas digitais, é ainda mais acentuada pelo fato de que os próprios trabalhadores são obrigados a disponibilizar, como ferramentas de trabalho, suas próprias bicicletas, seus smartphones e seus computadores. Além disso, é sempre essa aparente contradição entre autonomia e controle que permite a essas empresas ludibriar as tutelas normativas previstas pelo ordenamento jurídico em relação ao desempenho dos funcionários (p. 99).

Em todo esse contexto, agrava-se o fato de que estes trabalhadores atuam de forma autônoma, intermitente e precarizada, logo desprovido de regulamentação laboral, privado de seus direitos e responsável diretamente pela gestão do trabalho, do investimento empreendido aos rendimentos financeiros, assim como, assume todos os riscos provenientes da atividade desempenhada de forma individual, dificultando, inclusive, a organização coletiva. A articulação entre esses fatores legitima a ausência de qualquer tipo de barreira para o capitalismo que cada vez mais se centraliza e se despersonaliza à medida que fragmenta e individualiza a classe trabalhadora. Com isso, o resultado é a sujeição dos trabalhadores aos mecanismos de deterioração das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas fundamentais e a subordinação ao controle algorítmico.

Isso pode ser percebido à medida que as plataformas centralizam o poderio da infraestrutura tecnológica ao passo que descentraliza os processos de gestão, produção e comercialização dos serviços ofertados pelo conjunto dos trabalhadores, tornando-os cada vez mais dependentes. Nos ditos de Virgínia Fontes: "Há uma centralização absoluta e internacional do comando sobre os trabalhadores e redução dos custos do processo de valorização do valor.

[...] A contraparte dessa centralização é uma enorme *descentralização do processo de trabalho* (2017, p. 57-58)". Em consequência, há, como base fundante do modo de produção capitalista, uma relação de interdependência entre os detentores das plataformas e os trabalhadores digitais. Os primeiros dependem dos trabalhadores para valorização do capital e os segundos dependem das plataformas para desempenhar suas atividades e garantirem a sobrevivência, especialmente em uma conjuntura sociopolítica de estagnação/destruição de trabalho, emprego e direitos e a proliferação de formas precárias de inserção no mercado de trabalho, tais como a informalidade, o subemprego, o trabalho intermitente etc. Essa realidade faz com que as plataformas se concretizem como fonte de renda palpável fronte a precariedade vital e laboral e, assim, galguem legitimidade para exercer o controle da força de trabalho, assegurando a subordinação contemporânea do trabalho ao capital. Scolari (2023) em sua análise afirma que:

> [...] as plataformas digitais, desenvolvidas para recolher, processar e analisar uma crescente quantidade de dados, conduzem a limites extremos um modelo de organização do trabalho capaz de associar um controle cada vez mais autocrático impessoal sobre os trabalhadores, considerados, porém, como "colaboradores" livres, sem o reconhecimento da natureza subordinada da relação de trabalho; esse é o mecanismo perverso que permite às empresas digitais de última geração conciliar a intensificação do ritmo de trabalho e o alongamento da jornada de trabalho com uma mínima, ou nenhuma, proteção social para os que realizam o trabalho; a atomização e a individualização das relações de trabalho, permitidas pela mediação da infraestrutura digital, tornam muito mais complexa a organização de formas de resistência e conflito coletivo; a dispersão espacial dos "colaboradores" individuais representa o principal obstáculo para o seu autorreconhecimento como "classe para si" (p. 103 – 104).

Tendo em conta a ilusória neutralidade dos algoritmos, tais plataformas, percebidas de modo impessoal por trabalhadores e consumidores, desfrutam de relativa legitimidade para desempenhar múltiplas estratégias, inclusive disseminando a concepção de que oportunizam trabalhos flexíveis e autônomos, para a extração de recursos diretamente, através da taxação das transações monetárias, e indiretamente, mediante a coleta de *dados*. Esse compilado de inovações atingem os mais "diversos setores econômicos, incluindo aqueles historicamente informais e precários, como os mercados de sexo", como aponta o estudo de Lorena Caminhas (2023, p. 02). O mercado sexual, ou como convencionamos chamar neste estudo de mercado erótico-pornográfico, vivencia uma reestruturação do trabalho sexual em decorrência da ascensão das plataformas digitais nos últimos anos. Na dinâmica atual, as plataformas têm ganhado centralidade no processo de circulação e consumo dos conteúdos produzidos.

Com essa nova realidade do trabalho sexual, surgem plataformas digitais permissíveis à venda de conteúdos adultos por assinatura. Os produtores de conteúdos, trabalhadores sexuais, podem fazer upload de suas fotos, vídeos e textos para os fãs que pagam a assinatura mensal, como também, esses podem contratar serviço personalizado. Concomitantemente, os

trabalhadores sexuais / produtores de conteúdos adultos utilizam das redes sociais, utilizando estratégias, tais como um *teaser* de suas produções, para manter os fãs e atrair novas assinaturas. A lógica empreendedora, a perspectiva da autonomia laboral e a necessidade de geração de renda expandiram esse movimento, capturando desde pessoas que já realizavam outras formas de trabalho sexual até pessoas que não possuíam experiência nessa atividade. Neste estudo, conforme acentuamos, o *Onlyfans* e o *Privacy* são as plataformas com maior notoriedade na realidade brasileira que se comportam como intermediárias dos câmbios sociais e comerciais, sendo detentora dos processos gerenciais nos âmbitos econômicos, técnicos e laborais. Nessa dinâmica, o *X/Twitter* configura-se como uma rede social fundamental no processo de divulgação prévia das fotos e vídeos e captação de novos consumidores.

Centrada nas condições sociais, institucionais, econômicas e tecnológicas que conformam a plataformização do trabalho sexual no cenário nacional, a nossa análise visa compreender os impactos da utilização da nova base tecnológica informacional-digital como meio de realização dessa atividade humana, que se expandiu em escala global e de forma inédita, do contexto pandêmico até os dias atuais. Consuma-se, desse modo, a usurpação de renda e de ativos de *dados* derivados do trabalho sexual e outras atividades mediado por plataformas que, em sua maioria, representam o interesse coletivo de grandes empresas ou proprietários, de maneira integrada e articulada, como salienta Virgínia Fontes (2017):

> Trata-se de uma coligação íntima (pornográfica) entre as formas mais concentradas da propriedade, que viabilizam o controle econômico do processo na parte que lhes interessa, o controle da extração, a captura do mais-valor e sua circulação de volta à propriedade. A defesa da propriedade intelectual da criação de um processo (a conexão) une-se estreitamente a investidores que, detentores de quantias de dinheiro monumentais, precisam transformá-las em capital, isto é, investi-las em processos de extração de valor. Tais investidores podem ser provenientes de setores variados (p. 56).

Nota-se, a partir de nossas análises e em diálogo com a autora, que o mercado erótico-pornográfico é um dos setores que compõe o circuito de valorização do capital, mediante a exploração do trabalho sexual plataformizado, na extração do mais-valor e no ludíbrio sem fronteiras das legislações protetivas aos trabalhadores e as taxações cobradas via impostos e outras contribuições, especialmente nos países do Sul global, como o Brasil. A combinação entre a "livre circulação internacional do lucro", "a defesa política comum com o empresariado dos diferentes países", "a subordinação de trabalhadores sem direitos", "a intensa difusão das vantagens do empreendedorismo" e a defesa do "fim inelutável do 'trabalho'" firmam a auto-expansão do capitalismo de plataforma (FONTES, 2017, p. 57).

Essa conjuntura e toda atrocidade revelada se apresenta desafiadora para a ação coletiva e internacional da classe trabalhadora no enfrentamento ao capitalismo globalizado em sua era

flexível, tecnológica e em contínua reestruturação produtiva. Tal organização política se torna ímproba pelo fato de os trabalhadores em todo o globo estarem em irrefutável dedicação às suas atividades, motivados a interações, valores e orientações competitivas e individualistas, particularmente engolidos pelas exigências cotidianas e a fim de terem bons resultados com estas plataformas digitais. Embora possamos averiguar que o trabalho nas plataformas garanta a geração de renda e, em alguns casos, o consumo direto de equipamentos e/ou outros bens que possam contribuir com a prestação de serviços sob o comando do capital. Todavia, essa propriedade limita-se a produtos conversíveis em trabalho valorizador do valor, que, no decorrer do tempo, serão facilmente desgastados pelo uso repetitivo ou pelos efeitos deletérios da obsolescência programada. Resulta que "os proprietários dessas *coisas* são facilmente expropriáveis (FONTES, 2017, p. 57)" e as empresas buscam alonginquar-se cada vez mais da vida concreta, assegurando um custo zero com esses ativos e suas contingências.

Para seguir desvendando essa realidade, focamos na experiência de trabalhadores sexuais que se identificam como homens e trocam imagens fotográficas e videográficas de seus corpos, suas relações e suas práticas sexuais por remuneração via plataformas digitais, a partir da análise e apreensão dos processos de trabalho no mercado erótico-pornográfico, perpassando a produção de conteúdo, a captação de consumidores, a construção do perfil nas plataformas e nas redes sociais, a publicidade e comercialização de seus produtos, a remuneração arrecadada e os investimentos em recursos diversos. Compreender como os corpos dos homens são estimulados a produzirem-se no trabalho sexual nas plataformas digitais sob o prisma de satisfação dos desejos e prazeres de outros homens, majoritariamente, auxilia-nos a depreender o desenvolvimento do mercado erótico-pornográfico digital no Brasil e no mundo e a expansão da inserção de trabalhadores mobilizados pela prática social empreendedora.

Ao focarmos nas condições e processos de trabalho dos produtores de conteúdo adulto nas plataformas digitais, partimos do entendimento de que, à medida que as novas tecnologias informacionais-comunicacionais se tornam um elemento cada vez mais presente na cotidianidade, desenvolvem-se processos de reestruturação contemporâneos que afetam tanto a esfera da produção quanto as relações sociais. Desse modo, a conformação do mercado erótico-pornográfico digital é reflexo dessa tendência conjuntural, ao absorver um conjunto de trabalhadores sexuais e, simultaneamente, de consumidores dos conteúdos adultos ofertados com exclusividade, mediante o pagamento de assinatura.

Configurando-se uma prática social em voga, face o fenômeno cultural do consumo e sua dimensão fulcral na sociedade contemporânea, a compra de conteúdo erótico-pornográficos nas plataformas digitais se apresenta como uma das múltiplas formas de valorização do lucro,

provenientes das mais diversas dimensões da existência humana. Reconhecido no cenário nacional e internacional, o *Onlyfans*, na atualidade, é a principal plataforma no comércio de conteúdo erótico-pornográfico por assinatura. No Brasil, o *Privacy* emerge como uma plataforma nacional concorrente de maior notoriedade. No entanto, plataformas alternativas surgem na disputa pela atuação no ramo, como o *OnNowPlay*[110] e a *JustFor.Fans*[111], que seguem uma dinâmica de funcionamento bastante assemelhada das supracitadas. Destacamos também que, em alguns casos, os produtores de conteúdo criam seus próprios sites.

Com vistas a apreender a relação dialética em sua totalidade concreta, tanto dos processos de produção–distribuição–circulação–consumo no mercado erótico-pornográfico digital, quanto das condições de trabalho dos produtores de conteúdo adulto, apresentamos no capítulo a seguir, a imersão do pesquisador na dinâmica do trabalho sexual plataformizado, o perfil socioeconômico dos trabalhadores participantes da pesquisa e os tendências que conformam o desenvolvimento dessa atividade laboral na contemporaneidade.

[110] ONNOWPLAY. *Plataforma de vídeos por assinatura!* Disponível em: < https://onnowplay.com/ >. Acesso em: 28 fev. 2024.
[111] JUSTFOR.FANS. *Uma comunidade para profissionais do sexo*. Disponível em: < https://justfor.fans/ >. Acesso em: 28 fev. 2024.

CAPÍTULO 4

5. ENTRE CARÍCIAS, BEIJOS, MORDIDAS, PENETRAÇÕES E ORGASMOS

Nessa longa, instigante e ofegante trajetória de análises conjunturais e reflexões teórico-políticas sobre as transformações no mundo do trabalho e a dinâmica das relações sociais no capitalismo do Século XXI, marcado pelos avanços tecnológicos em escala mundial, chegamos ao clímax deste estudo: Desvendar a complexidade das novas formas de trabalho e valorização do valor no capitalismo de plataforma, através da apreensão real da exploração do trabalho sexual mediado por plataformas digitais no Brasil.

Entender as principais tendências do processo de trabalho dos trabalhadores sexuais digitais, assimilando a organização da produção e as condições de trabalho, e a incidência de plataformas que atuam no mercado erótico-pornográfico, nas modalidades de regime, estruturação e tempo de trabalho. Mediante o estabelecimento de um padrão regulatório do uso e dos serviços ofertados e o monopólio da infraestrutura técnica, comercial, laboral e financeira desse negócio, cuja característica aparentemente principal é a efetuação do intercâmbio entre produtores de conteúdo adulto e consumidores, as plataformas baseiam-se na descentralização dos processos produtivos que pesa sobre os trabalhadores sexuais e numa intensa e ampla exploração da força de trabalho.

Este estudo foi aprovado pelo CEP/UFPE em fevereiro de 2022, conforme enunciado nos capítulos anteriores. A imersão nesse nicho de mercado na realidade brasileiro foi desenvolvida entre fev. de 2022 e abril de 2024, por meio da observação participante, registro no diário e *print screens* dos perfis e publicações no *X/Twitter* dos trabalhadores sexuais que realizam as atividades nas plataformas digitais, dessa forma, a análise das redes sociais se configura como os primeiros dados coletados da pesquisa. Todavia, somente após a aprovação no Comitê os outros procedimentos da pesquisa foram realizados. Assim, os demais dados apanhados são provenientes da *Websurvey* com os trabalhadores e das capturas de tela da infraestrutura das plataformas, *Onlyfans*, *Privacy e outras*, dos perfis individuais dos produtores de conteúdo e das anotações no diário de campo.

Entre dedos e cliques na tela, excitações e reflexões com a apreciação das carícias, beijos, mordidas, penetrações e orgasmos entre homens compartilhados, navegamos nas plataformas digitais e redes sociais definidas neste estudo, a fim de desenvolver a aproximação com a realidade e o encontro e reencontro com a temática investigada, averiguando aspectos valorosos para a análise do objeto. No entanto, apesar de prazeroso e instigante, tal processo foi, ao mesmo tempo, exaustivo e enfadonho, uma vez que demandou tempo, dedicação e

atenção para a apreensão das expressões do real em constante movimento e as especificidades da pesquisa, preservando a centralidade da discussão e a objetividade necessária à produção de conhecimento.

Esse fenômeno é, por sua vez, uma das expressões da transformação que a pornografia e o erotismo adquirem no momento contemporâneo, desinente do avanço das TIC e a ampliação das plataformas, da proliferação de produções independentes, do declínio das tradicionais indústrias pornográficas e de outros processos políticos, econômicos e culturais na sociedade. Nesse sentido, avançamos nossa investigação revelando o protagonismo do X/Twitter, a estrutura e as ferramentas disponibilizadas, bem como os métodos e técnicas utilizados pelos trabalhadores sexuais plataformizados no compartilhamento de seus conteúdos.

5.1. X/Twitter: A vitrine do trabalho sexual

A expansão da produção e do consumo de conteúdo erótico-pornográfico no século XXI, além de decorrer das transformações societárias, depara-se numa de arena de disputas no campo do conhecimento científico por sua concepção e seus efeitos nos sujeitos e nas relações sociais. Num tempo em que as ferramentas informacionais e comunicacionais se tornam mais acessíveis, próximas, definidas e definidoras da sociabilidade, nesta sociedade que transforma tudo em mercadoria, ampliam-se os mecanismos de transformações do prazer/desejo sexual em produto consumível, disponíveis em novos espaços de interação social, constituindo novas práticas de consumo e satisfação de necessidades objetivas e subjetivas, material ou simbólico. Rompe-se as fronteiras entre o espaço íntimo/privado e exterior/público para as trocas sexuais e afetivas que, num movimento de imbricação, as tornam materializáveis e apropriadas para a compra e venda. Nessa conduta, há uma interrelação e interdependência entre comunicação e consumo como marca do tempo presente, mediado pelas TIC.

Nesse sentido, justifica-se, na dinâmica atual do mercado erótico-pornográfico, o protagonismo do *X/Twitter* para o desenrolar do trabalho sexual, atuando como vitrine para a exposição dos conteúdos produzidos pelos trabalhadores sexuais, mediante a postagem de aperitivos das fotos e vídeos, e para a apreciação e estímulo à compra por parte dos consumidores, através dos enunciados linguísticos compartilhados na descrição dos perfis e nas minúcias dos serviços ofertados e práticas sexuais realizadas com mais frequência nas publicações postadas. A rede social também opera como uma ferramenta de interação/conversação entre essas partes, facilitando a comunicação e o estabelecimento dos acordos de aquisição dos conteúdos nas plataformas.

Outrossim, possibilita que os consumidores sigam os perfis, curtam, comentem e repostem as publicações, verifiquem o quantitativo de seguidores, e as fotos e vídeos curtidas, comentadas e compartilhamentos, que consistem no conjunto de métricas e avaliações. Por outro ângulo, verifica-se a possibilidade de construção de redes de apoio e articulação, por essa rede social constituir um espaço de construção identitária e fomentar parcerias entre os trabalhadores sexuais, favoráveis até a materialidade da organização política dos sujeitos envolvidos nessa atividade no ambiente digital.

O uso dessa e das demais redes sociais e plataformas digitais configurou-se como espaço para desenvolvimento de atividades laborais e outras ocupações para parcela significativa de pessoas no contexto pandêmico. E, no caso em estudo, identificamos que um conjunto de trabalhadoras/es localizaram no trabalho sexual mediado por plataformas digitais uma oportunidade de geração de renda, por motivações variadas, conforme refletimos nos capítulos anteriores. Destacamos, neste estudo, a experiência de homens que produzem conteúdo adulto homoerótico-pornográfico e utilizam do *X/Twitter, Onlyfans*, *Privacy* e outras redes sociais e plataformas digitais para realização do trabalho sexual, elencando aspectos que versem acerca das relações sociais que rodeiam a população LGBTQIAPN+, jovem, negra e das classes subalternas na atualidade. Ao nosso ver, a dinâmica de inserção desses trabalhadores nas plataformas está imbricada à precariedade vital e laboral subjacente à sociabilidade capitalista que torna essa uma fonte de renda possível. Entretanto, os mecanismos de atração a esse público em específico, complexo e heterogêneo, exprime o aprofundamento da exploração do trabalho.

Essas plataformas afirmam-se defensoras da diversidade humana, por adequação e resposta às demandas oriundas das lutas sociais pela superação das desigualdades nas relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade e étnico-racial, colocando-se no enfrentamento às múltiplas formas de opressão. Convenientemente, essas organizações celebram a diversidade humana como um valor. No entanto, ao ser envolvido por interesses privativos, na direção da acumulação de capital, resultam, em realidade, na produção de desigualdades e diferenciação, inerentes à totalidade capitalista.

> A emergência das plataformas [...] na última década, entretanto, não se pauta apenas pelo terreno econômico contemporâneo, aprofundando a exploração das trabalhadoras. A configuração desse próprio terreno econômico está inextricavelmente ligada a uma longa história de devastação da natureza e de produção de diferenças. Compreender o capital como uma relação social que organiza o metabolismo humano em uma forma determinada implica a compreensão de sua conformação presente e histórica assentada nos conflitos de raça, etnia, gênero, sexualidade, entre outras formas de opressão. Tais conflitos, longe de estanques, se interseccionam de modo muito preciso sob a lógica do capital (VAN DER LAAN; RONCATO, 2023, p. 218).

Entende-se, pois, que a expansão global das plataformas e os altos investimentos nesse negócio está, concomitantemente e necessariamente, entrelaçado com esses históricos conflitos e é permanentemente atualizada e complexificada na contemporaneidade. No universo erótico-pornográfico digital aqui estudado, os modos subversivos de ser, estar e viver no mundo, destoantes da "moral e dos bons costumes" sexuais definidos sócio-histórica, política e culturalmente, são absorvidos e apropriados para o consumo, à exceção daquelas cujas convenções nacionais e internacionais designam criminosas. No entanto, entender que o controle sobre os corpos e os modos como relacionam entre si, além de ser uma questão moral, é, acima de tudo, expressão da disputa entre projetos societários antagônicos que, na sociabilidade do capital, a disputa se dá pela manutenção da hegemonia de um projeto que se (re)estrutura sobre as opressões, dominação e exploração de toda diversidade humana. Vemos, dessa maneira, que as relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade e étnico-racial, distante de serem problemáticas meramente culturais, são constituintes do modo de produção capitalistas, inseridas na dinâmica de acumulação do capital, e estão em constante processo de reprodução.

Historicamente, diferentes áreas das ciências e as suas tecnologias foram (e seguem sendo) mobilizadas para as engenhosas investidas de dominação capitalista, assim como, potencializaram formas de enfrentamento e resistência. Murillo Van der Laan e Mariana Roncato nos elucidam que "não obstante, sob a hegemonia da acumulação reificada do capital, ambas não apenas alavancaram a violência e a desigualdade, como também contribuíram com a construção de discursos e práticas opressivas (2023, p. 221)" que impactaram decisivamente a experiência das mulheres, da população negra, LGBTQIAPN+, dos povos originários, entre outros segmentos da diversidade humana.

De tal maneira, a predileção em analisar o trabalho sexual desenvolvido nas plataformas digitais por homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens ou desenvolvem produtos homoerótico-pornográfico nos propiciará desvendar as relações de trabalho subordinadas à lógica do capitalismo de plataformas e as nuances de opacidade que sustentam a figura de trabalhador "autônomo", "empreendedor" e "independente" e a neutralidade dos progressos científicos e tecnológicos. Na relação com o erotismo e a pornografia, essas plataformas se apropriam do trabalho sexual atribuindo às sexualidades e as práticas sexuais um caráter mercantil, na tentativa de assumir uma neutralidade e desvincular-se do discurso e da ação moral sexual estruturante do capital como relação social, que impõe um carácter obsceno, perverso e desviante às sexualidades e às práticas sexuais dissidentes. Todavia, essa neutralidade esconde a reprodução das desigualdades e diferenciações próprias

ao modo de produção vigente. Logo, entendemos que elas não são bobas, nem inocentes, ao contrário, seguem os valores e princípios da sociedade na qual foram/são desenvolvidas.

Além de tudo, é fundamental tensionar a noção de escolha/opção ao tratarmos sobre o trabalho sexual sob as amarras do capital, especialmente por pressupor a realização de um trabalho "livre", numa sociedade cuja liberdade é valor ético central. Tendenciosa, essa alegação obscurece as desigualdades e as violências inerentes à divisão sexual e racial do trabalho e a reificação/coisificação da vida sexual e afetiva, especialmente da sexualidade e das práticas sexuais dissidentes, restringindo à dimensão individual uma problemática histórico-social estruturante de uma sociedade desigual e injusta.

É nesse contexto complexo que urge a real necessidade de explanar os circuitos de produção, circulação, distribuição e consumo próprios à dinâmica do trabalho sexual mediado por plataformas digitais. A fim de imergir no mercado erótico-pornográfico digital através do trabalho sexual realizado para, por e entre homens, criamos um perfil no *X/Twitter*, conforme relatamos anteriormente, com a pretensão de interagir com os produtores de conteúdo e convocá-los a contribuição com a pesquisa, assim como compreender o processo de trabalho nas plataformas e mais detalhes do funcionamento delas, a relação entre produtores e consumidores, a linguagem utilizada, os rendimentos alcançados, as práticas sexuais mais consumidas, entre outros enfoques relevante para o nosso estudo.

5.2. O trabalho plataformizado na realidade brasileira e as particularidades do trabalho sexual

Na última década, as plataformas digitais assumem um protagonismo na mediação do trabalho, implantando novos parâmetros para as relações trabalhistas que correspondem a rearranjo de novas e tradicionais formas de trabalho e emprego, nessa imbricação entre arcaico e moderno, como já explanamos nas páginas precedentes. "A figura do homem-empresa ou do 'sujeito empresarial'", conforme nomeado por Dardot e Laval (2016, p. 321), é resultante do movimento de efervescência da política neoliberal, cuja essência está na individualidade, competitividade e meritocracia, valores que se intensificam com a explosão das novas TIC. Parcela significativa de trabalhadoras/es dependem desse novo tipo de trabalho, orientado por essas convicções, e, do mesmo modo, as empresas-plataforma dependem da força de trabalho dessas/es trabalhadoras/es. No entanto, essa lógica atual leva esse conjunto de trabalhadoras/es ao ápice da alienação, ao fazerem acreditar que trabalham para si mesmo, trabalhando para a empresa.

Em grande medida, pode-se dizer que a racionalidade neoliberal tem, como expressiva inovação, a capacidade de "vincular diretamente a maneira como um homem 'é governado' à maneira como ele próprio 'se governa' (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327)", à medida que introduz nesses sujeitos a perspectiva de que são "empreendedores de si", ou seja, configuram-se como sujeito responsável por sua condição de empregabilidade e rendimento, seu potencial produtivo e consumidor, seu *labor* e necessidade. Nesse sentido, o trabalho nas empresas-plataforma se legitima como forma alternativa com caráter permanente de subsistência, dada às rápidas e drásticas transformações no mundo do trabalho, efeitos do modelo de acumulação flexível sob as bases do neoliberalismo.

Portanto, em pleno século XXI, com o advento da indústria 4.0, cuja centralidade paira na sua capacidade de processamento de dados e a criação de algoritmos e padrões para controle e gerenciamento das atividades laborais, vivenciamos a "hegemonia informacional-digital, sob o comando do capital financeiro, na qual celulares, tablets, smartphones e assemelhados cada vez mais se convertam em importantes instrumentos de controle, supervisão e comando (do trabalho) (ANTUNES, 2020, p. 15)". Revela-se, então, que a inserção das tecnologias 4.0 possibilitam, de forma intensa, o trabalho realizado digitalmente, que, sem localização fixa e baseado em processos de informatização, passa a poder ser exercido em qualquer lugar e para qualquer lugar do mundo, por qualquer pessoa com acesso aos equipamentos tecnológicos, conhecimentos sobre seus usos, conexão com a internet e habilidades para mergulhar no universo digital.

No Brasil, o número de trabalhadoras/es de plataformas digitais cresceu significativamente nos últimos anos. Os resultados da PNAD Contínua, no inédito módulo Teletrabalho e Trabalho por meio de plataformas digitais, apontam que cerca de 2,1 milhões de trabalhadoras/es desenvolvem suas atividades por meio de plataformas, sendo 1,5 milhão no setor privado, na área dos serviços, e 628 mil no setor do comércio eletrônico. Publicado em outubro de 2023[112], os resultados mostram que há um número expressivo de trabalhadoras/es na atividade de transporte de passageiros, exceto aplicativo de táxi (704 mil, representando 47,2% das/os trabalhadoras/es plataformizadas/os), em aplicativos de táxi (207 mil pessoas ou 13,9%), na entrega de comidas, de produtos etc. (589 mil ou 39,5%) e na prestação de serviços gerais ou profissionais (197 mil ou 13,2%).

[112] PNAD Contínua: Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022. Disponível em: < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/448a4b1b10d3cba64647966eb2772316.pdf >. Acesso em 26/03/2024.

Quanto às características sociodemográficas, relativo ao quesito sexo, do total de trabalhadoras/es plataformizadas/os, 81,3% se declaram homens e 18,7% se declaram mulheres. Na distribuição por idade, quase metade das pessoas informaram ter entre 25 e 39 anos (48,4%), seguido das pessoas com idade entre 40 e 59 anos (34%) e pessoas com idade entre 18 e 24 anos (11,2%). Relativo ao nível de instrução, os dados apontam que mais da metade das/os trabalhadoras/es afirmam ter entre o ensino médio completo e superior incompleto (61,3%), seguido de 16,5% de pessoas que afirmam ter entre o ensino fundamental completo e médio incompleto, 14,2% afirmam ter ensino superior e 8,1% alegam não terem grau de instrução ou fundamental incompleto. Ainda, desse total, 77,1% declaram trabalhar por conta própria.

Importa-nos salientar que, apesar da pesquisa referir-se a trabalhadores que, de forma remota, utilizam dispositivos eletrônicos pessoais (equipamentos TIC), como computador, tablet ou telefone, para realizar o trabalho, ela considera como trabalhadores plataformizado aqueles que atuam em aplicativo de táxi, os que atuam em aplicativo de transporte particular de passageiros, em aplicativos de entrega de comida, produtos etc. e em aplicativo de prestação de serviços gerais ou profissionais[113]. Notadamente, a referida pesquisa, ainda que nos possibilite compreender a ampliação da plataformização do trabalho, não inclui entre o conjunto de trabalhadores plataformizados, os influenciadores digitais que, na particularidade brasileira, constituem um mercado em expansão, movimentando a nossa economia, e, em nossa especificidade, não considera as/os trabalhadoras/es sexuais que exercem suas atividades no mercado erótico-pornográfico digital.

Em nossa concepção, esse não reconhecimento invisibiliza e impede o reconhecimento dessas outras atividades como trabalho e dessas/es profissionais como trabalhadoras/es, quanto limita a apreensão sobre o processo, as condições de trabalho e as características sociodemográficas do universo das/dos trabalhadores plataformizados na realidade brasileira. Muito longe de esgotar a análise dessas problemáticas, as páginas a seguir deste estudo apresentarão particularidades do trabalho sexual plataformizado realizado por homens, propiciando uma contribuição para o debate atual acerca das mudanças no mundo do trabalho ocasionadas pelas inovações tecnológicas informacionais e comunicacionais. Ademais, apresentamos nossa contribuição com informações localizadas e parciais sobre as condições, o

[113] O documento da pesquisa afirma que "Esse grupo abrange tanto as plataformas de serviços executados in loco, como faxina, lavagem, cuidado de pessoas, reformas e reparos etc., quanto as voltadas a serviços profissionais executados online, como os de engenharia e arquitetura, tradução e redação, TI e programação, design, serviços jurídicos, consultas médicas online, entre outros. Existem, também, plataformas mistas que abrangem ambos os tipos de trabalho (PNAD Contínua, 2022, p. 03)".

processo de trabalho e o perfil socioeconômico dos homens trabalhadores sexuais que realizam suas atividades em redes sociais e plataformas digitais.

Mergulhar nas profundezas do mercado erótico-pornográfico digital para revelar sua essência, num movimento dialético de retorno à superfície e novas imersões, se constituiu um aspecto crucial para tornar inteligível o fenômeno perscrutado. Temos, neste momento, o desafio de pôr em voga os saberes apreendidos com a pesquisa e os dados obtidos, sistematicamente. Observamos, interagimos e entrevistamos homens que realizam o trabalho sexual nas plataformas digitais, publicizando seus corpos, suas práticas sexuais, desejos e fantasias, ressaltando os melhores ângulos, posições e ações produzidos em e para as telas. Alguns deles, angariando visibilidade, parceiros sexuais / relacionamentos, número expressivo de seguidores, desenvolvendo parcerias entre si, conquistando e/ou ostentando os altos rendimentos. Essas e outras nuances do *labor* sexual construído entre, por e para homens serão esmiuçadas nas páginas a seguir.

5.3. Bora Gravar?!: o trabalho sexual entre, por e para homens nas plataformas digitais.

As informações produzidas junto aos trabalhadores sexuais plataformizado, que se identificam como homens, com idade maior de 18 anos e residentes no Brasil, foram provenientes da *Websurvey*. Com efeito, constatou-se aspectos fundamentais dos processos e das condições do trabalho desenvolvido nas plataformas digitais, com incidências na construção e percepção de si, e nas relações e condições de vida e trabalho, objetiva e subjetivamente.

No período de 1 (um) ano, obtivemos 12 (doze) preenchimentos à pergunta quanto ao consentimento da participação na pesquisa, porém apenas 11 (onze) consentiram e seguiram respondendo a todas as perguntas. Cabe frisar que esse quantitativo é uma amostra representativa do universo de homens que desenvolvem trabalho sexual nas plataformas digitais, especialmente pela ausência de informações que apresentem as características socioeconômicas e as tendências desse trabalho. Todavia, é fundamental reconhecer que esse quantitativo é pequeno, face o vasto número de sujeitos que estão inseridos nesse mercado.

Como vimos, múltiplas estratégias mobilizadas para atrair os possíveis participantes e garantir a contribuição com a pesquisa, contudo considerar os desafios enfrentados por esses sujeitos em suas experiências vitais e laborais cotidianas é salutar no entendimento do engajamento. São homens que, de diversas e distintas formas, experienciam o preconceito e a discriminação, a ausência do convívio familiar e comunitário e afastamento da rede de apoio,

alta demanda do trabalho sexual e em outras atividades trabalhistas, questões de saúde mental, agravamento das dificuldades financeiras e outras adversidades.

Outros atravessamentos interessantes são: a ausência de percepção por parte desses trabalhadores da relevância em participar de processos investigativos em geral; a extensão do nosso instrumento de coleta de dados que exigiu dedicação e pode ter sido um empecilho ao início e continuidade do preenchimento; e o entendimento de que os participantes são sujeitos que possuem conhecimentos e habilidades na utilização das TIC. Nesse bojo, diante o percurso de investigação esmiuçado anteriormente, incursionaremos a síntese da análise crítica dos resultados da pesquisa. Apontaremos as implicações e os desdobramentos da exploração do trabalho sexual pelas plataformas digitais experienciadas por nossos participantes.

5.3.1. Perfil dos Produtores de conteúdo adulto

Sob os auspícios das plataformas digitais, corolário dos avanços das TIC, os homens produtores de conteúdo adulto, que realizam o trabalho sexual no mercado erótico-pornográfico digital, partícipes dessa pesquisa, foram convocados a expressar suas informações pessoais e profissionais, dentre as principais variáveis (idade, raça/etnia, sexo biológico, identidade de gênero, orientação sexual, condição física, mental e/ou sensorial, estado civil, religião, residência, escolaridade, renda mensal etc.), a fim de identificarmos as especificidades do perfil de cada sujeito. Salientamos que as respostas apresentadas a seguir são resultados da autoidentificação dos participantes, ao responderem o questionário de identificação disponibilizado no corpo da *websurvey*.

Comprovamos, então, que todos os participantes deste estudo se afirmam “macho”, conforme o critério do sexo biológico. Em relação à identidade de gênero, 10 (dez) se identificam como homem cisgênero e um como não-binário. No que se refere a autodeclaração étnico-racial, 05 (cinco) se declararam negros, sendo 04 (quatro) autodeclarados pretos e um pardo, seguido de 04 (quatro) brancos e 02 (dois) indígenas. Observa-se, portanto, a prevalência de pessoas não-brancas no estudo. A respeito da orientação sexual, 08 (oito) se identificaram Gays e 02 (dois) Bissexuais. Nota-se, também, que os participantes são jovens e adultos, predominantemente com idade entre 18 e 38 anos, somente um se declara na faixa etária dos 46 a 52 anos. Em ordem decrescente, 05 (cinco) se declararam com idade entre 32 e 38 anos, 03 (três) entre 18 e 24 anos, 02 (dois) com idade entre 25 e 31 anos, e um na faixa etária anunciada anteriormente. Ainda, nenhum declarou ser uma pessoa com deficiência.

Quanto ao estado civil, 08 (oito) declararam-se solteiros e 03 (três) casados, sendo um deles em união estável. Em particular, identificou-se uma expressiva participação de homens

do Nordeste brasileiro (07 no total), sendo 6 (seis) do Estado de Pernambuco e um da Bahia. Ademais, 02 (dois) são do Sudeste, sendo um do Rio de Janeiro e um de São Paulo, e um do Estado do Rio Grande do Sul, localizado na Região Sul do Brasil. Destes, no que corresponde à religiosidade, mais de 54% afirmam-se sem religião. Dos que declaram seguirem uma religião, 02 (dois) se afirmam católicos e 03 (três) expressaram seguir as seguintes religiões: Umbanda ou Candomblé, Budismo e Wicca; sendo um de cada.

No que concerne ao nível de instrução, 08 (oito) participantes informaram ter Ensino Superior Completo, 02 (dois) Ensino Médio Completo (*@produtorE* e *@produtorG* afirmam possuírem Curso Técnico ou Profissionalizante, na área de Administração e Cinema), e um alega ter Ensino Superior incompleto. Dos que declararam ter Ensino Superior Completo, 05 (cinco) possuem como o nível mais elevado a Graduação, um possui Especialização e 02 (dois) possuem o Mestrado. Ainda sobre esse tema, os participantes *@produtorA*, *@produtorB*, *@produtorC*, *@produtorD*, *@produtorH*, *@produtorI*, *@produtorJ e @produtorK*, especificaram as suas áreas de graduação, respectivamente: Saúde, Publicidade e Propaganda, História e Relações Internacionais, Música, Enfermagem, Gastronomia, Psicologia e Administração. Somente *@produtorA*, *@produtorH* e *@produtorJ* possuem pós-graduação nas seguintes áreas, respectivamente: Medicina, Farmacotécnica e Psicologia. Questionados sobre a atuação profissional em sua área de formação superior, apenas 04 (quatro) declararam que exercem ou já exerceram as suas respectivas profissões (*@produtorB*, *@produtorC*, *@produtorD* e *@produtorH*).

Adicionalmente, em referência aos aspectos socioeconômicos, solicitamos aos participantes informações quanto à renda mensal em geral, tanto referente às atividades desenvolvidas no trabalho sexual, quanto ligadas à outras profissões e/ou atividades exercidas. Apenas um participante declarou ter renda mensal acima de 10 salários-mínimos. Dois referiram renda mensal de 6 a 8 salários-mínimos, (05) cinco declararam ter renda mensal de 3 a 5 salários-mínimos, (02) dois alegaram ter de 1 a 2 salários e somente um referiu ter renda menor do que 1 salário-mínimo mensalmente. No que se refere a situação de moradia, 8 (oito) referiram residir em moradia de aluguel, 02 (dois) em moradia própria (já paga, herdada ou ganha) e um em moradia própria (pagando). Sobre o tipo de moradia, 72,7% (08) afirmam morar em apartamentos e 27,3% (02) em casa.

Amparados pelos dados obtidos sobre informações pessoais e profissionais, percebemos que o perfil dos produtores de conteúdo adulto participantes da pesquisa se assemelha a tantos outros perfis observados e analisados nos mergulhos realizados pelos pesquisadores nas redes sociais e plataformas digitais. Vê-se, de forma preponderante, que o perfil dos partícipes da

pesquisa são homens, cisgêneros, jovens, gays, não-brancos, nordestinos, solteiros, sem religião e com ensino superior completo. Entende-se que esse perfil expressa os vieses da pesquisa, uma vez que a amostra final é constituída por um conjunto de participantes que possuem características sociodemográficas assemelhadas ao pesquisador e ao perfil da investigação. Ainda que o *websurvey* tenha sido compartilhado em várias postagens e em diferentes perfis nas redes sociais e plataformas digitais por um longo período, fez-se necessário contatar pessoas próximas que são produtores de conteúdo ou que conhecem esses trabalhadores, motivando-os a contribuir com o estudo.

Contudo, sem generalizações banais, especialmente por não ser este o horizonte da pesquisa, reconhecemos que a amostragem alcançada é considerada representativa para os propósitos do estudo, mesmo impossibilitando análises estatísticas mais complexas. Nesse sentido, a participação desses sujeitos é de grande valia para a apreensão do processo de exploração do trabalho sexual pelo mercado erótico-pornográfico digital.

Notadamente, apesar de ser esse o perfil dos sujeitos que, ao nosso olhar, é expressivo nas redes sociais e plataformas digitais e que estão inseridas no circuito de valorização do capital mediante a exploração do trabalho sexual realizado entre, por e para homens, constatamos que há uma diversidade humana característica desse fenômeno, seja porque as plataformas se reivindicam democráticas e valorativas da diversidade, seja porque os sujeitos, em sua heterogeneidade, encontram lugar na multiplicidade e complexidade do mundo virtual, em imbricação com o mundo real. Observemos a figura a seguir:

Figura 16 — Diversidade de corpos de homens nas plataformas.

Fonte: O autor (2024).

Longe de expressar toda a diversidade de homens que estão inseridos na produção de conteúdo adulto para as plataformas digitais, a imagem acima apresenta, ainda que de forma

limitada, a multiplicidade de corpos que compõe o mercado erótico-pornográfico digital desenvolvido para, entre e por homens: homens cis e trans, negros, brancos, amarelos e indígenas, gordos, magros, sarados, idosos, com deficiência e, até mesmo, corpos criados por aplicativos que usam IA para criar avatares[114]. Assim, percebemos que o universo digital está aparentemente aberto à diversidade humana e a diversas formas de expressão estético-corporal e comportamental no processo de trabalho das/os trabalhadores sexuais que desenvolvem suas atividades nas redes sociais e plataformas digitais. Todavia, mesmo essa aparência diversificada ser uma característica fundamental para a ampliação da lucratividade das plataformas digitais, há uma tendência à homogeneização, onde a diversidade de corpos, comportamentos e estética é minimizada em favor de um padrão mais aceito culturalmente, decorrente da globalização e da disseminação da cultura ocidental em nível global.

Não é demais registrar que esses trabalhadores sexuais constroem uma identidade performativa que se alinha com as expectativas do mercado e dos seus consumidores, o que envolve a adoção de determinadas práticas sexuais e certos modos de ser, agir, vestir, falar, se comportar que são convencionalmente considerados atraentes ou desejáveis pela sua erotização/fetichização, levando a uma representação específica e limitada da sexualidade, do corpo e das relações afetivas e sexuais. Essa tendência de valorização da diversidade está nitidamente voltada aos interesses do mercado, particularmente pela sua dimensão mercantil dos corpos, visando configurar-se como uma vitrine de diferenças. Eis, portanto, a contradição: existe uma dimensão de diversidade, contudo não em sua plenitude. Por ser limitante, essa dimensão ao passar por uma padronização e valoração de determinados padrões favorece, em contrapartida, a marginalização dos não-padronizados. Entendemos que, sob as nuances da sociabilidade do capital, não há valorização da diversidade humana, fundamentalmente por esse processo de reconhecimento ser dotado de tensões e que são pautadas na luta e resistência.

5.3.2. As condições e o processo de trabalho sexual nas plataformas

Os parágrafos a seguir abordam o desenvolvimento do trabalho sexual nas plataformas digitais a partir das informações produzidas junto aos produtores de conteúdo adulto participantes, *print screens* dos seus e de outros perfis, além dos registros no diário do pesquisador e outras fontes relevantes ao estudo, conforme explícito anteriormente. Iniciamos, nesse sentido, questionando há quanto tempo esses trabalhadores sexuais se dedicam à essa

[114] Resultado do processo de transformação de fotografias em personagens animados via plataformas de Inteligência Artificial.

atividade e se estão (ou já estiveram) inseridos no mercado de trabalho formal ou informal, em outras atividades laborais.

O *@produtorF, @produtorH e @produtorJ* são os que afirmam ingresso recente nesta atividade, de 01 a 06 meses, tendo como referência, a data de participação e o período de desenvolvimento da pesquisa (março de 2023 a março de 2024). *@produtorG e @produtorK* alegam estarem no ramo no período de 06 meses a 01 ano. Os que afirmam estar nessa atividade no período de 01 a 02 anos são os trabalhadores *@produtorC e @produtorD*. Os demais referiram estar há mais de 03 anos nesta atividade, sendo o *@produtorA, @produtorB e @produtorI* no período de 03 a 04 anos e o *@produtorE* no período de 04 a 05 anos exercendo atividades nas plataformas digitais.

Percebemos, portanto, que a inovação no trabalho sexual, que passa a ser mediado por plataformas digitais, surge há pouco tempo na vida desses trabalhadores, atestando, assim, nossas hipóteses de que a expansão desse fenômeno no país se deu no contexto pandêmico da COVID-19, ou seja, nos últimos 04 anos. Tal fenômeno, explanado exaustivamente nos capítulos anteriores, marca a subsunção do trabalho ao capital na contemporaneidade, sob as amarras das tecnologias digitais, associado aos elevados índices de desemprego e informalidade, em tempos de pandemia do novo coronavírus, e a intensificação da precariedade vital e laboral que se verifica no nosso país e no mundo, dispondo desafios acrescidos à classe trabalhadora, demandando enfrentamento coletivo à nível internacional, tendo como direção a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, opressão e exploração.

Um dado importante ao nosso estudo refere-se à informação se esses trabalhadores possuem outro vínculo empregatício, além das atividades de produtor de conteúdo. 63,6% (07 desses produtores) afirmam que "sim", possuem outro vínculo, e 36,4% (04 produtores) referem que "não" possuem outro vínculo. Sendo, portanto, o trabalho sexual nas plataformas a atividade principal. Dentre os que responderam positivamente, apenas *@produtorB, @produtorD, @produtorF, @produtorH, @produtorI* e *@produtorJ* informaram a ocupação, cargo ou função exercida nesse outro vínculo, são, respectivamente: Assessor de projetos sociais e educador, exercendo também o cargo Gestor e Planejador estratégico de comunicação; Professor; Vendedor; Administrador e farmacotécnico; Empreendedor na área de Sex Shop; e Assistente em Administração. Ainda sobre essa temática, os produtores compartilharam informações referentes à natureza do vínculo, o regime contratual e a renda mensal, sintetizadas na tabela abaixo:

Tabela 02 —Informações referentes à natureza do vínculo, o regime contratual e a renda mensal.

Produtor de Conteúdo	Natureza do vínculo	Regime contratual	Renda mensal
@produtorA	Setor Público	_	R$1.001, 00 a R$5.000,00
@produtorB	Setor Privado	CLT (carteira assinada)	Mais de R$5.001,00
@produtorD	Autônomo	_	R$1.001, 00 a R$5.000,00
@produtorF	Setor Público	CLT (carteira assinada)	R$1.001, 00 a R$5.000,00
@produtorH	Setor Privado	CLT (carteira assinada)	Mais de R$5.001,00
@produtorI	Autônomo	_	R$1.001, 00 a R$5.000,00
@produtorJ	Setor Público	_	Mais de R$5.001,00

Fonte: O autor (2024).

Ao tomar como ponto de reflexão essas informações, consideramos que a maior parcela de nossos participantes está inserida no mercado de trabalho, atuando nos setores públicos e privados, e, em alguns casos, desenvolvendo atividades de forma autônoma, em áreas diversas. Esses, por sua vez, afirmam ter uma renda mensal que varia entre R$ 1.001,00 a R$5.000,00 para quatro dos participantes, e mais de R$5.001,00 para três deles. Todavia, apenas três informaram estarem em seus vínculos empregatícios no Regime CLT (carteira assinada). Tais informações, permitem-nos perceber a forte incidência da flexibilização das leis trabalhistas que impactam diretamente nas formas de contratação da força de trabalho nos diferentes setores e na precarização do trabalho. Ainda, expressa a lógica empreendedora como forma permanente e contínua para ingresso no mercado.

Outro dado importante a ser observado se refere a saber se esses trabalhadores, antes de ingressarem no mercado erótico-pornográfico digital, possuíam vínculo empregatício. Dez (90,9%) dos participantes afirmam que “sim”, possuíam vínculo anterior ao exercício do trabalho sexual plataformizado, contra um (9,09%) que referiu “não” possuir. Esse último, o *@produtorA,* informa que a sua renda antes de atuar como produtor de conteúdos era proveniente de bolsa de estudos. No rol dos que foram afirmativos, somente *@produtorB, @produtorC, @produtorD, @produtorE, @produtorF, @produtorG, @produtorI e @produtorK* informaram a ocupação, cargo ou função exercida anteriormente. Na devida ordem: Gestor e planejador estratégico de comunicação; Professor de Inglês; Professor; Estoquista; Auxiliar Administrativo; Empresário; Vendedor em loja de produtos naturais; e Caixa de Supermercado. Sobre esse vínculo, quatro afirmam que recebiam mensalmente entre

R$1.001, 00 a R$2.000,00 (*@produtorE, @produtorF, @produtorI* e *@produtorK*), outros quatro recebiam entre R$2.001, 00 a R$3.000,00 (*@produtorB, @produtorC, @produtorD e @produtorG*) e um recebia entre R$ 10.001,00 a R$ 20.000,00 (*@produtorI)*. O *@produtorJ* permanece no vínculo informado anteriormente.

Sobre a natureza do vínculo anterior, seis (66,7%) estavam vinculados no Setor Privado (*@produtorB, @produtorC, @produtorE, @produtorH, @produtorI* e *@produtorK),* dois (22,2%) estavam trabalhando de forma autônoma (*@produtorD* e *@produtorG*) e um (11,1%) estava vinculado ao Setor Público (*@produtorF*). Questionados sobre a motivação do desvinculo, apenas 05 (cinco) participantes responderam. Desses, dois afirmam terem sido desligados sem justa causa (*@produtorF* e *@produtorK*), um afirma que o principal motivo foi o corte de gastos na instituição (*@produtorI*), outro alega que a razão foi o seu adoecimento mental no trabalho (*@produtorB*) e outro afirma ter sido a insatisfação com a profissão (*@produtorC*).

Essas informações expressam os efeitos da pandemia da COVID-19 na vida das/os trabalhadores que se depararam, além dos efeitos na saúde mental de indivíduos e coletividade, com intensas modificações na dinâmica trabalhista, entre elas o trabalho remoto (home office), o afastamento, redução e/ou flexibilização das atividades e do horário de trabalho, mudanças na forma de contratação e, em muitas situações e grandes proporções, a demissão. Ademais, essas medidas associadas ao desemprego e a desigualdade social latente, como já discutimos, impactaram significativamente na saúde mental de toda a população, elevando os índices de adoecimento das/dos trabalhadoras/es e, em alguns casos, a insatisfação profissional. Síndrome de Burnout, estresse, ansiedade, depressão e outros quadros clínicos foram acentuados nesse período e repercutiram diretamente na saúde física e mental das/os trabalhadoras/es.

Constata-se, igualmente, que essas problemáticas vem sendo tema de profundas investigações nos últimos anos, nas mais diferentes áreas de produção de conhecimentos. Perscrutar sobre o estado permanente da barbárie imposta pela ordem capitalista na contemporaneidade, catalisada pela pandemia da COVID-19, e as consequências no mundo do trabalho, na vida e no trabalho das/os trabalhadoras/es brasileiras/os, diante o desemprego estrutural e a informalidade, assim como, analisar os impactos na saúde mental da classe trabalhadora, tanto a que se encontra inserida no mercado de trabalho, quanto a que o capital torna ainda mais ‘supérflua’, é tarefa fundamental para consolidação da emancipação política da força mundial de trabalho, com vistas a emancipação humana.

Nos casos aqui investigados, uma particularidade chama-nos atenção: o rebaixamento salarial e a sua insuficiência no suprimento das necessidades básicas das/os trabalhadores.

Logo, problematizar que os ganhos salariais não são suficientes expressa a precarização do trabalho nas mais diversas áreas profissionais, configurando-se uma condição permanente das relações trabalhistas no país. Conforme visualizamos, dentre os participantes da pesquisa, vários deles são formados em áreas diversas, alguns com mais de uma graduação e/ou pós-graduação. Desse modo, cabe o questionamento, o que leva um funcionário público, educador, gestor, empresário etc., a estar numa plataforma de conteúdo erótico-pornográfica? A resposta à essa questão, evidenciada em nossa pesquisa, é a possibilidade de acréscimo à renda.

Referente a essa questão, indagamos nossos participantes a fim de saber se a produção de conteúdo adulto para plataformas digitais é a principal fonte de renda na atualidade. Quatro participantes (36,4%) referem o trabalha sexual no mercado erótico-pornográfico digital como a fonte principal dos rendimentos, são eles: *@produtorE, @produtorG, @produtorI* e *@produtorK)*. Os demais informam que a origem principal de seus proventos advém de outras atividades trabalhistas, mencionadas anteriormente. À vista disso, considera-se que o trabalho sexual nas plataformas digitais tem centralidade na vida de alguns participantes, sendo responsável por garantir a reprodução social, bem como a possibilidade de melhores condições de vida para esses sujeitos e os que os cercam.

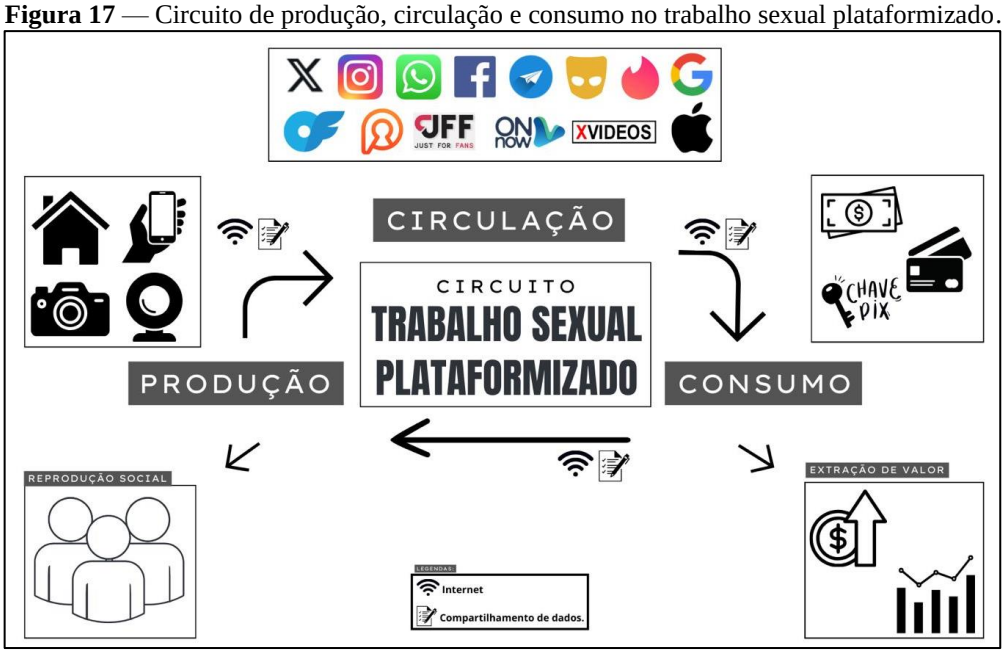
Adicionalmente, apura-se que esse trabalho emerge como alternativa de complementação de renda, uma vez que, em casos específicos, a realização desse trabalho em regime de dedicação exclusiva pode não apresentar uma rentabilidade positiva e suficiente, dada a própria flexibilidade e inúmeras incertezas características do trabalho mediado por plataformas digitais. Tal como, verifica-se que essa possibilidade complementar visa superar o rebaixamento progressivo do valor dos salários em termos reais e a perda efetiva e crescente de direitos trabalhistas. Depreende-se, assim, que a imersão no universo do trabalho sexual mediado por plataformas digitais dá-se como alternativa complementar à geração de renda e garantia de subsistência. Almejar essa atividade como fonte real de rentabilidade favorece, em certa medida, os trabalhadores, porém, em proporções distintas dos resultados obtidos no processo de valorização do valor na dinâmica do capitalismo de plataforma. Conforme abordamos anteriormente, as plataformas digitais registram alta lucratividade, através da exploração desse e de outros trabalhos sob seu domínio.

Ao debruçarmo-nos sobre as redes sociais e plataformas digitais, averiguamos a dinâmica das plataformas no que se refere a circulação dos conteúdos produzidos e a extração de valor. Fenômeno próprio do capitalismo no Século XXI, as plataformas digitais atuam como instrumentos de mediação da vida social e do trabalho. Nessa direção, é fundamental compreender o movimento entre produção, circulação e consumo, tríade marxiana, na dinâmica

do trabalho sexual plataformizado, para apreender a atuação dos produtores de conteúdo e das redes sociais e plataformas digitais que constituem o mercado erótico-pornográfico. Estas plataformas digitais são as principais responsáveis pelo alto nível de concentração de riqueza das grandes corporações internacionais na área de tecnologia e da informação, convencionalmente chamadas de *Big Techs*. Essas corporações controlam e gerenciam as suas plataformas digitais e redes sociais, armazenando e apropriando-se dos incalculáveis *dados* que circulam em suas propriedades, especialmente via textos, fotografias, vídeos e outras informações compartilhadas por seus usuários, transformando-os em fontes de renda. De mais a mais, as *Big Techs*, por atuarem globalmente, utilizam-se de múltiplos mecanismos de transgressão legal e ética nos mais diferentes países, violando direitos fundamentais, fomentando desigualdades e umas tantas formas de derruição da classe trabalhadora.

Isso posto, nota-se que os *dados* são a nova e mais lucrativa mercadoria dos tempos atuais e, no mercado erótico-pornográfico digital, a apropriação dessa *commodity* se dá nas etapas de produção e consumo no circuito do trabalho sexual plataformizado, em particular, pelo fato das plataformas serem as protagonistas na etapa de circulação, "através do sistema informacional, de forma inovadora e muito eficiente, [...] que é a lógica (essencial) do processo de plataformização (PESSANHA, 2020)". Elas, por conseguinte, utilizam-se grandemente dos *dados* e outras informações capturadas, sistematizadas e armazenadas para sua autovalorização. Para uma melhor percepção sobre esse modo de produção, elaboramos o esquema abaixo, a fim de apresentar a dinâmica entre produção, circulação e consumo no circuito do trabalho sexual intermediado pelas plataformas digitais.

Figura 17 — Circuito de produção, circulação e consumo no trabalho sexual plataformizado.



Fonte: O autor (2024).

Descortina-se, então, o processo de trabalho das/dos trabalhadores sexuais plataformizados e a atuação das plataformas digitais na extração de valor no percurso da tríade produção-circulação-consumo. As plataformas digitais, por serem responsáveis pela conexão e mediação da relação entre produtores e consumidores, agem no rastreamento dos *dados* e demais informações compartilhadas em todo o trajeto do circuito, desenvolvendo uma dupla extração de renda: a primeira se dá na taxação cobrada pelas transações bancárias realizadas entre as partes envolvidas ao viabilizarem a venda dos produtos e/ou dos serviços; e a segunda se realiza na captura incessante dos *dados*.

Notadamente, a extração de valor em todas as etapas do circuito, apesar de mais expressivamente na produção e no consumo, sustenta o enriquecimento incalculável do capitalismo de plataformas, particularmente em decorrência dos *dados* que, em grandes quantidades, são a principal *commodity* dessas corporações. As *Big Techs*, portanto, detém o monopólio infraestrutural para capturar, armazenar, compartilhar e processar os *dados*, utilizando-se da IA para capacitar os algoritmos, de modo que desenrolem as finalidades econômicas e políticas favoráveis ao capitalismo de plataforma.

Na imagem acima, verifica-se as três etapas do circuito em que se concretiza a dinâmica do trabalho sexual plataformizado. Na etapa da **produção**, os trabalhadores sexuais, produtores de conteúdos adultos, em suas residências ou em outros locais públicos e/ou privados, utilizam-se de seus equipamentos pessoais/profissionais, tais como celular, *smartphones*, câmeras profissionais, *ring light*, entre outros equipamentos, para gravação e edição das fotos e vídeos e elaboração dos enunciados a serem publicizados nas plataformas. Eis que se inicia a etapa de **circulação** dos produtos e a oferta dos serviços nas mais diversas redes sociais e plataformas digitais envolvidas direta e indiretamente na dinâmica do mercado erótico-pornográfico digital: *X/Twitter, Instagram, Whatsapp, Facebook, Telegram, Grindr, Tinder, Onlyfans, Privacy, Just For Fans, On Now Play, Xvideos, Google, Apple* etc. Ao acessarem a internet, se cadastrarem nas plataformas, compartilharem seus produtos e/ou serviços e navegarem nas redes, esses produtores compartilham seus *dados* pessoais e profissionais.

De mesmo modo, os consumidores que, ao ingressarem nessa etapa do **consumo**, navegam nas redes sociais e plataformas digitais, compartilham seus *dados* e praticam o consumo de tudo aquilo que está a seu dispor, desde que correspondentes aos seus desejos e a seu poder de consumo. É especialmente nesta etapa que ocorrem as transações financeiras,

bancárias e não bancárias[115], que, através de crédito e outras transferências monetárias, os consumidores compram os produtos e/ou serviços, arcando com o custeio tanto do trabalho dos produtores quanto da ação das plataformas digitais na intermediação do processo. Além disso, os consumidores e produtores enviam mais e mais *dados* às *Big Techs*, a cada transição efetuada, conformando a extração de valor. Ainda que se deparem com as limitações impostas pela sociabilidade capitalista, a renda advinda deste trabalho, em alguns contextos, garante diretamente a reprodução social dos trabalhadores sexuais plataformizados e, inclusive, possibilita o investimento em novos recursos para o desenvolvimento das atividades.

Percebe-se, nesse sentido, que as plataformas intermediam o fluxo de divulgação, comercialização, pagamento e distribuição dos bens e/ou serviços resultantes do trabalho sexual, agindo de forma direcionada, em razão dos conhecimentos gerados pelo processamento dos dados coletados, associando precisamente oferta e demanda. Outro ponto interessante a ser considerado é que, inseridos na lógica empreendedora, estes trabalhadores sexuais plataformizados possuem a propriedade de parte dos meios de produção que, em decorrência da atividade desempenhada, são instrumentos de alta tecnologia e, consequentemente, demandam altos investimentos. Ou seja, são trabalhadores que gozam de relativa autonomia e que dotam de um complexo conjunto de qualificações e habilidades profissionais fundamentais.

Convidados a responderem sobre as redes sociais e plataformas digitais mais utilizadas no processo de trabalho, particularmente no que diz respeito à divulgação, negociação e entrega dos produtos e/ou serviços, os trabalhadores sexuais participantes, em geral, referiram as seguintes informações: Para **divulgação**, a rede social mais utilizada, eleita unanimemente, é o *X/Twitter*, com o número total de votos (11)[116]; seguida do *Instagram*[117] (10 votos), *Facebook*[118] (07 votos), *Grindr*[119] (07 votos) *e Tinder*[120] (07 votos), expressando que as redes sociais

---

[115] *Shadow banking* é o termo utilizado para designar instituições financeiras que atuam fora das regularidades que regem o sistema bancário tradicional, porém exercem atividades semelhantes às desenvolvidas pelas instituições bancárias regularizadas.

[116] Importa-nos ressaltar que nessa questão, os participantes marcaram uma ou mais opções para cada um dos processos. Dessa forma, os resultados apresentados referem-se a maior frequência de votos, representando as principais tendências de uso das redes sociais e plataformas digitais para divulgação, negociação e entrega dos conteúdos.

[117] O *Instagram* se define como uma rede social que possibilita "uma maneira simples, divertida e criativa de capturar, editar e compartilhar fotos, vídeos e mensagens com amigos e familiares". Disponível em: < https://about.instagram.com/ >. Acesso em 08/04/2024.

[118] O *Facebook* se reconhece como uma rede social que "ajuda você a se conectar e compartilhar com as pessoas que fazem parte da sua vida". Disponível em: < https://about.meta.com/ >. Acesso em 08/04/2024.

[119] O *Grindr* se nomeia como "o maior aplicativo de rede social para gays, bissexuais, trans e queer". Este, todavia, atua como um aplicativo de relacionamentos afetivos e sexuais. Disponível em: < https://www.grindr.com/about >. Acesso em 08/04/2024.

[120] O *Tinder* é um aplicativo de relacionamentos. Se nomeia como "o lugar certo para conhecer seu próximo Match perfeito". Anuncia para as pessoas solteiras que se estiverem "procurando um relacionamento,

exercem papel fundamental na circulação dos bens e serviços, principalmente pelo grande alcance popular. Importante destacar o *Privacy* (07 votos), plataforma brasileira inserida no mercado erótico-pornográfico, e o site *Xvideos*[121] (06 votos) que também se inserem na dinâmica de propagação dos conteúdos adultos.

Quando se trata da **negociação** com os consumidores, os aplicativos de mensagens instantâneas e ligações de voz e vídeos aparecem em destaque: o *Telegram*[122] surge em primeiro lugar com 07 votos e o *Whatsapp*[123] em segundo com 05 votos, dentre os mais utilizados. Ainda, a plataforma *On Now Play*[124] aparece em terceiro lugar com 04 votos. Tal plataforma, apresenta-se fortemente inserida na circulação de conteúdo adulto, se consolidando no mercado erótico-pornográfico digital, como observaremos nas informações sintetizadas adiante. Em relação à **entrega** dos produtos consumidos, os produtores participantes destacaram, respectivamente: a plataforma *On Now Play* (06 votos), a *Onlyfans* (05 votos), o *Whatsapp* (04 votos) e o *Privacy* (03 votos). Perguntados sobre a ausência de alguma rede social e/ou plataforma digital que não tenha sido listada anteriormente, dois participantes referiram o *Just For Fans*[125] como uma das plataformas de conteúdo adulto que está inserida nessa dinâmica.

Em particular, identificou-se que, para inscrição nas plataformas, tais como o *Onlyfans*, *On Now Play* e o *Privacy*, os produtores de conteúdos precisam ser aprovados no processo de verificação de identidade, um procedimento que visa confirmar a autenticidade e a legitimidade da identidade da pessoa que almeja criar uma conta nas plataformas para o desenvolvimento do trabalho sexual. Tal procedimento visa garantir a política de uso, segurança e privacidade da plataforma, além de ser um elemento para a produção de *dados*. Ademais, esses produtores alertaram ainda sobre a sugestão de anúncios e/ou propagandas em suas páginas particulares e conteúdos sugeridos pelas plataformas para estimular o consumo de produtos relacionados, tais

---

quiser começar a sair para encontros ou deixar tudo numa vibe mais casual", precisarão ter uma conta nesse aplicativo. Disponível em: < https://tinder.com/pt >. Acesso em 08/04/2024.

[121] O *XVideos* é um site destinado ao entretenimento adulto. Onde se compartilham "os melhores vídeos pornô gratuitos na internet, 100% gratuito", conforme explana o próprio site. Disponível em: < https://www.xvideos.com/ >. Acesso em 08/04/2024.

[122] *Telegram Messenger* "é um aplicativo de mensagens móveis e desktop baseado em nuvem com foco em segurança e velocidade" que funciona como um mensageiro instantâneo. Disponível em: < https://telegram.org/?setln=pt-br >. Acesso em 08/04/2024.

[123] O *WhatsApp Messenger* é um aplicativo gratuito e está disponível para celulares em todo o mundo, no qual, através de mensagens instantâneas, seus usuários podem "manter contato com seus amigos e familiares". Disponível em: < https://www.whatsapp.com/about >. Acesso em 08/04/2024.

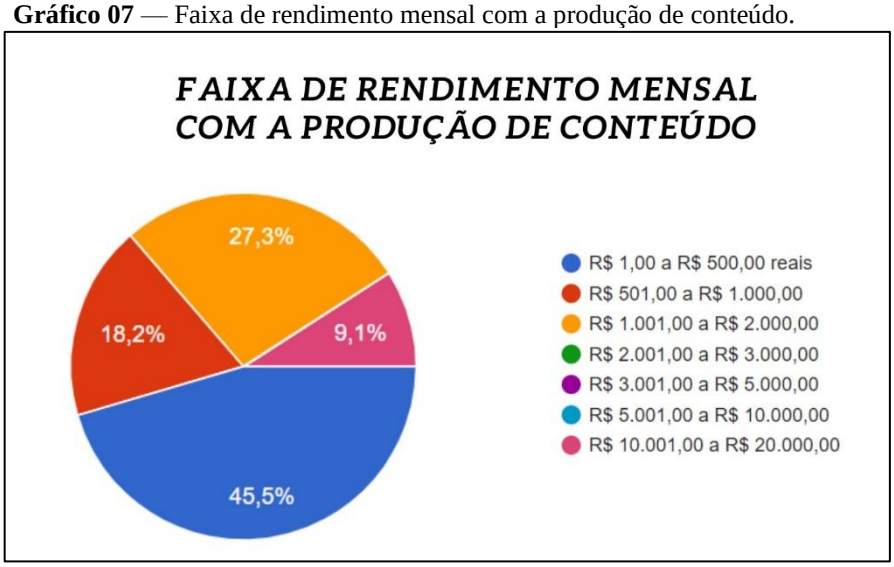
[124] Definida como uma plataforma de vídeos com assinatura, o *On Now Play* é um site em que é possível publicar fotos, lives e vídeos e monetizar o conteúdo através de assinaturas. Disponível em: < https://onnowplay.com/home >. Acesso em 08/04/2024.

[125] O *Just For Fans* é um site de conteúdo adulto que se define como "uma plataforma inovadora que permite que os criadores de conteúdo gerem renda por meio de suas habilidades e paixões". Disponível em: < https://justforfans.app/ >. Acesso em 08/04/2024.

como os de *sex shop*, entre outros itens eróticos, provenientes da ação dos algoritmos, resultante do processamento de dados.

Em que pese a extração de valor por parte das plataformas, seguindo as questões norteadoras do nosso estudo, indagamos os produtores de conteúdo acerca da faixa de rendimento mensal proveniente do trabalho sexual plataformizado. O gráfico abaixo apresenta a síntese das respostas:

Gráfico 07 — Faixa de rendimento mensal com a produção de conteúdo.



Fonte: O autor (2024).

Como podemos observar, os resultados mostram que 05 (cinco) participantes, o que corresponde a 45,5%, adquirem de R$ 1,00 a R$ 500,00 reais mensalmente, são eles: *@produtorA*, *@produtorB*, *@produtorD*, *@produtorF* e *@produtorH*. Já o *@produtorE* e *@produtorK*, que correspondem a 18,2% dos participantes, afirmaram receber entre R$ 501,00 a R$ 1.000,00. Três (27,3%) alegam lograr de R$ 1.001,00 a R$ 2.000,00 com a venda dos produtos adultos, são eles: *@produtorC*, *@produtorG* e *@produtorJ*. E o e *@produtorI* refere ter renda mensal entre R$ 10.001,00 a R$ 20.000,00 com essa atividade. Entende-se, pois, que o rendimento estimado mensalmente pela maior parte dos produtores de conteúdo adulto participantes, o correspondente a 90,9%, é de R$1,00 a R$2000,00 reais. Isso nos leva a constatar o motivo pelo qual poucos trabalhadores têm esta atividade como fonte principal para garantia da subsistência, tendo em vista a volatilidade desses rendimentos, se considerarmos fatores adversos, a exemplo da baixa demanda e alta oferta. Além do mais, considera-se a parcela paga às plataformas digitais pelo serviço prestado.

Sobre esse tema, investigamos informações sobre as taxações cobradas pelas plataformas digitais citadas neste estudo, integrantes do que convencionamos chamar de mercado erótico-pornográfico digital. A plataforma *Onlyfans* informa a seus criadores de

conteúdos que estes receberão 80% da receita sobre seus ganhos, o que inclui as assinaturas, as mensagens pagas e as gorjetas recebidas. Os demais 20% são destinados ao pagamento dos serviços prestados pela plataforma, sobre cada assinatura, cobrindo os pagamentos de indicação, o processamento dos pagamentos realizados pelos consumidores e as transferências para os criadores, ainda custeia a hospedagem, o suporte e outros serviços.

Nessa mesma direção, a *Privacy* informa aos seus influenciadores que a porcentagem cobrada sobre o faturamento de todas as transações realizadas na plataforma é de 20%, sendo os 80% repassados aos produtores de conteúdo. Ainda, informa que as assinaturas podem ter valores variados entre R$19,90 e R$200,00, a escolha do próprio produtor. No entanto, recomenda que uma média atraente seria entre R$39,90 e R$69,90. De mesmo modo, a plataforma *On Now Play* declara que o produtor define um valor de assinatura mensal e recebe 80% do valor faturado em sua conta bancária, sendo os demais 20% de comissão, sobre cada assinatura. Ela ainda informa que o valor final faturado já desconta todos os serviços intermediados pela *On Now*, incluindo as tarifas monetárias processadas em cartão de crédito ou boleto bancário. O *Just For Fans*, divergindo das demais plataformas, cobra apenas 10% do valor arrecadado pelos produtores de conteúdo, acrescido de uma taxação não estimada pelo processamento dos pagamentos.

Conclui-se que, em geral, as plataformas conformadoras do mercado erótico-pornográfico digital extraem 20% do valor faturado em cada assinatura conquistada pelos produtores de conteúdo. Essa é a tendência explícita de extração de valor sobre o trabalho sexual desempenhado nas plataformas digitais que assola todas/os as/os produtores de conteúdo adulto, intensificando as dinâmicas de espoliação, exploração, subordinação e alienação que envolvem as mudanças implantadas pelo capitalismo de plataforma no nosso tempo.

Seguindo nossa inquirição, apuramos acerca dos investimentos realizados mais recentemente pelos trabalhadores sexuais para a produção de seus conteúdos. Deu que 04 (quatro) alegaram ter investido em média de R$ 1,00 a R$ 500,00 reais (*@produtorA, @produtorF*, *@produtorH* e *@produtorJ*) e mais quatro afirmam ter gasto de R$ 501,00 a R$ 1.000,00 reais (*@produtorB, @produtorD, @produtorE* e *@produtorI*). Os produtores *@produtorC, @produtorG e @produtorK* referem valores distintos aplicados em seus trabalhos, conforme apresentados na devida ordem: de R$ 5.001,00 a R$ 10.000,00; de R$ 2.001,00 a R$ 3.000,00; de R$ 3.001,00 a R$ 5.000,00. Avista-se o elevado custo em recursos materiais para o desenvolvimento do trabalho sexual nas plataformas digitais, especialmente por esta atividade requerer o uso de serviços tecnológicos, equipamentos tecnológicos de alto

desempenho e acessórios diversos. Na imagem abaixo, visualizaremos o uso desses equipamentos nos conteúdos compartilhados no *X/Twitter*.

Figura 18 — Equipamentos para a produção de conteúdo.

Fonte: O autor (2024).

Solicitados a especificarem os investimentos realizados, aproximadamente de 82% (09) dos participantes afirmam ter adquirido novos aparelhos de celular/smartphones, constatando que os meios de produção são próprios. Ainda, mais de 54% (06) alegaram ter investido em melhor qualidade da internet e em equipamentos de iluminação. 36,4% (04) referem ter gastado com produtos de *sexy shop* e outros suportes para seus equipamentos, a exemplo de tripé para celular, bateria externa etc. Câmera profissional, microfones, notebook/computadores, acesso pago a aplicativos de edição de fotos e vídeos, espaço de armazenamento em nuvem, foram os demais investimentos referenciados. Dessa forma, é de responsabilidade direta dos trabalhadores sexuais a qualidade e o bom funcionamento das ferramentas e meios de produção da atividade desempenhada. Porém, esses são controlados pelas plataformas, em virtude da capacidade de viabilizar a junção entre os produtores e consumidores.

No tocante à produção, buscamos informações cruciais sobre o processo de trabalho em si e a produtividade obtida. Nosso interesse foi apreender quantitativamente o número total de gravações realizadas por semana, a quantidade de dias da semana e as horas diárias dedicadas a essa atividade, assim como o volume total produtivo em relação às fotos e vídeos resultantes de uma gravação. A tabela a seguir apresenta esses dados:

Tabela 03 — Informações sobre o processo de trabalho e produtividade.

Produtor de Conteúdo	Quantidade de gravações por semana	Quantitativo de dias da semana	Horas de trabalho diárias	Produtividade (fotos)	Produtividade (vídeos)
@produtorA	1 gravação	1 dia	Menos de uma hora	1 – 5 fotos	1 -2 vídeos
@produtorB	1 gravação	1 dia	3 - 4 horas	1 – 5 fotos	1 -2 vídeos
@produtorC	2 – 3 gravações	2 dias	1 - 2 horas	1 – 5 fotos	1 -2 vídeos
@produtorD	1 gravação	2 dias	Menos de uma hora	1 – 5 fotos	3 – 4 vídeos
@produtorE	2 – 3 gravações	7 dias	3 - 4 horas	1 – 5 fotos	1 -2 vídeos
@produtorF	2 – 3 gravações	3 dias	1 - 2 horas	1 – 5 fotos	1 -2 vídeos
@produtorG	4 – 5 gravações	2 dias	3 - 4 horas	11 – 20 fotos	5 – 10 vídeos
@produtorH	2 – 3 gravações	3 dias	Menos de uma hora	1 – 5 fotos	3 – 4 vídeos
@produtorI	2 – 3 gravações	4 dias	1 - 2 horas	1 – 5 fotos	5 – 10 vídeos
@produtorJ	2 – 3 gravações	7 dias	3 - 4 horas	1 – 5 fotos	1 -2 vídeos
@produtorK	2 – 3 gravações	3 dias	5 - 6 horas	1 – 5 fotos	1 -2 vídeos

Fonte: O autor (2024).

Verifica-se, no que concerne ao quantitativo total de gravações, que os produtores de conteúdo adulto realizam, majoritariamente, de duas a três gravações semanais, com exceção do *@produtorA*, *@produtorB* e *@produtorD* que afirmam realizar apenas um por semana. No caso desses, percebe-se que o baixo número de gravações por semana é resultado desta atividade ser apenas complementar à renda, tendo em vista que possuem outros vínculos empregatícios. Diferente da situação do *@produtorG* que alega realizar de 04 a 05 gravações semanais, em razão desta atividade ser a principal fonte de renda. Assim, consideramos que, nos casos em que a atividade de produção de conteúdo adulto é a responsável direta pela subsistência, estes trabalhadores sexuais precisam dedicar acima da média.

Ainda sobre o caso do *@produtorG,* apesar de dedicar-se apenas 02 dias na semana e de 03 a 04 horas de trabalho diárias, ele apresenta uma alta produtividade em relação às fotos e vídeos produzidos. Os produtores informam, de forma variada, os dias e horários dedicados ao trabalho sexual plataformizado. Destacamos o *@produtorE e @produtorJ* que declaram dedicar-se 07 dias por semana e de 03 a 04 horas diárias. No entanto, estão na média geral em relação à produtividade de fotos, de um a cinco produzidas, e de vídeos, de um a dois,

apropriadas para a divulgação e distribuição. Percebemos, desse modo, a variedade de dados apresentados acima. Eles refletem que, por se tratar, na maior parte dos casos estudados, de uma atividade complementar, a dedicação ao trabalho e os resultados da produtividade sofrem alternâncias no controle do processo de trabalho.

Seguidamente, apresentamos as respostas sobre as diferentes etapas do circuito do trabalho sexual nas redes sociais e plataformas digitais: direção, edição, arte de divulgação (designer), publicação, controle financeiro e distribuição. Questionados sobre a direção das produções, 72,7% (8) dos participantes afirmam serem eles mesmos os diretores (*@produtorA, @produtorB, @produtorC, @produtorE, @produtorF, @produtorH, @produtorJ* e *@produtorK)*. Dentre os demais, 18,2% (2) informaram que o parceiro de gravação realiza a direção (*@produtorD* e *@produtorG)* e 9,1% (1) alega que é dirigido pelo companheiro ou conjugue (*@produtorI)*. Em relação à edição das fotos e vídeos, apenas o *@produtorD* informa que é desenvolvida por um amigo e o *@produtorG* por um parceiro de gravação, os demais alegam ser os próprios editores de suas produções, o que corresponde a 81,8%.

Prosseguindo, no que se refere ao desenvolvimento de artes de divulgação (designer) para as redes sociais e plataformas digitais, apenas o *@produtorD* conta com o trabalho de um amigo, os demais, correspondente a 90,9% dos produtores, informam que eles mesmo realizam. Esse mesmo quantitativo é apresentado quando conferimos quem realiza a publicação dos produtos, somente o *@produtorG* refere que um parceiro da gravação desempenha essa atividade. Apresentamos, na figura abaixo, alguns exemplos de artes de divulgação realizadas:

Figura 19 — Designer produzidos para divulgação dos conteúdos.

Fonte: O autor (2024).

Conforme visualizado, o fomento de artes de divulgação é uma das estratégias usadas para publicar as novas produções, as plataformas utilizadas, os valores dos produtos comercializados, promoções em datas específicas, como no período da *Black Friday*, e, acima de tudo, serve para atrair consumidores futuros e atuais com a comunicação visual com criatividade e inovação, fortalecendo a sua marca profissional. Há, na atualidade, áreas especializadas em desenvolver marketing de conteúdo para as redes sociais e plataformas digitais. Todavia, conforme nossos participantes, esta tem de ser uma habilidade diferencial dos produtores de conteúdo que, na corrida por terem seus produtos consumidos, precisam encantar seus consumidores.

No que diz respeito a quem administra os pagamentos e quem realiza a distribuição/concessão do acesso aos produtos vendidos, 81,8% dos produtores participantes afirmam que essas atividades são desempenhadas por eles mesmo, somente os produtores *@produtorD* e *@produtorJ* referem que essas ações são desempenhadas pelas plataformas. Na figura abaixo, apresento um conjunto de imagens que expressam a etapa da distribuição dos produtos do trabalho sexual plataformizado, em destaque, às entregas que são realizadas em plataformas inseridas secundariamente na dinâmica do mercado erótico-pornográfico digital:

Figura 20 — Distribuição dos produtos do Trabalho sexual.

Fonte: O autor (2024).

Explanando a figura apresentada, verifica o uso de redes sociais e plataformas digitais complementares, tanto para divulgação quanto para distribuição dos produtos, tais como o *Whatsapp, Grindr, Tinder e Telegram.* Além, claro, da distribuição direta realizada nas plataformas protagonistas no mercado sexual*: Onlyfans*, *Privacy* e *OnNowPlay.* De modo que

os produtores de conteúdo possuem uma variedade de plataformas para as etapas da circulação, compra e distribuição das fotos e vídeos desenvolvidos. Em algumas postagens apresentadas acima, observasse a interação entre pagamento e entrega: "Enviou o comprovante... Pronto! Recebeu o pacote de fotos e vídeos". Vemos também um relato de insucesso no uso das plataformas complementares, demonstrando que, nesse dinâmica, há a tentativa e o erro como caminhos para análise dos resultados com a comercialização dos produtos. Alguns produtores, inclusive, utilizam a nomeação *packs*, para se referir ao pacote de fotos e vídeos distribuídos aos consumidores, mediante o pagamento.

Evidenciamos, nesse sentido, o quanto a individualidade, a autonomia, a polivalência e a alta qualificação são valores, habilidades e conhecimentos basilares e que caracterizam os sujeitos imersos na dinâmica do trabalho sexual intermediado por plataformas digitais. Muitos realizam o processo de trabalho do início ao fim. O que requer um grande esforço e habilidades no campo da produção, realização, edição e distribuição. Tais aspectos explicitam que, no trabalho plataformizado, há a exigência de força de trabalho com múltiplas e complexas capacidades, além, claro, de conhecimentos acerca da utilização das tecnologias e dos serviços tecnológicos para o desenvolvimento das atividades. Trata-se do trabalhador flexível, polivalente, qualificado, criativo, resiliente e autônomo inaugurado pelas mudanças no modo de produção e na gestão do trabalho do Toyotismo. Dessa forma, as plataformas exploram o potencial das/os trabalhadoras/es que se encontram apartados em suas atividades e, ao mesmo tempo, conectados à rede.

Nessa dinâmica, a prestação de serviços personalizados, de acordo com o desejo do consumidor, e com maior valor comercial também é uma realidade no trabalho sexual plataformizado. 07 (sete) dos 11 (onze) participantes afirmam que produzem conteúdos personalizados, conforme o pedido de seus consumidores, são eles: *@produtorC, @produtorE, @produtorF, @produtorG, @produtorH, @produtorI* e *@produtorK*. Desses, 06 (seis) alegam que precificam a diferença do trabalho, resultando em um maior ganho, com exceção do *@produtorE*.

No interior desse processo, perscrutamos acerca dos principais ambientes utilizados nas gravações e as práticas sexuais e fetiches que os produtores costumam realizar em suas produções. No tocante ao local de gravação, solicitamos que os produtores de conteúdo votassem nas opções elencadas a seguir, conforme o resultado: 81,8% (09) dos participantes elegeram a própria casa/apartamento como ambiente privilegiado para as gravações. Empatados com 63,6% (07) dos votos, estão as opções "casa/apartamento da/o/e(s) parceira/o/e(s)" e "motéis, hotéis ou outros espaços privativos". Também com a mesma quantidade de votos

(27,3%, o que corresponde a 3) estão as opções “veículos (carros, caminhões, trailers, barcos etc.)” e “Ruas, Praças e Parques públicos”. Com apenas um voto cada, estão as alternativas “banheiros públicos” e “estúdios de gravação”. Nota-se que o ambiente em que foram desenvolvidas as produções correspondem aos desejos sexuais dos produtores, como também, buscam a satisfação de seus consumidores.

No rol das práticas sexuais e fetiches que os produtores costumam realizar com mais frequência, a mais votada entre as alternativas apresentadas diz respeito à prática do *Barebacking*. Com 63,6% dos votos, o que corresponde a total de 07 (sete) dos participantes, essa prática consiste no envolvimento consciente em relações sexuais sem uso de preservativos. Seguindo entre os mais votados, empatados com 54,5%, correspondente ao voto de 06 (seis) participantes, estão as práticas sexuais: Masturbação solo ou coletiva; Sexo grupal (suruba); e *Ménage à trois* (sexo à três). O *Fisting*, relativo à prática de introdução da mão, braço, perna ou pé no ânus aparece com 04 (quatro) votos, condizente a realização por 36,4% dos participantes. Com apenas 18,2% dos votos, referente a 02 (dois) participantes, estão: *Dogging* (sexo em locais públicos ou dentro do carro); Dominação; *Pig* (“sexo sujo”, com estímulos via odores, fezes, urinas, vômitos e/ou cuspe); *Chemsex* (sexo químico, uso substâncias psicoativas); uso de álcool; uso de *Poppers* (substância conhecida por ter o poder de intensificar o prazer sexual); Podolatria (Interesse ou excitação sexual provocada pelos pés); Voyeurismo (se excitar olhando para pessoas fazendo sexo ou corpos nus); Swing (troca de parceiros); e Banheirão (sexo em banheiros públicos ou privados). Ademais, com apenas um voto cada, representando 9,1%, foram selecionadas as seguintes práticas sexuais: *Bondage* (render, amarrar e/ou restringir consensualmente um parceiro); Masoquismo (obtenção de prazer sexual a partir de sofrimento ou humilhação); e *Spanking* (prática consensual de espancamento). Um dos produtores, o *@produtorI*, especificou um diferencial de seus conteúdos, ao afirmar que seus vídeos “são somente de beijos longos”.

Apesar de não terem sido selecionadas por nossos participantes, as seguintes práticas sexuais também são bastante frequentes nas publicações, conforme observamos no mergulho nas redes sociais e plataformas digitais: *CrossDressing* (Se vestir e atuar com roupas femininas); Sadismo (obtenção de prazer sexual com a humilhação ou sofrimento físico de outrem); CBT (*Cock-and-ball Torture* - Tortura do pênis e escroto); *Cuckold* (prazer em ver o parceiro/a com outra pessoa, "corno"); dentre outras práticas sexuais tradicionais e dissidentes. Inclusive, existem perfis especializados em compartilhar e comercializar conteúdos com essas práticas. É a expressão de que prazeres dissidentes ganham espaço e notoriedade nas plataformas digitais.

De modo contínuo, indagamos a opinião dos participantes sobre alguns aspectos importantes do trabalho desenvolvido que nos auxiliam a compreender as influências nos resultados do processo produtivo. Dimana, em destaque, que 63,6% (07) dos participantes da pesquisa concordam totalmente que os comentários postados nas publicações influenciam nas próximas produções. 45,5% (05) concordam totalmente que o quantitativo de curtidas e o valor arrecadado com os produtos interfere nas próximas produções e 54,5% (06) concordam totalmente que o total de repostagem também é um fator influenciador para os próximos conteúdo. Além disso, 54,5% (06) concordam totalmente que a participação de outras pessoas é fundamental para ter boas vendas e 45,5% (05) concordam plenamente que número de seguidores nas redes sociais é um indicador de muitas vendas. Além do mais, 81,8% (09) concordam totalmente e 18,2% (02) concordam que o Twitter é a principal rede social de divulgação das fotos e vídeos. A imagem a seguir mostra, através da interface do Twitter, o conjunto de informações utilizadas para autodescrição dos trabalhadores sexuais e as métricas de seguidores e seguindo de cada perfil.

Figura 21 — Perfis de produtores de conteúdo adulto no *X/Twitter*.

Fonte: O autor (2024).

Nota-se que, ao se autodescreverem, os produtores de conteúdo enfatizam características físicas, geracionais e comportamentais, a exemplo do uso das expressões “macho”, “dotado”, “homem com buceta”, “20 aninhos”, “ativo” e “comedor”. Ainda, os perfis com alto número de seguidores, destacam a informação em sua nomeação principal, como vemos: “40K”, “2OK”, referente a 40 e 20 mil seguidores, respectivamente. Como já discutimos, o número de seguidores influencia na divulgação do perfil e, consequentemente, no consumo dos produtos. Os perfis com mais seguidores possuem maior notoriedade e

conseguem, em alguns casos, ampliar a lucratividade em comparação a perfis iniciantes ou com números baixos de seguidores. Todavia, por mais que os altos números interfiram na alta visibilidade, há a incerteza dos bons resultados quando o assunto é as vendas. Como diz o perfil de um produtor localizado na imagem acima: “Trabalho com fetiche e imaginação e lucro com isso”. Esse é o parâmetro para os produtores: ampliar a rentabilidade. Do total de participantes, 54,5% (06) concordam totalmente que se vende mais via *Onlyfans / Privacy / OnNowPlay* do que através do *WhatsApp / Telegram*.

Tal informação, ressalta que, por intermédio das plataformas inseridas no nicho de mercado sexual digital, a concretização da venda é mais efetivada do que nas plataformas complementares. Porém, nota-se, de acordo com a imagem a seguir, que a diversidade de plataformas existentes oportuniza aos trabalhadores sexuais aventurar-se em uma ou mais, a fim de alcançarem as suas metas de venda. Vejamos:

Figura 22 — Diversidade de plataformas.

Fonte: O autor (2024).

Nesse passo, as múltiplas possibilidades de circulação e distribuição dos produtos oriundos do trabalho sexual plataformizado, ainda que sejam vitrine, favoreçam as vendas e entreguem as fotos e vídeos aos consumidores, elas também se beneficiam com as transações e com o compartilhamento dos dados de todas as partes, como já problematizamos. E, nesse jogo, as plataformas se beneficiam e se mantém através da exploração desses trabalhadores.

Nota-se que, assim como outras áreas que atuam nas redes sociais, o trabalho sexual plataformizado possui uma relação intrínseca com o número de seguidores de cada perfil. Tanto para expressar a popularidade do produtor e de seus conteúdos, quanto para facilitar a relação com seus consumidores. Como afirma nossos participantes, uma das formas de interferência

desse dado é, justamente, nos resultados quanto à venda dos produtos desenvolvidos. Ainda, incide em outras questões fundamentais para um bom desempenho no processo de trabalho: a articulação com outros produtores de conteúdo, a especialização em determinadas práticas sexuais, alta visibilidade e maior circulação de seus conteúdos etc.

Mais, 81,8% (09) afirmam, em concordância total, que os parceiros são articulados previamente às gravações, já 45,5% (05) concordam que os parceiros nas fotos e vídeos são articulados em decorrência do acaso (caça). 63,6% (07) discordam que os vídeos e fotos sozinhos vendam mais do que com outros parceiros. Ainda, 54,5% (06) afirmam em concordância total que os parceiros nas fotos e vídeos também lucram com a venda dos conteúdos. 54,5% (06) concordam totalmente e 45,5% (05) concordam que as plataformas lucram com as produções. E 54,5% (06) concordam totalmente, 36,4% (04) concordam e 9,1% (01) discorda totalmente da afirmação "Sou taxado pela plataforma a cada pagamento que eu recebo". Essas informações contribuem para a percepção sobre o trabalho sexual plataformizado e as táticas e estratégias utilizadas pelos produtores de conteúdo para terem êxito nas atividades desempenhadas.

5.3.3. A percepção dos trabalhadores sexuais sobre os Consumidores

Buscando compreender a percepção dos produtores de conteúdo sobre o perfil de seus consumidores e o que mais os atrai nos produtos comercializados, chegamos aos seguintes resultados: Com relação à identidade de gênero dos consumidores, 100% dos participantes alegaram serem "Homens Cisgênero", majoritariamente. Seguido de 27,3% (03) que informam tratar-se de "Pessoas Não-Binárias"; 18,2% (02) referem ter como público "Mulheres Cisgêneras" e a mesma quantidade refere-se a "Mulheres Travestis". Apenas 9,1% (01) relataram ter "Homens Trans" e a mesma quantidade referiu-se a "Mulheres Trans" como consumidores de suas produções.

Em relação à orientação sexual, 100% referiram que seus consumidores majoritários são "Gays", 63,6% (07) afirmam que se identificam como "Bissexuais", 45,5% (5) como "Heterossexuais" e 9,1% (01) como "Pansexuais". De forma preponderante, referente à faixa etária, 81,8% (09) dos participantes afirmam serem pessoas de 24 a 31 anos; 72,7% (08) alegam que possuem consumidores das faixas etárias: 32 a 45 anos; 45,5% (05) referem consumidores com idade entre 18 e 24 anos; 18,2% (02) expressam pessoas com idade entre 46 e 52 anos; e 9,1% (01) alegam que possuem consumidores das faixas etárias: 53 a 59 e acima de 60 anos.

No quesito raça/etnia, 90,9% (10) dos participantes referem que seus consumidores são pessoas pretas e pessoas brancas, destacadamente. 72,7% (08) alegam que são pessoas pardas

e somente 9,1% (01) afirmam que possuem consumidores de raça/etnia amarela e indígena. Condizente ao estado civil, 54,5% (06) alegam que as pessoas que consomem seus produtos são solteiras; 27,2% (03) alegam que são casados ou estão em união estável. O *@produtorB* afirma que é "muito variado" e o *@produtorJ* declara que "Não há como saber o perfil preciso dos meus consumidores. Nem idade, nem gênero, nem orientação sexual, nem raça. A plataforma de vendas não disponibiliza esses dados e as redes sociais também não". Contudo, mesmo sabendo que este item se trata de uma autoidentificação e de informações pessoais dos próprios consumidores, a ideia de apresentá-los é com a intenção de demonstrar essa informação a partir da percepção dos produtores. Carece, portanto, de investigações futuras que possam investigar precisamente os consumidores de conteúdos adultos intermediados por plataformas digitais.

Identifica-se, assim, que o trabalho sexual plataformizado, desenvolvido por nossos participantes, é destinado, majoritariamente, à satisfação dos desejos de homens, cisgêneros, gays e jovens adultos. Desse modo, essa informação corresponde ao interesse primordial de nosso estudo, ao investigar o trabalho sexual desenvolvido por, entre e para homens. A saber, coincidentemente ou não, esta atividade segue as determinações sócio-históricas e culturais no que corresponde ao público-alvo predominante dos conteúdos eróticos e pornográficos.

Como defendido nos capítulos anteriores, assim como ocorre na indústria pornográfica tradicional, o mercado erótico-pornográfico digital estimula a construção dos produtos, visando o consumo dos homens, fornecendo, a troco de interesses lucrativos, o acesso a uma variedade de conteúdo. Contudo, há de se reconhecer a possibilidade de localizar conteúdos dissidentes, pós-pornográficos, por exemplo, que tensionam essa lógica. Prosseguindo, questionamos sobre a base que sustenta as informações respondidas anteriormente pelos produtores de conteúdo. Verificamos que 45,5% (05) dos participantes alegam que a fonte de informações são os perfis e comentários em suas redes sociais e plataformas digitais e a mesma quantidade alega que respondeu às questões mediante suposição/ideação. 36,4% (04) alegam que responderam com base nos dados disponibilizados nas redes sociais/plataformas digitais e o mesmo volume alegou que teve como fonte o diálogo direto com seus consumidores. Somente o *@produtorF* afirma ter desenvolvido um mecanismo próprio de sistematização das informações, ele declara: "Por minha própria avaliação e monitoramento das pessoas que entram em contato".

Isso expressa um outro elemento importante, indagado aos participantes, relacionado a forma de cadastro/controle de seus consumidores. Apenas 36,4% (04) dos participantes responderam que possuem esse mecanismo. No entanto, somente *@produtorA*, *@produtorF* e *@produtorK* especificam suas respectivas formas, declaradas a seguir, na devida ordem:

"*Twitter Analytics*"; "As plataformas são automáticas na coleta de informações básicas para recebimento do pagamento, ou podem ser feitas negociações informais onde é enviado a comprovação de pagamento"; e "*Whatsapp*".

Aproveitamos a temática em questão e abordamos sobre o custo de cada assinatura nos seus respectivos perfis nas plataformas: 06 (seis) dos participantes afirmam que cobram de R$11,00 a R$ 25 reais por assinatura (*@produtorA, @produtorB, @produtorD, @produtorE, @produtorF* e *@produtorJ*).; 02 (dois) declaram cobrar um valor entre R$36,00 e R$ 45 (*@produtorI* e *@produtorK*). reais e outros dois referem cobrar de R$46,00 a R$ 55 reais (*@produtorC* e *@produtorG*). Somente o *@produtorH* referiu cobrar um valor entre R$26,00 e R$ 35 reais. A imagem abaixo mostra a precificação das produções nas postagens publicadas no X/Twitter em diferentes perfis de produtores de conteúdo adulto:

Figura 23 — Precificação das produções.

Fonte: O autor (2024).

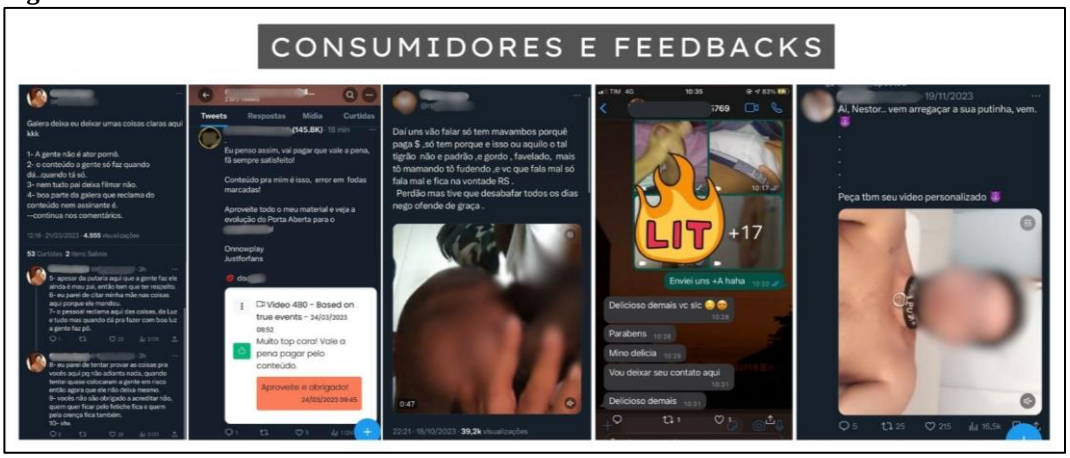
Vemos uma variedade de preços que são atribuídos pelos produtores de conteúdo em suas produções e, em alguns casos, particularmente nas plataformas que estão no circuito do trabalho sexual, há um parâmetro que deve ser considerado nessa precificação para que se possa, a partir das vendas, pagar pelos serviços ofertados pela plataforma e extrair uma rentabilidade com as fotos e vídeos comercializados. Em relação ao quantitativo de pessoas, em média mensal, que consomem os produtos desenvolvidos pelos participantes, 27,3% (03) declaram entre 31 e 100 pessoas (*@produtorB, @produtorC* e *@produtorJ*); 18,2% (02) declaram de 01 a 05 pessoas (*@produtorA* e *@produtorF*), outros 18,2% (02) referem de 11 a 20 pessoas (*@produtorH* e *@produtorK*), e a mesma quantidade afirma ter uma média de 101

a 1000 pessoas por mês (*@produtorG* e *@produtorI*). Já o *@produtorD* declara ter entre 06 e 10 pessoas e o *@produtorE* de 21 a 30 consumidores por mês.

Ao perguntarmos o que mais atrai os seus consumidores, no quesito fotografia, 81,8% (09) relatam que as fotos individuais são as que mais chamam atenção. Seguido de 63,6% (07) que afirmam serem as fotos com um parceiro (homem cis ou trans); 45,5% (05) declaram serem as fotos realizando fetiches; e 27,3% (03) que alegam serem as fotos com mais de um parceiro (homem cis ou trans). Somente 9,1% destacam três tipos distintos: fotos em locais públicos; fotos com a participação de mulheres (cis ou trans); e fotos em veículos (automóveis, caminhões ou ônibus). Já no quesito videografia, 81,8% (09) relatam que os vídeos individuais e os vídeos com um parceiro (homem cis ou trans) são os que mais chamam atenção dos consumidores. Seguido de 45,5% (05) que alegam serem os vídeos com mais de um parceiro (homem cis ou trans) e os vídeos realizando fetiches; e 27,3% (03) declaram serem vídeos em locais públicos. Apenas 9,1% destacam dois tipos distintos: vídeos em veículos (automóveis, caminhões ou ônibus) e vídeos desenvolvendo a prática *barebacking*, com ejaculação explícita.

Na imagem a seguir, apresentamos *print screen* da relação e interação entre produtores de conteúdo e consumidores. As postagens apresentam desde feedbacks dos produtos consumidos, a explícita possibilidade de personalização do conteúdo e, até mesmo, a expressão de sentimentos, opiniões e limitações acerca do processo de produção de conteúdo por parte dos trabalhadores sexuais após a apreensão das críticas e comentários de seus consumidores e seguidores. Reparemos:

Figura 24 — Consumidores e Feedbacks.



Fonte: O autor (2024).

Repara-se que as avaliações e as preferências dos consumidores incidem no trabalho sexual plataformizado, especialmente por fornecerem *insights* valiosos sobre os produtos, incluindo o que gostam, o que não gostam e o que desejam, orientando melhorias e inovações, contribuindo para o atendimento às necessidades e expectativas de forma mais eficaz. Assim

como, a postagem de críticas positivas, é uma estratégia de visibilidade que auxilia na construção de confiança e percepção sobre a qualidade das produções, na intenção de atrair novos e habituais consumidores. Nessa dinâmica, críticas e avaliações negativas são postadas como resposta dos produtores aos seus consumidores, consolidando uma forma de limitar o seu público e direcionar o tipo, o conteúdo e a forma em que as fotos e vídeos são produzidas em cada perfil. De modo geral, auxiliam na percepção sobre a satisfação dos consumidores e no engajamento e lealdade destes, além de atribuir uma maior credibilidade (ou não) aos produtores. É a nítida inserção da lógica empresarial.

Essas informações, construídas com os trabalhadores sexuais inseridos no mercado erótico-pornográfico digital acerca de seus consumidores, apresentam a maneira como eles influenciam no processo de produção de conteúdo, participando, direta ou indiretamente, de todo o circuito, ao expressarem suas opiniões sobre os produtos, ao definirem quais são mais evidentemente consumidos e serem parâmetro para a credibilidade dos produtores.

5.3.4. Seguridade Social e Direitos Humanos na experiência dos trabalhadores sexuais

Nesta seção, solicitamos aos participantes da pesquisa que respondessem perguntas relacionadas às políticas de proteção social, que englobam o direito à saúde, assistência social e previdência social, e à política de direitos humanos, que ressalta a defesa e o combate às múltiplas formas de opressão estruturadas e estruturantes da sociabilidade capitalista. Todavia, dada a especificidade do trabalho sexual, o tema da saúde ganha notoriedade e maior amplitude dentre os questionamentos realizados.

No âmbito da saúde, perguntamos com quantos parceiros/as/es tem relações sexuais durante o período de um mês, em razão da produção de conteúdo. 06 (seis) dos produtores de conteúdos afirmam relacionar-se sexualmente com o total de 01 a 05 pessoas mensalmente, o que corresponde à 54,5% (*@produtorA, @produtorB, @produtorD, @produtorF, @produtorG* e *@produtorH)*. 03 (três) referem relacionar-se com o total de 06 a 10 pessoas, totalizando 27,3% dos participantes (*@produtorC, @produtorI* e *@produtorK);* e 02 (dois) alegam ter relações sexuais com o total de 11 a 20 pessoas, devido ao trabalho sexual (*@produtorE* e *@produtorJ)*.

Ao debruçarmo-nos sobre o trabalho sexual e o tema da saúde, indagamos os participantes quanto ao reconhecimento dos riscos provenientes do desenvolvimento deste trabalho. A esse respeito, os resultados encontrados foram: 90,9% dos participantes, o que corresponde ao total de 10, referem-se ter conhecimento do risco à exposição social e sexual;

63,6% (07) afirmam saber do risco ao preconceito e discriminação; 54,5% (06) declaram saber sobre o risco de Infecções sexualmente transmissíveis; 45,5% (05) afirmam o risco à violência; 18,2% (02) declaram o risco ao uso abusivo de álcool e outras drogas; e apenas 9,1% (01) destacam os seguintes riscos: exploração sexual do trabalho; doenças e outros agravos de saúde; e estresse decorrente ao uso excessivo de equipamentos tecnológicos, dedicado aos processos de trabalho. Percebe-se que o exercício do trabalho sexual apresenta riscos à vida desses trabalhadores. A exemplo do uso abusivo de álcool e outras drogas que, mesmo podendo gerar dependência dessas substâncias psicoativas, ocorre por motivações pessoais, especialmente para os adeptos ao *Chemsex* (sexo químico), mas também por motivações profissionais (alta produtividade, atender as vontades de seus consumidores). De mesmo modo, aqueles que optam por ter relações sexuais desprotegidas, assumindo o risco de IST, também o fazem por essas motivações.

Posteriormente, solicitamos que os participantes, caso quisessem, expressassem sobre esses riscos associados ao trabalho sexual, a fim de apreender elementos que não foram expressamente apresentados em nossa investigação. Nesse contexto, alcançamos as seguintes afirmações:

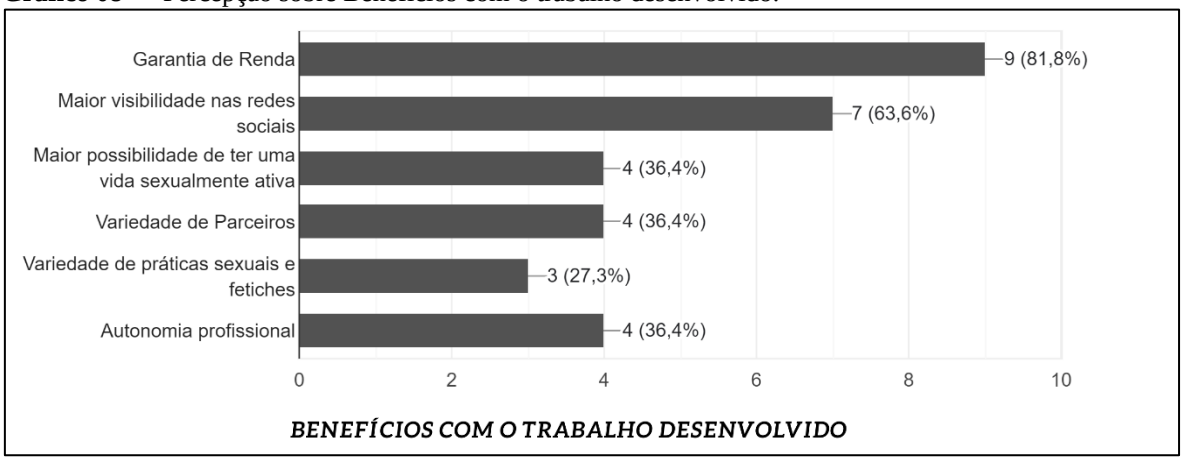
> "O risco de violência pode ser maior se combinado por *app* (aplicativo) de pegação, e produzir conteúdo com mais de um parceiro. Além disso, o medo de ser descoberto no meu trabalho, que tenho uma segunda persona. Evito, por conta disso, mostrar rosto em gravações e mantenho meu perfil trancado (*@produtorA*)".
>
> "Não me arrisco na produção mais do que já me arrisco cotidianamente (*@produtorB*)".
>
> Necessidade de constante acompanhamento médico para tratamento e prevenção de IST. Processo constante e permanente de tentar, ainda que não seja totalmente bem-sucedido, dissociar o uso de drogas e o sexo (*@produtorC*)".
>
> Os cuidados são essenciais, porém existe muitas preocupações, pois todo cuidado é pouco. Por não serem parceiros no qual se tem somente a ele(a) para relações, todos ficam suscetíveis (*@produtorF*)".

Constatou-se, igualmente, com essas afirmações, que os produtores de conteúdos têm conhecimentos sobre os riscos associados ao trabalho sexual desenvolvido e que, diante desse contexto, fica à critério de cada produtor localizar alternativas de autocuidado e prevenção aos agravos, quando isso é possível. Dentre as medidas tomadas para minimizar esses riscos, 81,8% (09) dos participantes da pesquisa declaram que o acesso aos serviços de saúde é a alternativa principal para prevenção e cuidado. 63,6% (07) falam sobre a importância da prevenção, tratamento ou uso mais seguro de álcool e outras drogas, expressando que as estratégias de redução de danos são medidas eficientes. Somente dois participantes (18,2%) afirmam a relevância dos serviços de apoio e aconselhamento psicossocial. E, com um voto apenas (9,1%),

as seguintes medidas foram declaradas: Canais de Denúncias (Polícia, DISQUE 100, ...); e Testagem frequente e tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). O *@produtorJ* relatou que tem como medida, a "utilização de PrEP, testagem frequente de IST e, às vezes, camisinha". Já o *@produtorH* declara "Só faço com meu parceiro sexo", como a sua principal medida de redução dos riscos.

Adicionalmente, investigamos a percepção dos produtores sobre os benefícios em realizar tal atividade, a fim de compreender os aspectos valorativos que estes visualizam no desenvolvimento do trabalho sexual intermediado pelas plataformas digitais. Especialmente, essa abordagem visa reconhecer que, além da noção de escolha, dada a possibilidade em trabalhar e satisfazer seus desejos sexuais e afetivos, vender fantasias e visibilizar suas práticas sexuais tidas como dissidentes, a opção por desempenhar essa atividade se dá também pela oportunidade em gerar renda e, para alguns, representa a garantia da subsistência. Nesse sentido, as respostas apresentadas expõem o sentido atribuído pelos produtores de conteúdo ao trabalho. O gráfico adiante ilustra essa percepção:

Gráfico 08 — Percepção sobre Benefícios com o trabalho desenvolvido.



Fonte: O autor (2024).

Conforme representado acima, parte significativa dos participantes afirmam que a garantia de renda é o principal benefício advindo do desenvolvimento do trabalho sexual nas plataformas digitais. Em seguida, constatamos que a ampla visibilidade nas redes sociais também é um fator benéfico proporcionado por tal atividade. Ademais, verifica-se que ter uma vida sexualmente ativa, uma variedade de parceiros e autonomia profissional aparecem, para os participantes, como outros benefícios que dão sentido a esse trabalho. Ainda, visualiza-se que a variedade de práticas sexuais e fetiches realizadas para a produção de conteúdo também ganha notoriedade entre os participantes da pesquisa.

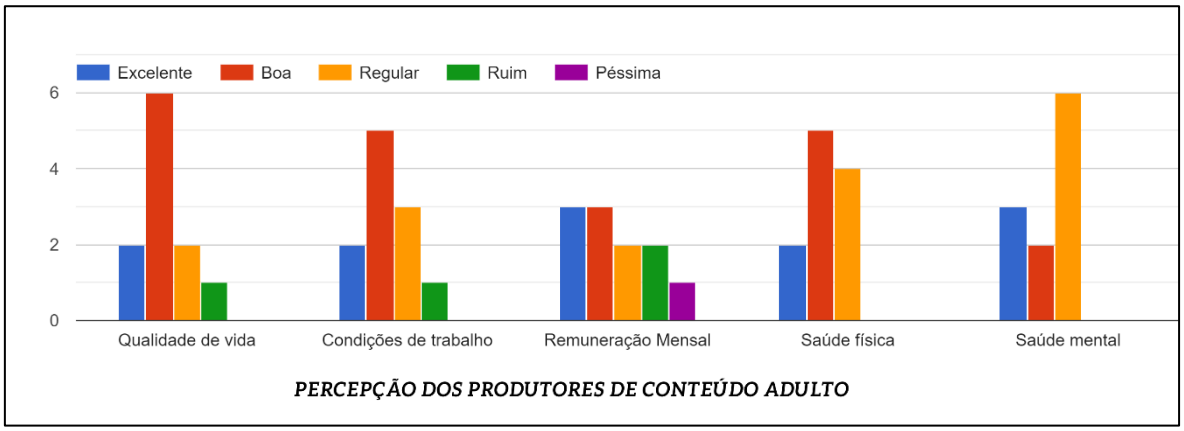
Amparados nos dados obtidos, destacamos que, mais uma vez, há uma ênfase na geração de renda. Confirmando nossa tese de que o interesse primordial que inseriu os participantes da

nossa pesquisa no mercado erótico-pornográfico digital é o potencial em gerar rendimentos, tanto na perspectiva de complementação de renda, quanto na definição desta como a atividade principal. Aportados na análise crítica sobre esse fenômeno, essa particularidade lança luz sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero/sexualidade e étnico-racial, os processos de exploração, dominação e opressão, as estruturas de poder subjacentes e as disparidades socioeconômicas estruturadas e estruturantes da nossa formação sócio-histórica sob as bases do capitalismo. Desse modo, nos marcos da teoria social crítica marxista, analisamos que essa inserção no trabalho sexual plataformizado emerge como uma alternativa à precarização do trabalho que tem, dentre suas múltiplas expressões, o rebaixamento salarial e a flexibilidade contratual, que deterioram as condições de trabalho, além, claro, do desemprego e da informalidade. Os trabalhadores, portanto, são incentivados forçosamente a buscarem alternativas para garantir sua subsistência.

Apesar de oferecer maior visibilidade nas redes sociais, autonomia profissional, uma vida sexualmente ativa, uma variedade de parceiros e práticas sexuais, como afirmam nossos participantes, há de se reconhecer as limitações próprias à essa lógica empreendedora, especialmente no que corresponde à superação das desigualdades socioeconômicas, justamente por não alterar as relações sociais entre as classes fundamentais no capitalismo contemporâneo, mesmo representando uma estratégia de burlar as atrocidades desse sistema. Ainda, é preciso reconhecer que a obtenção de bons resultados nessa atividade muitas vezes depende do acesso desigual aos recursos tecnológicos informacionais-comunicacionais, o que pode perpetuar e até mesmo ampliar as disparidades.

Continuadamente, apresentamos a seguir a percepção dos produtores de conteúdos quanto a cinco outros temas relevantes ao mundo do trabalho e a política de saúde, são eles: Qualidade de vida; Condições de Trabalho; Remuneração Mensal; Saúde Física; e Saúde Mental. Convidados a manifestar-se sobre cada tema, com respostas variantes de “excelente” a “péssimo”, com base na escala de *Likert*, tratados como variantes ordinais, nas quais os intervalos foram designados como regulares, o gráfico mostra os resultados sobre as condições gerais apresentadas pelos trabalhadores sexuais intermediados por plataformas digitais. Vejamos:

Gráfico 09 — Percepção sobre Qualidade de vida; Condições de Trabalho; Remuneração Mensal; Saúde Física; e Saúde Mental.



Fonte: O autor (2024).

Conforme observado, quanto à qualidade de vida, 06 (seis) participantes a classificaram como “boa”, 02 (dois) classificaram como “excelente”, outros dois como “regular” e um como “ruim”. Relativo às condições de trabalho, 05 (cinco) selecionaram a opção “boa”, 03 (três) selecionaram “regular”, 02 (dois) “excelente” e um “ruim”. Sobre a remuneração mensal, 03 (três) classificaram como “excelente” e outros três como “boa”, 02 (dois) “regular” e outros dois “ruim”, apenas uma como “péssima”. No que corresponde à saúde física, 05 (cinco) selecionaram a opção “boa”, 04 (três) selecionaram “regular” e 02 (dois) “excelente”. Por fim, relativo à saúde mental, 06 (seis) participantes classificaram como “regular”, 03 (três) classificaram como “excelente” e 02 (dois) como “boa”. Dessa forma, chama-nos atenção a questão da saúde mental dos trabalhadores inseridos na dinâmica do capitalismo de plataforma, em especial, destacamos a importância da produção de conhecimentos sobre esse tema, a partir da experiência dos produtores de conteúdo adulto.

Nessa compreensão, a percepção dos produtores de conteúdo nos atenta sobre a qualidade de vida e condições de trabalho precárias inerentes ao capitalismo de plataformas, cujas expressões incluem longas horas de trabalho, falta de proteções trabalhistas, ausência de benefícios e forte insegurança. Essas adversidades impactam significativamente nos trabalhadores, levando a altos níveis de estresse, ansiedade, depressão, esgotamento, insatisfação entre outros adoecimentos e agravos biopsicossociais. As condições de trabalho desfavoráveis e a exposição à ambientes e relações de trabalho não seguros podem aumentar o risco de lesões, doenças relacionadas às atividades desempenhadas e outros problemas de saúde física entre os trabalhadores. Ademais, nessa dinâmica, esses trabalhadores, muitas vezes, enfrentam remuneração inadequada, instabilidade nos rendimentos e alta exploração pelas plataformas digitais que lucram com esse trabalho. De maneira que, a tendência do capitalismo de plataformas é ampliar as disparidades socioeconômicas, com os trabalhadores

frequentemente enfrentando condições de trabalho e remuneração substancialmente piores do que os proprietários das plataformas e seus investidores.

No âmbito da saúde mental, a ausência de controle sobre suas próprias horas de trabalho, condições laborais ou remuneração, que leva à níveis diversos de adoecimento, decorre da insegurança, precariedade e intensificação do trabalho, características da tendência atual do capital. Ainda, em razão da individualidade, competitividade e outros valores neoliberais, o trabalho em plataformas digitais desenvolve-se de forma isolada, sem rede de apoio e, no caso do trabalho sexual, diante de inúmeros comentários jocosos em tom discriminatório e preconceituoso, afetando a saúde desses trabalhadores. Ademais, as constantes investidas para adequação a um padrão estético-corporal e comportamental podem levar ao agravamento do adoecimento mental, em razão de problemas de autoestima, imagem corporal negativa, estresse e ansiedade, distúrbios alimentares e outros agravos.

Posteriormente, perscrutamos se os participantes da pesquisa são referenciados em algum serviço de saúde em seus territórios. Somente 06 (seis) produtores de conteúdo responderam que "sim", o que representa 54,5% dos participantes. Desses, apenas 05 (cinco) declararam qual serviço de saúde está sendo acompanhado: o *@produtorA* declara ser acompanhado por um Ambulatório que disponibiliza a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP); o *@produtorB* referenciou o Hospital Correia Picanço e a Clínica do Homem AHF, ambos localizados na cidade do Recife/PE; o *@produtorC* alega realizar Tratamento antirretroviral na rede pública e Terapia semanal privada; o *@produtorE* afirma ser acompanhado por um médico infectologista; e o *@produtorJ* declara ser acompanhado por uma Unidade de Saúde da Família, que disponibiliza a PrEP.

No tocante à PrEP e a Profilaxia Pós-Exposição de Risco (PEP), 100% dos participantes declaram saberem o significado das siglas e possuem conhecimentos sobre a profilaxia antirretroviral de Pré e Pós exposição ao vírus HIV/AIDS como forma de prevenção à epidemia no Brasil. Todavia, apenas 18,2% (o que corresponde a dois participantes) fazem uso da PrEP e 45,5% (correspondente a 5 participantes) fazem uso da PEP. Expressa-se a baixa adesão ao método, portanto, faz-se fundamental desenvolver estratégias para ampliar o vínculo desses trabalhadores aos serviços de saúde e, com maior orientação e facilidade no acesso, terem atenção especial à adesão e acompanhamento profissional para uso contínuo dos medicamentos disponibilizados no Sistema único de Saúde, o SUS.

Dado importante foi apurado nas respostas, relaciona-se ao histórico de diagnóstico de IST dos produtores de conteúdo. 72,7%, o correspondente a 08 (oito) participantes, afirmam que "sim". Desses, apenas 07 (sete) informaram qual(is) foram diagnosticados: o *@produtorA*

declara ter sido diagnosticado com Papilomavírus Humano (HPV); o *@produtorB* declara ter sido diagnosticado com HIV/AIDS, Sífilis, Gonorreia e Infecção por Clamídia, e Herpes Genital; o *@produtorC* alega HIV/AIDS, Sífilis, Hepatites virais B e C; o *@produtorE* afirma ter sido diagnosticado com Herpes Genital; o *@produtorI* declara ter sido diagnosticado com Sífilis; o *@produtorJ* alega Gonorreia e Infecção por Clamídia, e Cancro Mole (Cancróide); e o *@produtorK* declara diagnóstico de Gonorreia e Infecção por Clamídia. Todavia, com exceção do @produtorG, o mesmo que preferiu não informar seu diagnóstico, todos os demais declaram terem realizado tratamento.

Perguntamos qual a frequência de uso de camisinha, preservativo, nas gravações e apuramos que 03 (três) participantes declararam nunca fazer uso, 02 (dois) declaram que quase nunca usam, outros dois afirmaram que às vezes usam, mais dois alegaram que quase sempre e outros dois que sempre usam. Outro dado relevante é que 36,4%, o correspondente a 04 (quatro) participantes, realizam exames de HIV/AIDS a cada 6 meses (2 vezes ao ano - semestral) e outros 36,4% realizam a cada 3 meses (4 vezes ao ano - trimestral). 02 (dois) participantes, referente à 18,2%, afirmam realizar esses exames anualmente (1 vez ao ano). Somente um dos participantes (9,1%) refere não realizar esse exame. Com relação a frequência de exames de outras IST (Sífilis, Hepatite B, Gonorreia, HPV, Herpes Genitais), 63,6%, o correspondente a 07 (sete) participantes, declaram realizar a cada 3 meses (4 vezes ao ano); 18,2%, o referente a 02 (dois), alegam realizar esses exames anualmente (1 vez ao ano) e a mesma quantidade informa realizar a cada 6 meses (2 vezes ao ano).

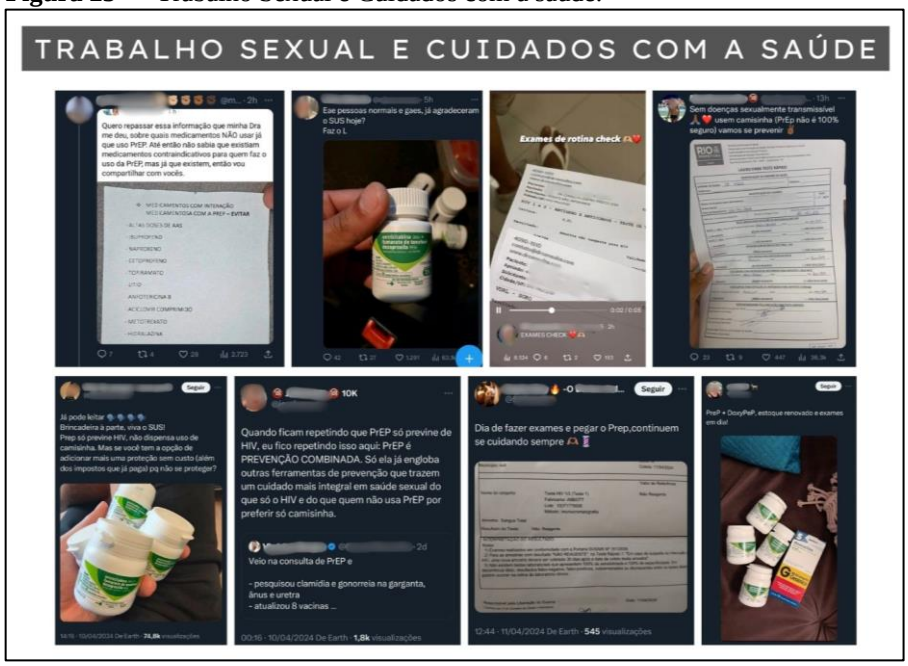
Quanto à realização de exames gerais, 36,4%, o correspondente a 04 (quatro) participantes, alegam a frequência anual (1 vez ao ano) e outros 36,4% declaram a frequência semestral (2 vezes ao ano); 18,2%, o referente a 02 (dois) participantes, informaram não realizar exames e apenas um (9,1%), declara realizar trimestralmente (4 vezes ao ano). Questionados sobre a frequência em que foi ao posto de saúde / unidade de saúde no território, 45,5% (05) declaram não frequentar, 27,3% (3) informam frequentar trimestralmente, 18,2% (2) alegam semestralmente e apenas 9,1% (1) declara ir anualmente. Indagados sobre a última vez que procurou algum serviço de saúde, 04 (quatro) participantes declararam que há três meses, 03 (três) afirmam há menos de um mês, 02 (dois) alegam há um mês, um referiu há seis meses e outro há mais de seis meses.

A causa principal que os levou a procurar um serviço de saúde foi expressa por dez dos participantes: o *@produtorA* refere ter ido para "cadastrar-se e acessar o PrEP"*; o @produtorB* refere ter ido realizar "testagem regular de IST"; o *@produtorC* afirmou que a causa principal foi a realização de "exames de rotina para varredura de IST"; o *@produtorD* declara que foi

vacinar*; o @produtorE* afirma que a Herpes foi a causa; *o @produtorF* fala que foi realizar análise; *o @produtorH* que procurou os serviços de saúde em razão de uma infecção no canal urinário; *o @produtorI* declara que a causa foi uma febre; o *@produtorJ* foi para um acompanhamento da PrEP; *e o @produtorK* por conta de uma gripe.

Adiante, exibimos uma imagem contendo *print screen* de postagens dos produtores de conteúdo referindo-se aos cuidados com a saúde sexual. As imagens representam a importância de realizar práticas sexuais seguras, como o uso de preservativos, a realização de exames regulares de saúde sexual e o uso da PreP e outros medicamentos. Esses elementos, ao serem publicizados, enfatizam a importância da segurança e do consentimento no trabalho sexual e o acesso a serviços de saúde, tanto para os trabalhadores sexuais quanto para os consumidores, potencializando debates que, ao reconhecer a realidade do trabalho sexual mediado por plataformas digitais, expressem a necessidade de produção de conhecimentos, políticas públicas, benefícios e serviços que atuem no âmbito da promoção e prevenção à saúde, visando garantir a melhoria das condições de vida e trabalho desses trabalhadores.

Figura 25 — Trabalho Sexual e Cuidados com a saúde.



Fonte: O autor (2024).

Conforme visualizado, alguns produtores de conteúdo optam por publicizar as suas práticas de cuidado com a saúde sexual, ora como uma forma de incentivar práticas de autocuidado, ora como resposta à comentários pejorativos sobre as práticas sexuais desenvolvidas, compartilhadas e comercializadas nos perfis. Nessa particularidade, em razão da atividade desempenhada por esses trabalhadores, verifica-se que a lógica do lucro e da maximização dos ganhos para as plataformas muitas vezes se sobrepõe aos direitos e a proteção

social dos trabalhadores sexuais, perpetuadas pela precariedade inerente à essa dinâmica. O trabalho sexual expressivamente ocorre em um contexto de desigualdade estrutural, onde os trabalhadores sexuais, em sua maioria mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e outros segmentos sociais, enfrentam a discriminação, a estigmatização e marginalização sociais. Isso, por sua vez, resultar em acesso desigual a serviços de saúde, em destaque à saúde sexual, aumentando os riscos aos trabalhadores e acarretando, inclusive, na elevação do índice de infecções sexualmente transmissíveis, como percebemos nos relatos dos participantes de nossa investigação.

Ainda sobre a saúde, de modo conclusivo sobre esse tema, abordamos se os participantes, no período de desenvolvimento do trabalho sexual nas redes sociais e plataformas digitais, desenvolveram algum(s) sintoma(s) que expressem impactos na saúde mental e física, especificamente. Como resultado, averiguamos que 45,5% (5) indicaram apresentar sintomas de ansiedade; 36,4% (4) declaram terem sentido medo; 27,3% (3) informam terem sentido preocupação e estresse; 9,1% (1) declaram os seguintes sintomas: depressão, problemas com o sono, dores no corpo, lesões pós-sexo, alteração na pressão arterial, dor de cabeça, aumento ou diminuição de peso e desânimo. Percebe-se, portanto, que processos de adoecimento/desgaste físico e mental é um fenômeno evidente no contexto de precariedade da vida e trabalho dos produtores de conteúdo adulto. Chama-nos atenção, nesse contexto, o argumento apresentado por dois dos nossos participantes:

> *"*Com o grande crescimento de produtores de conteúdo, as exigências e autocobrança estão sendo cada vez mais extremas, tanto pela aparência (perfil/física), quanto por status sociais (*@produtorF)*".
>
> "[...] Também faltou prever questões relacionadas a trabalhadores sexuais vivendo com HIV/AIDS (*@produtorB)*".

Essas falas destacam a forma atual de controle e gerenciamento por parte das plataformas digitais, muitas vezes de forma oculta, gerando a autocobrança excessiva, desencadeada pela lógica da individualidade, competitividade e produtivismo, apresentando graves consequências à saúde dos trabalhadores sexuais. Observamos, em nossa investigação, que o processo de mercadorização para o circuito do trabalho sexual plataformizado favorece a busca incessante por uma padronização estético-corporal e sociocultural por parte dos trabalhadores conforme as determinações sócio-historicamente constituídas.

Esse fenômeno, influenciado por pressões sociais, culturais, econômicas e tecnológicas, pode ser analisado sob diversos aspectos que refletem a complexidade e suas implicações: a) Ideal estético-corporal e comportamental: As redes sociais e mídias em geral disseminam constantemente um ideário padronizado de beleza e da masculinidade padronizada, fazendo

com que os trabalhadores sexuais sintam-se pressionados à buscarem se aproximar ao máximo desse ideal para atração e manutenção de seus consumidores, negociando o tempo todo com esses padrões, primordialmente por se tratar de uma atividade laboral cuja concorrência é global; b) Filtros e edição da autoimagem: Nessa perspectiva, alguns produtores de conteúdo adulto optam pela utilização de filtros e edição de imagens para alcançar uma aparência que se alinha com os padrões determinados, construindo uma versão idealizada de si mesmos para os outros (consumidores); c) Procedimentos estético-corporais e estilo de vida: Os trabalhadores sexuais que possuem certo poder aquisitivo recorrem à diferentes procedimentos estético-corporais, como cirurgias plásticas e outros procedimentos não-invasivos (como preenchimentos faciais, *botox*), para encaixar-se nos padrões de beleza predominantes. Em alguns contextos, a opção é por aderir a um novo estilo de vida, seguindo dietas e praticando atividades físicas para chegar à forma idealizada e se destacar na disputa por consumidores, dada a alta competitividade nas plataformas.

Embora a busca pela padronização possa promover a aceitação e popularidade dentro da plataforma, ela também pode criar barreiras para a verdadeira conexão e autenticidade, tanto com os consumidores quanto com outros trabalhadores sexuais para formulação de parcerias. Além disso, manter a aparência idealizada muitas vezes exige um investimento financeiro significativo em procedimentos estéticos, roupas, equipamentos de gravação e produção de conteúdo, o que pode ser um fardo econômico considerável.

Concomitantemente, os resultados apresentados pela análise de dados das plataformas digitais podem apresentar informações quanto às preferências do público, levando os produtores de conteúdo a ajustarem sua aparência e comportamentos a fim de maximizar seus resultados e aumentar o engajamento dos consumidores em seus perfis e, consequentemente, ampliar a monetização. Nesse ínterim, ainda se observa o direcionamento proveniente dos algoritmos das plataformas digitais que favorecem conteúdos que se alinham com padrões populares, o que reforça a necessidade de conformidade entre os trabalhadores sexuais para garantir visibilidade e sucesso, pois eles auxiliam na definição dos perfis que mais monetizam e naqueles que estão desabastados no circuito.

Em destaque, a situação dos trabalhadores diagnosticados e vivendo com HIV/AIDS, que indicamos ser temas possíveis de investigações profundas futuramente. Verifica-se, de forma prevalecente, o agravo à saúde em decorrência do desenvolvimento do trabalho sexual plataformizado e, ainda, verifica-se índices de trabalhadores diagnosticados com HIV/AIDS e/ou outras IST. Dessa forma, afirmamos ser fundamental o desenvolvimento de investigações focadas em apreender os riscos e benefícios da produção de conteúdo adulto, com foco

específico nas questões de saúde, especialmente pelos dados alarmantes apresentados por nossos participantes. Possibilitando, assim, o compartilhamento de informações e a realização de ações a respeito da promoção, prevenção e recuperação da saúde das/os trabalhadores sexuais.

No mais, com relação à política de Assistência Social e outros benefícios, nenhum dos participantes referiu receber rendimento mensal proveniente de Aposentadoria, Pensão, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Aluguel Social ou outra origem, dentre os benefícios sociais. Em respeito à política de Previdência Social, apenas 45,5% (5) afirmam serem contribuintes, sendo 4 (quatro) na previdência social pública e um na privada. Dos que responderam não serem contribuintes, somente 4 (quatro) afirmam ter conhecimento de que pode contribuir como profissional autônomo e que, caso adoeça e seja contribuinte da previdência social, tem direito ao auxílio-doença, por exemplo, estando dentro das condicionalidades exigidas.

No âmbito da política de Direitos Humanos, perguntamos aos nossos participantes se, no desenvolvimento do seu trabalho atual, foi vítima de alguma situação de preconceito/discriminação. Somente um, o *@produtorB*, afirmou ter experienciado situação de violência / violação de direitos, em razão de sua condição sorológica, em razão do seu diagnóstico de HIV/Aids. No entanto, ele afirma que não denunciou em algum órgão público ou privado, justificando sobre a seguinte declaração: “Dificuldade demais, risco de maior violência moral no serviço de segurança e não valer à pena, já que não fui prejudicado com essa discriminação”.

Amparados pelos dados obtidos na pesquisa, averiguamos que os objetivos do estudo foram atingidos, especialmente por nos possibilitar apreender as informações e os relatos dos produtores de conteúdo adulto sobre o processo de trabalho nas plataformas digitais, realçando todas as etapas do circuito produtivo do trabalho sexual plataformizado, os desafios e as possibilidade, e as formas de extração de valor capitalista. Além disso, esses resultados nos permitiram compreender sobre direitos fundamentais relacionados ao trabalho e à proteção social e podermos socializar conhecimentos sobre esse tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

GOZO E FRUSTAÇÃO

O percurso investigativo desta tese partiu de aproximações sucessivas e exploratórias acerca das determinações e inflexões da plataformização do trabalho, a partir da experiência de homens trabalhadores sexuais que atuam na produção de conteúdo adulto intermediado pelas plataformas digitais que compõem o mercado erótico-pornográfico nacional e internacional. Desenvolvida numa fase de densas contradições e disputas entre a ideologia neoliberal e a organização política da classe trabalhadora e dos movimentos sociais e, em particular, dos movimentos e ativistas LGBTQIAPN+[126], homens e mulheres, negras e negros, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, pela preservação dos direitos duramente conquistados, expressando a tendência do neoconservadorismo, numa conjuntura pandêmica, a presente tese problematiza o avanço do capitalismo de plataforma no Brasil e suas expressões mais vis e desumanas.

Esse fenômeno, matizado com a concretização de investidas neoconservadoras, autocráticas e reacionárias na gestão do Estado brasileiro, refletem as múltiplas e complexas expressões da "questão social", cuja precarização do trabalho e da vida é das manifestações que nos auxiliaram na análise do avanço do capitalismo de plataforma e do trabalho sexual plataformizado à luz da teoria social crítica marxista e do método materialista histórico-dialético. Apreendemos que esse novo ordenamento do capital, ao concentrar poder e riqueza nos países centrais, reproduz e aprofunda as contradições fundamentais inerentes à sua própria sociabilidade, exacerbando os seus efeitos deletérios: a exploração, dominação e opressão nos países localizados na periferia do capital, mas também nas economias centrais. Essas novas relações entre o centro e a periferia do sistema capitalista, se estruturam através das inúmeras transferências de capital e do avanço das grandes corporações transnacionais e conglomerados financeiros, que reorganizam a (super)exploração da força de trabalho e dos recursos naturais à nível global, à serviço da ordem social vigente.

---

[126] Saliento, estrategicamente ao final da tese para assegurar a familiaridade com essa sigla, o uso de LGBTQIAPN+ por não querer reproduzir, na dinâmica das dissidências sexuais e de gênero que compõem a diversidade humana, padronizações e processos excludentes. Reconheço as polêmicas e acredito no potencial das mesmas à luta coletiva, entretanto, se há quem reivindique politicamente essas categorias, eu publicamente opto, de forma ética e política, preservar e acolher essa multiplicidade e complexidade de expressões sexuais e identitárias. Ainda que eu tenha propriedade sobre o debate teórico anti-identitário da Teoria *Queer* e reconheça as posições contrárias ao chamado identitarismo colocado pelas perspectivas críticas marxistas, assumo esse posicionamento político por entender que, na particularidade brasileira, é preciso posicionar-se identitariamente para reivindicar o reconhecimento social da cidadania. Parto da premissa de que a ausência de uma organização política estruturada e visível socialmente, não é prerrogativa para invisibilidades.

Em síntese, diante dos resultados analisados e expostos nessa investigação, a tese que se apresenta com maior evidência é de que o capitalismo de plataforma explora os produtores de conteúdo adulto para sua autovalorização, mediante a extração financeira e a dataficação. Por sua vez, esses trabalhadores sexuais plataformizados se inserem no mercado erótico-pornográfico com o intuito de complementação da renda, face a precariedade do trabalho e da vida na contemporaneidade.

Para defender essa tese, explicitamos que a imersão no trabalho sexual mediado por plataformas digitais, por parte dos homens, cisgêneros, jovens, gays, não-brancos, nordestinos, solteiros, sem religião e com ensino superior completo, dá-se numa conjuntura pandêmica, face à precariedade vital e laboral, como alternativa de complementação da renda, numa dinâmica com agravo potencial à saúde física e mental, cuja individualidade, a autonomia, a polivalência e a alta qualificação são valores, habilidades e conhecimentos basilares. Dessa maneira, embora seja possível reconhecer que o trabalho sexual intermediado por plataformas digitais se configure como possibilidade real de geração de renda para complementação dos custos de vida dos trabalhadores, é fundamental assentir que essa dinâmica reforça as próprias estruturas que necessariamente legitimam a ordem social vigente, reatualizando relações sociais racistas, cissexistas, LGBTQIAPN+fóbicas, machistas, capacitistas, xenofóbicas, patriarcais e colonialistas que definem a formação sócio-histórica do Brasil e incidem veementemente na conjuntura contemporânea em nosso território.

Soma-se a isso, o fortalecimento da vigilância moral e o controle sobre os corpos, as relações e as práticas sexuais que encontram no neoconservadorismo o seu escudo ideológico, que (re)produzem vulnerabilidades, estigmatização e marginalidade, especialmente quando se trata das pessoas que realizam atividades sexuais, como historicamente analisa-se a experiência das prostitutas, garotas/os de programa e, mais recentemente, das/os trabalhadores sexuais e produtores de conteúdo adulto. Conforme analisamos, o erotismo e a pornografia comercializada pelas grandes corporações capitalistas produzem impactos significativos na sociedade, o que inclui ainda questões quanto à sexualização precoce de crianças e adolescentes, reforço dos tabus sociais e perpetuação de padronizações estético-corporais.

Os resultados desse estudo reafirmam a relevância do reconhecimento social do trabalho sexual realizado em plataformas digitais, a fim de possibilitar o fortalecimento da luta desse conjunto de trabalhadores, junto aos demais trabalhadores plataformizados, pela garantia de direitos trabalhistas e previdenciários. E, na particularidade do trabalho sexual, ampliar o acesso e permanência ao sistema de proteção social brasileiro, no âmbito da seguridade social e dos direitos humanos. Como também, é fundamental denunciar a ampliação sem medida das

plataformas digitais e seus mecanismos de exploração sem fronteiras da força de trabalho. Em tempos de desmonte dos processos democráticos, desvalorização da ciência e da produção de conhecimentos, desrespeito às expressões da diversidade humana e aos direitos humanos, entre outras tantas atrocidades no presente, revelar a realidade enfrentada por sujeitos historicamente, socialmente e ideologicamente submetidos à múltiplas formas de opressão é central para a defesa da emancipação política e afetivo-sexual de todos os sujeitos sociais, sintonizadas com a necessidade histórica da revolução anticapitalista.

Na dinâmica da plataformização do trabalho sexual, analisada não apenas em suas características superficiais, mas revelada em suas raízes históricas, seu desenvolvimento e suas contradições, observamos que, quanto mais nos aprofundamos, mais elementos necessitam de investigações. Essas plataformas, portanto, configuram-se como um fenômeno multifacetado que, dada as limitações do nosso estudo, não foram estudados à finco, mas seguem a dispor de novas e profundas investigações:

a) ao longo do mergulho no mercado erótico-pornográfico, percebemos a incidência de perfis de produtores de conteúdo adulto com elevados números de seguidores, curtidas, comentários e repostagens no X/Twitter e que, em alguns casos, expõem os ganhos e conquistas alegando serem provenientes de uma alta lucratividade com o trabalho sexual. Notadamente, essas pessoas são endeusadas, ganham notoriedade pública e influenciam outras pessoas a ingressarem no ramo. Essa é um novo elemento que merece amplas análises, especialmente por criar áreas VIP e pista dentre desse mercado. Em alguns casos, esse fenômeno relaciona-se a grupos específicos que compõem o universo gay, seja porque são corpos e estéticas padronizadas, fetichizadas e desejadas.
b) Observamos a diversidade de sujeitos que se inserem no trabalho sexual que, para diferenciar-se, estampam em seus perfis características físicas, nomeações valorativas da masculinidade hegemônica e de um padrão de homossexualidade que tem base na heterossexualidade compulsória, classificações quanto à posição social e sexual, e as preferências, fetiches e desejos no que corresponde às práticas sexuais, que são também valoradas nas fotos e vídeos produzidos. Em nossa concepção, estes também aspectos enriquecidos que demandam novas pesquisas;
c) Como expressam nossos participantes, o trabalho para as plataformas inseridas no mercado erótico-pornográfico promove, em alguns contextos, o agravamento da saúde física e mental e, em destaque, a saúde sexual. Esses processos de

adoecimento pelo desenvolvimento de atividades para a valorização do capital de plataformas recaem sobre a responsabilidade dos sujeitos e, também, dos cofres públicos que, através do SUS, oferece benefícios e serviços à promoção, prevenção e recuperação da saúde desses trabalhadores, tais como a PreP, PeP, exames e tratamentos de IST. Esse tema demanda também amplas investigações;

d) Averiguamos novos elementos que demandam ampla investigação: a) a emergência de perfis que criam seus próprios sites de distribuição de seus produtos; b) a incidência de produtoras de conteúdo adulto que contratam por serviço os trabalhadores sexuais com grande notoriedade para participar de produções industriais; c) criação de perfis que funcionam como uma espécie de reality shows reunindo em casas/mansões uma série de produtores de conteúdo adulto, produzindo fotos e vídeos do convívio e das relações sexuais;
e) Percebe-se a realização de práticas sexuais e comportamentos dissidentes para satisfação dos desejos dos consumidores, fortalecendo o sentido mercadológico, que demandam investigações que se dedicam a problematizar quais as possibilidades e as limitações entre a satisfação dos desejos pessoais e os meramente profissionais; perscrutar até que ponto os trabalhadores sexuais nas plataformas estão dispostos a darem retorno às vontades de seus consumidores e se destacar no mercado;
f) Cabe, nesse contexto, reflexões sobre os consumidores dos conteúdos oriundos do trabalho sexual nas plataformas digitais que, além de movimentarem economicamente esse mercado, se beneficiam dos privilégios de que está preservado, na invisibilidade, por "só" usufruir, e são irresponsabilizados por essas práticas e, até mesmo, isentos das perversas formas de opressão que enfrentam cotidianamente os sujeitos que experienciam essas práticas sexuais;
g) Emerge a necessidade de investigar sobre diferenças de gênero, étnico-raciais e/ou de classe que são exaustivamente erotizadas e, ao mesmo tempo, constantemente diferencias. Produções que expressam práticas sexuais realizadas com sujeitos diversos, em múltiplos contextos, tais como pessoas em situação de rua, pessoas trans e travestis, os chamados favelados, mavambos ou crias (jovens, negros e oriundos da periferia) são alguns dos exemplos dessa realidade a ser investigada;
h) É pertinente igualmente perscrutar os parâmetros para a precificação dos produtos do trabalho sexual nas plataformas digitais. Respondendo aos questionamentos: Quais parâmetros são utilizados? Quais corpos geram lucro? O que e mais vendável? Quais associações com esse processo são possíveis de serem feitas considerando os

padrões estético-corporais construídos socialmente? Essas são alguns das questões possíveis de serem refletidas criticamente, principalmente por concebermos que, apesar da diversidade ser um elemento crucial para as plataformas, o processo de precificação e as práticas de consumo expressam o que é mais lucrativo e, logo, poderá ser apreendido o que é tido como belo, desejado nesse mercado;

i) Nessa dinâmica, notamos a forte incidência das IA e da realidade virtual que vem sendo cada vez mais utilizadas para oportunizar experiências imersivas no erotismo e na pornografia. É também um fenômeno que exige maiores pesquisas e produção de conhecimentos;
j) Urge a necessidade de estudos e pesquisas que se aventurem na problemática da regularidade do capital de plataformas;
k) Percebe-se a ausência de proteção social, especialmente no que se refere às políticas de Assistência Social, Previdência Social e Direitos Humanos, para os trabalhadores sexuais de um modo geral, o que torna essencial o desenvolvimento de novas e mais profundas investigações;
l) E por fim, também relacionado ao tema anterior, verifica-se a necessidade urgente de regulamentação do trabalho sexual, incentivo à ampla organização coletiva dos trabalhadores sexuais e, ainda, a implementação de políticas públicas focalizadas na proteção social desses sujeitos, nas áreas da saúde, educação, trabalho, emprego e renda etc.

Os últimos temas citados acima expressam tensões políticas, ideológicas e estratégicas. Relativo à representatividade e diversidade humana, apesar das redes sociais e plataformas digitais favorecerem o ingresso de uma heterogeneidade de sujeitos no circuito do trabalho sexual, a lógica empresarial e o algoritmo prioriza a experiência de certos padrões estéticos e, além disso, combatem paliativamente narrativas e práticas que podem ser excludentes, preconceituosas e discriminatórias, favorecendo a vulnerabilidade e marginalidade de determinados corpos, comportamentos e práticas sociais/sexuais, reforçando as opressões prejudicais sobre sexo, gênero, sexualidade, raça e etnia e classe social.

No que corresponde ao debate sobre prostituição e trabalho sexual, especial na disputa entre a concepção de que se trata de um trabalho livre, desempenhado de forma autônoma, ou de uma atividade forçada, a exploração sexual. Para esses casos, internacionalmente, contamos com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência de regulação transnacional dos conflitos laborais, que monitora e atua no combate à exploração sexual, exigindo,

veementemente, ações de todos os países. A lógica empresarial, como vimos nesse estudo, coloca a lucratividade acima de tudo e de todos e, por consequência, impactam nas relações trabalhistas e no bem-estar dos envolvidos na produção e consumo desse conteúdo.

Nessa disputa, cabe aprofundar as reflexões teórico-políticas sobre regularizar o trabalho sexual livre, tanto no que diz respeito aos trabalhadores e consumidores, quanto às plataformas digitais que lucram massivamente e de maneira inestimada com a exploração desse trabalho. Todavia, como horizonte, nos posicionamos na defesa de um verdadeiro projeto político societário de recusa intransigente à toda mercantilização do corpo e da sexualidade sob a ordem do capitalismo. Pautamos a urgência da luta contra todas as condições aviltantes dada a exploração e violências inerentes ao mercado erótico-pornográfico digital. Nessa direção, a relação entre produtores e consumidores também revela problematizações éticas e políticas em torno do consentimento, segurança e direito dos trabalhadores.

Evidenciamos, no contexto do capitalismo de plataformas, que os trabalhadores sexuais possuem autonomia e agenciamento limitados, tendo em vista que estão sujeitos aos termos, políticas e normatizações das plataformas que, ao mediar a relação entre oferta e demanda, os controla, comprometendo as liberdades e capacidade desses trabalhadores. Todavia, é a aparente autonomia e flexibilidade que é vendida aos trabalhadores para a ocultação da realidade. Essas características demonstram a centralidade das plataformas que, ao redefinir as relações de produção, atuam na mediação do trabalho, do consumo e das relações sociais, exercendo um poder econômico e político sem precedentes e modelando profundamente o cotidiano da classe trabalhadora em todo o mundo.

Os dados coletados, sistematizados e analisados, nos permitiram desvelar que, face à precariedade vital e laboral, consequência do rebaixamento salarial, das desigualdades sociais e do desfinanciamento das políticas sociais, o empreendedorismo nas plataformas digitais ganha vez e voz, emergindo como uma resposta à essa dura realidade, tanto como uma estratégia de garantia de subsistência, particularmente para indivíduos que experienciam inúmeros desafios no mercado de trabalho convencional, a exemplo da discriminação e exclusão, quanto como possibilidade de aumento dos rendimentos pessoais. No entanto, cabe referenciar que o capitalismo de plataforma tende a condições de trabalho precárias, remunerações inadequadas, altas taxações, impactos negativos na saúde e nas relações sociais, entre tantas outras desigualdades estruturais que afetam as/os trabalhadoras/es.

Nesse contexto, a luta anticapitalista emerge como um imperativo ético e político, uma vez que reconhecemos que esse fenômeno é resultado direto das relações de poder e exploração inerentes ao sistema capitalista. Desse modo, essa luta não se limita à mera resistência contra

os excessos do capital, mas sim busca uma mudança radical das relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Almejamos, com essa tese, não apenas visibilizar uma análise sobre as características socioeconômicas, condições e processo de trabalho sexual nas plataformas digitais e os mecanismos que sustentam e reproduzem as desigualdades sociais nesse contexto, mas igualmente contribuir com a compreensão mais profunda e crítica das dinâmicas em jogo, na perspectiva da produção de conhecimentos para os debates políticos e acadêmicos no campo dos estudos sobre a diversidade humana e na área do Serviço Social e afins.

É nesse horizonte e em consonância com o posicionamento ético-político, valores e princípios, finalidades e direcionamentos do Projeto ético-político do Serviço Social, que a presente tese aporta elementos teórico-políticos que subsidiam o enfrentamento às atrocidades provenientes da hipertrofia do capitalismo de plataforma e a percepção coletiva à nível global sobre a urgência histórica e política pela radicalização da democracia e da emancipação política, como mecanismo para o fortalecimento da luta anticapitalista à luz da teoria social crítica marxista, como horizonte para a transformação social e emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberizacao: subsuncão real da viracão. Passa palavra / Blog da Boitempo, 19 fev. 2017. Disponível em: < https://passapalavra.info/2017/02/110685/ >. Acesso em: 03 jun. 2024.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 3, p. 933-955, 2021.

ABREU, Marina Maciel. *Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.* São Paulo: Cortez, 2002.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. Coleção Primeiros Passos. Editora Abril Cultura / Brasiliense, p. 01-77, 1985.

AMARAL, Angela Santana do. *As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da COVID-19.* Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 19, n. 48, p. 57 – 69, 2021.

AMARAL, Angela Santana do. *Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas.* Argumentum, v. 10, n. 3, p. 244-256, 2018.

AMARAL, Angela; PERUZZO, Juliane. *A Pós-Graduação em Serviço Social na UFPE: o Nordeste que se espraia no Brasil.* In.: Mota, Ana Elizabete; Vieira, Ana Cristina; Amaral, Angela. Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

ANTUNES, Ricardo. *A explosão do novo proletariado de serviços. O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital.* São Paulo: Boitempo Editorial, p. 25-64, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho*. In.: Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais. ANTUNES, Ricardo; [et al.] (orgs.). – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, p. 13 – 39, 2023.

ANTUNES, Ricardo; BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio. *O trabalho digital, seus significados e seus efeitos, no quadro do capitalismo pandêmico.* In.: Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais. ANTUNES, Ricardo; [et al.] (orgs.). – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, p. 41 – 52, 2023.

ANTUNES. Ricardo. (org.). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. – 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

BARBIERI, Teresa de. *Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica*. Debates em Sociologia, n. 18, pág. 145-169, 1993.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social – fundamentos e história.* 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina.* – 1ª. Ed. – São Paul: Boitempo Editorial, p. 01 – 222, 2020.

BOSCHETTI, Ivanete. *Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. Expropriação e direitos no capitalismo.* São Paulo: Cortez, p. 131-165, 2018.

BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação.* Cadernos Pagu, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. Ministério da Cidadania. *Auxílio Emergencial 2021*. Disponível em: < https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial# >. Acesso em: 20.10.2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Cartilha "Já sabe o que fazer para se proteger do novo coronavírus? Se liga". 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/Corona_banner_LGBT.pdf >. Acessado em: 09.12.2023.

BRAÚNA, Luiz; MEDRADO, Benedito. *Mercado GLS como espaço de consumo, lazer e sociabilidade LGBT: visibilizando produções acadêmicas*. Feminismos Descoloniais e Outros Escritos Feministas, p. 39, 2019.

BONI, Raquel Brandini De. *Websurveys nos tempos de Covid-19*. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, 2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/csp/a/G8kJtRzvd5gJVrHtdxchpKh/?lang=pt >. Acesso em: 27 mai. 2024.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo".* In*:* O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, v. 2, p.110-125, 2000.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio, 2018b.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMINHAS, Lorena. *Mercados eróticos e trabalho sexual na era das plataformas digitais.* DigiLabour, 2022. Disponível em: < https://digilabour.com.br/2022/05/26/mercados-eroticose-trabalho-sexual-na-era-das-plataformas-digitais/ >. Acessado em 20.06.2022.

CAMINHAS, Lorena. *Os mercados erótico-sexuais em plataformas digitais: o caso brasileiro.* Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 38, p. e3811027, 2023.

CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da Violência 2021*. Ministério da Economia. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), São Paulo: FBSP, 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. Brasília, CFESS, 1993.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social*. – (Biblioteca básica do Serviço Social; v. 8). São Paulo: Cortez, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 450 p., 2016.

DEMIER, Felipe. *Democracia e bonapartismo no Brasil Pós-Golpe*. In.: O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Juliana Fiuza Cislaghi, Felipe Demier. – Rio de Janeiro: Consequência, p. 117-133, 2019.

EVARISTO, Conceição. *A escrevivência e seus subtextos*. In.: Duarte, Constância Lima; Nunes, Isabella Rosada. Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo - 1. ed. - Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, p. 26-46, 2020.

FACCHINI, Regina. *Entre compassos e descompassos: um olhar para o campo e para a arena do movimento LGBT brasileiro*. Bagoas: Revista de Estudos Gays, v. 1, p. 131-158, 2009.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas: Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERREIRA, Guilherme Gomes. *A classe nos une e a sexualidade nos divide? A noção de sujeito no marxismo e nos movimentos queer*. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 3, n. 10, p. 150-169, 2020.

FONTES, Virgínia. *A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade*. Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, p. 12-61, 2018.

FONTES, Virgínia. *Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho*. Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Tradução: Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FRAGOSO, Suely. RECUERO, Raquel. AMARAL, Adriana. *Métodos de Pesquisa para Internet.* Porto Alegre: Sulina, 2012.

FREITAG, Raquel Meister. *Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência?* Revista de estudos da linguagem, v. 26, n. 2, p. 667-686, 2018.

GIDDENS, Anthony. *A estética da mercadoria.* São Paulo, Editora UNESP, 1998.

GIL, Antônio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.* São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GRANEMANN, Sara. *Crise econômica e a COVID-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira.* Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, 2021.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.* Cadernos Pagu, n.5, p. 07-41, 1995.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*.5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAUG, Wolfgang Fritz. *Crítica da estética da mercadoria.* São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. London: SAGE Publications, 2000.

IASI, Mauro Luis. *O Espírito do tempo de um tempo carente de Espírito.* In.: Que política social para qual emancipação? Ivanete Boschetti, Evilasio da Silva Salvador, Rosa Helena Steiner, Sandra Oliveira Teixeira. Brasília: Abaré Editorial, p. 11 – 31, 2018.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102035 >. Acesso em 26/03/2024.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo.* Petrópolis: Vozes, 2006.

LEGARDINIER, Claudine. *Prostituição I*. In.: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. – São Paulo: Editora UNESP, p. 198-203, 2009.

LEITE, Márcia de Paula e LINDÔSO, Raquel Oliveira. *Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia. O desmascaramento de uma ideologia.* Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 3, p. 791-820, 2021.

LOURO, Guacira L. (Org.) *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.* Belo Horizonte: Autêntica, v. 2, p. 4-24, 2000.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. *Para a questão judaica.* Tradução de José Barata-Moura. Lisboa: Avante, 1997.

MATOS, Marlise. *Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências*. Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 333-357, 2008.

MATOS, Maurílio Castro de. *O neofascismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da COVID-19*. Humanidades & Inovação, v. 8, n. 35, p. 25-35, 2021.

MATTOS, MARCELO BADARÓ. *Algumas observações sobre o Estado burguês e a democracia realmente existente no Brasil contemporâneo*. In.: Que política social para qual emancipação? Ivanete Boschetti, Evilasio da Silva Salvador, Rosa Helena Steiner, Sandra Oliveira Teixeira. Brasília: Abaré Editorial, p. 67 - 95, 2018.

MAZZILLI, Luiz Eugênio Nigro; CROSATO, Edgard Michel; OLIVEIRA, Rogério Nogueira de. *Comentários à recomendação CONEP: orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual*, de 24 de fevereiro de 2021. São Paulo: CEP/FOUSP. Acessado em: 27/11/2022.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues. *Desafios para a pesquisa: o campo-tema movimento hip-hop*. Psicologia & sociedade, v. 22, p. 457-465, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. *Significado dos direitos e da política social na atual conjuntura brasileira.* In.: Que política social para qual emancipação? Ivanete Boschetti, Evilasio da Silva Salvador, Rosa Helena Steiner, Sandra Oliveira Teixeira. Brasília: Abaré Editorial, p. 223-234, 2018.

MOTA, Ana Elizabete; Rodrigues, MAVI. *Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário.* Revista Katálysis, v. 23, n. 2, p. 199-212, 2020.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Traduzido por Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERLONGHER, Nestor. *Amor e comércio na prostituição viril.* Anais, v. 1, n. 4, p. 587-605, 2016. Disponível em: < http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/303/299 >. Acessado em 07.04.2022.

PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo.* 2ª ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2008.

PESSANHA, Roberto Moraes. Commoditificação de dados, concentração econômica e controle político como elementos da autofagia do capitalismo de plataforma. São Paulo:

ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Artigo Dossiê 220, 16 de setembro de 2020. Disponível em: < https://www.comciencia.br/commoditificacao-de-dados-concentracao-economica-e-controle-politico-como-elementos-da-autofagia-do-capitalismo-de-plataforma/ >. Acesso em 07/04/2024.

PHETERSON, Gail. *Prostituição II*. In.: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. – São Paulo: Editora UNESP, p. 203-208, 2009.

PISCITELLI, Adriana. *Prostituição e Trabalho*. In.: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; COSTA, Ana Alice Alcantara; COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria Betânia; SOARES, Vera Lúcia. (orgs). Transformando as relações trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade. — São Paulo: CUT, Brasil, 2007.

POGGI, Tatiana. *Fascismo à brasileira*. In.: O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Juliana Fiuza Cislaghi, Felipe Demier. – Rio de Janeiro: Consequência, p. 69-99, 2019.

QUINALHA, Renan. *Marxismo e sexualidade no Brasil: recompondo um histórico*. São Paulo: Revista Margem Esquerda, n. 33, p. 25-31, 2019.

REA, Louis; PARKER, Richard. *Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução*. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, 2002.

REBUCINI, Giafranco. *Marxismo queer: abordagens materialistas das identidades sexuais*. Crítica Marxista, n. 48, p. 109-125, 2019.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). *VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Rede Penssan, 2021. Disponível em: < https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/ >. Acesso em: 19.10.2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). *VIGISAN: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede Penssan, 2022. Disponível em: < https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/ >. Acesso em: 17.06.2022.

SANTOS, Silvana Mara de Morais dos. *Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo*. Vitória: Revista Argumentum, v. 9, n. 1, p. 8-20, jan./abr. 2017.

SANTOS, Silvana Mara de Morais dos. (2019). *Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas.* Revista Trabalho Necessário, v. 17, nº 32, p. 68-87, 2019.

SCOLARI, Fabio. *Capitalismo digital e de plataforma: retorno a um putting out system metropolitano?* In.: Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais. ANTUNES, Ricardo; [et al.] (orgs.). – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, p. 89 – 105, 2023.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* In.: Educação & Realidade. Porto Alegre: v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. *Questão social e serviço social na formação sócio-histórica brasileira*. Temporalis, v. 13, n. 25, p. 261-278, 2013.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. *Festa no Gueto? Memórias e discursos em torno do "Mercado GLS" em Recife/PE.* Recife: UFPE, 2016, 136 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. *Trabalho e diversidade sexual e de gênero: dilemas entre a inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população LGBT*. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 3, n. 10, p. 252-275, 2020.

TEIXEIRA, Joaquina Barata et al. *O projeto ético-político do Serviço Social*. CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009.

TELLES, Vera. *Mutações do trabalho e experiência urbana*. Revista Tempo social, n.18, v.1, p. 173-95, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOITIO, Rafael Dias. *A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado capitalista: o que a atual crise política tem a nos ensinar*. São Paulo: Revista Margem Esquerda, n. 33, p. 32-37, 2019.

TOITIO, Rafael Dias. *Um marxismo transviado*. Cadernos Cemarx, n. 10, p. 61-82, 2017.

TOITIO, Rafael. *"Ideologia de gênero" e "marxismo cultural" nas taras presidenciais: Marxismo e feminismo na "cena" política brasileira*. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 3, n. 10, p. 80-108, 2020.

VAN DER LAAN, Murillo; RONCATO, Mariana Shinohara. Uberização do Trabalho e produção de diferenças. In.: Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais. ANTUNES, Ricardo; [et al.] (orgs.). – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, p. 211 – 227, 2023.

VAN DOORN, Niels. *Platform Labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy*. Information, Communication & Society, v. 20, n. 6, p. 898-914, 2017.

VAN DOORN, Niels; BADGER, Adam. *Platform capitalism's hidden abode: producing data assets in the gig economy*. Antipode, v. 52, n. 5, p. 1475-1495, 2020. DOI: doi.org/10.1111/anti.12641.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

REFERÊNCIAS – REVISÃO DE LITERATURA

ABREU, Vinício Brígido Santiago. *Entre o marginal e o laboral: o trabalho de garotos de programa da cidade de Fortaleza.* Orientador: Cássio Adriano Braz de Aquino. Dissertação (mestrado) – Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

ARAUJO JÚNIOR, José Raimundo. *Dos prazeres narcísicos à cena voyeur: performances eróticas e enlace de corpos virtualizados no site Cam4*. Orientadora: Maria Patrícia Lopes Goldfarb. Dissertação (mestrado) – Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BRAZ, Camilo Albuquerque de. *À meia-luz... uma etnografia impropria sobre clubes de sexo masculinos.* Orientadora: Maria Filomena Gregori. Tese (doutorado) – Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

BURBULHAN, Fernanda. *A experiência michê: um estudo fenomenológico.* Orientadora: Maria Alves Bruns. Tese (doutorado) – Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARNEIRO, Lucas Botelho. *Alugam-se sacanagens: da regulação da prostituição no Brasil contemporâneo.* Orientador: Denis Franco Silva. Dissertação (Mestrado) – Direito e Inovação, Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

CERQUEIRA, Paulo Rodrigues. *A prostituição definida como trabalho do sexo: uma análise desde a ontologia do ser social.* Orientadora: Maria Ceci Misoczky. Tese (doutorado) – Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

CHAO, Giselle Fonseca. *Prostituição masculina e HIV/AIDS: um estudo epidemiológico em municípios do Ceará.* Orientador: Ligia Regina Franco Kerr. Dissertação (mestrado) – Saúde Pública, Departamento de Saúde Comunitária, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Pontifícia Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COSTA, David Nogueira da. *Conteúdo adulto e masculinidades em rede: um estudo sobre os perfis+ 18 do Twitter.* Orientador: Antônio Cristian Saraiva Paiva. Dissertação (mestrado) – Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

HAMANN, Cristiano. *Arranjos Afetivos, Sexuais e Econômicos nas Tramas da Prostituição entre Homens.* Orientadora: Ines Hennigen. Tese (doutorado) – Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

JESUS, José Welington de. *Entre ruas e redes: transformações e significados da prostituição masculina em Aracaju–SE.* Orientador: Marcos Santana de Souza. Dissertação (Mestrado) Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

KRONKA, Graziela Zanin. *A encenação do corpo: o discurso de uma imprensa (homo) erótico-pornográfico como prática intersemiótica.* Orientador: Sírio Possenti. Tese (doutorado) - Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

LIMA, João Paulo Cavalcante. *Uma etnografia sobre o trabalho sexual masculino na cidade de São Paulo.* Orientador: Rafael Alcadipani da Silveira. Tese (doutorado) – Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

NETO, Epitácio Nunes de Souza. *Entre boys e frangos: análise das performances de gênero dos homens que se prostituem em Recife.* Orientador: Luís Felipe Rios Nascimento. Dissertação (mestrado) – Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

NETO, Guy Bravos Monteiro. *As Representações Sociais da Prostituição: Uma análise a partir das experiências de homens e mulheres trabalhadores do sexo*. Orientadora: Luana Elayne Cunha de Souza. Dissertação (Mestrado) – Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Saúde, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2020.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo.* Orientadora: Mariza Corrêa. Orientadora: Mariza Corrêa. Dissertação (Mestrado) – Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 1987.

PRADO JÚNIOR, Valdir Inácio. *Os territórios da prostituição masculina em Goiânia.* Orientador: Ycarim Melgaço Barbosa. Dissertação (mestrado) - Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

RADDE, Augusto. *Entre prazer e necessidade, o discurso do corpo na prostituição masculina.* Orientadora: Maria Cristina Leandro Ferreira. Dissertação (Mestrado) - Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

REGES, Marcelo. *Brazilian Boys: corporalidades masculinas em filmes pornográficos de temática homoerótica.* Orientadora: Sônia Weidner Maluf. Dissertação (Mestrado) – Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ROST, Mariana. *Sexualidades em negociação: a pornografia live streaming no CAM4.com*. Orientadora: Miriam Steffen Vieira. Dissertação (Mestrado) – Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

SALDANHA, Rafael Araújo. *Classificados e o sexo: anúncios de prostituição masculina em SC (1986-2005).* Orientadora: Cristina Scheibe Wolff. Dissertação (mestrado) – História, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SALDANHA, Rafael Araújo. *Você só precisa clicar: sexo virtual e masculinidades refletidas pelas webcams*. Orientadora: Cristina Scheibe Wolff. Tese (doutorado) - Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SANTOS, Daniel Kerry dos. *Homens no mercado do sexo: fluxos, territórios e subjetivações.* Orientadora: Mara Coelho de Souza Lago. Tese (doutorado) – Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SANTOS, Elcio Nogueira dos. *Amores, vapores e dinheiro-masculinidades, homossexualidades nas saunas de michê em São Paulo.* Orientadora: Maria Celeste Mira. Tese (doutorado) – Ciências Sociais, Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Maria Lourdes dos. *Da batalha na calçada ao circuito do prazer: um estudo sobre prostituição masculina no centro de Fortaleza.* Orientadora: Linda Maria de Pontes Gondim. Tese (doutorado) – Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SANTOS, Renato Caio Silva. *Segredos de corpos nus: masculinidades, corpolatria e significados da prostituição entre garotos de programa de luxo.* Orientadora: Néia Schor. Tese (Doutorado) – Saúde Pública, Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SILVA JUNIOR, Geraldo Pereira da. *O negócio do prazer remunerado nos discursos de garotos que fazem programa.* Orientador: Rubens de Camargo Ferreira Adorno. Tese (Doutorado) – Saúde Pública, Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Allyson Darlan Moreira da. *Janela indiscreta: um estudo sobre sexo virtual, desejo e consumo no site câmera privê.* Orientador: Juciano de Sousa Lacerda. Dissertação (Mestrado) - Estudos da Mídia, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SILVA, Carolina Parreiras. *'Altporn', corpos, categorias, espaços e redes: um estudo etnográfico sobre pornografia online.* Orientadora: Maria Filomena Gregori. Tese (doutorado) – Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

SILVA, Lilian Arruda. *Construção de corpos: análise de capas das revistas dirigidas aos homoeróticos masculinos.* Orientadora: Maria Carmen Aires Gomes. Dissertação (mestrado) – Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

VASCONCELOS, Mário Vieira. *Cartografando em zonas de encruzilhada: por uma etnografia sinestésica do cinemão.* Orientador: Antonio Cristian Saraiva Paiva. Dissertação (Mestrado) – Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

VIANA, Normando José Queiroz. "*É tudo psicológico! Dinheiro...pruuu! Fica logo duro!": desejo, excitação e prazer entre boys de programa com práticas homossexuais em Recife.* Orientador: Luís Felipe Rios Nascimento. Dissertação (mestrado) – Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

ZAGO, Luiz Felipe. *Masculinidades disponíveis.com: sobre como dizer-se homem gay na internet.* Orientador: Fernando Seffner. Dissertação (Mestrado) – Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

APÊNDICES

A. Termo de consentimento livre e esclarecido - coleta de dados virtual
B. Roteiro da *Websurvey* – Pesquisa: Homens produtores de conteúdo adulto (18+)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - COLETA DE DADOS VIRTUAL

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa O EMPREENDEDORISMO DIGITAL NO MERCADO HOMOERÓTICO-PORNOGRÁFICO NO BRASIL: Um estudo sobre o trabalho sexual entre homens em plataformas digitais, que está sob a responsabilidade do pesquisador Luiz Henrique Braúna Lopes de Souza Endereço: Rua Yolanda, 71 – Jordão, Recife, Pernambuco. CEP: 51.250-050. Contatos: (81)99788-3040 E-mail: luiz_brauna@hotmail.com ; e está sob a orientação de Profa. Dra. Mônica Rodrigues Costa Telefone: (81) 99977-4833, e-mail monica.rcosta@ufpe.br .

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde em participar desse estudo, pedimos que assinale a opção de "Aceito participar da pesquisa" no final desse termo.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação:** A presente pesquisa se justifica pela necessidade de produzir conhecimento sobre o empreendedorismo digital no mercado homoerótico-pornográfico, a partir do trabalho sexual entre homens, visibilizar essas experiências e as situações concretas que as conformam, contribuir com a luta por direitos, traçando possibilidades de melhoria da qualidade de vida e de trabalho. O objetivo geral da pesquisa é: Apreender as tendências do empreendedorismo digital no mercado homoerótico-pornográfico e as mediações que explicam os impactos dos mecanismos de regressividade dos direitos, o agravamento das desigualdades sociais, o trabalho sexual entre homens e a mercadorização de conteúdos adultos nas redes sociais e outras plataformas digitais, no cenário brasileiro contemporâneo, marcado pela ideologia ultraneoliberal e neoconservadora reacionário com inspiração fascista. O público-alvo são homens (cisgênero ou transgênero); brasileiros ou estrangeiros, residentes no brasil; maiores de 18 anos de idade; empreendedores digitais no mercado homoerótico-pornográfico; produtores de conteúdos adultos nas redes sociais e outras plataformas digitais. A participação será voluntária, individual, e se dará através do preenchimento de um questionário *online*, disponibilizado no Google Forms, estruturado em formato de questões objetivas, de resposta única ou resposta múltipla, além de espaços discursivos para complementação das informações. Os temas abordados giram em torno da vida pessoal e profissional, elencando aspectos sobre o trabalho, emprego e renda, saúde, educação, assistência social e previdência social. O tempo estimado para resposta virtual à todas as questões é, em média, 50 minutos. Serão solicitados dados referentes ao perfil publicado nas redes sociais e, caso queira participar da etapa seguinte, o e-mail e/ou o contato telefônico também serão solicitados.

- **RISCOS:** Dentre os riscos previsíveis, destacamos que, ao participar da pesquisa, o participante corre o risco de "rastreabilidade" dos perfis das redes sociais, como também do e-mail e/ou contato telefônico coletados nas entrevistas *online*, em decorrência de possíveis falhas técnicas provenientes desta modalidade de coleta de dados, despertando o sentimento de invasão de privacidade e, consequentemente, expondo-o à prováveis situações de preconceito, discriminação e estigmatização, a partir do conteúdo revelado. São exemplos dessas falhas: problemas de/no sistema; indisponibilidade temporária das páginas do questionário; falhas no preenchimento em razão de baixa conexão; perda de informações já preenchidas; necessidade de reinserção das informações e respostas, dentre outras. Para minimizar esses riscos, adotaremos medidas de segurança, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/2018 e 13.853/2019), para preservar as informações: o responsável desta pesquisa será a única pessoa que terá acesso aos formulários respondidos, de modo que o e-mail e/ou o contato telefônico do voluntário, únicas informações pessoais requeridas na pesquisa, sejam de conhecimento restrito. Outrossim, evidenciamos que, durante a realização da pesquisa, é possível que algumas questões despertem eventuais desconfortos e outros possíveis riscos mínimos: desconforto físico e/ou psicológico ao responder o questionário; revitimização provenientes do acesso a pensamentos e sentimentos vivenciados; autopercepção de ter o tempo tomado ao participar da pesquisa. Como forma de minimizar esses riscos, recomendaremos que o participante faça pequenos intervalos ao final de cada bloco de perguntas ou sempre que acreditar ser necessário. Desse modo, tornará menos exaustiva a participação, mesmo tornando-a mais prolongada. Quanto aos desconfortos emocionais gerados pelas questões de cunho pessoal, reiteramos, como forma de minimizar os riscos, que os participantes não serão identificados em momento algum da pesquisa. Uma alternativa é responder ao questionário quando estiver sozinho e em lugar que possa se sentir mais à vontade e seguro. Salientamos que, caso o participante se sinta desconfortável e opte pela interrupção da sua participação na pesquisa, poderá desistir a qualquer momento. Por utilizarmos a plataforma *Google Forms*, uma vez desistente da participação, basta não enviar as respostas e fechar a aba do questionário que os dados serão automaticamente deletados. Em caso de algum desconforto mais significativo, o participante poderá relatar ao pesquisador responsável, que tomará providências, como o encaminhamento para a rede de atendimento psicológico e social gratuito do município que o participante reside.

- **BENEFÍCIOS:** Os participantes terão acesso, ao final do questionário, a um link de uma pasta que conterá algumas cartilhas correspondentes às temáticas desenvolvidas na pesquisa, tais como: cuidados e prevenção com a saúde e a saúde sexual dos homens; questões em torno do gênero e sexualidade; mídias sociais e o trabalho nas plataformas digitais; dentre outras temáticas relacionados. Como também, indicação de cursos e capacitações gratuitas disponíveis no formato remoto que possibilite que adquiram novos aprendizados e oportunidades. Os benefícios indiretos correspondem à compreensão de que os resultados da pesquisa serão fundamentais para o contribuir com a ampliação e a produção de conhecimentos científicos acerca das questões do trabalho sexual nas era digital, as relações de gênero e sexualidade e as congruências com as questões de classe, raça-etnia, geração e outros marcadores sociais. Informaremos que, os resultados da pesquisa serão divulgados em eventos científicos, como congressos, seminários etc., como também poderão ser publicados em formato de artigos científicos, livros, capítulos de livros e outras documentações acadêmicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de nenhuma informação que os possa identificar.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (questionários respondidos e registro de todos os tipos provenientes das entrevistas online) ficarão armazenados em notebook e HD Externo pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador responsável Luiz Henrique Braúna Lopes de Souza, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br.**

_____
(Assinatura do Pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo O EMPREENDEDORISMO DIGITAL NO MERCADO HOMOERÓTICO-PORNOGRÁFICO NO BRASIL: Um estudo sobre o trabalho sexual entre homens em plataformas digitais, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

( ) Aceito Participar da pesquisa

( ) Não aceito participar da pesquisa

PESQUISA - HOMENS PRODUTORES DE CONTEÚDOS ADULTOS (18+)

Caro participante, agradecemos, desde já, a sua disponibilidade em participar de nossa pesquisa.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de produzir conhecimento sobre o trabalho dos produtores de conteúdos adultos para as redes sociais e plataformas digitais.

Para sua segurança, é importante que você faça a leitura completa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (clique aqui) e, caso concorde, faço baixe o arquivo, guarde-o com você e siga os passos da pesquisa, preenchendo o questionário.

Caso ocorra algum problema técnico (queda de energia ou queda de rede, por exemplo) durante o preenchimento do questionário, pedimos um pouco de paciência. O Google Forms, visando a proteção de seus dados, não permite a recuperação das informações já preenchidas. Dessa forma, pedimos que reinicie o processo. Caso o problema persista, favor contatar-nos por e-mail: **luiz.brauna@ufpe.br** .

Se você estiver utilizando celular ou tablet, recomendamos que coloque o(s) aparelho(s) no modo paisagem.

A sua participação é fundamental para a produção de conhecimentos sobre o tema.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA *

   Eu, de forma livre e esclarecida, manifesto o meu interesse em participar voluntariamente da pesquisa: "O EMPREENDEDORISMO DIGITAL NO MERCADO HOMOERÓTICO-PORNOGRÁFICO NO BRASIL: Um estudo sobre o trabalho sexual entre homens em plataformas digitais".

   Marcar apenas uma oval.

   - ◯ Aceito participar da pesquisa. *Pular para a pergunta 2*
   - ◯ Não aceito participar da pesquisa.

QUESTIONÁRIO - PESQUISA HOMENS PRODUTORES DE CONTEÚDOS ADULTOS (18+)

Dados Pessoais / Profissionais: Nesta seção coletamos informações pessoais e profissionais com o objetivo de traçar o seu perfil.

2. **Escreva como podemos identificar você.** *

Pode ser o nome civil, nome social, apelido ou nome artístico/profissional.

_____

3. **Qual o seu perfil nas redes sociais?** *

Preencha com o @ + nomeação utilizada.
Exemplo: @pesquisahomens /Twitter. @pesquisa.homens / Instagram.

_____

_____

_____

_____

_____

4. **Qual a sua faixa etária?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 18 - 24 anos
- ◯ 25 - 31 anos
- ◯ 32 – 38 anos
- ◯ 39 – 45 anos
- ◯ 46 – 52 anos
- ◯ 53 – 59 anos
- ◯ 60 anos ou mais

5. **Qual a sua raça/etnia?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Preta
- ◯ Parda
- ◯ Branca
- ◯ Amarela
- ◯ Indígena
- ◯ Outro: _____

6. **Qual o seu sexo biológico?** *

Diz respeito às características biológicas do indivíduo ao nascer (cromossomos, genitália, composição hormonal etc.). Tais características determinam os sexos macho e fêmea, que são mais comuns. Vale salientar que, existem certos indivíduos identificados como *intersex*, pois nascem com características físicas e hormonais que não correspondem a um sexo em específico.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Macho
- ◯ Fêmea
- ◯ Intersexual

7. **Como você se identifica com relação à sua Identidade de Gênero?** *

Pessoas Cisgêneras são as que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer (feminino/mulher cisgênera; masculino/homem cisgênero). **Pessoas Transgêneras** se identifica (ou pode se identificar, a partir de determinado momento da vida) com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído ao nascer. Ou seja, ao nascer, por seu sexo biológico, uma pessoa pode ser considerada de um gênero — homem/masculino, por exemplo —, mas esse gênero não corresponde a como ela se encara e se identifica; nesse caso, essa pessoa trans pode se identificar como feminina/mulher, entre outras possibilidades. **Pessoas Não-binária** são aquelas que não se percebem como pertencentes a um gênero exclusivamente. Dessa forma, podemos compreender que se tratam de pessoas cuja identidade de gênero não são limitadas ao masculino e feminino.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Homem Cisgênero
- ◯ Homem Transgênero
- ◯ Não-binário
- ◯ Outro: _____

8. **Como você se identifica com relação à sua Orientação Sexual?** *

Heterossexual: sente atração por uma pessoa do gênero oposto ao seu. **Homossexual:** sente-se atraída por alguém do mesmo gênero. **Bissexual:** sente atração pelos gêneros feminino e masculino. **Pansexual:** sente atração por outras pessoas, independentemente se é gay, hétero, bi, masculina, feminina, transgênera, não binária etc. **Assexual:** não sente nenhum tipo de desejo/atração sexual ou afetiva.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Gay
- ◯ Bissexual
- ◯ Héterossexual
- ◯ Pansexual
- ◯ Assexual
- ◯ Outro: _____

9. **É pessoa com deficiência?** *

Pessoas com deficiência **são aquelas que têm impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial**, o que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ SIM *Pular para a pergunta 10*
- ◯ NÃO *Pular para a pergunta 11*

Pular para a pergunta 11

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

10. Qual a sua condição?

Pessoas com deficiência **são aquelas que têm impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial**, o que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

_____

CONTINUAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS/PROFISSIONAIS.

11. **Qual o seu Estado civil?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Solteiro *Pular para a pergunta 13*
- ◯ Casado *Pular para a pergunta 13*
- ◯ Separado judicialmente *Pular para a pergunta 13*
- ◯ Divorciado *Pular para a pergunta 13*
- ◯ Viúvo *Pular para a pergunta 13*
- ◯ União Estável *Pular para a pergunta 12*

Pular para a pergunta 13

União Estável.

12. Qual a natureza da União Conjugal?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Casamento Civil e Religioso
- ◯ Somente Casamento Civil
- ◯ Somente Casamento Religioso
- ◯ União Consensual
- ◯ Outro: _____

CONTINUAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS/PROFISSIONAIS.

13. **Qual região do Brasil você reside?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Nordeste
- ◯ Norte
- ◯ Sudeste
- ◯ Sul
- ◯ Centro-Oeste

14. **Qual Estado você reside?** *

Marcar apenas uma oval.

- Acre (AC)
- Alagoas (AL)
- Amapá (AP)
- Amazonas (AM)
- Bahia (BA)
- Ceará (CE)
- Distrito Federal (DF)
- Espírito Santo (ES)
- Goiás (GO)
- Maranhão (MA)
- Mato Grosso (MT)
- Mato Grosso do Sul (MS)
- Minas Gerais (MG)
- Pará (PA)
- Paraíba (PB)
- Paraná (PR)
- Pernambuco (PE)
- Piauí (PI)
- Rio de Janeiro (RJ)
- Rio Grande do Norte (RN)
- Rio Grande do Sul (RS)
- Rondônia (RO)
- Roraima (RR)
- Santa Catarina (SC)
- São Paulo (SP)
- Sergipe (SE)
- Tocantins (TO)

15. **Qual a sua religião?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Católica
- ◯ Evangélicas
- ◯ Espírita
- ◯ Umbanda e Candomblé
- ◯ Judaísmo
- ◯ Hinduísmo
- ◯ Budismo
- ◯ Islamismo
- ◯ Sem Religião
- ◯ Outro: _____

16. **Qual o seu nível de instrução?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sem instrução. *Pular para a pergunta 23*
- ◯ Ensino Fundamental Incompleto. *Pular para a pergunta 23*
- ◯ Ensino Fundamental Completo. *Pular para a pergunta 23*
- ◯ Ensino Médio Incompleto. *Pular para a pergunta 23*
- ◯ Ensino Médio Completo. *Pular para a pergunta 17*
- ◯ Ensino Superior Incompleto. *Pular para a pergunta 23*
- ◯ Ensino Superior Completo. *Pular para a pergunta 19*

Pular para a pergunta 23

ENSINO MÉDIO

17. Possui Curso Técnico ou Profissionalizante?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim *Pular para a pergunta 23*
- ◯ Não *Pular para a pergunta 23*

18. Se sim, qual área?

_____

Pular para a pergunta 23

ENSINO SUPERIOR

19. Qual o seu nível de instrução mais elevado no Ensino Superior?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Graduação
- ◯ Especialização
- ◯ Mestrado
- ◯ Doutorado
- ◯ Pós-Doutorado

20. Qual área de graduação?

_____

21. Qual área de Pós-graduação?

_____

22. Exerceu/Exerce a profissão em sua área de formação?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

DADOS PESSOAIS/PROFISSIONAIS

23. **Tem Filhos/as/es?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim *Pular para a pergunta 24*
- ◯ Não *Pular para a pergunta 25*

Pular para a pergunta 25

FILHOS

24. Quantos filhos/as?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 1
- ◯ 2
- ◯ 3
- ◯ 4 ou mais.

QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

Nesta seção abordaremos questões relacionadas à sua condição socioeconômica atual.

25. **Qual a sua renda mensal?** *

O salário mínimo atual é de **R$ 1.302**. No entanto, segundo informações do Senado Federal Brasileiro, este valor deve ser reajustado para R$ 1.320 a partir de 1º de maio, Dia do Trabalhador, um aumento de 1,3% em relação ao valor atual.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sem renda
- ◯ Menos de 1 salário
- ◯ 1 – 2 salários
- ◯ 3 – 5 salários
- ◯ 6 – 8 salários
- ◯ 9 – 10 salários
- ◯ Acima de 10 salários

26. **Recebe rendimento mensal de Aposentadoria, Pensão, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada -BPC, Aluguel ou outra origem?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim *Pular para a pergunta 27*
- ◯ Não *Pular para a pergunta 28*

Pular para a pergunta 28

BENEFÍCIOS OU OUTROS RENDIMENTOS.

27. Se sim, qual benefício? E qual o valor mensal referente?

_____

_____

_____

_____

_____

QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

28. **Qual a sua situação de moradia atual?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Moradia Própria (Já pago, Herdado ou Ganho)
- ◯ Moradia Própria (Pagando)
- ◯ Moradia Alugada
- ◯ Moradia Cedida ou Emprestada (Por Família)
- ◯ Moradia Cedida ou Emprestada (Por outra forma)
- ◯ Sem Moradia
- ◯ Outro: _____

29. **Qual o tipo de moradia atual?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Casa
- ◯ Apartamento
- ◯ Habitação em Casa de Cômodos ou Cortiço
- ◯ Habitação Indígena
- ◯ Tenda ou Barraca de Lona, Plástico ou Tecido
- ◯ Veículos (Carros, Caminhões, Trailers, Barcos etc.)
- ◯ Asilo ou outra Instituição de Longa Permanência para Idosos
- ◯ Hotel ou Pensão
- ◯ Alojamento
- ◯ Penitenciária, Centro de Detenção e similar
- ◯ Outro: _____

Trabalho, Emprego e Renda

Nesta seção abordaremos aspectos relacionados ao trabalho como produtor de conteúdos adultos.

30. **Há quanto tempo se dedica à produção/criação de conteúdos adultos (18+)?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 1 – 6 meses
- ◯ Mais de 6 meses
- ◯ 1 ano
- ◯ 1 – 2 anos
- ◯ 3 – 4 anos
- ◯ 4 – 5 anos
- ◯ Acima de 5 anos

31. **Quais redes sociais e plataformas digitais utiliza?**

Divulgação: propagação dos conteúdos produzidos; **Negociação**: processo de comercialização, venda, dos conteúdos produzidos; **Entrega**: distribuição dos produtos aos consumidores.

Marque todas que se aplicam.

	DIVULGAÇÃO	NEGOCIAÇÃO	ENTREGA
Twitter	☐	☐	☐
Instagram	☐	☐	☐
Facebook	☐	☐	☐
Whatsapp	☐	☐	☐
Telegram	☐	☐	☐
Grindr	☐	☐	☐
Tinder	☐	☐	☐
Onlyfans	☐	☐	☐
OnNowPlay	☐	☐	☐
Privacy	☐	☐	☐
Xvideos	☐	☐	☐

32. **Utiliza alguma rede social e/ou plataforma digital que não foi listada anteriormente? Se sim, qual?**

_____

33. **Há processo de verificação em seu cadastro nesses sites?**

É necessário anexar documentos comprobatórios, fotos com documentos, entre outras verificações.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

34. **Quais redes sociais e plataformas digitais realizam a verificação?**

Divulgação: propagação dos conteúdos produzidos; **Negociação**: processo de comercialização, venda, dos conteúdos produzidos; **Entrega**: distribuição dos produtos aos consumidores.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Twitter
- ☐ Instagram
- ☐ Facebook
- ☐ Whatsapp
- ☐ Telegram
- ☐ Grindr
- ☐ Tinder
- ☐ Onlyfans
- ☐ OnNowPlay
- ☐ Privacy
- ☐ Xvideos
- ☐ Outro: _____

35. **Essas redes sociais e plataformas digitais colocam anúncios nas suas fotos/vídeos?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

36. **Qual a sua faixa de rendimento mensal com a produção de conteúdos adultos (18+)?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ R$ 1,00 a R$ 500,00 reais
- ◯ R$ 501,00 a R$ 1.000,00
- ◯ R$ 1.001,00 a R$ 2.000,00
- ◯ R$ 2.001,00 a R$ 3.000,00
- ◯ R$ 3.001,00 a R$ 5.000,00
- ◯ R$ 5.001,00 a R$ 10.000,00
- ◯ R$ 10.001,00 a R$ 20.000,00
- ◯ R$ 20.001,00 a R$ 50.000,00
- ◯ R$ 50.001,00 a R$ 100.000,00
- ◯ R$ 100.001,00 ou mais

37. **Possui atualmente algum vínculo empregatício além das atividades de produtor de conteúdos?**

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim *Pular para a pergunta 38*
- ◯ Não *Pular para a pergunta 42*

Pular para a pergunta 42

VÍNCULO EMPREGATÍCIO ATUAL.

38. Qual a sua ocupação, cargo, função nesse vínculo?

_____

39. É regime CLT (carteira assinada)?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

40. Qual a sua faixa de rendimento mensal nesse vínculo?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ R$ 1,00 a R$ 500,00 reais
- ◯ R$ 501,00 a R$ 1.000,00
- ◯ R$ 1.001,00 a R$ 2.000,00
- ◯ R$ 2.001,00 a R$ 3.000,00
- ◯ R$ 3.001,00 a R$ 5.000,00
- ◯ R$ 5.001,00 a R$ 10.000,00
- ◯ R$ 10.001,00 a R$ 20.000,00
- ◯ R$ 20.001,00 a R$ 50.000,00
- ◯ R$ 50.001,00 a R$ 100.000,00
- ◯ R$ 100.001,00 ou mais

41. Esse vínculo é?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ como Trabalhador Doméstico;
- ◯ como Militar do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar;
- ◯ como trabalhador do Setor Privado;
- ◯ como trabalhador do Setor Público (Funcionário Estatutário, Empregado Não-Estatutário; De Empresas Estatais.
- ◯ como Empregador (Com pelo menos um Empregado);
- ◯ como Autônomo, por conta própria (Sem empregados);
- ◯ Outro: _____

VÍNCULO EMPREGATÍCIO ANTERIOR.

42. Tinha algum vínculo empregatício anteriormente? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim *Pular para a pergunta 43*
- ◯ Não *Pular para a pergunta 47*

Pular para a pergunta 47

VÍNCULO EMPREGATÍCIO ANTERIOR.

43. Qual era sua ocupação, cargo, função nesse vínculo?

_____

44. Qual era a sua faixa de rendimento mensal nesse vínculo?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ R$ 1,00 a R$ 500,00 reais
- ◯ R$ 501,00 a R$ 1.000,00
- ◯ R$ 1.001,00 a R$ 2.000,00
- ◯ R$ 2.001,00 a R$ 3.000,00
- ◯ R$ 3.001,00 a R$ 5.000,00
- ◯ R$ 5.001,00 a R$ 10.000,00
- ◯ R$ 10.001,00 a R$ 20.000,00
- ◯ R$ 20.001,00 a R$ 50.000,00
- ◯ R$ 50.001,00 a R$ 100.000,00
- ◯ R$ 100.001,00 ou mais

45. Esse vínculo era?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ como Trabalhador Doméstico;
- ◯ como Militar do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar;
- ◯ como trabalhador do Setor Privado;
- ◯ como trabalhador do Setor Público (Funcionário Estatutário, Empregado Não-Estatutário; De Empresas Estatais.
- ◯ como Empregador (Com pelo menos um Empregado);
- ◯ como Autônomo, por conta própria (Sem empregados);
- ◯ Outro: _____

46. Qual o principal motivo para seu desligamento?

_____

Pular para a pergunta 48

NENHUM HISTÓRICO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

47. **De onde era proveniente a sua renda antes de desenvolver este trabalho como produtor de conteúdos?**

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Trabalho sem vínculo empregatício (Bicos).
- ◯ Pais ou Responsáveis.
- ◯ Benefícios Sociais.
- ◯ Bolsa de Estudos.
- ◯ Sem rendimentos.
- ◯ Outro: _____

Continuação **Trabalho, Emprego e Renda**

48. **Atualmente, a produção de conteúdos adultos é a sua principal fonte de renda?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

49. **Quais investimentos precisou fazer para a produção de suas fotos e vídeos?** *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Celular
- ☐ Câmera Profissional
- ☐ Equipamentos de Iluminação
- ☐ Microfones
- ☐ Notebook / Computadores
- ☐ Suportes para os equipamentos
- ☐ Produtos de Sexy Shop
- ☐ Internet
- ☐ Acesso pago à aplicativos de edição
- ☐ Outro: _____

50. **Em média, quanto você já investiu na produção de seus conteúdos?**

Marcar apenas uma oval.

- R$ 1,00 a R$ 500,00 reais
- R$ 501,00 a R$ 1.000,00
- R$ 1.001,00 a R$ 2.000,00
- R$ 2.001,00 a R$ 3.000,00
- R$ 3.001,00 a R$ 5.000,00
- R$ 5.001,00 a R$ 10.000,00
- R$ 10.001,00 a R$ 20.000,00
- R$ 20.001,00 a R$ 50.000,00
- R$ 50.001,00 a R$ 100.000,00
- R$ 100.001,00 ou mais

51. **Quantas gravações são realizadas por semana?** *

Marcar apenas uma oval.

- 1 gravação
- 2 – 3 gravações
- 4 – 5 gravações
- 6 – 7 gravações
- 8 – 10 gravações
- Acima de 11 gravações

52. **Em média, cada gravação gera quantas fotos apropriadas para divulgação e venda/consumo?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 1 - 5 fotos
- ◯ 6 – 10 fotos
- ◯ 11 – 20 fotos
- ◯ 21 – 30 fotos
- ◯ Acima de 31 fotos

53. **Em média, cada gravação gera quantos vídeos apropriadas para divulgação e venda/consumo?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 1 -2 vídeos
- ◯ 3 – 4 vídeos
- ◯ 5 – 10 vídeos
- ◯ 11 – 15 vídeos
- ◯ Acima de 16 vídeos

54. **Quem dirige as cenas?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Você mesmo.
- ◯ Serviço pago à terceiros.
- ◯ Companheiro ou Conjugue.
- ◯ Outro Parente próximo.
- ◯ Parceiro da gravação.
- ◯ Outro: _____

55. **Quem desenvolve a edição das fotos e vídeos?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Você mesmo.
- ◯ Serviço pago à terceiros.
- ◯ Companheiro ou Conjugue.
- ◯ Outro Parente próximo.
- ◯ Parceiro da gravação.
- ◯ Outro: _____

56. **Quem desenvolve a arte de divulgação (designer) para as suas redes sociais e plataformas digitais?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Você mesmo.
- ◯ Serviço pago à terceiros.
- ◯ Companheiro ou Conjugue.
- ◯ Outro Parente próximo.
- ◯ Parceiro da gravação.
- ◯ Outro: _____

57. **Quem faz a publicação em suas redes sociais e plataformas digitais?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Você mesmo.
- ◯ Serviço pago à terceiros.
- ◯ Companheiro ou Conjugue.
- ◯ Outro Parente próximo.
- ◯ Parceiro da gravação.
- ◯ Outro: _____

58. **Quem administra os pagamentos?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Você mesmo.
- ◯ O próprio site/ rede social / plataforma digital.
- ◯ Empresa terceirizada, administradora.
- ◯ Companheiro ou Conjugue
- ◯ Outro Parente próximo.
- ◯ Parceiro da gravação.
- ◯ Outro: _____

59. **Quem administra a concessões dos produtos adquiridos pelos consumidores?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Você mesmo.
- ◯ O próprio site/ rede social / plataforma digital.
- ◯ Empresa terceirizada, administradora.
- ◯ Companheiro ou Conjugue
- ◯ Outro Parente próximo.
- ◯ Parceiro da gravação.
- ◯ Outro: _____

60. **Você desenvolve conteúdos personalizados (conforme o pedido/desejo de um dos consumidores)?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

61. **Você cobra mais caro pelos conteúdos personalizados?**

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

62. **Como você se identifica profissionalmente?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Profissional do Sexo
- ◯ Ator Pornô
- ◯ Garoto de Programa
- ◯ Criador/Produtor de Conteúdos
- ◯ Outro: _____

63. **Em média, quantas horas de trabalho por dia você dedica à produção de conteúdos?** *

Ao responder, leve em consideração todo o processo de trabalho (gravação, edição, divulgação etc.).

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Menos de uma hora
- ◯ 1 - 2 horas
- ◯ 3 - 4 horas
- ◯ 5 - 6 horas
- ◯ 7 - 8 horas
- ◯ 9 - 10 hora
- ◯ 11 - 12 horas
- ◯ Mais de 12 horas

64. **Em média, quantos dias na semana você dedica à produção de conteúdos?** *

Ao responder, leve em consideração todo o processo de trabalho (gravação, edição, divulgação etc.).

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 1 dia
- ◯ 2 dias
- ◯ 3 dias
- ◯ 4 dias
- ◯ 5 dias
- ◯ 6 dias
- ◯ 7 dias

65. **Quais ambientes são cenário para as suas produções?** *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Própria casa/apartamento;
- ☐ Casa/apartamento da/o/e(s) parceira/o/e(s)
- ☐ Banheiros públicos
- ☐ Veículos (Carros, Caminhões, Trailers, Barcos etc.)
- ☐ Ruas, Praças e Parques públicos
- ☐ Estúdios de Gravação
- ☐ Móteis, Hotéis ou outros espaços privados
- ☐ Outro: _____

66. **Quais práticas sexuais e fetiches você costuma realizar em suas produções?** *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Masturbação solo ou coletiva
- [ ] Sexo Grupal (Suruba)
- [ ] Ménage à trois (Sexo à três)
- [ ] CrossDressing (Se vestir e atuar com roupas femininas)
- [ ] Dogging (sexo em locais públicos ou dentro do carro)
- [ ] Bondage (render, amarrar e/ou restringir consensualmente um parceiro)
- [ ] Dominação
- [ ] Masoquismo (obtenção de prazer sexual a partir de sofrimento ou humilhação)
- [ ] Sadismo (obtenção de prazer sexual com a humilhação ou sofrimento físico de outrem)
- [ ] Barebacking (envolvimento consciente em relações sexuais sem uso do preservativo)
- [ ] Pig (“sexo sujo”, com estímulos via odores, fezes, urinas, vômitos, cuspe).
- [ ] Fisting (introdução da mão, braço, perna ou pé no ânus).
- [ ] Spanking (prática consensual de espancamento)
- [ ] CBT (Cock-and-ball Torture - Tortura do pênis e escroto)
- [ ] Poppers (substância conhecida por ter o poder de intensificar o prazer sexual)
- [ ] Uso de álcool e outras substâncias psicoativas
- [ ] Podolatria (Interesse ou excitação sexual provocada pelos pés)
- [ ] Voyeurismo (se excitar olhando para pessoas fazendo sexo ou corpos nus)
- [ ] Cuckold (prazer em ver o parceiro/a com outra pessoa, "corno")
- [ ] Swing (troca de parceiros)
- [ ] Banheirão (sexo em banheiros públicos ou privados)
- [ ] Outro: _____

PERFIL - CONSUMIDORES

Nesta seção abordaremos questões acerca da sua compreensão sobre os consumidores dos seus produtos.

67. **Possui alguma forma de cadastro/controle dos seus consumidores?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

68. Se sim, como se dá a coleta dessas informações?

_____

69. **Qual a faixa etária dos seus consumidores?** *

Insira essa informação como uma estimativa.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ 18 - 24 anos
- ☐ 25 - 31 anos
- ☐ 32 – 38 anos
- ☐ 39 – 45 anos
- ☐ 46 – 52 anos
- ☐ 53 – 59 anos
- ☐ 60 anos ou mais

70. **Qual a identidade de gênero dos seus consumidores?** *

Pessoas Cisgêneras são as que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer (feminino/mulher cisgênera; masculino/homem cisgênero). **Pessoas Transgêneras** se identifica (ou pode se identificar, a partir de determinado momento da vida) com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído ao nascer. Ou seja, ao nascer, por seu sexo biológico, uma pessoa pode ser considerada de um gênero — homem/masculino, por exemplo —, mas esse gênero não corresponde a como ela se encara e se identifica; nesse caso, essa pessoa trans pode se identificar como feminina/mulher, entre outras possibilidades. **Pessoas Não-binária** são aquelas que não se percebem como pertencentes a um gênero exclusivamente. Dessa forma, podemos compreender que se tratam de pessoas cuja identidade de gênero não são limitadas ao masculino e feminino.

Insira essa informação como uma estimativa.

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Homens Cis
- [ ] Mulheres Cis
- [ ] Homens Trans
- [ ] Mulheres Trans
- [ ] Mulheres Travestis
- [ ] Pessoas Não-binária

71. **Qual a orientação sexual dos seus consumidores?** *

Heterossexual: sente atração por uma pessoa do gênero oposto ao seu. **Homossexual:** sente-se atraída por alguém do mesmo gênero. **Bissexual:** sente atração pelos gêneros feminino e masculino. **Pansexual:** sente atração por outras pessoas, independentemente se é gay, hétero, bi, masculina, feminina, transgênera, não binária etc. **Assexual:** não sente nenhum tipo de desejo/atração sexual ou afetiva.

Insira essa informação como uma estimativa.

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Gays
- [ ] Lésbicas
- [ ] Bissexuais
- [ ] Héterossexuais
- [ ] Pansexuais
- [ ] Assexuados
- [ ] Outro: _____

72. **Qual a raça/etnia dos seus consumidores?** *

Insira essa informação como uma estimativa.

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Preta
- [ ] Parda
- [ ] Branca
- [ ] Amarela
- [ ] Indígena

73. **Qual o Estado Civil dos seus consumidores?** *

Insira essa informação como uma estimativa.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Solteiro
- ◯ Casado / União Estável
- ◯ Separado judicialmente
- ◯ Divorciado
- ◯ Viúvo
- ◯ Outro: _____

74. **Com base em quais fontes de informações você respondeu às perguntas anteriores sobre o perfil dos consumidores?** *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Perfis e Comentários em suas redes sociais
- [ ] Dados disponibilizados pelos sites / redes sociais / plataformas digitais
- [ ] Diálogos direto com os consumidores
- [ ] Suposições / Ideações
- [ ] Outro: _____

75. **Na sua percepção, o que mais atrai os seus consumidores no quesito fotografia?** *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Fotos suas
- [ ] Fotos com um parceiro (homem cis ou trans)
- [ ] Fotos com mais de um parceiro (homem cis ou trans)
- [ ] Fotos realizando fetiches
- [ ] Fotos em locais públicos
- [ ] Fotos em estúdio / ambiente privado
- [ ] Fotos com a participação de mulheres cisgêneras
- [ ] Fotos com a participação de pessoas transexuais / travestis
- [ ] Fotos em veículos (automóveis, caminhões, ônibus)
- [ ] Outro: _____

76. **Na sua percepção, o que mais atrai os seus consumidores no quesito videografia?** *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Vídeos seus
- [ ] Vídeos com um parceiro (homem cis ou trans)
- [ ] Vídeos com mais de um parceiro (homem cis ou trans)
- [ ] Vídeos realizando fetiches
- [ ] Vídeos em locais públicos
- [ ] Vídeos em estúdio / ambiente privado
- [ ] Vídeos com a participação de mulheres cisgêneras
- [ ] Vídeos com a participação de pessoas transexuais / travestis
- [ ] Vídeos em veículos (automóveis, caminhões, ônibus)
- [ ] Outro: _____

77. **Quantas pessoas, em média mensal, consomem os seus produtos?** *

Marcar apenas uma oval.

- 1 – 5 pessoas por mês
- 6 – 10 pessoas por mês
- 11 – 20 pessoas por mês
- 21 – 30 pessoas por mês
- 31 – 100 pessoas por mês
- 101 – 1000 pessoas por mês
- Mais de 1001 pessoas por mês

78. **Atualmente, quanto custa a assinatura em seu canal?** *

Marcar apenas uma oval.

- R$ 1,00 - R$ 10,00
- R$ 11,00 - R$ 25,00
- R$ 26,00 - R$ 35,00
- R$ 36,00 - R$ 45,00
- R$ 46,00 - R$ 55,00
- R$ 56,00 - R$ 65,00
- R$ 66,00 - R$ 75,00
- R$ 76,00 - R$ 85,00
- R$ 86,00 - R$ 95,00
- R$ 96,00 - R$ 105,00
- Mais de R$ 106,00

OPINIÕES SOBRE O TRABALHO DESENVOLVIDO

Dê sua opinião sobre as seguintes afirmações.

79. Os comentários influenciam nas próximas produções. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo
- Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- Discordo
- Discordo Totalmente

80. **O número de curtidas influência nas próximas produções.** *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo
- Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- Discordo
- Discordo Totalmente

81. **O volume de repostagens influenciam nas próximas produções.** *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo
- Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- Discordo
- Discordo Totalmente

82. **O valor arrecadado influência nas próximas produções.** *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo
- Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- Discordo
- Discordo Totalmente

83. **A participação de outras pessoas são fundamentais para ter boas vendas.** *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo
- Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- Discordo
- Discordo Totalmente

84. **O número de seguidores nas redes sociais é um indicador de muitas vendas.** *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo
- Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- Discordo
- Discordo Totalmente

85. **Se vende mais via WhatsApp/Telegrama do que através do Onlyfans/OnNowPlay.** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Concordo Totalmente
- ◯ Concordo
- ◯ Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- ◯ Discordo
- ◯ Discordo Totalmente

86. **Se vende mais via Onlyfans/OnNowPlay do que através do WhatsApp/Telegrama.** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Concordo Totalmente
- ◯ Concordo
- ◯ Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- ◯ Discordo
- ◯ Discordo Totalmente

87. **O Twitter é a principal rede social de divulgação das fotos e vídeos.** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Concordo Totalmente
- ◯ Concordo
- ◯ Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- ◯ Discordo
- ◯ Discordo Totalmente

88. **Os parceiros são articulados previamente às gravações.** *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo
- Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- Discordo
- Discordo Totalmente

89. **Os parceiros nas fotos e vídeos também lucram com a venda.** *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo
- Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- Discordo
- Discordo Totalmente

90. **Os parceiros são articulados em decorrência do acaso (caça).** *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo
- Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- Discordo
- Discordo Totalmente

91. **Tenho mais parceiros nas produções articulados previamente do que em decorrência do acaso.** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Concordo Totalmente
- ◯ Concordo
- ◯ Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- ◯ Discordo
- ◯ Discordo Totalmente

92. **Tenho mais parceiros nas produções em decorrência do acaso do que articulados previamente.** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Concordo Totalmente
- ◯ Concordo
- ◯ Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- ◯ Discordo
- ◯ Discordo Totalmente

93. **Os vídeos e fotos sozinhos vendem mais do que com outros parceiros.** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Concordo Totalmente
- ◯ Concordo
- ◯ Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- ◯ Discordo
- ◯ Discordo Totalmente

94. **Os vídeos e fotos com outros parceiros vendem mais do que sozinho.** *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo
- Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- Discordo
- Discordo Totalmente

95. **A pirataria das suas produções (fotos e vídeos) são prejudiciais ao meu trabalho.** *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo
- Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- Discordo
- Discordo Totalmente

96. **A pirataria das suas produções (fotos e vídeos) favorecem o meu trabalho.** *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo
- Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- Discordo
- Discordo Totalmente

97. **As plataformas lucram com as minhas produções (fotos e vídeos).** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Concordo Totalmente
- ◯ Concordo
- ◯ Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- ◯ Discordo
- ◯ Discordo Totalmente

98. **Sou taxado pela plataforma a cada pagamento que eu recebo.** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Concordo Totalmente
- ◯ Concordo
- ◯ Nem Concordo, Nem Discordo Totalmente
- ◯ Discordo
- ◯ Discordo Totalmente

SAÚDE

Nesta seção abordaremos questões relacionadas à sua saúde laboral.

99. **Em média, com quantos parceiros/as/es tem relações durante o período de um mês, em razão da produção de conteúdos?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 1 – 5 pessoas
- ◯ 6 – 10 pessoas
- ◯ 11 – 20 pessoas
- ◯ 21 – 30 pessoas
- ◯ Mais de 30 pessoas

100. **Quais riscos você reconhece ao desenvolver este trabalho de produção de conteúdos?** *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Exposição
- [ ] Preconceito / Discriminação
- [ ] Infecções Sexualmente Transmissíveis
- [ ] Exploração sexual do Trabalho
- [ ] Violência
- [ ] Uso abusivo de álcool e outras drogas
- [ ] Doenças e outros agravos de saúde
- [ ] Outro: _____

101. Comente sobre esses riscos.

Comente sobre a sua percepção quanto a periculosidade ou insalubridade do seu trabalho, mediante os riscos sinalizados anteriormente.

_____

_____

_____

_____

_____

102. **Quais medidas são tomadas por você para minimizar esses riscos?** *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Acesso aos serviços de saúde
- [ ] Prevenção, Tratamento ou uso mais seguro de álcool e outras drogas
- [ ] Serviços de apoio e aconselhamento psicossocial
- [ ] Serviços de defesa dos direitos humanos e cívicos
- [ ] Serviços de proteção e prevenção à violência e exploração sexual
- [ ] Canais de Denúncias (Polícia, DISQUE 100, ...).
- [ ] Outro: _____

103. **Quais benefícios você reconhece ao desenvolver este trabalho?** *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Garantia de Renda
- [ ] Maior visibilidade nas redes sociais
- [ ] Maior possibilidade de ter uma vida sexualmente ativa
- [ ] Variedade de Parceiros
- [ ] Variedade de práticas sexuais e fetiches
- [ ] Autonomia profissional
- [ ] Outro: _____

104. **Analise abaixo:** *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Excelente	Boa	Regular	Ruim	Péssima
Qualidade de vida	◯	◯	◯	◯	◯
Condições de trabalho	◯	◯	◯	◯	◯
Remuneração Mensal	◯	◯	◯	◯	◯
Saúde física	◯	◯	◯	◯	◯
Saúde mental	◯	◯	◯	◯	◯

105. **É acompanhado por algum serviço de saúde?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

106. Qual serviço de saúde está sendo acompanhado?

_____

107. **Com que frequência faz exames de HIV/AIDS?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Anualmente (1x ao ano)
- ◯ A cada 6 meses (2x ao ano – semestral)
- ◯ A cada 3 meses (4x ao ano – trimestral)
- ◯ A cada mês (12x ao ano – mensal)
- ◯ Semanalmente
- ◯ Não faço

108. **Com que frequência faz exames de outras IST (Sífilis, Hepatite B, Gonorréia, HPV, Herpes Genitais)?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Anualmente (1x ao ano)
- ◯ A cada 6 meses (2x ao ano – semestral)
- ◯ A cada 3 meses (4x ao ano – trimestral)
- ◯ A cada mês (12x ao ano – mensal)
- ◯ Semanalmente
- ◯ Não faço

109. **Com que frequência faz exames gerais?** *

Marcar apenas uma oval.

- Anualmente (1x ao ano)
- A cada 6 meses (2x ao ano – semestral)
- A cada 3 meses (4x ao ano – trimestral)
- A cada mês (12x ao ano – mensal)
- Semanalmente
- Não faço

110. **Com que frequência foi ao posto de saúde / unidade de saúde da família do seu bairro?** *

Marcar apenas uma oval.

- Anualmente (1x ao ano)
- A cada 6 meses (2x ao ano – semestral)
- A cada 3 meses (4x ao ano – trimestral)
- A cada mês (12x ao ano – mensal)
- Semanalmente
- Não faço

111. **Sabe o significado de PrEP e PEP?** *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

112. **Faz uso da PrEP (Profilaxia Pré-Exposição)?** *

Uma das formas de se prevenir do HIV é a PrEP, a Profilaxia Pré-Exposição.
Ela **consiste na tomada de comprimidos antes da relação sexual, que permitem ao organismo estar preparado para enfrentar um possível contato com o HIV**.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

113. **Já fez uso da PEP (Profilaxia Pós-Exposição de Risco)?** *

A PEP **é uma medida de prevenção de urgência para ser utilizada em situação de risco à infecção pelo HIV**, existindo também profilaxia específica para o vírus da hepatite B e para outras infecções sexualmente transmissíveis (IST).

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

114. **Já foi diagnosticado com alguma IST?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim *Pular para a pergunta 115*
- ◯ Não *Pular para a pergunta 117*

IST

115. Se sim, qual(is)? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] HIV/AIDS
- [ ] Sífilis
- [ ] Gonorreia e Infecção por Clamídia
- [ ] Herpes Genital
- [ ] Cancro Mole (Cancroide)
- [ ] HPV
- [ ] Linfogranuloma venéreo (LGV)
- [ ] Hepatites virais B e C
- [ ] Outro: _____

116. Fez/Faz tratamento? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

SAÚDE - Continuação

117. **Em suas gravações, com que frequência faz uso de camisinha?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sempre
- ◯ Quase Sempre
- ◯ Às Vezes
- ◯ Quase Nunca
- ◯ Nunca

118. **Quando foi a última vez que procurou algum serviço de saúde?** *

Marcar apenas uma oval.

- Há menos de um mês
- Há um mês
- Há três meses
- Há seis meses
- Há mais de seis meses
- Há um ano
- Há mais de um ano

119. Se procurou, qual a causa principal?

120. **No período de desenvolvimento desse trabalho sexual digital, desenvolveu algum desses sintomas? Em caso positivo, assinale quais (Se necessário, assinale mais de uma alternativa):** *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Transtornos de Humor
- [ ] Ansiedade
- [ ] Depressão
- [ ] Pânico
- [ ] Estresse
- [ ] Problemas com o sono
- [ ] Palpitações
- [ ] Dores no Corpo
- [ ] Lesões pós-sexo
- [ ] Aumento da Frequência Cardíaca
- [ ] Medo
- [ ] Preocupação
- [ ] Alteração na pressão arterial
- [ ] Alteração no nível glicêmico
- [ ] Dores de Cabeça
- [ ] Tremores
- [ ] Movimento involuntário no corpo
- [ ] Gastrite
- [ ] Aumento/Diminuição do Peso
- [ ] Queda de cabelo
- [ ] Desânimo
- [ ] Síndrome de Burnout
- [ ] Outro: _____

121. **Procurou acompanhamento médico e de outros profissionais para os sintomas sinalizados?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

122. Comente sobre o acompanhamento profissional?

Quais profissionais está sendo acompanhado? Com que frequência?

Previdência Social

Abordamos aspectos relacionados à previdência social e proteção social ao trabalhador autônomo.

123. **Contribui com a previdência social?** *

Marcar apenas uma oval.

- SIM *Pular para a pergunta 124*
- NÃO *Pular para a pergunta 127*

PREVIDÊNCIA SOCIAL

124. Se sim, qual? *

Marcar apenas uma oval.

- Pública
- Privada

125. Durante o seu trabalho atual, fez uso de algum benefício previdenciário? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

126. Se sim, qual?

_____

Pular para a pergunta 129

Previdência Social

127. **Você sabia que pode contribuir como profissional autônomo?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

128. **Você sabia que, caso adoeça e seja contribuinte da previdência social, tem direito ao auxílio-doença, caso esteja dentro das condicionalidades do benefício?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

Violência / Violação de Direitos

Nesta seção questionamos sobre a sua vivência de situações de violência e/ou violação de direitos.

129. **No desenvolvimento do seu trabalho atual, foi vítima de alguma situação de preconceito/discriminação?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim *Pular para a pergunta 130*
- ◯ Não *Pular para a pergunta 136*

Violência / Violação de Direitos

130. **Se sim, acredita que foi em razão da:** *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Orientação Sexual
- [ ] Identidade de Gênero
- [ ] Raça/Etnia
- [ ] Classe Social
- [ ] Corpo (gordo, magro etc).
- [ ] Condição física/mental/sensorial (pessoa com deficiência)
- [ ] Em razão do trabalho desenvolvido
- [ ] Outro: _____

131. **Realizou denúncia em algum órgão público ou privado?** *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim *Pular para a pergunta 132*
- ◯ Não *Pular para a pergunta 135*

Denúncia - SIM

132. Qual órgão formalizou a denúncia?

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Delegacia física e/ou virtual
- [ ] Centro de Referência Especializado
- [ ] Disque 100
- [ ] Outro: _____

133. Caso queira, relate o caso.

_____

_____

_____

_____

_____

134. Após a denúncia, a sua situação foi resolvida?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Outro: _____

Pular para a pergunta 136

DENÚNCIA - NÃO

135. Por qual razão não denunciou?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Acreditar na impunidade do agressor após a denúncia.
- ☐ Medo do agressor.
- ☐ Medo do julgamento social e familiar.
- ☐ Medo de que ninguém acredite no seu relato, de ser desacreditada.
- ☐ Não conhecer os seus direitos.
- ☐ Preocupação com os filhos/a família, e com sua imagem.
- ☐ Não admitir que foi violentado.
- ☐ Foi aconselhado a não denunciar (pela família, pelos "amigos", pela autoridade policial)
- ☐ Outro: _____

FINALIZAÇÃO.

A fim de contribuir com o acesso à informações importantes, criamos um drive com manuais, guias, cartilhas sobre Saúde, Trabalho nas Mídias Sociais, Direitos Humanos e outros temas que lhes podem ser úteis. Basta clicar aqui e fazer o download dos materiais que tiver interesse.

Agradecemos a sua participação.

136. **Gostaria de adicionar alguma informação que sentiu pendente neste questionário?**

137. Para finalizar, gostaríamos de dialogar com você sobre esse tema e outras questões que envolvem o seu trabalho, a sua trajetória de vida e outros aspectos fundamentais para a pesquisa. Sendo assim, perguntamos: Você tem interesse em participar de uma entrevista face a face com os pesquisadores? Ela será realizada no formato remoto (online), privilegiando o dia e horário que for mais viável à sua participação. *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim *Pular para a pergunta 138*
- ◯ Não

DADOS PARA ENTREVISTA NARRATIVA

138. Se sim, compartilhe, por favor, o meio de comunicação que prefere que entremos em contato para agendarmos a pesquisa. *

Telefone e E-mail.

Mais uma vez, muito obrigado por contribuir com a produção de conhecimentos.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários